

RODRIGO ROSSELINI

Formando os Cidadãos Fluminenses

A ESCOLA PRIMÁRIA NO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

Campos dos Goytacazes



2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R696f Rodrigues, Rodrigo Rosselini Julio.
Formando os cidadãos fluminenses: a escola primária no estado do Rio de Janeiro durante a Primeira República / Rodrigo Rosselini Julio Rodrigues. — Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2019.
289 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-99968-64-2 (Broch.)

1. Ensino primário – Campos dos Goytacazes, RJ - História. 2. Educação e estado – Rio de Janeiro (estado) - História. 3. Escolas primárias – Campos dos Goytacazes, RJ - História. I. Título.

CDD 372.9815

Essentia Editora

Rua Coronel Walter Kramer, 357
Parque Santo Antônio
Campos dos Goytacazes/RJ
CEP 28080-565 | Tel.: (22) 2737-5648
www.essentiaeditora.iff.edu.br
essentia@iff.edu.br

Tiragem: 500 exemplares

Impressão: Editora e Papeis Nova Aliança Eireli
Tel.: (21) 3105-5087/ 3105-6262

Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor Jefferson Manhães de Azevedo
Pró-Reitor de Administração Guilherme Batista Gomes
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional José Luiz Sanguedo Boynard
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas Aline Naked Chalita Falquer
Pró-Reitor de Ensino Carlos Artur Carvalho Arêas
Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Inovação Vicente de Paulo Santos de Oliveira
Diretoria de Pesquisa e Extensão Tecnológica Pedro de Azevedo Castelo Branco

Conselho Editorial 2016-2017

Adriano Carlos Moura
Cláudia Marcia Alves Ferreira
Desiely Silva Gusmão Taouil
Edinalda Maria Almeida da Silva
Edson Carlos Nascimento
Helvia Pereira Pinto Bastos
Inez Barcellos de Andrade
Jefferson Manhães de Azevedo
José Augusto Ferreira da Silva
Judith Maria Daniel de Araújo
Kíssila da Conceição Ribeiro
Luciano Rezende Moreira
Luiz de Pinedo Quinto Junior
Marcos Antônio Cruz Moreira
Maria Amelia Ayd Corrêa
Maria Inês Paes Ferreira
Paula Aparecida Martins Borges Bastos
Pedro de Azevedo Castelo Branco
Roberto Moll Neto
Vicente de Paulo Santos Oliveira
Wander Gomes Ney

Conselho Editorial 2018-2020

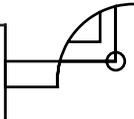
Cláudia Marcia Alves Ferreira
Danielly Cozer Aliprandi
Denise Rena Haddad
Edson Carlos Nascimento
Eldo Campos
Ferdinanda Fernandes Maia
Gunnar Glauco de Cunto Carelli Taets
Inez Barcellos de Andrade
José Augusto Ferreira da Silva
Kíssila da Conceição Ribeiro
Luciano Rezende Moreira
Marco Antônio Cruz Moreira
Maria Ines Paes Ferreira
Paula Aparecida Martins Borges Bastos
Pedro de Azevedo Castelo Branco
Raimundo Helio Lopes
Renato Barreto de Souza
Vicente de Paulo Santos

Equipe Editorial

Editor Executivo
Comissão de Editores Científicos

Revisão de língua portuguesa
Catalogação e Revisão técnica
Capa
Projeto Gráfico e Diagramação

Cláudia Marcia Alves Ferreira
Inez Barcellos de Andrade
Paula Aparecida Martins Borges Bastos
Raimundo Helio Lopes
Edson Carlos Nascimento
Inez Barcellos de Andrade
Lucas Guimarães Valentim
Cláudia Marcia Alves Ferreira
Camila Pavoni Monteiro



À Natalícia, minha mãe.
À memória do meu pai, Manoel Rossínio, sempre presente enquanto eu
percorria, através da pesquisa, as escolas e ruas da sua infância.
À Nani, Rosi, Pollyanna, João, Manuela, Valentina, Pedro e Izadora, minhas
irmãs e meus sobrinhos, que também são parte de mim.
À Cecília, que com seu amor me deu o fôlego necessário para a travessia.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço à professora Silvia Alicia Martínez, que percorreu comigo os caminhos da pesquisa, sempre com palavras de estímulo e confiança, vibrando a cada descoberta. Também agradeço aos professores Ana Waleska Pollo Campos Mendonça (in memoriam), Leandro Garcia Pinho e Renata Maldonado da Silva pelas contribuições na banca de avaliação da dissertação de mestrado que originou este livro. Sou igualmente grato ao professor Everardo Paiva de Andrade, sempre presente na minha vida, no meu caminhar profissional e acadêmico, nesses mais de 20 anos de amizade e admiração. Muito obrigado.

Aos colegas do Instituto Federal Fluminense, em especial a Ana Beatriz Machado e Celso Acácio Galaxe, coordenadores da área de Ciências Humanas; ao Pedro Castelo Branco, diretor de pós-graduação e pesquisa; e aos alunos, que por diversas vezes foram excelentes interlocutores ao longo do trabalho.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, ao Johenir Janotti Viegas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, e a Graziela Escocard, gerente do Museu Histórico de Campos dos Goytacazes, que me permitiu a digitalização de fotos e demais documentos daquele acervo.

Agradeço também a Maria Amelia Pinto Boynard, presente neste livro não apenas através do seu belíssimo trabalho sobre a Escola Modelo Seis de Março, mas pelas trocas realizadas on-line que muito ajudaram a desbastar as tortuosas trilhas da história dos Campos dos Goytacazes. Da mesma forma agradeço ao Ralph Braz e ao Antônio Ornellas Berriel, que cederam fotografias de seus acervos familiares; e a Ana Paula Motta, que me abriu as portas do Colégio Estadual Visconde do Rio Branco.

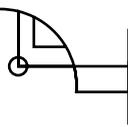
Com todo afeto, agradeço aos meus familiares: minha mãe e minhas irmãs, por compreenderem minha ausência durante o período da pesquisa, à minha sobrinha Pollyanna e seus lindos filhos João, Manoela e Valentina que nasceram durante as pesquisas que resultaram neste trabalho, ao Pedro Otávio, sempre meu parceiro, inspirando-se e me inspirando nos caminhos da história, e à Izadora que com suas doses de alegria adoçou a dureza da escrita.

Por fim, e com amor, agradeço à Cecília, que participou de toda a jornada, sendo interlocutora e sofrendo junto comigo as angústias da pesquisa... peço que me perdoe a ausência. Agradeço, morena, por partilhar comigo agora a alegria do trabalho concluído.



Sumário

Prefácio	9
Introdução	13
Capítulo 1 - O Rio de Janeiro e a república: Oligarquias e projetos.....	21
1.1. Autoridade e liberdade: O "Estado pedagogo" em uma "república social" e agrária	21
1.2. De província a estado do Rio de Janeiro	27
1.3. O município de Campos e a república	29
1.4. Do portelismo ao nilismo	33
Capítulo 2 - Pela realização da cultura intelectual, moral e cívica: a escola primária fluminense no alvorecer da República	39
2.1. A república e a escola primária no Brasil	39
2.2. A escola primária fluminense nos primeiros anos da República	49
2.3. A Reforma de 1897-1900 e a implementação do ensino primário graduado no estado do Rio de Janeiro	56
2.4. A extinção da Escola Normal de Campos e a criação do Grupo Escolar Barão de Tautphoeus: implicações políticas	95
2.5. Civismo e militarização da infância: o ensino primário em Campos dos Goytacazes nos primeiros anos da República	114
Capítulo 3 - Formando cidadãos "úteis à sociedade": A educação profissional como instrumento disciplinador da infância abandonada	127
3.1. A crise fluminense e a crise do ensino na "cidade insalubre"	127
3.2. "Façamos uma sociedade de trabalhadores"	137



Capítulo 4 - Cidade saneada e modernidade pedagógica145

- 4.1. A reforma de 1911 e uma nova experiência de escola primária graduada: os "arremedos de grupos escolares"149
- 4.2. A consolidação do nilismo e a expansão da escola pública primária fluminense184
- 4.3. "Edifícios espaçosos, sãos e alegres": a Escola "Ao Ar Livre" Presidente Wenceslão Braz, em Campos dos Goytacazes - RJ (1916 - 1931).....193

Capítulo 5 - O retorno aos palácios: os grupos escolares no governo Raul Veiga209

- 5.1. Os grupos escolares e a década de 1920249

Considerações finais261

Referências265

Apêndice287

Prefácio

Nas últimas décadas, o processo de escolarização primária vem ocupando um lugar privilegiado nas pesquisas em história da educação. Seja ensino primário, ensino popular ou escola de massas, denominações adotadas em diferentes trabalhos e contextos, o certo é que o desenvolvimento da escolarização tem mobilizado diversos estudiosos. Tanto no contexto brasileiro (FARIA FILHO, 2000; SOUZA, 1998; CARVALHO, 2000; VIDAL, 2006; ARAÚJO; SOUZA; PINTO, 2012, dentre muitos outros), quanto no contexto internacional, a exemplo dos estudos de Vicent (1980) na França; Frago (1990) na Espanha e Nóvoa (1988) em Portugal, pesquisadores focalizam a expansão da escola primária associada a um projeto mais amplo e civilizador dessas sociedades, embora revestido de particularidades em cada contexto histórico e socioespacial.

No Brasil, esses trabalhos inicialmente se dedicaram ao estudo e compreensão dessa expansão a partir do olhar dos grandes centros, como é o caso de São Paulo, Minas Gerais e estudos que se focaram na cidade do Rio de Janeiro, locais onde foram formulados projetos que serviram de modelo e inspiração para outros Estados localizados para além dessas fronteiras. Recentemente, entretanto, novos trabalhos ampliaram o estudo para diversos Estados brasileiros, como mostra, por exemplo, a mencionada compilação de Araújo, Souza e Pinto (2012).

O livro de Rodrigo Rodrigues vem contribuir fortemente e se unir a esses trabalhos que buscam completar o quadro sobre a escolarização primária, entendendo-a na sua heterogeneidade e diversidade. Fruto de dissertação de mestrado no Programa em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense, que tive o privilégio de orientar, o trabalho extrapola largamente as exigências para a obtenção desse grau. Constitui um mergulho na história política e educacional do Estado do Rio de Janeiro, articulando a história estadual com a história do município de Campos dos Goytacazes, de onde partiu a reflexão. Contribui, dessa forma, com a história da escolarização primária brasileira.

Instigado inicialmente pela notícia sobre o centenário de uma escola da cidade, surgii a ideia de estudar sua trajetória para, desse modo, também se unir ao grupo de pesquisa sob minha coordenação, o qual estuda a história de instituições escolares na cidade de Campos dos Goytacazes. A frustração inicial pela ausência de qualquer acervo documental sob guarda dessa escola

referente ao período de interesse, acabou suscitando uma pesquisa que foi além de uma única instituição.

A tarefa com as fontes não foi simples. Como ele mesmo relata na introdução e eu acompanhei de perto, tal como montando um quebra-cabeças, Rodrigo foi juntando diferentes fontes, burilando-as, espalhando-as, voltando a juntá-las, tabulando, criando mapas, refletindo sobre eles, comparando... E assim, sem se perder entre tantas peças, foi desvendando e interpretando leis, decretos, discursos, estatísticas, fotografias que, longe de revelar claramente um processo evolutivo sobre a escolarização fluminense, e rompendo com um olhar historiográfico linear, lhe possibilitaram observar avanços, recuos e mudanças de rumo. Decisões às vezes polêmicas sobre ampliação ou diminuição de anos de estudo, propostas sobre conteúdos, indefinições em relação aos diversos níveis de ensino, discussões acerca de métodos, reclamações sobre gastos excessivos, orçamentos à míngua, diversos pontos de vista sobre aluguel ou compra de edifícios para as escolas e tensões que permeavam a incipiente profissão docente são alguns dos temas abordados no trabalho.

Rodrigo Rodrigues conseguiu, assim, decifrar, quase enigmaticamente, quatro décadas de escolarização primária no Estado do Rio de Janeiro e na cidade de Campos, escolarização profundamente imbricada no jogo político estadual e local.

São numerosos os aspectos positivos e originais do trabalho, e cada leitor escolherá, por certo, aqueles que mais lhe chamam a atenção. Do meu ponto de vista, além do destacado, outra grande contribuição do texto diz respeito aos prédios escolares, até o presente um tema bastante silenciado no que diz respeito à escola primária fluminense. Retratam-se “palácios” e “pardieiros”, parafraseando Faria Filho (1998), mas demonstrando que, longe de constituir dois modelos em que o espaço mais higienizado e monumental substituiria o insalubre e improvisado, ter espaços apropriados para estudar dependia da vontade política, situação que, aliás, não difere dos dias de hoje.

Entretanto, identifica-se com muita propriedade no trabalho o momento de inflexão em que começou a se pensar na necessidade de ter uma “casa” própria e apropriada para o ato de ensinar e aprender sob a forma graduada. A partir de então, o autor nos presenteia com uma série de projetos e plantas inéditas, assim como fotografias que permitem observar claramente tanto a arquitetura escolhida em cada região, quanto o volume do investimento em matéria de edificações em algumas cidades importantes do Estado, sem perder de vista os detalhes ornamentais das edificações.

Mas Rodrigo não se contenta em traçar um rico panorama sobre a escola primária fluminense e sua materialidade. Ele também mergulha na outra face da escolarização: a profissionalização docente. Assim, são abordados salários; espaços de formação em disputa; circuitos de circulação docente; a (in)diferenciação entre o espaço público e o doméstico que marcou alguns períodos; o *status* de ser diretor de grupo escolar; a criação de um corpo de inspetores para controlar os professores e pensar melhor a própria escola primária; as iniciativas de caráter corporativo por parte dos professores, entre

outras questões que oferecem ao leitor possibilidades para entender o espectro docente fluminense mais amplo.

No plano da cidade de Campos dos Goytacazes propriamente dito, o autor minuciosamente montou mapas sobre os quais foi identificando, como em uma espécie de carta geográfica de garimpos, os locais onde as escolas identificadas nos documentos se localizavam e as professoras a elas vinculadas, traçando assim um “retrato falado” da distribuição das escolas e suas docentes, sejam elas mais centrais ou mais distantes. E para traçar esse quadro educacional de forma mais completa, foi buscar referências que diziam respeito tanto às escolas públicas quanto às privadas, já que sem estas últimas não seria possível compreender a educação da cidade na Primeira República.

Ainda, ao fazer referência à relação de permeabilidade entre as esferas pública e privada na implantação da escola primária no Brasil, o trabalho também retrata iniciativas de caráter filantrópico, muitas das quais partiam dos próprios professores, como a Caixa Escolar, o Copo de Leite, e a realização de festas com o objetivo de angariar dinheiro para manter as escolas públicas em funcionamento, já nos anos de 1920.

A modernidade pedagógica campista vinculada à escola primária não escapou ao olhar escrutinador do pesquisador. Posso dizer que essa modernidade pedagógica estava principalmente representada na cidade de Campos por duas instituições diferenciadas: a Escola Modelo, estudada anteriormente por Boynard (2006) e a Escola ao Ar Livre, ambas criadas e fechadas no mesmo ano: 1916 e 1931. Nesse sentido, a análise realizada sobre a Escola ao Ar Livre, e as suas ligações com o movimento da escola nova europeia, representa outro dos elementos inéditos que marcam o trabalho.

Nestas breves páginas iniciais, mais do que marcar algumas características relevantes do trabalho em questão, gostaria de destacar a riqueza deste livro como um todo, recheado de detalhes e informações ricas e substantivas que representam uma grande contribuição para a compreensão da escola primária não apenas campista, não só fluminense, mas brasileira, na passagem do século XIX para o XX.

Aproveito para citar, por último, António Nóvoa, quem afirma que,

Não há História da Educação sem a mobilização rigorosa dos instrumentos teóricos e metodológicos da investigação histórica. Mas também não há História da Educação sem um pensamento e um olhar específicos sobre a realidade educativa e pedagógica. Uma moeda sempre tem dois lados. A História da Educação só existe a partir desta dupla possibilidade... (NÓVOA, 2008, p. 9).

Sob a inspiração dessas palavras, concluo que na obra de Rodrigo Rosselini Julio Rodrigues se aliam o trabalho metucioso e o metódico do historiador, ao olhar da realidade pedagógica do educador.

Introdução

Este livro é o resultado de dois anos de trabalho junto à linha de pesquisa “História das Instituições Escolares do Norte Fluminense”, ligada ao grupo “Educação, Sociedade e Região”, liderado pela professora Dr^a. Silvia Alicia Martínez, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF.

Originalmente o texto foi concebido como dissertação de mestrado, defendida no programa de pós-graduação anteriormente referido, no ano de 2014. No trabalho de transposição do texto para o formato de livro busquei adaptar a estrutura e a linguagem de modo a possibilitar uma leitura mais fluente e agradável, entretanto sem abandonar as preocupações acadêmicas do campo da historiografia da educação. Para isso foi alterada a estrutura original dos capítulos, além de uma adaptação da linguagem e a supressão de algumas notas de rodapé que eram fundamentais para um instrumento de avaliação: a dissertação, mas não tão necessárias para uma obra de divulgação: um livro. Nas citações literais das fontes primárias foi mantida a grafia original.

Em dezembro de 2011, numa noite agradabilíssima de bate-papo na casa de amigos, conversávamos sobre possíveis temas para um projeto de mestrado no campo da história da educação. Em meio à conversa foi mencionada a recente comemoração do centenário do Colégio Estadual Visconde do Rio Branco, localizado no bairro da Lapa, no município de Campos dos Goytacazes – RJ. Esta informação trouxe algumas reações: a primeira delas, de estranhamento, pois o estilo arquitetônico do prédio escolar não aparentava ser centenário. Também chamava a atenção a localização da escola: um bairro próximo ao Centro da cidade que se desenvolveu a partir de uma grande tecelagem. A escola teria sido criada para atender à demanda dos filhos das operárias? Será que a localização do “Visconde” teria sido sempre aquela? Por que um prédio escolar tão imponente como aquele estaria “escondido” num canto de rua sem saída, quase sem visibilidade? Ainda na conversa surgiu a informação de que muito provavelmente a escola teria sido, no passado, um grupo escolar, e que este modelo de escola era um objeto de pesquisa muito caro aos estudos da história da educação.

Diante dessas e de outras questões, decidi investir numa pesquisa sobre o “Visconde”. Alguns dias depois fui à escola para fazer um levantamento preliminar, com a intenção de encontrar um arquivo escolar ou documentos que permitissem a sua composição.

Segundo o levantamento feito com a direção e com a secretaria, a escola teria sido fundada no dia 07/12/1911 pelo Dec. nº 1.200. Essa informação tem como base uma cópia do Dec. nº 6.493, de 06/01/1983, que transformara o “Colégio Estadual” em “Escola Estadual Visconde do Rio Branco”, citando então o Dec. nº 1.200, com o dia 07 de dezembro de 1911 como data fundadora.

A partir daí o primeiro passo da pesquisa foi buscar esse decreto fundador que, para minha surpresa, data de 07 de fevereiro (e não dezembro) de 1911, mostrando que a escola havia comemorado seu centenário com dez meses de atraso. Outra informação importante era que o decreto em questão criara outras duas escolas no município de Campos além do “Visconde” (que ainda não possuía essa denominação), todas numeradas e classificadas como “escolas complementares”, o que abriu as portas para a construção de um objeto de pesquisa mais amplo.

Em seguida, analisando a produção sobre a história da educação primária do estado do Rio de Janeiro durante os primeiros anos do regime republicano, pude constatar que o volume de trabalhos não é muito expressivo. A maior parte dos estudos tem como objeto as escolas primárias cariocas, ou seja, do antigo Distrito Federal, havendo pouca produção sobre o contexto fluminense, sobretudo em relação ao interior.

Um artigo da professora Alessandra Schueler, publicado em 2010, é um dos poucos trabalhos exploratórios que, a partir da análise das mensagens encaminhadas anualmente pelos presidentes do Estado à Assembleia Legislativa, traça um panorama sobre a história da escola primária fluminense durante a Primeira República. Em sua introdução, Schueler (2010) salienta que

em que pese a riqueza dos debates e iniciativas dos governos fluminenses no sentido de expandir a escola primária no interior do Estado, esta não tem sido uma problemática presente nos estudos de História da Educação. A própria memória dos grupos escolares e das escolas primárias do período republicano permanece na penumbra. A historiografia da educação não tem, em muitos casos, sequer considerado relevantes as políticas de escolarização no Estado, no que se refere à apropriação e à difusão do modelo de escola graduada no âmbito de construção do ideário da chamada modernidade republicana (SCHUELER, 2010).

Sobre a região Norte Fluminense, especificamente, destacam-se os trabalhos produzidos pelas pesquisas lideradas pela professora Silvia Martínez a respeito da Escola Normal e do Liceu de Campos¹, e também sobre a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha².

Num primeiro momento de trabalho com fontes primárias, os esforços se voltaram para o estudo das mensagens presidenciais entre os anos de 1892 e 1930. Ao trabalhar com as mensagens do governo do estado de Minas Gerais no mesmo período, José Carlos S. Araújo (2012) ressalta a importância de compreendê-las como uma “forma de comunicação oficial entre o Poder Executivo (e de sua equipe, Secretários de Estado) e o Poder Legislativo (...)”,

¹ Martínez (2009a, 2009b); Martínez e Boynard (2004, 2010); Martínez, Gantos e Boynard (2006); Martínez e Fagundes (2010)

² Reis (2013); Silva (2016)

[sendo portanto] uma modalidade de discurso político, que está inerentemente implicado com o poder” (ARAÚJO, 2012, p. 101, 104).

Entre os documentos oficiais trabalhados estão também os relatórios da Diretoria da Instrução Pública, da Secretaria do Interior e Justiça, da Diretoria de Obras Públicas e da Secretaria Geral do Estado, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, no fundo Presidência do Estado. Também compõem este fundo documentos manuscritos enviados por professores e diretores de escolas para a Diretoria da Instrução Pública.

Em relação às fontes iconográficas, parte delas foi extraída do álbum fotográfico do estado do Rio de Janeiro, publicado como parte dos festejos pelo centenário da independência do Brasil, disponível tanto na Biblioteca Nacional quanto no Museu do Índia. Outra fonte importante foi o álbum fotográfico “Melhoramentos de Campos”, pertencente ao acervo do Museu Histórico de Campos, retratando as obras de saneamento da cidade, realizadas em 1916.

É importante ressaltar o cuidado necessário ao trabalhar com fontes oficiais, pois estas carregam valores próprios dos indivíduos e dos contextos nos quais foram produzidas. Por isso é necessário observar, como aponta LeGoff (1996, p. 535) que

o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.

O autor prossegue advertindo que “estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador” (LEGOFF, 1996, p. 535).

Ainda em relação aos documentos, Marc Bloch (2001) salienta que “os atos lavrados em cartório regularmente pululam de inexatidões voluntárias” (BLOCH, 2001), fazendo uma crítica à tradição positivista que considerava como válidos apenas os documentos escritos oficiais. Munteal Filho (1998), relatando sua própria experiência com os arquivos, alerta que é fundamental combater a “crença cega nas fontes e no seu conteúdo (...) [evitando a] sedução/adoração pela ideia da reconstituição do passado contido hipoteticamente na massa documental (...) como se o passado estivesse apenas à espera de alguém que o revelasse integralmente” (MUNTEAL FILHO, 1998).

O trabalho com esses documentos suscitou a necessidade de melhor compreender o pensamento político que embasava as concepções de república e do papel desempenhado pela educação na organização da sociedade. Para isso foi fundamental a leitura de um artigo de José Murilo de Carvalho intitulado “A utopia de Oliveira Viana” (CARVALHO, 1991a), no qual o autor, ao analisar as origens desse polêmico pensador brasileiro, traça uma linha ligando o seu pensamento político ao do Visconde do Uruguai, considerado por Carvalho “o patriarca da família”, da qual fazem parte Silvio Romero e Alberto Torres.

O fato de Uruguai ter sido presidente da província entre 1836 e 1840, e Torres presidido o estado do Rio de Janeiro entre 1897 e 1900, despertou o interesse por

suas obras, ampliado ainda pelo fato de terem sido criados a primeira escola normal do Brasil na presidência do Visconde do Itaboraí, representante do grupo Saquarema, antecessor e correligionário de Uruguai no governo fluminense; e os primeiros grupos escolares fluminenses no governo de Alberto Torres.

Nesse sentido foram buscados nos trabalhos mais relevantes³ destes dois pensadores sociais, interpretados como autoritários ou antiliberais, os elementos que tenham, de alguma forma, influenciado o cenário político fluminense durante a Primeira República.

Para dialogar com a documentação citada acima, outra fonte privilegiada nesta pesquisa foram os periódicos que circularam no estado do Rio de Janeiro, principalmente na cidade de Campos, naquele período. A análise da imprensa periódica como fonte de pesquisa histórica observou os pressupostos da nova história política sugeridos por Jeanneney (1996), que sugere duas abordagens fundamentais a serem aplicadas sobre este objeto:

A primeira consiste em estudar, no tocante à imprensa escrita, o dinheiro mais ou menos oculto que a irriga (...). A segunda abordagem (...) consiste em ver, em casos precisos, como funcionam as influências – nascimento, vida e morte dos programas, nomeação e afastamento dos diretores, e também esses incidentes diversos que fazem a máquina ranger e revelar suas engrenagens (JEANNENEY, 1996, p. 219-220).

A seleção dos jornais que circularam em Campos durante a Primeira República teve por primeiro critério a sua disponibilidade no acervo do Arquivo Público Municipal “Waldir Pinto de Carvalho”, em Campos. De acordo com o primeiro levantamento feito, foram encontrados os seguintes jornais, com as respectivas datas limites, compreendidas no período de interesse da pesquisa: *A República* (1890 – 1895); *Folha do Commercio* (1909-1930); *Gazeta do Povo* (1894-1912); *O Monitor Campista* (1889-1896, 1900-1913, 1928-1929).

Nesses jornais, além dos editoriais e matérias a respeito da escola primária, é possível encontrar propagandas de escolas e professores particulares bem como notícias sobre o Liceu de Humanidades de Campos e a Escola Normal de Campos, as chamadas e os resultados dos exames finais, tanto dessas escolas, quanto das escolas primárias públicas e privadas, o que permitiu observar as listas com nomes completos de todos os alunos que prestaram exames, suas notas finais, as professoras que compunham as bancas de avaliação e alguns detalhes sobre as cerimônias de encerramento do período letivo, como discursos de alunos e professores e os tipos de trabalhos apresentados.

É possível ler ainda sobre festas cívicas, ações filantrópicas em prol do ensino, opiniões a respeito das autoridades do ensino e sobre as reformas da instrução, assim como os demais aspectos cotidianos da escola primária em Campos dos Goytacazes. Através desses periódicos também foi possível

³ Para esta análise foram estudados *A Organização Nacional*, de Alberto Torres (1914) e o *Ensaio sobre o direito administrativo*, publicado pelo Visconde do Uruguai em 1862 e reeditado por José Murilo de Carvalho em 2002 (URUGUAI, 2002).

contextualizar o cotidiano da cidade, seus hábitos culturais, problemas sociais, e referências à política municipal, regional, estadual e federal, bem como a inter-relação entre essas diferentes escalas.

Para estudar o período compreendido entre 1900 e 1911, utilizei como fonte privilegiada os jornais *A Gazeta do Povo* e o *Monitor Campista*, uma vez que a *Folha do Commercio* começou a ser publicada somente em 1910. Num primeiro momento, a análise sobre o editorial desses jornais mostrou que o *Monitor* havia pertencido e sido redatoriado por Francisco Portella, chefe político do Partido Liberal nos tempos do Império, nomeado como primeiro presidente do estado do Rio de Janeiro pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Os ataques desse jornal à *Gazeta do Povo*, que ostentava o subtítulo de *Diário Republicano*, eram constantes, na medida em que este veículo se colocava como defensor do grupo político liderado pelo antigo chefe do Partido Conservador, o Barão de Miracema. Entre os *miracemistas* estava o jovem Nilo Peçanha, que se aproximara do presidente Alberto Torres no ano de 1900.

O antagonismo entre os dois jornais foi bastante acirrado durante os primeiros anos da república, até a chegada de Nilo Peçanha ao governo fluminense, pela primeira vez, entre 1903 e 1906, com uma política de pacificação e cooptação das oposições, que concorreu para o arrefecimento da beligerância entre os dois principais órgãos da imprensa campista.

A partir de 1913 o único jornal disponível no acervo do Arquivo Público de Campos é a *Folha do Commercio*, órgão pertencente à Associação Comercial de Campos. Seu discurso carregava um viés liberal, em defesa do comércio, criticando sempre os abusos do governo quanto à taxaço considerada excessiva, opondo-se, neste sentido, à política interventora nilista, sendo muito pouco presente na cobertura dos eventos que favoreceriam a esse grupo político, como as obras de saneamento da cidade de Campos em 1916 e a própria construção do prédio que abrigou a Escola ao Ar Livre Presidente Wencesláo Braz, tratada no capítulo 4 deste livro.

Também foram utilizadas como fonte jornalística as edições da revista *Aurora: Letras, Artes, Sciencias* disponíveis no Palácio da Cultura, em Campos. Trata-se de um periódico dedicado principalmente à literatura, filosofia, estética e arte, onde se publicavam os trabalhos dos intelectuais campistas cuja linguagem, de certa forma, não se adequava aos jornais diários.

O trabalho com uma diversidade tão grande de fontes impôs alguns desafios metodológicos à pesquisa que resultou neste livro. Em primeiro lugar, o de trabalhar com grande quantidade de informações fragmentadas, entre estatísticas oficiais e notas de jornais, que iam desde textos editoriais assinados ou extensas listas com o resultado dos exames finais, a anúncios de apenas três linhas trazendo informações caríssimas como, por exemplo, o endereço de uma escola ou mesmo a filiação de uma professora; a nota sobre o aniversário, casamento ou falecimento de um professor, etc.

Em segundo lugar, o recorte do objeto. Se por um lado a natureza dos resultados obtidos não possibilitava, a contento, a pesquisa sobre apenas uma

escola – o Grupo Escolar Visconde do Rio Branco –, por outro, permitiam a elaboração de um trabalho não apenas tratando da escolarização primária no município de Campos, mas também no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Para solucionar o primeiro desafio recorri ao paradigma indiciário, sugerido por Carlo Ginzburg (1990), que pressupõe a compreensão do todo a partir da observação dos detalhes ou indícios aparentemente sem importância. Neste princípio é fundamental a percepção das fontes que involuntariamente se revelam ao longo da pesquisa, contribuindo para a construção da narrativa histórica.

A partir desta observação microanalítica foi possível mobilizar diversas “migalhas de informações” (REVEL, 1998, p. 13), permitindo a compreensão das lógicas sociais de um determinado objeto, em sua articulação com dinâmicas de escalas maiores. Esta operação microanalítica, compreendendo os jogos de ampliação e redução da escala de análise, não como subordinação dos elementos individuais – ou locais – aos fenômenos de maior grandeza, mas sim as suas particularidades e os seus detalhes na relação com o global, contribuem para a solução do segundo desafio metodológico apresentado (REVEL, 1998).

Desta forma, considerando o processo de escolarização primária como fenômeno a ser investigado, a variação entre a escala local — o município de Campos tomado como unidade de análise (FARIA FILHO, 2009) — e a global (o estado do Rio de Janeiro), ampliam as possibilidades de sua inteligibilidade. Em outras palavras, a redução da escala de análise ao município de Campos, permite compreender com mais abrangência as experiências de escolarização primária no estado do Rio de Janeiro.

Finalizando a construção do objeto, o seu recorte temporal compreende o período entre os anos de 1893 — quando foi elaborada a primeira reforma da instrução pública fluminense sob o regime republicano —, e 1931, quando foi publicado o Dec. nº 2.676, extinguindo a escola ao ar livre Wencesláo Braz e a Escola Modelo Seis de Março em Campos, símbolos do processo de escolarização primária da Primeira República, não só no município de Campos como em todo o estado do Rio de Janeiro.

A questão central é compreender de que maneira se efetivaram as políticas de educação operadas pelos diferentes grupos oligárquicos fluminenses ao longo da Primeira República, e quais impactos representaram no cotidiano escolar, tomando o município de Campos como posição de análise.

O principal objetivo deste livro é contribuir para a redução do silêncio existente em relação à escolarização primária no interior do estado do Rio de Janeiro, sobretudo na região Norte Fluminense. Outro objetivo é mapear a atuação das escolas públicas e privadas de Campos num contexto de transformações socioespaciais que marcaram o período da Primeira República, identificando o lugar da escola na cidade. O trabalho também procura identificar no processo de escolarização primária em Campos os reflexos do pensamento político fluminense, marcado pelo conservadorismo agrarista.

Por fim, busca-se fornecer subsídios para que as escolas criadas naquele período e ainda existentes conheçam melhor sua história e o contexto em que foram criadas, se possível colaborando para a organização de seus arquivos escolares e centros de memória.

O livro está estruturado em cinco capítulos que buscam articular as características políticas da Primeira República, o lugar ocupado pela educação primária nos projetos republicanos de sociedade e as experiências de escolarização primária vivenciadas no município de Campos dos Goytacazes na virada do século XIX para o século XX.

O primeiro capítulo mostra o processo de implantação do regime republicano na província fluminense, identificando os principais grupos oligárquicos que então se delineavam e situando naquele contexto o município de Campos dos Goytacazes, o maior em termos populacionais e mais importante do ponto de vista econômico, no estado do Rio de Janeiro naquele período. Ainda neste capítulo é analisado o pensamento político predominante no estado do Rio de Janeiro ao longo da Primeira República.

O capítulo 2 traz uma revisão da literatura sobre a escola primária brasileira no final do século XIX, contextualizando as transformações e as inovações pedagógicas que marcaram aquele momento, em decorrência da necessidade de escolarizar um número cada vez maior de crianças, a partir das experiências do ensino individual passando pelo método mútuo, até chegar ao ensino simultâneo, centrado no desenvolvimento da escrita, demandando o uso de diversos materiais escolares como globos, cadernos, bancos-carteira, que por sua vez necessitavam de espaços apropriados, levando à criação dos grupos escolares.

Logo em seguida são apresentados os primeiros movimentos de organização da escola primária fluminense no regime republicano, com a reforma de 1893, que instituiu o ensino primário laico e gratuito, e a reforma iniciada em 1897 e regulamentada em 1900, que criou os primeiros grupos escolares no estado do Rio de Janeiro, logo extintos no ano de 1902. Neste contexto, analiso os reflexos das disputas interoligárquicas no processo que levou à extinção da Escola Normal de Campos e a sua substituição pelo Grupo Escolar Barão de Tautphœus. O capítulo se encerra com uma abordagem em torno dos principais aspectos da cultura escolar campista na virada do século XIX para o XX, até a extinção do grupo escolar em 1902.

O capítulo 3 aborda o período que sucede a extinção dos primeiros grupos escolares, quando o ensino público primário no estado do Rio de Janeiro foi limitado às escolas isoladas. Neste contexto, ainda marcado pela crise econômica do Estado, surgiram as experiências do ensino profissional. Em Campos, num período marcado por epidemias e conflitos urbanos envolvendo o lugar da população pobre na cidade, inclusive os “menores vadios”, foi criada uma política disciplinadora através da instalação de uma escola profissional, logo extinta após apenas um ano de existência, em decorrência dos conflitos interoligárquicos pelo controle político do Estado.

O quarto capítulo analisa um novo período na história da educação primária fluminense, iniciado em 1911 após uma certa estabilização político-financeira do Estado, e encerrado no ano de 1922, ao fim do governo de Raul Veiga, o último representante do *nilismo* à frente do governo fluminense. Em 1911 foi implantada outra reforma da instrução, criando uma nova modalidade

de escola primária, denominada Escola Complementar, possuindo uma estrutura de ensino graduado, oferecendo um curso de seis séries dirigido por uma professora-diretora que organizaria o trabalho das professoras adjuntas, encarregadas pela regência das classes em que se dividiriam as séries. Ao todo foram instaladas 26 escolas complementares no estado do Rio de Janeiro, sendo 3 delas no município de Campos. Em 1915 essas escolas foram convertidas em grupos escolares, marcando o retorno dessa modalidade de ensino no Estado. Das escolas complementares de Campos surgiram o Grupo Escolar João Clapp, o Grupo Escolar XV de Novembro e o Grupo Escolar Visconde do Rio Branco.

Entre os anos de 1916 e 1922 o estado do Rio de Janeiro vivenciou uma importante política de criação de grupos escolares que incluía a construção de prédios seguindo os preceitos pedagógicos e higienistas da época. Foi neste período que o município de Campos dos Goytacazes conquistou a sua escola modelo, denominada Escola Modelo Seis de Março – anexa à Escola Normal de Campos, e também uma modalidade inovadora de educação primária, que naquele momento se espalhava pela Europa, Estados Unidos da América e por alguns países latino-americanos: a escola ao ar livre, objeto que encerra o capítulo 4.

Por fim, o capítulo 5 apresenta um panorama sobre a década de 1920, iniciando com a inauguração dos primeiros prédios monumentais destinados a abrigar grupos escolares no estado do Rio de Janeiro, projetados e construídos para este fim no governo de Raul Veiga, e se encerra mostrando como que, ao longo dessa década, a política de construção de grupos escolares e contratação de professores públicos efetivos deu lugar a propostas de cunho liberal que estimulavam a iniciativa privada com a política de subvenção a escolas particulares, o apelo às municipalidades e às ações filantrópicas. Ao final dessa década o município de Campos possuía 4 grupos escolares com alto índice de frequência, porém em condições insalubres, dependendo da ação beneficente para a sua manutenção.

Ao longo desses capítulos foram caracterizados os movimentos de ruptura e continuidade decorrentes dos conflitos interligárquicos na Primeira República fluminense, mostrando como as reformas da instrução, a criação e extinção de escolas, bem como seus modelos, permitem compreender as características dos grupos políticos que se alternaram no poder no estado do Rio de Janeiro, evidenciando que durante os períodos em que o Estado esteve sob governos de tendências mais liberais, alinhadas com os princípios federalistas e com a política dos grandes Estados, verificou-se uma escola primária prioritariamente elementar (isolada), marcada pela subvenção a professores particulares, e estímulo à participação das câmaras municipais e da filantropia. Ao mesmo tempo, durante os governos mais centralizados, tendo à frente Nilo Peçanha e seus aliados, observou-se a implantação da escola graduada, o ensino profissional e a política de construção de prédios escolares.

Capítulo 1

O Rio de Janeiro e a República

OLIGARQUIAS E PROJETOS

No contexto da proclamação da República o Rio de Janeiro, antiga província que durante o segundo reinado constituía o principal polo econômico do país e representava a base do poder político da monarquia, encontrava-se em situação bastante delicada. A crise econômica sentida a partir da década de 1880, em decorrência da dinâmica do setor cafeeiro, refletiu-se em crise política que animou uma série de disputas pelo controle do Estado entre diferentes grupos, promovendo grande instabilidade que marcou as duas primeiras décadas republicanas, interferindo diretamente nas primeiras experiências de escolarização primária no Estado. A estabilidade alcançada na década de 1910, assim como as transformações ocorridas ao longo da década de 1920, também incidiram sobre as políticas de educação implementadas pelos governos fluminenses daquele período.

Para melhor compreender as experiências de escolarização primária no estado do Rio de Janeiro durante a Primeira República, faz-se necessária a análise do processo de republicanização fluminense, levando em consideração suas especificidades, seus diferentes agentes e respectivos projetos políticos.

1.1. Autoridade e liberdade: O “Estado pedagogo” em uma “República social” e agrária

O período de transição da Monarquia para a República foi bastante conturbado no Rio de Janeiro, marcado pela instabilidade política, pelas disputas de poder e pelo agravamento da crise econômica. Durante os governos de Alberto Torres (1897 – 1900) e Quintino Bocaiúva (1900 – 1903) formaram-se as bases do projeto político que predominou durante as décadas de 1900 e 1910, sob a liderança de Nilo Peçanha. No entanto, para melhor compreender o fenômeno do nilismo, faz-se necessária a compreensão da tradição política fluminense que se desenvolveu ao longo da segunda metade do século XIX, exercendo forte influência no período da Primeira República.

Durante as regências (1831 – 1840), o Brasil foi agitado por convulsões sociais relacionadas às transformações político-administrativas ocorridas desde a abdicação de D. Pedro I. Logo de início uma série de medidas de cunho liberal fortaleceu o poder em nível provincial após a vitória contra o “absolutismo” do imperador deposto. Entre as medidas temos a criação da Guarda Nacional em 1831, que seria “um corpo armado de cidadãos confiáveis” (FAUSTO, 2001), destinado a proteger os interesses da aristocracia contra os perigos representados pela plebe e pelos escravos; o Código de Processo Criminal de 1832, que ampliava os poderes dos juízes de paz, autorizando-os a prender e julgar pessoas acusadas de pequenas infrações; e também a instituição do *habeas corpus*.

O ponto máximo das medidas descentralizadoras foi o Ato Adicional de 1834, que decretou o fim do poder Moderador durante a vigência das regências, o fim do Conselho de Estado e a instituição das Assembleias Provinciais, com amplos poderes e autonomia em relação aos Conselhos Gerais.

Os anos que se seguiram a 1834 foram marcados por vários conflitos regionais, caracterizados por disputas interoligárquicas pelo controle provincial, e também pela reação popular à ação repressiva das elites locais. O senador Vergueiro, em discurso na sessão do Senado de 12 de julho de 1841 argumentava que: “Todos sabemos bem que as agitações que têm havido entre nós... procedem de havermos antecipado a nossa organização política à social” (URUGUAI, 2002, p. 429).

Nesse contexto, surgiu a “trindade saquarema”, formada por Joaquim José Rodrigues Torres, futuro visconde de Itaboraí; Paulino José Soares de Sousa, futuro visconde do Uruguai; e Eusébio de Queirós. Conhecidos como regressistas, propunham a reforma das leis que haviam proporcionado um “excesso de liberdades”, durante os primeiros anos da regência, defendendo o retorno à centralização política (MATTOS, 1994).

Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, em seu “Ensaio sobre o direito administrativo”, publicado em 1862 após uma viagem à Europa, apresenta através de uma análise profunda acerca das estruturas político-administrativas de diversos países europeus e dos Estados Unidos, a maneira como a aplicação dos princípios de centralização e descentralização governamental e administrativa, observados nesses países, foram transplantados para o Brasil.

Baseando-se na comparação entre a experiência francesa e a anglo-saxã, sobretudo a partir da leitura de Guizot e Tocqueville, autores constantemente citados por ele, Uruguai defende a necessidade da separação entre governo e administração.

A centralização é essencial, não pode deixar de existir quando se trata de interesses comuns e gerais a uma sociedade. É então o laço que a une. Dai a um município a faculdade de entender em negócios que afetam toda a província ou diversos municípios; à província o direito de tomar resoluções que entendam com os negócios e interesses de outras ou de todo o Império, e tereis a anarquia e a dissolução da sociedade. Nem centralização, nem descentralização demasiada (URUGUAI, 2002, p. 436).

Para Uruguai a centralização política era essencial como instrumento de manutenção da integridade territorial do Império, para a construção de um sistema de comunicação ligando todas as suas partes, o uso de moeda única, e a eliminação ou manutenção de certas instituições, como a escravidão, pois “sem a centralização ficaria exclusivamente entregue aos governadores das localidades o arbítrio de [...] manter ou não manter servidões públicas” (URUGUAI, 2002, p. 439), o que representaria fatalmente a dissolução do império.

Por outro lado, a descentralização administrativa é importante em nível local. Uruguai defendia a aplicação do princípio de centralização de forma hierárquica, sendo aplicada de modo mais intenso a questões de maior importância, de ordem nacional, chegando à possibilidade de uma descentralização completa em relação aos negócios de interesse apenas local, salientando a necessidade de “não querer governar com razões de Estado os negócios domésticos das localidades, as quais têm outras razões para os governarem” (URUGUAI, 2002, p. 437).

Do mesmo modo, não era desejável a inversão desta ordem, como ocorrera em 1831, após a abdicação de D. Pedro I. A estrutura administrativa do primeiro reinado era extremamente centralizada o que demandava, reconhecia Uruguai, a necessidade de uma descentralização. O autor cita como exemplo que, para a criação de escola numa aldeia era necessária uma lei da Assembleia Geral, aprovada pelo Conselho Geral. No entanto, o que ocorreu após 1831, sobretudo com a criação do Ato Adicional, foi a instalação de uma grande confusão em relação às atribuições da Assembleia Geral e as Assembleias Provinciais (Ibidem), ficando, muitas vezes, questões relacionadas aos interesses nacionais sob responsabilidade das províncias. Segundo Uruguai,

as Assembleias Provinciais passaram a legislar sobre jurados, juízes de paz, juntas de paz, juízes municipais, de órfãos, de direito e promotores. (...) legislaram sobre processo, sobre párocos, sobre a Guarda Nacional, sobre privilégios exclusivos e indústria, sobre impostos de importação, sobre ancoradouros, sobre corpos do Exército. Criaram bancos, entenderam com a circulação monetária, em uma palavra, invadiram tudo, e iam descentralizando tudo e acabando com o Império (URUGUAI, 2002, p. 460).

Deste modo, é possível perceber também o quanto, em nível local, o Ato Adicional estabeleceu forte dependência dos interesses locais às Assembleias Provinciais, cerceando e reduzindo a autonomia das municipalidades, dificultando o desenvolvimento econômico e social das províncias.

Segundo Uruguai, os princípios que nortearam a ação dos liberais brasileiros pressupunham que a liberdade só seria possível com a redução da autoridade, através da descentralização política, reduzindo o poder central, mas concentrando-o nas províncias. Observa ele ser esta formulação equivocada, pois mesmo nos países onde os princípios federalistas eram predominantes, como a Inglaterra, a centralização política era bastante elevada, provando ser a autoridade compatível com — na sua concepção saquarema, fundamental para — a liberdade.

Na Inglaterra a unidade era observada “em todas as coisas, na língua, nos hábitos, vestidos, habitações, alimentos, utensílios, costumes domésticos (...). Em nenhum país se encontram tantos objetos fabricados uniformemente, mais uniformidade no sistema dos canais, estradas, etc.” (URUGUAI, 2002, p. 470). A administração pública se organiza a partir do princípio do *self-government*, no qual “os cidadãos, por si mesmos, ou por meio de associações, cumprem uma grande parte dos deveres que, em outros países, estão confiados a funcionários públicos” (URUGUAI, 2002, p. 472). Esse princípio foi trazido para a América pelos colonizadores ingleses e nos Estados Unidos, assim como na Inglaterra, “a regra é que o povo é que deve dirigir o governo, e não o governo o povo. O governo vai com o povo porque o governo é o povo” (URUGUAI, 2002, p. 491).

Ao contrário do *self-government* anglo-americano, na França o Estado ia ao povo através de uma burocracia bem estruturada e de uma administração eficiente.

No Brasil, nem o Estado ia ao povo, nem o povo ia ao Estado, pois a administração era por demais centralizada, ineficiente e politizada, não oferecendo ao cidadão, na instância municipal, instrumentos para se proteger dos abusos das autoridades, além da morosidade e da precariedade dos serviços públicos que não garantiam o exercício da cidadania (CARVALHO, 2002, p. 28).

Apesar da comparação entre as experiências francesa, anglo-americana e brasileira, uma das características do seu pensamento saquarema era a consciência de que não se deve copiar os sistemas estrangeiros, mas sim adaptar essas experiências às especificidades nacionais, o que não ocorria no Brasil. Em 1831 os liberais não teriam levado em consideração as especificidades brasileiras, como o seu vasto território em grande parte despovoado, desprovido de vias de comunicação e recém-independente de um modelo de colonização que não propiciou a formação de um povo “preparado pela educação e hábitos para o regime prático constitucional” (URUGUAI, 2002, p. 453).

Nesta concepção, em países como o Brasil o *self-government* deveria ser implantado aos poucos, sob a tutela do Estado, a partir da centralização política, “educando o povo, habituando-o pouco a pouco a gerir seus negócios (...), ao uso de uma liberdade pratica, séria e tranquila, preservando sempre o elemento monárquico da Constituição” (URUGUAI, 2002, p. 492; 498).

José Murilo de Carvalho (2002) identifica a continuidade de muitos dos males apontados por Uruguai no século XIX (CARVALHO, 2002, p. 44). O movimento republicano deflagrado no último quarto do século XIX encarnava, mais uma vez, a luta contra a excessiva centralização do Estado monárquico.

Proclamada a República em 1889, teve-se mais um movimento de avanço dos princípios liberais. A Constituição Federal promulgada em 1891, efetuara a transposição do modelo federativo norte-americano para os Estados Unidos do Brasil, marcado pela autonomia das antigas províncias transformadas em Estados, cada qual com sua Constituição, seu presidente e poder legislativo próprios.

Nesse contexto, o pensamento saquarema deixava de ser um fenômeno nacional, porém mantendo forte influência na política fluminense ao longo da Primeira República, seja na atuação política de antigas lideranças do Partido

Conservador, como Paulino José Soares de Souza (filho do Visconde do Uruguai) e o Barão de Miracema, ou nas práticas político-administrativas adotadas por jovens políticos como Alberto Torres e Nilo Peçanha, sobretudo nas formulações sociológicas desenvolvidas pelo primeiro, publicadas após a sua experiência como presidente do Rio de Janeiro entre os anos de 1897 e 1900.

Após exercer o governo fluminense Alberto Torres retirou-se da vida política, dedicando-se aos estudos sociológicos. Publicou “Vers La Paix” em 1909 e “Le Problème Mondial” em 1913, fazendo uma reflexão sobre contexto belicista e imperialista daquele período. No entanto, é nas obras “A Organização Nacional” e “O problema Nacional Brasileiro”, publicadas em 1914, que se encontram as bases de suas análises sobre o Brasil (BARRETO, 1970, p. 30).

O pensamento político de Alberto Torres é tradicionalmente caracterizado como autoritário por defender a distinção entre a tradição republicana e as instituições da democracia liberal. José Murilo de Carvalho (1991a) estabelece uma relação entre o pensamento saquarema e as reflexões elaboradas ao longo das décadas de 1910 e 1920 por autores classificados pela tradição liberal como conservadores. Ele se refere a existência de “uma linha de pensamento que começa com Paulino José Soares de Souza, o visconde do Uruguai, passa por Sívio Romero e Alberto Torres” (CARVALHO, 1991a, p. 85), estendendo-se a Oliveira Viana, na década de 1920. Para Carvalho, nas raízes desse pensamento está a presença do Visconde do Uruguai, “o patriarca da família” (Ibidem). Nos pontos de convergência entre os autores está a preocupação com o estudo do Brasil a partir de referenciais próprios, combatendo a importação dos modismos intelectuais estrangeiros que não permitiam enxergar os reais problemas nacionais. Sobre este aspecto Alberto Torres (1914) lamentava viver o Brasil

uma contínua oscillação entre criações e reformas que não nascem de sua propria cellula germinal, natural e oportuna, para desenvolverem-se de embryão em organismo e de organismo em ser adulto, mas surgem, pelo contrario, como por encanto, do consorcio da ambição, quasi sempre nobre, dos homens públicos com as theorias do último livro lido ou da escola em voga, — para ruirem por terra, dentro em pouco, por inadaptáveis e inoportunas. (TORRES, 1914, p. XXIX-XXX).

Outro ponto comum seria a defesa da centralização política em oposição à perspectiva liberal anglo-americana, considerada por ambos facciosa (CARVALHO, 1991a, p. 86). Contra os riscos da centralização excessiva caberia ao Estado a criação do espírito público, da nação, para que nela se construísse a tradição do *self-government*. Nesta perspectiva, o Estado é o “pedagogo da liberdade, cabe a ele educar o povo para a participação na sociedade política. A tradição colonial portuguesa não preparava o povo para o autogoverno. O Estado é que devia assumir a tarefa” (CARVALHO, 1991a, p. 87).

Torres denunciava o divórcio entre o institucionalismo político liberal e a sociedade brasileira real, defendendo a necessidade de se compor uma nacionalidade *a priori*, incorporando os elementos que compõem a diversidade

geográfica, religiosa, cultural e racial do Brasil, constituindo uma “República social”, baseada na organização do trabalho e no agrarismo como vocação nacional, em oposição ao desenfreado processo de urbanização, que prejudicava a exploração extensiva da terra, e produzia um proletariado urbano, em suas palavras, “maior do que devêramos ter” (TORRES, 1914). Nesse ponto de vista, o desenvolvimento das cidades seria um erro grave, que estaria invertendo a normalidade social brasileira, fazendo com que o campo perdesse sua força.

Nesse sentido sentenciava Torres:

Demos terras a todos os homens válidos; instrução primária, a todos os que podem ver e ouvir; instrução secundária e superior, a todos os que são capazes, não a dando a nenhum que o não seja; educação social e profissional, também a todos; e não temamos o futuro. O Brasil é um país destinado a ser o esboço da humanidade futura (TORRES, 1914, p. 108).

Essa citação nos permite observar o caráter prioritário ocupado pela instrução primária na concepção de “República social” de Torres, sobretudo com ênfase no civismo e no ensino profissional, principalmente voltado para o preparo das populações para a vida agrícola, enquanto que o ensino secundário, direcionado para as carreiras acadêmicas, deveria ser oferecido apenas aos que “são capazes”. Em sua crítica ao bacharelismo liberal, Torres destacava o fato de o ensino secundário e superior serem um privilégio dos filhos das classes abastadas, direcionando, muitas vezes, “incapazes” para as letras e profissões liberais. Propunha então medidas de seleção, em todas as camadas da sociedade, das verdadeiras aptidões e capacidades para os estudos superiores, impedindo a perda de valores intelectuais para o país.

Nesse sentido propunha uma revisão na constituição federal de 1891 — que julgava ser uma “roupagem de empréstimo a instituições pré-maturas” (TORRES, 1914) — propondo a substituição do seu Artigo 6º, ampliando a intervenção do governo federal nos Estados, estabelecendo inclusive que a União deveria ter poderes “para tornar efetiva a educação moral, social, cívica e econômica das populações, a instrução primária e a agrícola, prática e experimental” (TORRES, 1914, p. 343).

Marta Carvalho (2003) mostra como o republicanismo hiperdimensionou o papel da educação na formatação de um país amorfo, na transformação de meros habitantes em povo. A autora identifica como a elite intelectual, entusiasta da educação, compreendia a população brasileira, sobretudo a rural, sua grande maioria, como uma massa amorfa, diluída entre “os signos da doença, do vício, da falta de vitalidade, da degradação e da degenerescência”, entregues à indolência e à preguiça, ao passo que se desenvolvia uma população urbana alheia, “resistente ao que era entendido como trabalho adequado, remunerador e salutar” (CARVALHO, 2003, p. 13).

Cynthia Greive Veiga (2011) ao analisar o federalismo na Primeira República como um obstáculo para a consolidação da tarefa de combater o analfabetismo e “fazer brasileiros” através da educação primária, cita a tese de Renato Lessa

que identifica um sentimento de “antiurbanismo” por parte das elites brasileiras durante a Primeira República, em decorrência da alta concentração da população no meio rural, a vasta extensão territorial, mas também uma ideia de República, gestada ainda no Império, preocupada com os excessos políticos e desordens populares (LESSA, 2003 *apud* VEIGA, 2011).

Essas características podem ser notadas durante a atuação de Torres à frente do governo fluminense quando, apesar da crise econômica e das duras críticas da oposição que chegou a propor um processo de *impeachment* do presidente, implantou medidas visando ao desenvolvimento da agricultura e à permanência do homem no campo, ao mesmo tempo que propunha a implementação do ensino agrícola no currículo das escolas públicas primárias, com a criação da disciplina chamada “noções elementares de economia rural e agronomia” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1898a, p. XI).

Torres lamentava a incapacidade da estrutura federalista em corrigir

o curso de um povo que se dissolve: progredindo em luxo, em ambição fácil, em vaidades, em fatuidade, em despreocupação das cousas sérias, nas classes elevadas, — menos cultas e menos civilizadas, em geral, que as das gerações que nos precederam —, e ociosa, indolente, dominada pelo vício, pelo álcool, pelo jogo, exposta a toda espécie de infecções, nas classes inferiores. O problema da cultura do indivíduo e o da construção estrutural da sociedade continuam a ser assumptos em branco em nossos annaes (TORRES, 1914, p. XXVIII-XXIX).

Tanto a ideia de uma população amorfa e desprovida de uma identidade nacional, entregue ao vício e à degradação, quanto a preocupação com a urbanização que desvirtuaria a vocação agrícola brasileira, são centrais no pensamento de Alberto Torres que, segundo José Murilo de Carvalho, foi um dos primeiros a constatar, na segunda década do século, que aquela não era a “República de seus sonhos”, ao concluir que “Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos” (TORRES *apud* CARVALHO, 1990, p. 33).

Nesse sentido, podemos perceber características similares no pensamento político do Visconde do Uruguai e de Alberto Torres: o agrarismo, a tradição fluminense de pensar os problemas nacionais sob a ótica estadual e também aquilo que Marieta Ferreira (1994) chamou de busca pela “Idade do ouro” fluminense, referindo-se ao apogeu do segundo reinado, quando a província era o centro econômico e político do país. (FERNANDES, 2007, p. 284-285).

1.2. De província a estado do Rio de Janeiro

José Murilo de Carvalho (1990) identifica no movimento republicano brasileiro em fins do século XIX, a existência de três correntes ideológicas: o

jacobinismo, seguido por aqueles que comparavam a monarquia brasileira ao Antigo Regime francês e defendiam, portanto, a República implantada pela via revolucionária com a participação popular nas ruas, embora mantendo a ideia de povo no nível da abstração; o positivismo, que associava o regime monárquico à idade média feudal, dotada ainda de uma organização social no nível teológico-militar, compreendendo então a República como a fase positiva, conquistada a partir da atuação de um Estado laico, dotado de poder executivo forte e intervencionista (Ordem e Progresso), capaz de incorporar o proletariado brasileiro, nas suas mais diversas vertentes (índios, negros, vagabundos), através da intervenção direta do Estado na formação do Povo; e o americanismo federalista.

O americanismo defendido pelos proprietários rurais, sobretudo aqueles reunidos no Partido Republicano Paulista - PRP, entendia o papel do Estado como defensor dos interesses individuais. Era contrário à ampla participação popular, e acreditava ser mais eficiente o modelo administrativo federalista vigente nos Estados Unidos, a despeito das especificidades daquele país e das fragilidades brasileiras.

Na então província fluminense, diretamente ligada à Corte e ao centro do debate político, essas posições republicanas reverberavam de forma particular. Havia entre os fazendeiros fluminenses, esperançosos de que o novo regime reerguesse a província de sua crise econômica, os chamados “republicanos do 13 de maio” (aqueles que aderiram à República com a esperança de que o novo regime os ressarcisse dos prejuízos causados pela Lei Áurea), e também os republicanos históricos, com destaque para Quintino Bocaiúva — “o patriarca da República” —, e os jacobinos liderados por Silva Jardim. Apesar disso, o movimento não representou uma força social expressiva no Estado. O republicanismo circunscrito à esfera urbana formada por profissionais liberais, só ganhara peso de fato, em âmbito nacional, após a adesão dos fazendeiros de São Paulo, que se encontravam em situação econômica confortável e eram críticos ao centralismo do Império.

O manifesto republicano de 1870 não ecoou na província do Rio de Janeiro nos anos que se seguiram. A proximidade com a cidade do Rio de Janeiro fez com que os republicanos espalhados pela província migrassem para a capital a fim de seguir a militância em defesa do novo regime.

Havia pouca representação de republicanos na câmara de deputados. Nas eleições para o biênio 1886 – 1887 candidataram-se assumidamente como republicanos o já deputado José Tomás da Porciúncula, pelo Partido Liberal, e Antônio Luís dos Santos Werneck, pelo Partido Conservador, sendo eleito somente o primeiro.

Entre os fatores que explicam as dificuldades para o republicanismo na província do Rio de Janeiro estavam o conservadorismo e a questão da escravidão. No Rio de Janeiro a corrente radical, liderada por Silva Jardim, defendia que o abolicionismo e a república eram indissociáveis, já os paulistas omitiam-se em relação ao fim da escravidão, e Quintino Bocaiúva, na direção

nacional do Partido Republicano, assumia uma postura conciliatória, lançando mão dos princípios federalistas, sustentando que cada estado deveria resolver a questão da mão de obra à sua maneira.

Na assembleia provincial fluminense o discurso defendido pela maioria era o de que o fim imediato da escravidão traria uma profunda crise na mão de obra além dos riscos à perturbação da ordem social. O médico Francisco Portella, representante do abolicionismo no município de Campos, no norte do Rio de Janeiro, era uma exceção ao dizer que a escravidão era responsável pela crise não só da agricultura, mas também do comércio e da indústria.

A presença dos republicanos do “13 de maio”, a despeito de sua ausência de republicanismo, por outro lado era fundamental para o movimento, pois os históricos não dispunham da máquina eleitoral coronelística dominada por eles.

Outro ponto importante é que no manifesto fluminense o federalismo não foi mencionado, ao contrário do que acontecia em São Paulo. Para os paulistas, a República significava o federalismo, ou seja, autonomia para administrar sua riqueza. Para os republicanos fluminenses o novo regime seria sinônimo de indenização pela libertação dos escravos e melhoramento material. No centro dos debates no estado do Rio de Janeiro estava o município de Campos dos Goytacazes, o maior em extensão territorial, em termos populacionais, e importante centro econômico.

1.3. O município de Campos e a República

Ao se ajustar o foco de análise à escala local, em nível municipal, torna-se possível revelar aspectos do cotidiano que possibilitam melhor compreender — através da articulação entre o local e o global, estabelecendo as relações entre o micro e o macro — as experiências de escola primária implantadas a partir das diversas reformas pelas quais passou a instrução pública fluminense.

Nesse sentido, operando a variação de escalas sugerida por Revel (1998), buscou-se observar, a partir do município de Campos tomado como unidade de análise (FARIA FILHO, 2009), de que maneira as diversas políticas de instrução pública implementadas pelo governo do Estado ao longo da Primeira República se materializaram na sociedade e entre seus diversos atores — professores, intelectuais, jornalistas, crianças e seus familiares — num contexto marcado, ao mesmo tempo, pelo discurso patriótico da “formação das almas” republicanas (CARVALHO, 1990), e pelo desencanto diante dos limites que a realidade republicana impunha.

Para isso foi feita uma análise do lugar ocupado pela cidade de Campos no contexto fluminense, iniciando pela forma como o município recebeu o regime republicano, e as questões locais envolvidas na formação do grupo nilista, hegemônico na política fluminense durante a maior parte da Primeira República.

1.3.1. A cidade de Campos na virada do século XIX para o XX e o contexto político fluminense

A área que compreende a “planície goytacá” (LAMEGO, 2007), correspondente a todo o norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro constituía, em meados do século XIX, o município de Campos dos Goytacazes, que apesar das perdas territoriais em decorrência do desmembramento de novos municípios⁴, manteve-se como o mais extenso do Estado. Seu desenvolvimento se deu a partir da metade do século XVIII quando as primeiras engenhocas movidas à tração animal se implantavam na região ocupada pelos “vaqueiros”, iniciando o “ciclo do açúcar” (LAMEGO, 2007) que contava já na década de 1830 com engenhos movidos a vapor, sendo aos poucos substituídos pelas grandes usinas que se espalharam por toda a extensão do município a partir do final do século XIX.

Em 1880 Campos dos Goytacazes ocupava uma área de 5.415,10km², possuindo uma população de 19.400 habitantes, vivendo 48% na cidade e 52% na área rural. No campo, 66% da população era escrava, enquanto na cidade predominava o número dos indivíduos livres. Citando Teixeira de Melo, Lamego (2007) acrescenta ainda que entre a população livre apenas 4.860 pessoas sabiam ler, o que significa uma taxa de 58% de analfabetos somente entre os não escravos, numa cidade que possuía apenas “15 estabelecimentos públicos e particulares de instrução” (MELO *apud* LAMEGO, 2007) naquele ano.

Tabela 1 – População de Campos em 1880

	Urbana	%	Rural	%	Total	%
População livre	8.000	87%	3.490	34%	11.490	59%
População escrava	1.221	13%	6.689	66%	7.910	41%
Total	9.221	100%	10.179	100%	19.400	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados citados por Alberto Lamego, extraídos de Teixeira de Melo (MELO *apud* LAMEGO, 2007).

Neste cenário ampliava-se a lavoura e conseqüentemente a cidade se desenvolvia. Nas palavras de Alves (1995), Campos “mantinha um dinâmico comércio (...) com as praças do sul de Minas, São Fidélis, Santa Maria Madalena, parte de Cantagalo e, notadamente com o Rio de Janeiro” (ALVES, 1995, p. 28). Esse comércio era facilitado pela presença de linhas férreas já na década de 1880, ligando a zona rural à cidade e esta ao porto de Macaé. Era grande a presença de ingleses e franceses envolvidos na modernização dos engenhos e usinas, assim como negociantes estrangeiros que se estabeleciam na cidade. Em decorrência desse movimento era instalada no ano de 1885 a primeira

⁴ Em 1677 foi fundada a Vila de São Salvador, sendo elevada à Cidade de Campos em 1835. Logo em 1846 ocorreu o desmembramento do município de Macaé e em 1850 do de São João da Barra. Ainda no Império desmembrava-se o município de São Fidélis, em 1870 (LAMEGO, 2007), e com a proclamação da república em 1889 emancipava-se também o município de Itaperuna, sob a liderança de Francisco Portella.

fábrica de tecidos, de propriedade do fazendeiro Francisco Ferreira Saturnino Braga (ALVES, 1995; FREITAS 2006; RIBEIRO, 2012).

É importante destacar que esta prosperidade ocorria em um contexto de crise, não só em nível estadual como nacional, em decorrência da queda dos preços do café, principal produto da pauta de exportações do país, e que se fazia sentir de forma intensa na província fluminense, cuja produção do “café velho” já não atendia aos padrões de exportação, tendo o café “migrado” para as províncias de São Paulo e Minas Gerais desde os anos de 1860⁵.

Com a crise, avançava o movimento abolicionista, que em Campos se tornava cada vez mais radical, com as revoltas escravas envolvendo a prática de incendiar canaviais, causando prejuízos equivalentes à perda de mais de 20 toneladas de açúcar aos senhores de engenho (RIBEIRO, 2012). Esta prática se tornou mais comum a partir do ano de 1884, justamente quando surgia o jornal abolicionista *Vinte e Cinco de Março*, fundado por Luiz Carlos de Lacerda, filho de um médico e membro de uma família de profissionais liberais (MONNERAT, 2013).

Neste contexto iniciava as suas atividades o Liceu de Humanidades de Campos, criado desde a publicação do Dec. nº 2.503, em 22 de novembro de 1880, mas instalado somente em 1884 após a Câmara Municipal ter adquirido — por orientação de uma comissão formada por Manoel Francisco de Oliveira, Manuel Rodrigues Peixoto e Antônio Manoel da Costa —, o solar que pertencera ao Barão da Lagoa Dourada para abrigá-lo (MARTÍNEZ; GANTOS; BOYNARD, 2006). O Liceu de Campos recebeu forte influência do “Imperial Collegio de Pedro Segundo” (...) instituído para ser o ‘colégio padrão’ do ensino secundário oficial no Município da Corte” (MARTÍNEZ; BOYNARD, 2010, p. 127), sobretudo em relação à sua arquitetura suntuosa, justificando a escolha de um edifício aristocrático para o seu congêneres do interior fluminense, apesar de ser considerado, à época, distante do centro administrativo e comercial da cidade.

Falando sobre o contexto da instalação do Liceu de Campos, Celso Peçanha (1969) reforça o papel do Dr. Manuel Rodrigues Peixoto neste processo. Ligado ao Dr. Francisco Portella, médico e redator do jornal *Monitor Campista*, Rodrigues Peixoto era uma das principais lideranças do Partido Liberal em Campos, fazendo forte oposição ao grupo dominante, liderado pelo Barão de Miracema.

Instalado o liceu, sua direção foi entregue ao também integrante do diretório campista do Partido Liberal, Dr. Cândido de Lacerda, naquele momento envolvido no intenso movimento abolicionista, junto ao seu irmão Carlos Lacerda e o jornal *Vinte e Cinco de Março*. Além da função de diretor, Lacerda lecionava filosofia e retórica, enquanto Augusto de Castro Lafayette era o professor de latim, história e geografia. O professor Ildelfonso Borges Toledo da Fontoura lecionava matemática, Henrique Dias era o professor de inglês e João Lino ensinava português e francês (ALVARENGA, 1884, p. 125).

Entre os alunos da primeira turma do liceu estavam jovens que mais tarde se destacariam tanto na imprensa quanto na política, como Azevedo

⁵ Diante da crise do café, a região açucareira de Campos passava a ser um importante centro da economia fluminense, aproximando-se em importância das regiões cafeeicultoras.

Cruz, Manoel Moll e seu irmão José Moll, Wladimiro Peixoto, Augusto de Assis Andrade, e os irmãos Alcebíades, Cícero e Nilo Peçanha (PEÇANHA, 1969). Vivendo um ambiente acadêmico permeado pelas questões do abolicionismo e do republicanismo esses jovens encontravam espaço na imprensa que também fervilhava naquele momento. Um ano após a inauguração do liceu surgiam a revista *A Aurora: Letras – artes – sciencias* e o jornal *Gazeta do Povo*, que abriam espaço para os jovens liceístas se expressarem. Nilo Peçanha publicou nos primeiros números da *Aurora* e junto com seus irmãos Alcebíades e Cícero colaborava também com a *Gazeta do Povo* (PEÇANHA, 1969), órgão que se manteve ao seu lado ao longo da trajetória política.

Em 1888 se intensificava a luta abolicionista com as fugas em massa, quando centenas de escravos abandonavam os canaviais migrando para a cidade, movimento que acabou levando muitos senhores a conceder a liberdade a seus cativos, a fim de mantê-los em suas fazendas (RIBEIRO, 2012). Além Carlos e Álvaro de Lacerda, outros nomes se destacaram na luta abolicionista naquele momento, como o Dr. Francisco Portella e o já advogado recém-formado pela Faculdade de Direito do Recife, Nilo Peçanha. Em 18 de março de 1888 este grupo, reunido no Paço da Câmara Municipal com diversos fazendeiros do município, formava o Congresso Agrícola, cuja ata redigida por Nilo Peçanha proclamava que

em nome de Jesus Cristo, Nosso Redentor, nós habitantes do município de Campos, da província do Rio de Janeiro, reunidos no dia 18 de Março de 1888 no paço da Câmara Municipal para o esplendor da dignidade do Brasil e prosperidade da nação resolvemos conferir liberdade imediata a nossos escravos e renunciar aos serviço [sic] dos ingênuos, sem indenização, servindo esta acta de documento legal da nossa resolução, como se a cada um deles o fizéssemos por carta pessoal de nosso punho. Todos aqueles que, não tendo aqui se achado presentes, aderiram a nossa resolução, assinando esta acta, ficarão obrigados a libertarem seus escravos e a desistirem do direito que tiverem ao serviço dos ingênuos. (PEÇANHA, 1969, p. 30).

Nos meses de março e abril de 1888 seguiram-se milhares de atos de libertação de escravos em Campos, medida também adotada nos municípios vizinhos de São João da Barra, São Fidélis, Macaé, e também Petrópolis, Cantagalo e Nova Friburgo (LEMOS, 1989a, p. 36), até a aprovação no Senado, em 13 de maio, da lei declarando extinta a escravidão no Brasil.

Enquanto na Corte o movimento abolicionista caminhava *pari passu* com o republicano, desde a publicação do Manifesto de 1870, em Campos, apesar de haver a solitária (RODRIGUES, 1988) propaganda republicana através do jornal *Gazeta de Campos*, criado em 1876 pelo Dr. Miguel Herédia de Sá, somente em 1885, diante da iminência do fim da escravidão, é que o republicanismo ganhava força na cidade, com a fundação do jornal *Gazeta do Povo* (que estampava em seu cabeçalho o subtítulo “Diário Republicano”), e a criação do Clube Republicano, contando com a participação de Pedro Tavares Júnior,

Francisco Portella e Nilo Peçanha, que se tornava o principal propagador do ideário republicano no interior do município. Em 4 de abril de 1888, assinavam o seguinte Manifesto:

Os cidadãos abaixo-assinados, republicanos, convencidos, como estão de que convém aos interesses da democracia e é uma obra patriótica organizar quanto antes o partido republicano, convidam aos eleitores seus correligionários e aqueles outros que nesta data queiram aderir às suas crenças políticas, a reunirem-se a 21 do corrente [...] afim de tratar-se da instalação e organização de um Club, que constitua no Município o centro de propaganda e da resistência que é mister oppôr ao regime monárquico, - Campos, 4 de abril de 1888 – Dr. Francisco Portella, - Pedro Tavares Junior – Nilo Peçanha. (SOUZA, 1935, p. 243-244).

A partir da abolição intensificou-se a propaganda republicana no interior da província, com a incursão de Silva Jardim por todo o território fluminense proferindo comícios. Em 13 de novembro de 1888 foi criado o Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro. Em seu interior existiam os republicanos históricos e os republicanos do “13 de maio”⁶, a maioria formada pelos fazendeiros de Campos. Seu manifesto buscava criar uma tradição republicana no grupo do “13 de maio”, pois entre estes não havia nenhum discurso democrático, nem mesmo republicano (LEMOS, 1989a).

1.4. Do portelismo ao nilismo

Os anos que se seguiram à Proclamação da República foram marcados por intensas disputas pelo controle político do Rio de Janeiro. O primeiro governo republicano coube a Francisco Portella, ex-líder do Partido Liberal no norte do Estado, redator do jornal *Monitor Campista* e integrante do abolicionismo em Campos, que aos poucos se distanciava das diretrizes traçadas pelo Partido Republicano Fluminense, através de medidas administrativas e nomeações à revelia do partido, buscando a construção de sua própria base política, incluindo alguns membros do PRF, como seu conterrâneo político Nilo Peçanha, mas também nomes indicados pelo Presidente da República e, por motivos eleitorais, antigos chefes políticos do período monárquico, republicanos “de última hora” (LEMOS, 1989b).

A escolha do nome de Portella e a composição do seu governo causaram certa animosidade entre os republicanos históricos como Silva Jardim e Alberto Torres, preteridos na escolha, e que aos poucos formavam uma oposição. Em seu governo Portella criou o município de Itaperuna, desmembrado do território campista, passando a constituir sua principal base de apoio.

⁶ Também conhecidos como “republicanos de última hora”, eram os fazendeiros que aderiam à propaganda republicana após a abolição, na esperança de que o novo regime lhes restituísse dos prejuízos causados pela libertação dos seus escravos, através do pagamento de indenizações.

Além da oposição dos republicanos históricos, a excessiva interferência do Marechal Deodoro no governo fluminense fez surgir outra oposição ao presidente Portella, organizada por antigos chefes monarquistas que, liderados pelo Conselheiro Paulino, fundaram o Partido Republicano Moderado.

Desde a chegada de Portella ao governo, os políticos de Campos pleiteavam fazer da cidade a sede administrativa do Rio de Janeiro. “No entanto, embora de tradição campista, Portella não desfrutava [naquele momento] do apoio unânime naquela que era a cidade de maior densidade política e cultural do estado” (LEMOS, 1989b, p. 53), cuja chefia se concentrava nas mãos do Barão de Miracema, ex-chefe do Partido Conservador e integrante da oposição ao presidente Portella, junto com os líderes monarquistas e os republicanos históricos.

Com o objetivo de se afastar das oposições, Portella defendia a transferência da capital do Estado para um município livre da influência de seus opositores, onde pudesse consolidar seu poder político. Como a cidade de Itaperuna era próxima da influência campista, sua defesa recaiu sobre o recém-criado município de Teresópolis. Crescia então em Campos o movimento pela deposição de Portella.

Após a promulgação da Constituição Federal, em fevereiro de 1891, iniciaram-se os trabalhos constituintes em nível estadual. No Rio de Janeiro o Congresso Constituinte instalou-se no mês de maio, sendo promulgada a constituição estadual no mês seguinte. Renato Lemos (1989) assinala que “a constitucionalização fluminense deve ser encarada menos do ponto de vista jurídico e mais como um ajuste das relações de poder” (LEMOS, 1989b, p. 58), pois foi o instrumento primordial para a consolidação do *portelismo*. A estratégia de domínio portelista presente na Constituição fluminense de 1891 se apoiava em três pilares: a) A extensão dos mandatos parlamentares e executivos (4 anos para deputados estaduais; 8 para senadores estaduais e 6 anos para o presidente do Estado); b) A subordinação do judiciário aos interesses dos chefes políticos, através do artifício da remoção de juizes e criação de novas comarcas; c) submissão dos poderes locais ao executivo estadual, através da criação de novos municípios, o que significava mais verbas, mais cargos públicos e, conseqüentemente, mais apoio político (LEMOS, 1989b).

Apesar de toda a estratégia constitucional, os acontecimentos na esfera federal acabaram por determinar os destinos da política portelista. Após a promulgação da Constituição Federal de 1891, a Assembleia Constituinte foi convertida em Congresso Ordinário, controlado sobretudo pelas oligarquias opositoras ao centralismo militar do Marechal Deodoro. O acirramento dos confrontos políticos entre o Executivo e o Legislativo acabou resultando no fechamento do Congresso Nacional, com o presidente declarando estado de sítio. O golpe de Deodoro foi apoiado pela maioria dos presidentes estaduais em todo o Brasil, sobretudo por Portella no Rio de Janeiro, por ser o Presidente da República a sua principal sustentação política.

No entanto, a reação das oligarquias, apoiadas por setores descontentes das forças armadas e a pressão exercida pelos parlamentares, acabou

provocando, mediante ameaça de bombardeio da capital federal por navios da marinha alinhados na baía de Guanabara, a renúncia do Marechal Deodoro, em 23 de novembro de 1892.

Com a queda de Deodoro, Portella estava isolado. Sofria oposição parlamentar e também a perda do apoio da população fluminense, em decorrência da crise financeira do Estado, agravada pelas consequências da política econômica do encilhamento, implantada pelo governo federal, que se refletiu em crise de abastecimento, traduzida em manifestações e greves, em cidades como Campos, Macaé, Macuco e Nova Friburgo (LEMOS, 1989b, p. 62).

Portella renunciou em 10 de dezembro de 1891. Em seguida, José Thomás da Porciúncula, líder da oposição no PRF, negociou com o governo federal um nome neutro para o governo do Estado, o contra-almirante Carlos Baltazar da Silveira, que abriria as portas para a oposição tomar o poder (LEMOS, 1989b, p. 64). Iniciava-se um período de conciliação buscando a estabilidade política no Estado, num movimento de aproximação entre monarquistas e republicanos históricos.

O município de Campos se destacava nesse cenário pela atuação dos antigos líderes monarquistas, como Joaquim José de Souza Motta, Luís Crisóstomo de Oliveira, Manuel Gesteira Passos, Benedito Gonçalves Pereira Nunes, e outros nomes que, de alguma forma, possuíam ligação com o Partido Conservador nos tempos monárquicos, figurando nas listas dos diretores ou acionistas de empresas de capital aberto, deputados estaduais, vereadores, presidentes da câmara, provedores da Santa Casa de Misericórdia, chefes partidários, e grandes comerciantes (LEMOS, 1989c, p. 77). O próprio Nilo Peçanha, republicano histórico, que despertara para a política através do abolicionismo campista junto aos liberais, apesar de seu destaque político na câmara federal naquele momento, “construía sua trajetória à sombra do Barão de Miracema” (LEMOS, 1989b, p. 76).

O presidente Carlos Baltazar da Silveira dissolveu o congresso estadual eleito pelo portelismo e convocou nova assembleia constituinte. As eleições para a assembleia ocorreram apenas com a chapa situacionista, praticamente a mesma que se apresentou contra Portella, composta por republicanos históricos, entre eles Alberto Torres, Porciúncula e monarquistas liderados por Paulino José Soares de Souza, ex-conselheiro do império e segundo Visconde do Uruguai. Segundo Lemos (1989), os princípios que nortearam esta constituinte giravam em torno da estabilização política e da definição das “regras de dominação para os grupos hegemônicos do Estado, adequando-as à ideologia do liberalismo conservador dominante no país” (LEMOS, 1989c, p. 72).

Entre as medidas aprovadas nesta nova constituinte era clara a preocupação em desfazer os instrumentos de poder do portelismo. Foi alterada a duração dos mandatos para três anos, tanto no executivo quanto no legislativo, em nível estadual e municipal; decretada a impossibilidade de remoção dos juízes de direito; e autonomia fiscal para os municípios, ficando estes com a arrecadação do imposto sobre indústrias e profissões. A administração

municipal seria exercida por três instituições: A Câmara Municipal, composta pelo conselho de vereadores eleitos, mais os vereadores distritais, com funções deliberativas, tendo o seu presidente o poder executivo no município; as Juntas Distritais, formadas por um vereador distrital e pelos juizes de paz, que atuariam na cobrança de impostos e no suporte à Câmara Municipal. A união dessas duas assembleias formaria a Assembleia Municipal, que aprovaria os orçamentos e autorizaria empréstimos (LEMOS, 1989c, p. 73). Deste modo a constituição de 1892 se caracterizava pela centralização política associada à descentralização administrativa, em nível municipal.

Em 24 de abril de 1892 foram realizadas eleições para o legislativo e executivo estaduais, sendo eleita integralmente a chapa do PRF, tendo como Presidente do Estado José Tomás da Porciúncula; como Primeiro Vice-Presidente Manoel Martins Torres; como Segundo Vice-Presidente Maurício de Abreu e como Terceiro Vice-Presidente o Barão de Miracema.

A conciliação iniciada no governo Porciúncula começou a apresentar os primeiros sinais de crise após as denúncias de fraude na eleição do Barão de Miracema, mostrando as tensões existentes entre o PRF e os chefes conservadores de Campos. O Barão de Miracema iniciara uma campanha contra o PRF, chegando inclusive a cogitar a criação de um “Estado campista”, governado por ele, reunindo municípios vizinhos. Enquanto isso, discutia-se na Assembleia Legislativa a transferência da capital para Teresópolis. Entre os defensores da transferência estava o deputado Alberto Torres cujo argumento se baseava na tendência industrial de Niterói, que fugia aos destinos do Estado, revelando seu pensamento agrarista. Argumentava também que a proximidade com a capital da República ameaçava a autonomia fluminense.

A transferência da capital ocorreu finalmente em decorrência da Revolta da Armada, que estourou em setembro de 1893. Diante das ameaças de bombardeio à cidade de Niterói, a ALERJ decidiu por transferir a capital não para Teresópolis, Campos ou Vassouras — que também pleiteava o intento, porém de forma mais tímida — mas para Petrópolis, base de apoio do presidente Porciúncula. A partir desse momento cresceu a insatisfação campista com o PRF, configurando-se uma dissidência miracemista, com apoio inclusive do ex-presidente Portella, formando a chamada Liga Opositorista. Neste momento a cidade de Campos se transformou no centro de uma disputa política que ultrapassava o âmbito local, refletindo as questões estaduais e também federais.

Em nível federal se desenhava uma ruptura entre os defensores dos interesses paulistas — sobretudo o Presidente da República Prudente de Moraes —, e o grupo dos republicanos históricos, chefiado por Francisco Glicério, líder da maioria na Câmara, defensor do jacobinismo, uma das “utopias republicanas” (CARVALHO, 1990, p. 26) também seguida pelo vice-presidente da República, Manoel Vitorino, e por Nilo Peçanha, um dos maiores opositores ao presidente Prudente na Câmara Federal. No estado do Rio de Janeiro, o presidente Porciúncula e o PRF apoiavam Prudente de Moraes.

1.4.1. O “caso de Campos” e a política fluminense

Durante as eleições para a Câmara Federal em 1896 o Brasil era governado pelo Vice-Presidente da República Manoel Vitorino em virtude do afastamento de Prudente de Moraes por motivos de saúde. Em Campos a disputa eleitoral entre os partidários do governo estadual (PRF) e os miracemistas foi agitada e bastante violenta, levando o Presidente da República em exercício a enviar tropas federais a fim de garantir o pleito na cidade. Esta intervenção federal foi interpretada pelo PRF e pelo Dr. Alberto Torres, então ministro da justiça, como um atentado à autonomia do estado e do município, levando o ministro a pedir exoneração do próprio cargo após este episódio, que ficou conhecido como “o primeiro caso de Campos”, quando os candidatos miracemistas foram todos eleitos e empossados na Câmara Federal, uma vez que a Comissão de Verificação dos Poderes era presidida por Francisco Glicério, jacobinista, próximo a Nilo Peçanha e, por conseguinte, aos miracemistas.

No ano seguinte a Liga Opositorista de Campos lançou a chapa para compor a Câmara Municipal, apoiada pelos dois maiores jornais no município — *Monitor Campista* (*portelista*) e *Gazeta do Povo* (*miracemista*), enquanto o PRF lançava uma lista com nomes não muito expressivos. As duas facções, cada qual com sua própria junta apuradora, declararam-se vencedoras, formando-se então um caso de duplicidade de câmaras municipais. Prevendo esta situação as lideranças do PRF haviam proposto à ALERJ um projeto de lei determinando que nestes casos caberia ao Executivo estadual apresentar uma solução provisória até que o judiciário apurasse os fatos.

No entanto o Dr. Alberto Torres, desta vez como Presidente do Estado, se esquivou de qualquer responsabilidade sobre o que ficou conhecido como “o segundo caso de Campos”. A recusa de Torres deixou insatisfeita a cúpula do PRF, dando início ao conflito que se agravou quando o presidente determinou a suspensão das eleições em Campos, permanecendo no mandato a Câmara eleita em 1894 até que a questão se resolvesse, o que favoreceu aos miracemistas e aprofundou o desgaste entre Alberto Torres e as lideranças do PRF que planejavam eliminar este grupo em Campos.

Foi então que, com o apoio dos miracemistas, o presidente Torres fundou o Partido Republicano do Estado do Rio de Janeiro – PRRJ, legenda que transformou o PRF de José Tomás da Porciúncula e do Conselheiro Paulino num partido de oposição, assim como o grupo de Francisco Portella, que seguiu uma oposição isolada, no Partido Autonomista.

A criação do PRRJ abriu caminho para a chegada dos miracemistas ao poder estadual, permitindo a ascensão de Nilo Peçanha e a formação do nilismo, que em 1901, no governo de Quintino Bocaiúva, transformava a cidade de Campos no centro da articulação política do Estado.

Capítulo 2



No capítulo anterior vimos que a campanha republicana iniciada ao longo da década de 1870, a partir da cidade do Rio de Janeiro, então sede do governo imperial em crise, além de se caracterizar como um movimento político relacionado às transformações por que passava o Brasil monárquico, trazia um arcabouço ideológico diverso — compreendendo vertentes do positivismo, o jacobinismo, o liberalismo federalista norte-americano — representado por um conjunto de símbolos e alegorias que, passada a fase da propaganda, buscava o enraizamento na moderna sociedade republicana que se pretendia após 1889.

A partir da década de 1890 os esforços pela fundação desta nova sociedade, pautada nos preceitos da ordem social e do consequente progresso, passavam obrigatoriamente pela instrução do povo, sobretudo pelo combate ao analfabetismo e a implementação de experiências buscando a expansão da escolarização primária com o intuito de formar o novo cidadão republicano.

2.1. A república e a escola primária no Brasil

Segundo Schueler e Magaldi (2009), a leitura republicana a respeito da escolarização primária no regime monárquico buscava ressaltar a precariedade dos espaços escolares sempre descritos como sujos, insalubres e inapropriados. Da mesma forma eram classificados os métodos de ensino e a má formação dos professores. Podemos perceber que se transferia para a escola pública imperial a mesma representação simbólica que se atribuía a toda a estrutura do regime monárquico, sempre visto como símbolo do atraso em oposição à modernização proposta pela República (CARVALHO, 1990).

Desde a década de 1990 diversos pesquisadores se dedicam à temática da escola primária no período republicano, com destaque para as abordagens da história cultural, enriquecidas por reflexões antropológicas, operando com a categoria de cultura escolar (SCHUELER, 2008). Estas pesquisas nos mostram que o processo de escolarização primária no período republicano foi marcado por mudanças — como a institucionalização de modelos mais racionais e complexos — e também por permanências, como a predominância em diversos

Estados brasileiros das escolas isoladas, unidocentes, funcionando em prédios acanhados e em condições insalubres.

Nesta perspectiva, vem sendo estudada, principalmente, a implantação do modelo de escola primária implementado no estado de São Paulo, e a sua irradiação pelas diversas unidades da federação, a partir do advento republicano, na forma dos **grupos escolares**. Esses estudos se apresentam em dois tipos: aqueles de caráter generalista que privilegiam a institucionalização dos grupos escolares como modalidade de escola graduada e as experiências na sua criação em diversos Estados, e os que se debruçam sobre a história de instituições específicas, em nível local (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p. 22).

Apesar de trabalhos já clássicos como o de Nagle (1974), que trata amplamente o tema da educação na sociedade e no pensamento político brasileiro ao longo da Primeira República; e o de Antunha (1976), sobre a reforma paulista de 1920, elaborada por Sampaio Dória, duas teses defendidas em 1996 representam importantes marcos nas pesquisas sobre os grupos escolares no Brasil: O trabalho de Rosa Fátima de Souza intitulado “Templos de Civilização”, sobre a implantação dos grupos escolares e sua disseminação pelo estado de São Paulo, e “Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte”, de Luciano Mendes Faria Filho. Estes trabalhos revelam o modo como os grupos escolares materializaram a modernidade republicana que então se organizava.

Na segunda metade do século XIX, em diversos países da Europa e nos Estados Unidos, constituíam-se sistemas nacionais de ensino pautados em inovações no que diz respeito aos conteúdos e métodos pedagógicos, à formação e profissionalização dos professores, e também à própria organização dos espaços e tempos escolares. Souza (1998) mostra de que maneira os republicanos paulistas incorporaram estas experiências da escola de massas na formatação do seu modelo de escola primária graduada, na forma dos grupos escolares que, a partir da década de 1890 foram sendo criados nos diversos Estados brasileiros até se tornarem, ao longo de aproximadamente sete décadas, o sinônimo de escola primária no Brasil.

Os lugares estratégicos ocupados por essas escolas, em pontos de destaque na região central das cidades, e a arquitetura monumental dos seus prédios – verdadeiros *palácios* – contrastavam com a imagem das escolas isoladas, unitárias, que funcionavam nos *pardieiros*, locais impróprios, sem higiene, mobiliário e materiais didáticos necessários, simbolizando a velha ordem monárquica a ser superada (FARIA FILHO, 2000).

Esses *templos de civilização* eram dotados de uma arquitetura própria que, além de permitir a funcionalidade dos métodos pedagógicos mais modernos, revestia-se de uma monumentalidade que encarnava os ideais republicanos e assumia, ao mesmo tempo, um caráter disciplinador e educativo, uma vez que, “por entre salas de aula, corredores, pátios e jardins a criança incorpora uma ética e uma corporeidade inscritas no espaço escolar” (SOUZA, 1998, p. 124).

O surgimento de um modelo de escola primária que pressupõe a existência de prédios específicos, dotados de uma arquitetura funcional,

higiênica e educativa, é, no entanto, consequência das transformações por que passaram os métodos educativos ao longo do século XIX. Até a primeira metade daquele século, predominava o modelo do mestre-escola, cujo processo educativo ocorria na extensão da residência do professor, que geralmente recebia do Estado uma ajuda de custo para o pagamento do aluguel, ou em espaços improvisados nas dependências de órgãos públicos, igrejas, sedes de instituições filantrópicas, prédios comerciais, ou em espaços domésticos na residência do próprio professor (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 21).

Nestas escolas “de improviso” adotava-se o método individual, com os alunos, de diferentes idades e níveis de conhecimento, reunidos num mesmo espaço, e ensinados individualmente pelo professor, por meio de lições. Esse método passou a ser criticado pela sua ineficiência, pois além dos problemas constantes de indisciplina, os alunos passavam muito tempo sem a assistência do professor, de modo que aprendiam pouco e muito tempo era desperdiçado (FARIA FILHO, 2010, p. 140-141).

Buscando solucionar essas deficiências, com a intenção de tornar mais econômico e eficiente o ensino primário, e com o intuito de racionalizar o processo educativo, intelectuais e políticos brasileiros, nos primeiros anos após a independência, num contexto de formação nacional com forte influência britânica, optaram pelo método de ensino mútuo ou lancasteriano, oficializado no Brasil pela lei de 15 de outubro de 1827, a primeira legislação sobre a instrução pública após a independência (BASTOS, 1999).

Este método, desenvolvido a partir das experiências de A. Bell na direção de um orfanato nas Índias Inglesas, e de Lancaster que criou uma escola para crianças pobres em Londres, objetivava instruir o maior número possível de crianças sem a necessidade de muitos professores. Consistia na atuação de um único professor, auxiliado por monitores — recrutados entre os melhores alunos —, orientados diretamente por ele.

O espaço físico era determinante para o funcionamento deste método, que se organizava a partir da posição da mesa do professor, elevada por uma plataforma, tendo à frente enfileirados enormes bancos, cada um correspondendo a uma classe, organizada pelo nível de conhecimento dos alunos, estando cada uma delas sob o controle de um aluno monitor, o principal agente do método. Utilizando-se de um complexo sistema, envolvendo um conjunto de instrumentos, como sinos, apitos, cartões e bastões, o professor

controla o movimento dos alunos: a entrada, a saída, a instalação nos bancos, as mudanças de exercício; controla e regulariza o trabalho dos monitores e, se um deles demonstra pouco zelo na função, coloca-o na classe superior e designa um sucessor; inversamente, se percebe que um monitor abusa do seu poder, repreende-o. O *telégrafo* assegura a comunicação entre o professor, o monitor geral e os demais monitores. Por exemplo, quando um exercício termina, o monitor, por meio de um cartão, indica a nova tarefa, que todos deverão fazer ao mesmo tempo (BASTOS, 1999, p. 64).

Para um país como o Brasil, com número bastante reduzido de professores diante de uma enorme população escolar, o método parecia ideal, pois partia da premissa de que apenas um professor seria suficiente para ensinar, ao mesmo tempo, cerca de mil alunos, reduzindo assim os custos do ensino das primeiras letras.

Porém a efetivação do método foi se revelando inviável após algumas tentativas, devido à ausência das condições materiais e de professores preparados para o seu funcionamento. Após o Ato Adicional de 1834, instrumento de descentralização político-administrativa que representou a supremacia do *governo da casa* sobre o *governo do Estado* (MATTOS, 1994), nos embates políticos travados durante o período regencial (1831-1840), foi transferida para as províncias a responsabilidade de organizar seus próprios sistemas de ensino e a formação de professores.

Nesse sentido foi criada a primeira escola normal do Brasil, na cidade de Niterói, capital da província do Rio de Janeiro. A província era governada por Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, integrante do grupo político denominado Saquarema⁷, que em seu discurso de abertura da 1ª sessão da Assembleia Legislativa fluminense, revelava as dificuldades para a implantação do ensino mútuo e lamentava a quantidade de escolas vagas em toda a província, atribuindo o fato à ausência de professores habilitados para o cargo, e argumentava aos parlamentares

(...) que a criação temporária de huma Escola Normal, onde se podessem habilitar convenientemente, não so os Candidatos ás Cadeiras vagas, mas ainda os actuaes Professores que disso carecessem (...) remédio poderoso para dar á Instrucção Publica os melhoramentos, que ella reclama (FALLA..., 1850, p. 3).

A escola normal surgia então como componente de um projeto político que buscava restabelecer a autoridade do Estado, organizado de forma centralizada, construindo uma nacionalidade a partir da uniformidade, da unidade do Império e do estabelecimento da ordem. A formação de professores habilitados a trabalhar com um método eficiente na instrução das primeiras letras era elemento fundamental para a formação da nacionalidade e da unidade presentes no projeto saquarema.

Como nos mostra Villela (2010, p. 107), o método lancasteriano atendia aos interesses saquaremas, pela sua eficiência na oferta de uma educação uniformizadora e de massas, e também por desenvolver as noções de ordem e hierarquia, tão caras ao pensamento conservador.

No entanto, apenas a formação de professores habilitados não era o suficiente para o desenvolvimento desse método complexo. A inexistência de prédios capazes de abrigar número tão grande de alunos, a ausência de mobiliário necessário e da extensa lista de materiais pedagógicos, acabou por inviabilizar a implantação de escolas de ensino mútuo no Brasil. Mas, apesar disto, a partir deste momento, a discussão sobre a necessidade de espaços escolares e materiais específicos, a regulamentação do tempo, a formação docente, deixavam evidente que a “instrução escolar (...) não mais poderia

⁷ Ver capítulo 1, item 1.1.

ser concebida nos marcos [materiais, espaciais, temporais] da educação doméstica” (FARIA FILHO, 2010, p. 142).

Faria Filho (2010) chama a atenção de que, diante das dificuldades na viabilização do ensino mútuo, foram-se adotando, em várias províncias, os chamados métodos mistos, incorporando ao método individual algumas características dos métodos mútuo e simultâneo.

Em todo o caso, foi se consolidando no Brasil, nas três últimas décadas do século XIX, o método simultâneo como modelo de organização escolar, criado pelos irmãos cristãos lassalistas no século XVII, na França.

Inspirado pela pedagogia dos colégios Jesuítas (SANTOS, 2002), Jean Batiste de la Salle criou escolas para as crianças pobres francesas onde o ensino se dava de forma simultânea a alunos organizados em classes homogêneas, organizadas da seguinte forma: a primeira classe, sempre mais numerosa, era destinada à leitura, dividida em subgrupos de acordo com o adiantamento dos alunos; a segunda classe desenvolvia a escrita e a terceira, com menos alunos, aprendia a gramática, ortografia e cálculo (LESAGE, 1999, p. 5).

Neste método a escrita ocupa um papel central, não só como instrumento pedagógico, mas também disciplinador, exigindo mobiliário específico, postura corporal, e, como principais suportes, o quadro-negro e os cadernos escolares (SANTOS, 2002), instrumentos que “possibilitam ao professor fazer com que os diversos grupos fiquem ocupados ao mesmo tempo” (FARIA FILHO, 2010, p. 142).

Apenas no final do século XIX, com a produção de novos materiais didáticos — como cartazes, coleções, livros didáticos, cadernos escolares, bancos-carteira, globos —, e com o método simultâneo, que se formatava um novo modelo de escolarização primária no Brasil, tendo como norteador pedagógico os princípios do educador suíço Jean-Henri Pestalozzi, considerando as relações entre o ensino e a aprendizagem, que resultaram no ensino intuitivo. Este ensino valorizava a observação, a intuição, o contato com os objetos diversos, inclusive levados de casa pelos alunos, através de materiais didáticos, como cartazes ou as próprias gravuras dos livros didáticos, ou mesmo realizando visitas aos espaços que circundavam a escola. Passada a etapa da observação, os alunos estariam então preparados para concepções mais elaboradas e abstratas do conhecimento.

Foi ao longo das três últimas décadas do século XIX, marcadas pelo avanço do abolicionismo, do movimento republicano, e pelos anseios de modernidade, que se desenhava uma nova concepção de escola primária. Estruturada a partir do método simultâneo, dotada de uma racionalização do tempo e materializada em espaços capazes de abrigar todas as recentes inovações didáticas, com mobiliário e instrumentos adequados, e professores habilitados para aplicar o ensino intuitivo, se constituía o ensino que, na década de 1890, surgia como modelo de escola republicana no Brasil, tendo como tipo mais acabado a escola graduada paulista, na forma dos grupos escolares, que nas décadas seguintes se difundiram por todo o país.

Segundo Faria Filho (2010), a criação dos grupos escolares articulou fatores de ordem *político-cultural* — ao significar a distinção entre a educação

escolar e a educação doméstica (vitória do *governo do Estado* sobre o *governo da casa*) —; *pedagógica* e *científica* ao revelar a necessidade primordial da organização dos espaços escolares para a aplicação dos métodos pedagógicos; e de ordem *administrativa*, por vencer as limitações colocadas pelas escolas isoladas, no que diz respeito aos altos custos dos aluguéis de prédios escolares e residência dos professores, e também pela dificuldade em fiscalizar o ensino e gerar dados estatísticos mais confiáveis.

De modo geral os governos estaduais implantaram medidas buscando a modernização da escola primária no novo regime, estabelecendo a laicização, obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, e buscando a ampliação das escolas e matrículas. Era também uma preocupação dos governos estaduais a estrutura material das escolas, como mobiliário, materiais didáticos, aluguel e construção de prédios adequados. (SOUZA, 2008a).

Com a reforma Caetano de Campos em 1893, criou-se em São Paulo a *escola modelo* que funcionava anexa à escola normal, servindo de laboratório que permitiria aos futuros professores observar de que maneira as crianças poderiam ser instruídas. Nessa estratégia surgiram os primeiros grupos escolares, organizados a partir de um ensino seriado, com classes homogêneas reunidas num mesmo prédio, sob a administração de uma única direção, contendo um professor por classe, e tendo como peça central o ensino intuitivo (CARVALHO, 2010, p. 226).

A modernidade republicana deveria estar representada na arquitetura monumental dos prédios, construídos especialmente para abrigar os grupos escolares. Faria Filho e Vidal (2000), refletindo sobre essas escolas-monumento destacam também a sua adequação aos princípios higienistas do fim do século XIX. Salas de aula com pé-direito alto, grandes janelas e portas e inspeções de higiene. Assim esse modelo de agrupamento escolar contribuía para “incutir nos alunos o apreço à educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica constituída pelas luzes da República” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 25).

Aos poucos a imagem do grupo escolar como lugar do civismo e da modernidade republicanas, com sua estrutura complexa, iam suplantando as escolas isoladas, cada vez mais vistas como “‘um mal necessário’, (...) a expressão da ‘escolinha’ do bairro e da roça (...), modesta em suas finalidades e marcada por muitas carências” (SOUZA, 2008a, p. 46).

Essa institucionalização da escola significou para os professores, ao mesmo tempo, uma normatização tipicamente capitalista do trabalho (que deixa de ser ‘artesanal’, quando o tempo e o espaço eram controlados pelo próprio professor, passando a adotar a relação tempo – valor do trabalho, submetendo o professor às regras daquele estabelecimento) e, por outro lado, a facilitação do trabalho que poderia agora ser concentrado para fins específicos daquela classe, permitindo certa especialização (SOUZA, 2008a, p. 44).

Durante as três primeiras décadas republicanas, os grupos escolares foram sendo criados nos diversos estados brasileiros, guardadas as suas

especificidades. No entanto, na década de 1920, momento de contestação e desilusão com o acentuado processo de oligarquização da República, o modelo paulista entrou em crise.

Havia uma grande preocupação em relação a ascensão da sociedade de massas no contexto da Primeira Guerra Mundial. No Brasil avançava o movimento operário de tendências anarco-sindicalistas com preponderante papel dos imigrantes italianos, sobretudo em São Paulo. Ao mesmo tempo, desde a década de 1910, diante das fragilidades apresentadas pela República, sobretudo a sua ineficiência em promover as transformações sociais tão alardeadas durante sua fase propagandística, que diversos setores da sociedade e intelectuais manifestaram sua insatisfação e seu desencanto em relação à distância entre a República sonhada e a real.

Nesse período, por exemplo, Alberto Torres publicara “O Problema Nacional Brasileiro” e “A Organização Nacional”, revelando sua preocupação com o processo de urbanização descontrolada, que expulsava o homem do campo para as cidades, descaracterizando a “vocação agrícola” nacional, além da questão da imigração do estrangeiro que constituía um risco à formação de nossa identidade nacional. De acordo com esse pensamento conservador, caberia então ao Estado a tarefa de fixar o homem no campo, garantindo-lhe o trabalho e a instrução primária de acordo com as suas necessidades, em vez de um ensino por demais complexo e bacharelesco.

Outro intelectual preocupado com a formação do povo brasileiro foi Olavo Bilac, que além da notoriedade conquistada por sua poesia parnasiana, também se destacava na publicação de livros infantis e didáticos, desde 1898 com “A terra fluminense”, em parceria com Coelho Neto, chegando ao total de 8 livros para fins educativos, incluindo “A Pátria Brasileira” de 1909, também com Coelho Neto, e “Através do Brasil”, com Manuel Bomfim, em 1910. Segundo Hansem (2011), principalmente nessas duas últimas obras destacava-se a “valorização da estética, da disciplina, da honra, da cultura física e de outros atributos” (HANSEM, 2011, p. 8) associados ao militarismo.

Essa característica do nacionalismo de Bilac se acentuou a partir de 1915, quando o poeta realizou uma série de conferências em diversas cidades brasileiras⁸, defendendo a construção da nacionalidade através dos ideais cívico-militares, indo ao encontro do movimento de criação de diversas *ligas*, organizadas para os mais variados fins, desde a primeira década do século XX (NOFUENTES, 2008)⁹. Nesse contexto foi criada a Liga Brasileira Contra

⁸ Em 1917 foi publicado pela Liga da Defesa Nacional um livro intitulado A Defesa Nacional, reunindo os discursos proferidos por Bilac aos alunos da Faculdade de Direito e da Faculdade de Medicina de São Paulo, e aos militares do exército em banquete no Clube Militar no Rio de Janeiro, em 1915; em 1916 na Academia das Ciências e na sede da revista Atlantida, em Lisboa, aos estudantes mineiros e na Academia Mineira de Letras, em Belo Horizonte, e o discurso de 07 de setembro daquele ano, por ocasião da fundação da Liga da Defesa Nacional, no Rio de Janeiro. Também constam cinco discursos proferidos em Porto Alegre e dois em Curitiba.

⁹ Nofuentes nos chama a atenção para a proliferação de diversas associações adotando a denominação Liga. Entre elas, destaca a Liga Brasileira Contra a Tuberculose, Liga Católica Jesus, Maria e José, Liga Política pró-autonomia do Acre, Liga Nacional Contra o Alcoolismo, Liga Pró Saneamento do Brasil, entre outras.

o Analfabetismo, fundada na capital federal, no salão nobre do Clube Militar, em 07 de setembro de 1915, tendo entre os seus sócios fundadores Olavo Bilac. O objetivo desta Liga era reunir todos os esforços possíveis para que “ao comemorar o primeiro Centenário de sua independência política, a nação brasileira pudesse proclamar livres do analfabetismo as suas cidades e vilas” (NOFUENTES, 2008, p. 41).

Para enfrentar este desafio a estratégia era atuar com os poderes municipais, estaduais e federais e também apelar para a sociedade civil na união de forças para a construção de escolas, organização de eventos e doações para a causa do combate ao analfabetismo. (NOFUENTES, 2008).

A palavra de Bilac influenciara também a criação, em 07 de setembro de 1916, da Liga de Defesa Nacional, buscando a formação de uma consciência nacional pelo serviço militar obrigatório e por uma educação cívico-patriótica (NOFUENTES, 2008). No mesmo ano era fundada a Liga Nacionalista na cidade de São Paulo, defendendo a soberania e unidade nacional, o desenvolvimento de práticas cívicas como o escotismo e a criação das linhas de tiro, a moralização política através do voto secreto e o combate à fraude eleitoral. Entre os integrantes da Liga Nacionalista estava o professor da Escola Normal da Praça da República, Antônio Sampaio Dória (MEDEIROS, 2005).

Sampaio Dória compreendia que a instituição do ensino primário obrigatório era a principal arma no combate aos riscos de “desagregação nacional” proporcionados pelo caráter federativo da república brasileira. Em sua tese, Medeiros (2005) identifica o caráter teórico, científico, das proposições de Sampaio Dória, o que o diferenciava dos demais integrantes da Liga Nacionalista, “aproximando-o do debate travado por alguns intelectuais já renomados na época e cujas obras eram tidas como referências, entre seus contemporâneos, tais como Alberto Torres e Oliveira Vianna” (MEDEIROS, 2005, p. 95).

Nomeado diretor da Instrução Pública do estado de São Paulo, seu projeto original previa uma escola primária gratuita com 7 anos de duração, além do jardim de infância, com a obrigatoriedade de frequência para crianças de 7 a 12 anos.

No entanto, após os debates na Assembleia Legislativa, a proposta foi alterada. A constituição estadual já definia a gratuidade da escola primária, sendo esta agora estendida de 4 para 7 anos, de acordo com o projeto da reforma. Diante disso, os deputados aceitaram a ampliação para os 7 anos de escolaridade, porém divididos em diferentes níveis, sendo o primeiro, de apenas 2 anos, denominado ensino primário; o 2º, também com dois anos, definido como ensino médio; e o 3º, com 3 anos, seria o ensino complementar. Definia também que a obrigatoriedade de matrícula seria apenas para crianças de 9 e 10 anos. Desta forma, seguindo o texto constitucional, a reforma, apesar de ampliar a escolarização que antecedia o ensino secundário, reduzia a oferta do ensino gratuito, que antes era de 4 para apenas 2 anos, além de reduzir a obrigatoriedade (MEDEIROS, 2005).

A reforma Sampaio Dória valorizava o ensino intuitivo, porém, como mostra Marta Carvalho (2010), numa concepção diferente daquela presente na reforma Caetano de Campos. Em seu “método da intuição analítica”, Dória entendia que

em curto espaço de tempo as crianças desenvolveriam suas faculdades perceptivas através do contato direto com a natureza, ao contrário da proposta anterior organizada a partir de um ensino enciclopédico e de longa duração. Ainda segundo Carvalho (2010), esta reforma deu centralidade ao dilema entre o “ensino primário incompleto para todos ou integral para alguns” (CARVALHO, 2010, p. 230).

Além da nacionalização dos imigrantes, o projeto que Nagle chamou de “entusiasmo pela educação”, estava inserido num contexto em que as cidades atraíam contingentes populacionais oriundos do meio rural, de costumes considerados *bárbaros*, que não dispunham dos códigos morais da vida urbana e que, portanto, precisavam ser *civilizados*. Também era fundamental combater esse êxodo rural levando a escola ao campo como mecanismo de fixar o indivíduo ao seu meio.

Nesse contexto era criada na cidade do Rio de Janeiro a Associação Brasileira de Educação – ABE. Fundada em 1924, a ABE postulava uma educação integral que fosse além do “fetichismo da alfabetização intensiva” — maneira como foi interpretada a reforma Sampaio Dória —, promovendo debates, convocando a população por meio da imprensa a engajar-se na “causa educacional” (CARVALHO, 2010, p. 237).

Em palestra no congresso realizado pela ABE no ano de 1926, o diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Azevedo Sodré, criticava a campanha da Liga de Defesa Nacional contra o analfabetismo, cujo principal objetivo considerava irrealizável, tendo em vista que nem mesmo na França ou nos Estados Unidos havia sido possível a erradicação total do analfabetismo em curto prazo.

Alegava que no Brasil, com sua enorme extensão territorial e uma

população disseminada e rarefeita (...), [tendo em vista as] “condições ethnicas do (...) povo, sua formação, origem, tendências e hábitos inveterados (...), nem mesmo em um século” [seria extinto] “o analfabetismo no Brasil, ainda mesmo quando a União e os Estados se resolvam a abrir as suas arcas, com o maximo de generosidade possível (SODRÉ, 1926, p. 26-27).

Afirmava ainda serem equivocados os dados que apresentavam o Brasil com uma taxa de 80% de analfabetos, pois ao contrário dos outros países, os responsáveis pela estatística brasileira não consideravam apenas a população em idade escolar. Segundo ele os dados oficiais não tinham

em vista que entre (...) 23 milhões de analfabetos figuram crianças recém-nascidas e em plena infância que não podem saber ler, e não devem ser computadas no estabelecimento dos coeficientes de analfabetismo. O numero de crianças menores de 9 anos excede de 8 milhões na nossa população (...) Somos o único paiz do mundo que calcula seus coeficientes de analfabetismo tomando por base a população total (SODRÉ, 1926, p. 22-23).

Sodré julgava ser necessário convencer as classes dirigentes de que não cabia “ao analfabetismo a culpa do atrazo, do desgoverno, da anarchia e de muitos

males” que afligiam o país, pois eram “mais nocivas, culposas e responsáveis as elites mal preparadas (...) e as legiões sempre crescentes de semi-alphabetos” que as sustentavam (SODRÉ, 1926, p. 27; CARVALHO, 2010, p. 237).

Estas ideias estariam presentes nas reformas do ensino em vários estados brasileiros, como por exemplo na reforma promovida por Francisco Campos na instrução pública mineira, ou a reforma de Anísio Teixeira na Bahia.

No final da década de 1920, atuando na reforma da educação baiana, Anísio Teixeira defendeu a necessidade de superar a solução paulista para os problemas da escola pública. Segundo ele o modelo paulista se propunha a oferecer um ensino primário incompleto para todos ao invés de um ensino integral para alguns.

Para Anísio Teixeira esta lógica não se aplicaria ao contexto baiano, marcado pela pobreza e por uma realidade rural primitiva. Nesse sentido, oferecer uma educação incompleta tiraria o indivíduo do seu contexto familiar, mas não ofereceria subsídios suficientes para sua inserção em outra realidade. Na concepção de Anísio Teixeira a educação era entendida como um processo de constante transformação e reconstrução social, permitindo o ajustamento do homem ao seu meio. Como método ele defendia a implementação de um modelo que valorizasse da mesma forma o trabalho intelectual e o trabalho manual.

Este foi o princípio seguido por Fernando de Azevedo na reforma da educação pública no Distrito Federal em 1927, objetivando a criação de um aparelho eficiente para promover a educação das massas, fazendo da escola um espaço de aprendizado, do trabalho em comum e de iniciação na vida econômica e social. Este modelo defendia o princípio da ‘escola única’, centrada no trabalho.

Segundo Carvalho (2010), esta reforma fecha um capítulo importante da história das reformas da instrução pública no Brasil, interrompido com o advento da revolução de 1930, que traria novos pensadores como Gustavo Capanema e Francisco Campos ao campo das reformas educacionais brasileiras.

Após a análise do percurso da escola primária brasileira, observando as transformações em seus métodos, as apropriações das experiências de outros países num contexto de expansão do capitalismo e de transformações políticas e socioespaciais, é possível perceber todo o processo que se sucedeu desde as “escolas de improviso” do século XIX, chegando às “escolas monumento” do regime republicano.

No entanto é preciso observar o processo nas suas especificidades. Rosa Fátima de Souza (2008) chama a atenção para a necessidade de se perceber as diversas formas de organização da escola primária nos diferentes estados brasileiros, observando o papel das escolas isoladas, públicas ou particulares, na difusão do ensino primário, assim também como o papel das municipalidades na oferta de escolas.

Fatores como a oferta de vagas, a quantidade de alunos matriculados, o atendimento a determinados grupos sociais em detrimento de outros e as políticas públicas de construção de prédios escolares são outros elementos que, segundo Souza (2008b), nos permitem problematizar o papel dos grupos escolares enquanto escolas populares de fato.

Seguindo esses princípios abordados até o momento, articulando-os com as peculiaridades da história política fluminense, torna-se possível uma leitura acerca das experiências de implantação da escola primária no estado do Rio de Janeiro durante a Primeira República.

2.2. A escola primária fluminense nos primeiros anos da República

Os primeiros tempos republicanos foram de grande instabilidade política no estado do Rio de Janeiro, proporcionada pelas intensas disputas oligárquicas e agravada por uma forte crise econômica. Tudo isso fez com que, entre 1891 e 1903, duas constituições estaduais fossem promulgadas, sendo a segunda reformada¹⁰, em contextos de disputa política, envolvendo interesses regionais e estratégias de consolidação das diferentes oligarquias em conflito.

Em relação à instrução pública, a primeira constituição fluminense, promulgada em 1891, trazia entre direitos e garantias, a gratuidade e obrigatoriedade da instrução primária, porém definindo como competência das Câmaras Municipais, “criar, manter e subvencionar escolas de educação cívica e de instrução primária gratuita” (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1895, p. 160)¹¹.

Promulgada após a queda do presidente Francisco Portella, a segunda constituição fluminense, de 09 de abril de 1892, mantinha como atribuição da Assembleia Estadual legislar sobre a instrução pública, e como competência das Câmaras Municipais “prover sobre a instrução primária, hygiene e assistência publica, sem prejuizo da competencia constitucional e legal do Estado nestes serviços” (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1896, p. 18), desaparecendo a gratuidade e obrigatoriedade da instrução primária, garantidas na primeira constituição.

Somente em 1893, mesmo ano da reforma Caetano de Campos que criou os grupos escolares em São Paulo, foi aprovada a primeira legislação referente à instrução pública no estado do Rio de Janeiro: a Lei nº 41, de 28 de janeiro de 1893, que ditava os termos gerais da organização do ensino, e o Dec. nº 27, de 20 de março do mesmo ano, que a regulamentava mais detalhadamente.

2.2.1. A primeira reforma republicana no ensino fluminense (1893)

A primeira reforma da instrução pública fluminense sob o regime republicano, realizada em 1893, criava, do ponto de vista administrativo, a Diretoria da Instrução Pública, subordinada à Secretaria do Interior, sendo o seu diretor responsável pelos assuntos da educação no Estado, em todos os níveis. Organizava também a inspeção escolar, através do Conselho Superior de Instrução, sediado na

¹⁰ A Constituição portelista promulgada em 26 de junho de 1891; a de 1892, promulgada em 09 de abril, com a intenção de desmontar a máquina *portelista*; e a reforma de 1903, que consolidou o poder do nilismo.

¹¹ Em 1895 o governo do estado do Rio Grande do Sul publicou as constituições dos estados brasileiros, inclusive as do Rio de Janeiro, disponíveis no site do Senado Federal: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/224222>

capital, e dos Conselhos Municipais, presididos pelo presidente da Câmara em cada município, formados por um professor de escola primária eleito por seus pares e um delegado escolhido pelo governo do Estado.

A reforma proibia a coeducação dos sexos e por isso determinava a existência de pelo menos uma escola de cada sexo em cada um dos distritos municipais, que seriam fiscalizados por delegados escolhidos — um para cada distrito — pelo Conselho Municipal. Os Conselhos Municipais eram responsáveis pelos contratos de aluguel das casas escolares, pela notificação ao diretor da instrução sobre a necessidade de transferência ou abertura de novas escolas, de acordo com a frequência dos alunos¹². Eram responsáveis também por cuidar da aquisição da mobília escolar, enquanto esta não fosse uniformizada pelo governo.

O decreto de regulamentação determinava ser obrigação dos professores “abster-se completamente de ensinar e praticar, e não consentir que se ensine ou pratique na escola a seu cargo o que quer que seja, que signifique crença religiosa, sob pena de multa” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893, p. 382), conferindo o caráter laico ao ensino.

Embora definisse as idades mínima e máxima para a obrigatoriedade, a reforma não estabelecia quantos anos de duração teria o curso primário, determinando apenas que o período letivo diário fosse de 5 horas, sendo 1 hora reservada ao recreio dos alunos. Também não trazia nenhum tipo de seriação, mas especificava (tanto na lei nº 41, de janeiro de 1893, quanto na regulamentação pelo Dec. nº 27, de março do mesmo ano) o programa a ser cumprido nas escolas primárias do Estado, como mostra o Quadro 1.

Lei nº. 48, de 21 de janeiro de 1893	Dec. nº. 27, de 20 de março de 1893	
a) leitura e escripta	1º. leitura e escripta	Obrigatórias em todas as escolas
b) ensino prático da língua portugueza e elementos de grammatica	2º. noções de grammatica nacional	
c) calculo, elementos de arithmetica, systema métrico decimal	3º. elementos de arithmetica, inclusive o systema métrico	
d) elementos de geographia, especialmente do Estado do Rio	4º. instrucção moral e cívica	
e) noções de physica, chimica e historia natural, applicaveis aos usos da vida	5º. elementos de geographia, especialmente do Estado do Rio de Janeiro	

Quadro 1 – Programa do ensino primário apresentado na reforma de 1893 (continua)

¹² Se a frequência média fosse inferior a 10 alunos ao longo de um semestre, a escola poderia ser transferida para outra localidade dentro do mesmo distrito, mas nunca fechada. Prevvia-se uma frequência de até 40 alunos para cada escola. Caso fosse ultrapassada esta marca, com frequência constante, seria possível solicitar a criação de outra escola do mesmo sexo naquele distrito.

Lei nº. 48, de 21 de janeiro de 1893	Dec. nº. 27, de 20 de março de 1893	
f) desenho geométrico e de ornato g) musica vocal h) instrução moral e cívica i) noções de hygiene geral e economia domestica j) gymnastica e trabalhos manuais k) trabalhos de agulha e corte de roupa	6º. noções de physica, chimica e historia natural, applicaveis aos usos da vida 7º. noções de hygiene geral 8º. desenho geometrico e ornato 9º. musica vocal 10. gymnastica e trabalhos manuais 11. trabalhos de agulha, corte de roupa branca e economia domestica (para o sexo feminino).	Obrigatórias apenas nas escolas regidas por professores formados na Escola Normal após a reforma

Quadro 1 – Programa do ensino primário apresentado na reforma de 1893 (conclusão)

Fonte: *Elaboração própria a partir de ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1894a) e ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1893).*

Apesar de a lei nº. 48 destacar o caráter prático que deveria ter o ensino da língua portuguesa e a aplicabilidade cotidiana das noções de física, química e história natural (também recomendada no decreto de regulamentação), não havia nenhuma referência direta ao ensino intuitivo. A disciplina de “Trabalhos de agulha e corte de roupa” era obrigatória apenas nas escolas femininas, enquanto os “trabalhos manuaes” constantes da disciplina de gymnastica, deveriam ser desenvolvidos nas masculinas.

A reforma estabelecia a gratuidade e, em relação à obrigatoriedade de matrícula, adotava os critérios de idade e distância entre a escola e a residência da criança, de acordo com o sexo: para os meninos que residissem num raio de até 2 km em relação à escola, com idade entre 7 e 14 anos, e para as meninas entre 7 e 12 anos de idade, cuja residência estivesse a menos de 1 km de distância, sendo multados os responsáveis que não matriculassem suas crianças. A lei reconhecia o ensino doméstico, isentando da obrigatoriedade aqueles que tivessem “o ensino dado em casa” ou a “instrução completa das matérias que constituem o ensino primário” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1894a, p. 19).

Obrigava também aos proprietários de estabelecimentos industriais a manter escolas primárias para os seus “menores empregados ou filhos de empregados que não se utilizarem das escolas publicas para a sua instrução” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1894a, p. 18).

Quanto aos métodos de ensino, a reforma se limitava a determinar que os livros didáticos utilizados pelos professores deveriam ser apenas aqueles enviados pela Diretoria de Instrução, ficando “o modo, o methodo e os processos de ensino (...) à escolha do professor” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893, p. 355).

Em relação à carreira, a lei dividia os professores em duas classes: a primeira, dos professores **efetivos**, cujo cargo era vitalício e exigia como pré-requisito o diploma da escola normal; e a segunda, dos professores **provisórios**, nomeados pelo governo na ausência de professores diplomados. Enquanto provisórios, os professores deveriam cursar as matérias da escola normal a fim de obterem o diploma, tornando-se automaticamente efetivos.

Os professores efetivos, por sua vez, eram divididos em 3 classes, com salários distintos, de acordo com o critério da antiguidade¹³, que também orientava a distribuição da regência de escolas nas cidades e vilas consideradas mais importantes, listadas hierarquicamente, da seguinte forma: “1º escolas das cidades de Nitheroy e Campos; 2º as das sédes das mais comarcas de 2ª entrancia; 3º as das sédes das comarcas de 1ª entrancia; 4º as das sédes dos municípios; 5º as das demais villas e dos povoados” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893, p. 379).

Desta forma ficavam, na maior parte dos casos, as escolas dos distritos rurais sob a regência de professores provisórios, aqueles que, por não possuírem o diploma da escola normal, limitavam-se a trabalhar um programa reduzido, enquanto os efetivos eram obrigados a ensinar todas as disciplinas, como mostra o Quadro 1. Assim, foi estabelecido um modelo que diferenciava as escolas das vilas e cidades daquelas instaladas em distritos rurais, diferenciação esta que acabou se institucionalizando nas reformas seguintes.

Além de comprovar a “capacidade profissional” apresentando o diploma da escola normal, para ser nomeado efetivo, o professor deveria também atestar “moralidade”, através de uma “folha corrida no lugar onde o candidato tenha residido um anno antes de requerer a nomeação” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893, p. 374), submetendo assim o professor público ao julgamento moral da sociedade e do governo.

O artigo 123 do Dec. nº 27, por exemplo, vetava a nomeação como professora pública à “mulher casada separada do marido, salvo em virtude de máo procedimento deste, comprovado a aprazimento do Governo, ou de divorcio em que a honra da divorciada não seja comprometida” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893, p. 375). Assim, cabia ao governo, “da forma que lhe aprouvesse”, julgar se os motivos do divórcio estavam relacionados à má conduta dos “ilustres chefes de família” — muitas vezes seus correligionários políticos —, ou ao comportamento indesejável das mulheres (esposas, mães e professoras).

O limite tênue entre o público e o privado — ou seja, entre os tempos e os espaços destinados às atividades escolares e aqueles reservados à vida privada do professor e sua família —, podem ser exemplificados por dois processos disciplinares instaurados em 1896 e 1897. O primeiro deles foi contra a professora da escola feminina do distrito de Ponta Negra, no município de Maricá, suspensa sob acusação de permitir que em sua escola, onde residia

¹³ Professor de 1ª classe: menos de 10 anos de magistério, com vencimento de 2:000\$000 anuais; professor de 2ª classe, tendo entre 10 e 20 anos de magistério, com vencimentos de 2:400\$000 anuais; e professor de 3ª classe, os que contassem mais de 20 anos de magistério, com vencimento anual de 3:000\$000. Os vencimentos do professor provisório eram de 1:200\$000 anuais.

com a família¹⁴, funcionasse uma agência dos Correios e uma banca de jogo de bicho. Além disso, a denúncia acusava a professora de ter se casado já grávida do primeiro filho, e afirmava que constantemente se ausentava da escola, deixando-a sob a responsabilidade da mãe ou da irmã (SILVA, 1896a).

O outro exemplo foi o inquérito disciplinar sofrido pela professora da escola feminina dos Campos Elíseos, município de Resende, no ano de 1897, acusada de “manter relações ilícitas com um telegraphista da Estrada de Ferro Central do Brasil”¹⁵. A denúncia afirmava que muitos “chefes de família” teriam retirado suas filhas da escola, após os boatos de que a professora teria sido vista por uma de suas alunas, em horário de aula, vestida em “trajes menores” em seu quarto, na companhia do suposto amante, e que outra aluna, pelo buraco da fechadura, teria visto a professora “banhar-se, achando-se no interior do quarto o telegraphista” (BITTENCOURT, 1897).

Em ambos os casos, concluiu o Conselho Superior de Instrução tratarem-se de calúnias, fundadas em questões políticas e pessoais. No entanto, ambas as professoras foram punidas com a suspensão durante meses, enquanto corriam os processos, sendo em seguida removidas para outros municípios. A escola de Maricá foi extinta e a professora transferida para o município de Sant’Anna de Macacu¹⁶ (ESTADO DO RIO, 1896). A professora de Resende foi transferida para Iguçu, e excluída do quadro em 1899 (ESTADO DO RIO, 1899a, p.2), porém sendo readmitida no ano seguinte, pois seu nome consta na tabela anexa ao Dec. n. 606, de março de 1900, como professora de escola masculina em Paraty, e em 1908 era professora pública do Estado em Rio Bonito (ESTADO DO RIO, 1908, p. 6).

Independente da veracidade ou não das denúncias, elas permitem observar, em ambos os casos, a relevância dos valores morais naquela sociedade, sobretudo em relação às professoras, que tinham suas vidas privadas expostas ao julgamento público, através de conselhos compostos por homens. Além disso, a possibilidade de a professora ausentar-se da escola durante o período das aulas; a contiguidade entre os espaços reservados à escola pública e os aposentos privados da professora (separados por uma porta — com suas frestas e buracos de fechadura — ou corredor, ou mesmo outros cômodos); as possíveis interações entre os familiares das professoras e os alunos; tudo isso nos mostra, além das questões de gênero num contexto em que as mulheres conquistavam uma profissão e um cargo público — esferas de domínio masculino — a permeabilidade entre público e privado presentes na organização da escola primária durante a Primeira República.

A reforma de 1893 previa também a construção ou aquisição de prédios em condições pedagógicas e higiênicas para o funcionamento das escolas.

¹⁴ Era prevista a residência do professor ou professora e sua família no prédio da escola. De acordo com o Art. 31 do Dec. Nº 27, de 20 de Março de 1893, “as casas escolares reunirão, quanto possível, as condições pedagógicas aos commodos para uma família regular” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1893, p. 351).

¹⁵ Inquéritos disciplinares arquivados em pastas no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro contendo diversos manuscritos, inclusive a transcrição de depoimentos nos conselhos municipais de instrução. Estas pastas pertencem à coleção 97.2 notação PE7 2.2.

¹⁶ Atual município de Cachoeiras de Macacu, a cerca de 73 km de distância de Maricá. Disponível em: <http://br.distanciarcidades.com/distancia-de-cachoeiras-de-macacu-a-marica>.

Essas determinações, porém, não resultaram em medidas práticas a curto prazo. Schueler (2010) observa que em sua maioria as escolas funcionavam em casas e prédios alugados, e que nos relatórios da Diretoria de Instrução Pública deste período são frequentes as observações sobre a baixa frequência dos alunos e as péssimas condições higiênicas e pedagógicas.

Esta reforma definia os princípios defendidos pela propaganda republicana, como a laicidade e a gratuidade do ensino primário. Previa também a criação de uma escola primária para cada sexo em todos os distritos municipais do estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, somente entre os meses de maio e dezembro de 1894, último ano do governo Porciúncula (1892-1894), foram criadas 64 novas escolas isoladas, entre masculinas e femininas, em 27 municípios. Somente em Petrópolis foram 14 novas escolas e em Saquarema, região dominada pelo Conselheiro Paulino, chefe do PRF no momento, foram criadas 7. Ao mesmo tempo 20 municípios não foram contemplados com novas escolas, entre eles Campos e Itaperuna, cujos chefes políticos faziam oposição ao governo.

O objetivo de criar pelo menos uma escola em cada distrito municipal não foi cumprido. As dificuldades de implantação da reforma de 1893 foram agravadas pela instabilidade política em que se mantinha o Rio de Janeiro. Em setembro deste mesmo ano irrompeu na Baía de Guanabara a Revolta da Armada, que acabou por acelerar o processo de transferência da capital fluminense para uma região mais segura e ao mesmo tempo distante da influência exercida pela capital federal. Ao final de 1893 transferia-se a Assembleia Legislativa para a cidade de Petrópolis, e em 20 de fevereiro do ano seguinte estava instalada a capital do Estado naquela cidade, que era o berço político do então presidente José Thomaz da Porciúncula.

Em sua mensagem à ALERJ em 1894 o presidente Porciúncula, no último ano de seu mandato, lamentava as dificuldades de suprir a falta de professores para as diversas escolas criadas pela reforma de 1893, recomendando a instalação de pelo menos mais uma escola normal no Estado, “auxiliando assim o único estabelecimento dessa natureza (...) no preparo de pessoal idôneo para o magistério” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1894b), a Escola Normal de Niterói, que retomara sua trajetória com a reforma¹⁷.

Nesse contexto foram criadas pela Lei nº. 164, de 26 de novembro de 1894, mais duas escolas normais: a de Campos, no norte do Estado, e a de Barra Mansa, na região sul, instalada em 24 de agosto do mesmo ano (MARTÍNEZ, 2009b). A Escola Normal de Campos foi instalada no ano seguinte, já no governo do seu sucessor, Maurício de Abreu, por ato de 29 de março (MARTÍNEZ; BOYNARD, 2004), em meio às comemorações do aniversário da cidade.

Além do simbolismo contido na data escolhida para a inauguração, a Escola Normal de Campos foi instalada no mesmo prédio em que funcionava o Liceu de Humanidades, porém num espaço de menor destaque, que antes

¹⁷ A Escola Normal de Niterói foi a primeira do Brasil, criada em 1835 na província do Rio de Janeiro durante o governo de Joaquim José Rodrigues Torres, que antecedeu ao Visconde do Uruguai na presidência da província. Sua história, no entanto, foi marcada por interrupções em diversos momentos, tendo sua extinção em 1890, no governo Portella, e sendo reaberta com a reforma de 1893 (VILLELA, 1992).

era destinado à senzala da residência do Barão da Lagoa Dourada. Com muita propriedade, Martínez e Boynard (2004) associam a distribuição espacial das duas escolas instaladas no nobre palacete às questões de gênero que definiam o lugar ocupado pela mulher no final do século XIX, concluindo que “às mulheres era reservada a entrada pelo lado esquerdo do prédio da escola [enquanto] aos homens, pelo direito. Aos secundaristas do Liceu, o prédio principal, o sobrado; às normalistas, o prédio que ficava atrás da ‘casa-grande’, a antiga senzala” (MARTÍNEZ; BOYNARD, 2004).

Para todos os efeitos, e aos olhos da época, o prédio imponente que havia quase uma década simbolizava uma vitória do Partido Liberal comandado por Manuel Rodrigues Peixoto e Francisco Portella contra as forças conservadoras controladas pelo Barão de Miracema, passava a abrigar também a Escola Normal de Campos, inaugurada durante os festejos do aniversário da cidade, representando a modernidade republicana e, ao mesmo tempo, a afirmação simbólica do governo estadual frente ao poder local do Barão de Miracema e do Dr. Francisco Portella que, embora estivessem em campos opostos no contexto regional, tinham em comum o fato de se oporem ao governo do PRF.

Embora tenha sido criada mais uma escola normal, localizada no interior do Estado, contribuindo para que os professores provisórios impossibilitados de se dirigir à capital para a obtenção do diploma pudessem se tornar efetivos, a situação da educação pública primária no Rio de Janeiro permanecia grave. Apesar de a verba orçamentária destinada à instrução pública ser de aproximadamente 20% do orçamento do Estado, como se pode verificar nas mensagens do presidente Joaquim Maurício de Abreu (1885 – 1897), havia muitas dificuldades, sobretudo em três aspectos: a falta de professores, a baixa frequência e a deficiência na inspeção escolar.

Buscando solucionar a questão da baixa frequência e da falta de professores, o presidente Maurício de Abreu propunha insistentemente a divisão da escola primária em dois segmentos: 1º e 2º graus, considerando que nos distritos rurais os pais esperavam que as crianças aprendessem apenas a “ler, escrever e contar”, saberes suficientes para o emprego na lavoura ou no comércio. O presidente defendia a criação das escolas de 1º grau, com apenas dois anos de duração, onde as aulas poderiam ser ministradas por professores que demonstrassem, através de exames, o conhecimento dos conteúdos a serem ensinados, não sendo necessária a habilitação nas Escolas normais.

Segundo o presidente, cerca da metade dos professores eram provisórios e, apesar de a legislação definir que deveriam prestar exames na escola normal para obter a nomeação como efetivos, em três anos nenhum havia feito isso (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1896).

Outro problema era o fato de a maioria da população viver em áreas rurais, distantes dos centros e com dificuldades de transporte. Nessas regiões era comum as crianças trabalharem na lavoura com os pais, sobretudo nos períodos de colheita, impedindo-os de frequentar a escola. Somando-se a isso, alegava o presidente serem “nullos os resultados da

inspeção escolar entregue aos Conselhos Municipaes” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1895, p. 7).

Apesar de haver um delegado para cada distrito municipal, o fato de a função não ser remunerada permitia que os delegados de instrução se dedicassem mais aos seus interesses profissionais particulares do que à fiscalização das escolas. Como solução o presidente recomendava ao legislativo que reformulasse a fiscalização escolar, dividindo o Estado em “círculos escolares, servidos por inspectores nomeados por concurso e com vencimentos que os (...) [isentassem] de outras preocupações” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1895, p. 7), substituindo assim os delegados escolares, escolhidos pelos conselhos municipais entre os cidadãos de cada distrito municipal para realizar a inspeção escolar.

Apesar da identificação dos obstáculos que impediam o desenvolvimento da educação pública primária, o presidente Joaquim Maurício de Abreu não cumpriu o intento da reforma de 1893. Nos últimos dias de seu governo foi publicada uma nova reforma da instrução pública, levada a cabo por seu sucessor, Alberto Torres.

2.3. A Reforma de 1897-1900 e a implementação do ensino primário graduado no estado do Rio de Janeiro

Diante de um cenário de instabilidade que se estenderia desde a implantação da República até os primeiros momentos do século XX, foi realizada a segunda reforma da instrução pública fluminense, em 1897, através da Lei de nº 376, de 23 de dezembro. Esta lei previa a criação de grupos escolares e escolas modelo nas principais cidades do estado do Rio de Janeiro, e também estabelecia uma nova carreira para o magistério.

Os preparativos para a reforma de 1897 se iniciaram no ano anterior, quando foi publicada a Lei nº. 277, de 10 de fevereiro de 1896, substituindo os Conselhos Municipais de Instrução, criados com a reforma de 1893, por 12 circunscrições escolares em que se dividiria o Estado. Para cada circunscrição foi selecionado, através de concurso público, um inspetor geral do ensino, cuja função era fiscalizar o trabalho dos professores, apresentar ao governo relatórios com os dados estatísticos de sua circunscrição, e cuidar do provimento de material e mobiliário escolar, bem como solicitar ao governo a transferência, extinção ou criação de escolas, sendo assim o principal elo entre o professor e o governo.

O concurso para o cargo de inspetores gerais da instrução ocorreu entre os meses de junho e agosto de 1896, atraindo jovens intelectuais como o escritor Osório Duque Estrada, bacharéis como o recém-formado pelo Ginásio Nacional José Bernardino Paranhos da Silva, professores e homens de letras como Clodomiro de Vasconcellos, entre outros, que se destacariam no campo político e intelectual nos anos seguintes.

Os jornais do estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal publicaram os resultados do concurso que aprovou, entre 52 candidatos inscritos, apenas os 6 identificados no Quadro 2.

Col.	Inspetor	Trajetória
1º	José Joaquim da Costa	Professor primário em Magé
2º	Joaquim Osório Duque-Estrada	Poeta, escritor, bacharel em ciências e letras pelo Colégio Pedro II em 1888
	Viriato de Souza Guimarães	Capitão, 1º oficial da Secretaria de Instrução Pública, Correios e Telégrafos do Distrito Federal (1890 – 1892); 1º escriturário da Assistência Médico-Legal de Alienados do Distrito Federal (1892 – 1893); 1º suplente do delegado da 9ª circunscrição da polícia do Distrito Federal (1894 – 1895)
3º	José Bernardino Paranhos da Silva	Bacharel em ciências e letras pelo Ginásio Nacional, 1892, funcionário público da prefeitura do Distrito Federal
4º	Francisco Nogueira Trindade	Professor primário em Cabo Frio
5º	Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos	2º. oficial da Contadoria Geral da Guerra, professor de escola primária no Distrito Federal, escritor

Quadro 2 – Aprovados no concurso para o cargo de Inspetor Geral do Ensino (1896)

Fonte: Elaboração própria a partir dos jornais *Diário de Notícias*, *Gazeta de Notícias*, *Cidade do Rio*, *Gazeta de Petrópolis*, *A Notícia*, *O Paiz*, pertencentes ao acervo da *Bibliotheca Nacional*, disponíveis em <http://hemerotecadigital.bn.br/>

No ano seguinte realizou-se novo concurso para suprir as 6 vagas restantes e mais a vaga que pertencia a Viriato de S. Guimarães, exonerado por ato de 20 de abril de 1897. Segundo o jornal *Gazeta do Povo*, este concurso para inspetores gerais do ensino teria sido um “dos mais exigentes de que há notícia na vida pedagógica do Estado” (INSTRUCÇÃO..., 1900d).

Após realizados os exames escrito e prático, que consistia na inspeção de uma escola primária, foram aprovados, em abril de 1897, os candidatos listados no Quadro 3.

Col.	Inspetor	Trajetória
1º	Alfredo Eugenio George	Membro do Partido Operário Socialista em 1892, no DF, autor de dois livros sobre o socialismo
2º	Epiphanyo Martins	Professor primário em Cabo Frio
3º	Ataliba Lépage	Oficial florianista, lutou na revolta federalista, formou-se na Escola Politechnica.

Quadro 3 – Aprovados no concurso para o cargo de Inspetor Geral do Ensino (1897)
(continua)

Col.	Inspetor	Trajatória
4º	Edmundo March	Funcionário dos Correios
5º	Luiz Pereira dos Santos	Tte. Cel. Da Guarda Nacional em Itaboraí
6º	Lindolpho de Assis	Jornalista em MG, proprietário do jornal O Pharol entre 1875 e 1888, católico, admirador e editor de Olavo Bilac
7º	Francisco P. de Carvalho	Professor primário

Quadro 3 – Aprovados no concurso para o cargo de Inspetor Geral do Ensino (1897)
(conclusão)

Fonte: Elaboração própria a partir dos jornais *Diário de Notícias*, *Gazeta de Notícias*, *Cidade do Rio*, *Gazeta de Petrópolis*, *A Notícia*, *O Paiz*, pertencentes ao acervo da *Bibliotheca Nacional* e disponíveis para pesquisa em <http://hemerotecadigital.bn.br/>.

É importante considerar a trajetória destes inspetores gerais da instrução e a sua influência na reforma de 1897 - 1900, que criou os primeiros grupos escolares como modelo de escola primária graduada no estado do Rio de Janeiro. Alguns deles ocuparam posições de destaque na instrução pública fluminense, seja como diretores e professores de grupos escolares, intelectuais e autores de obras didáticas, ou diretamente na administração da educação pública estadual. Um exemplo foi o poeta Osório Duque-Estrada¹⁸, que após atuar como inspetor de ensino em duas circunscrições estaduais, tornou-se Inspetor Geral na Diretoria de Instrução Pública, sendo nomeado bibliotecário do estado do Rio de Janeiro em 1901, assumindo anos mais tarde a cadeira de História Geral do Brasil no Ginásio Nacional, e dedicando-se à vida literária.

Outro personagem importante no magistério e na vida intelectual fluminense neste período foi Ataliba Lépage que, após a sua atuação como militar defendendo o florianismo na *revolução federalista*, formou-se bacharel na Escola Politécnica, e desempenhou a inspeção do ensino no interior fluminense, sendo designado comissário fiscal do governo federal junto ao Liceu de Humanidades de Campos em 1899, passando no ano seguinte a desempenhar, juntamente com Duque-Estrada, a função de Inspetor Geral do Ensino, cargo que, na reforma de 1900, subordinava-se diretamente ao de Diretor da Instrução Pública, exercido por José Bernardino Paranhos da Silva. A partir de 1901 Lépage assumiu a direção da Escola Normal de Niterói.

Paranhos da Silva, logo após formar-se bacharel em ciências e letras pelo Ginásio Nacional em 1892, foi nomeado secretário da inspetoria de instrução primária no Distrito Federal. Neto do Visconde do Rio Branco e sobrinho do Barão do Rio Branco — que naquele momento desempenhava a função de Ministro das Relações Exteriores — Paranhos ingressou na Faculdade Livre de Direito do Distrito Federal, em 1893, ocupando paralelamente o cargo de

¹⁸ Joaquim Osório Duque-Estrada foi membro da Academia Brasileira de Letras e é autor da letra do Hino Nacional Brasileiro.

Segundo Oficial da Secretaria Geral da Prefeitura do Distrito Federal até o ano de 1894, quando foi nomeado Segundo Oficial da Diretoria do Interior e Estatística da mesma prefeitura, de onde se exonerou em 1896 para assumir o cargo de Inspetor Geral do Ensino, no estado do Rio de Janeiro.

Como inspetor, Paranhos atuou em diferentes circunscrições de ensino até ocupar interinamente, em 1899, a direção da instrução pública no estado do Rio de Janeiro, enquanto se discutia o regulamento da reforma da instrução, publicado em janeiro 1900, quando foi então nomeado, em caráter definitivo, para o cargo que exerceu até o ano de 1904.

Bacharéis, militares, professores primários, funcionários públicos e homens de letras, estes inspetores do ensino teriam influído diretamente sobre a forma que teria a escola primária graduada fluminense, a ser implantada nos anos seguintes. O jornal *Gazeta de Petropolis* anunciava em 6 de novembro de 1897 uma reunião presidida pelo diretor da instrução pública, com a presença dos inspetores gerais do ensino “a fim de resolverem sôbre assumptos attinentes ao bom andamento do ensino” (INSTRUCÇÃO..., 1897a, p. 1). Nesta reunião, que se estendeu por dias, foram tratados temas referentes a livros didáticos, estatística escolar, exames anuais e a falta de prédios em condições adequadas, do ponto de vista higienista, para o funcionamento das escolas. Também foi destacada a pobreza da população e a conseqüente incapacidade em pagar as multas decorrentes do não cumprimento da obrigatoriedade do ensino, assunto cuja resolução aguardaria a “nova reforma, já em discussão na Assembléa Legislativa” (INSTRUCÇÃO..., 1897b, p. 1).

Nesse sentido, após 5 anos da primeira reforma que buscou instalar pelo menos uma escola primária para cada sexo em cada distrito municipal em todo o Estado, num momento de aparente estabilidade política decorrente da queda do portelismo e da política de conciliação praticada nos governos Porciúncula e Maurício de Abreu, uma nova reforma do ensino era discutida pelo legislativo estadual. Questões como a frequência escolar, obrigatoriedade do ensino, formação dos professores e a transformação da escola primária, buscando torná-la mais eficiente e, principalmente, mais econômica, estiveram entre as preocupações dos legisladores na reforma de 1897 – 1900.

A Lei nº 376, promulgada em 23 de dezembro de 1897, uma semana antes da posse de Alberto Torres no governo fluminense, autorizava o presidente do Estado a reformar a instrução pública, prevendo a instalação do Ginásio Fluminense em Petrópolis — dotando a nova capital de uma escola secundária — e a criação dos grupos escolares e escolas modelo. Nesse sentido, também modificava a classificação dos professores primários, substituindo a divisão dos efetivos em classes, por uma carreira que os distinguiu entre professores de escola rural; de vila ou cidade; de escola modelo e professor de grupo escolar¹⁹.

¹⁹ Quanto aos vencimentos dos professores, mantinham-se os mesmos valores da legislação anterior, sendo que ao antigo professor efetivo de 2ª classe, equivalia o professor de escola primária rural, recebendo num total anual de 2:400\$000; o professor de vila ou cidade receberia anualmente o total de 3:000\$000, o equivalente aos vencimentos do antigo professor de 3ª classe. Os professores de Escola Modelo teriam um vencimento total de 4:000\$000 anuais e os de Grupo Escolar, 5:600\$000. Os professores provisórios

De acordo com a nova Lei, os professores provisórios, antes nomeados livremente pelo governo, deveriam prestar concurso para o preenchimento das escolas rurais, submetendo-se a exames perante uma comissão de professores de escolas normais, no prazo de um ano, tendo que, obrigatoriamente, habilitar-se em todas as disciplinas do curso normal ao longo de 4 anos, sob a pena de perder a vaga. Buscando ainda resolver o problema da falta de professores, a Lei autorizava a contratação de professores diplomados na Escola Normal do Distrito Federal para reger escolas rurais no estado do Rio de Janeiro.

Além desses princípios básicos referentes às modalidades em que se dividiria a escola primária e à classificação da carreira docente, a Lei salientava a necessidade de se efetivar a educação física, moral e cívica e previa também crédito especial para a aquisição e construção de prédios escolares. No entanto, em sua segunda mensagem à Assembleia Legislativa, quase dois anos após a Lei da reforma, o presidente Alberto Torres lamentava a impossibilidade de executá-la devido ao limitado orçamento e às condições em que se encontrava o Estado.

Os grupos escolares e as escolas modelo não haviam sido implantados e o ensino primário público estadual continuava organizado nas escolas isoladas ou reunidas, seguindo cada professor o seu próprio método, de acordo com a legislação de 1893, ainda em vigor.

De fato, este foi o momento mais agudo da crise fluminense que quase levou à instalação de um processo de *impeachment* contra o presidente, resultando no rompimento entre Torres e o partido dominante — o PRF, que passara à oposição — e na formação do Partido Republicano do Rio de Janeiro — PRRJ, legenda que aproximou Alberto Torres das forças políticas do norte do Estado, lideradas pelo Barão de Miracema e seu herdeiro político, Nilo Peçanha, dando início à “escalada do nilismo” (LAMARÃO, 1989, p. 96), como apontado no capítulo 1.

De acordo com a divisão administrativa dessa reforma, o município de Campos pertencia à 5ª circunscrição do ensino, inicialmente sob a inspeção do Dr. José Bernardino Paranhos da Silva. Em suas anotações para a elaboração do relatório de 1896 (SILVA, 1896b), Paranhos detalhava a situação da 51ª escola do sexo masculino, da localidade da Penha, regida pela professora D. Anna de Moura Minguta²⁰. Suas observações nos permitem avaliar a situação das escolas isoladas localizadas na zona rural do município de Campos, o que não deveria ser diferente nas demais regiões do Estado.

Segundo o inspetor a escola possuía 31 alunos matriculados dos quais 18 estavam presentes no momento de sua visita, número superior ao da frequência média verificada no mês anterior, que era de 13 alunos. Em relação à escrituração escolar, observou que os livros de frequência, matrícula e exames estavam em dia, constatando, porém, que a escola não possuía o livro de inventário.

manteriam o ordenado anterior, de 1:200\$000, acrescidos da gratificação ordinária de 600\$000, totalizando 1:800\$000 anuais.

²⁰ De acordo com o quadro das escolas do estado do Rio de Janeiro, anexo ao Relatório de Luiz Alves Monteiro, diretor da instrução pública, apresentado em 1898 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1898b), a 51ª escola masculina, regida pela professora Anna de Moura Minguta, ficava na localidade denominada Penha, no distrito de Travessão. Atualmente a localidade se chama Balança Rangel, no mesmo distrito.

Em relação ao mobiliário escolar, observou que a escola estava completamente desprovida, sendo os poucos móveis improvisados “cedidos pelo proprietário da casa, conforme (...) declarou a Sra. Professora” (SILVA, 1896b). O inspetor segue relatando que encontrou “na sala escolar os seguintes moveis: 5 bancos e 1 mesa e 2 talhas. Além d’esses haviam 2 cadeiras singelas, de propriedade da Sr^a. Professora, bem como uma mesa” (SILVA, 1896b). Entre as suas solicitações ao governo estavam o envio urgente de um relógio e de 20 volumes do primeiro livro de leitura, 10 do segundo livro e 20 tabuadas. Sobre o prédio escolar observou que a sala de aula era “regularmente vasta arejada e bem iluminada” (SILVA, 1896b). Além disso o inspetor alertava ao governo que desde a instalação da escola não haviam sido pagos os aluguéis, assim como o salário da professora, atrasado havia cinco meses.

A escola estava dividida em duas classes, tendo 13 alunos na primeira e 5 na segunda. Os alunos da primeira classe aprendiam “leitura e princípios de escrita”, enquanto os da segunda classe estudavam “leitura, escrita e adição de números inteiros”. As piores impressões do inspetor se referiam ao ensino, ao constatar que “os alunos [estavam] atrasadíssimos”. Seguiu o inspetor comentando que “apenas um de nome Manoel Vieira [lia] regularmente, mas mal [ia] conhecendo a adição de números inteiros. De grammatica nada [sabiam], e os da 1^a classe nem tabuada” (SILVA, 1896b).

No ano seguinte, ao retornar à mesma escola, Paranhos relatou um aumento considerável na frequência (38 alunos, enquanto no ano anterior eram apenas 18) e também na matrícula (44 alunos contra 31 no ano anterior), ficando a escola dividida em três classes, sendo 28 alunos na primeira classe, 6 alunos na segunda e 4 na terceira.

À medida que aumentava o número de alunos, as más condições materiais da escola se agravavam. O material solicitado pelo inspetor no ano anterior não havia sido enviado, assim como ainda não tinham sido pagos os aluguéis nem os vencimentos da professora. Em relação às condições do prédio escolar, o Dr. Paranhos da Silva identificava a necessidade de uma reforma que incluísse a “colocação de fechaduras nas portas, aterro na sala de jantar e limpeza quer das portas e janelas e do tecto da sala escolar quer da parte exterior do edifício, cujo aspecto é simplesmente pouco decente” (SILVA, 1896b).

Mais uma vez o ensino era o alvo das maiores críticas do inspetor que ao examinar os alunos constatou um resultado “simplesmente acabrunhador revelando completo e extraordinário atraso”. Segundo o inspetor a professora havia declarado que o ensino na escola estaria dividido entre as classes da seguinte forma:

3^a classe leitura, escripta, princípios de geografia e de grammatica, e 4 operações sobre números inteiros.

2^a classe: leitura, escripta, adição e subtração de números inteiros e princípios de grammatica.

1^a classe: leitura escripta e numeração (SILVA, 1896b).

No entanto, após examinar os alunos, o inspetor verificava:

Que os da 3ª classe [liam] mal nada sabendo de grammatica e nem sabendo effectuar elementaríssima divisão de números inteiros.

Que os da 2ª classe [estavam] nas mesmas condições quer em leitura, quer em grammatica não sabendo effectuar uma subtração de números inteiros.

Que os da 1ª classe não [sabiam] soletrar exceção de um, e nem (...) contar sequer de 1 até 100 (cem) (SILVA, 1896b).

Desta forma o inspetor Paranhos concluía em seu relatório ser “nullo o aproveitamento nesta escola o que é triste” (SILVA, 1896b).

Diante do exposto podemos observar as características de uma típica escola isolada de distrito rural. D. Anna de Moura Minguta era uma professora contratada em caráter provisório, o que significa dizer que não possuía formação na escola normal, portanto isenta de lecionar disciplinas como a educação moral e cívica e geografia, previstas na legislação vigente. A ausência completa de material e mobiliário escolar, o atraso no pagamento aluguel do prédio e dos vencimentos da professora eram também uma constante naquele período.

De acordo com o relatório do diretor da instrução pública de 1898, o município de Campos possuía 79 escolas isoladas, sendo 31 delas nos distritos urbanos e 48 na zona rural. Entre os professores, 28 eram efetivos (14 de primeira classe, 5 de segunda e 9 de terceira), dos quais 19 regiam escolas urbanas e apenas 9 encontravam-se na zona rural. Os outros 31 professores eram provisórios, dos quais 26 atuavam nas escolas rurais enquanto apenas 5 regiam escolas urbanas. Havia ainda 7 escolas com o ensino suspenso (6 urbanas e 1 rural) e 13 escolas vagas (12 rurais e 1 urbana).

Entre todos os municípios fluminenses, Campos era o que possuía o maior número de escolas públicas primárias em 1898, seguido por Niterói (antiga capital) com 66, e Petrópolis (capital) com 28 escolas. Entre as 79 escolas de Campos, 48 eram masculinas (14 urbanas e 34 rurais), e 31 femininas (17 urbanas e 14 rurais), mostrando que, enquanto no campo predominavam escolas para meninos, na cidade havia um número maior de escolas femininas.

Em 1899 o inspetor José Bernardino Paranhos da Silva foi transferido para a capital, onde assumiu interinamente o cargo de Diretor da Instrução Pública, tornado efetivo no ano seguinte. Para o seu lugar na inspeção geral foi nomeado Francisco Nogueira Trindade, ex-professor primário de Cabo Frio e aprovado no mesmo concurso que Paranhos, no ano de 1896. No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro é possível encontrar os mapas de inspeção dos municípios de Macaé, Santa Maria Magdalena, São João da Barra e Campos, que integravam a circunscrição ao seu cargo (TRINDADE, 1899).

Esses mapas eram planilhas compostas por uma coluna para anotar o número do distrito, seguida de outra para o nome da localidade em que se encontrava a escola. Logo após, uma coluna para o número da escola e outra para anotar se era masculina ou feminina. Em seguida, uma coluna para cada

mês do ano (de fevereiro a novembro), subdividida em “geral” para o registro da visita do inspetor geral, e “distrital”, para os registros do inspetor distrital. Esses registros resumiam-se a anotar o dia da visita e a quantidade de alunos encontrados. Na última coluna havia um espaço para registrar o total de visitas realizadas pelo inspetor geral e pelo distrital ao longo do ano, em cada escola, seguido do espaço para as observações.

No mapa de inspeção das escolas de Campos é possível constatar que em 1899 havia 82 escolas primárias isoladas espalhadas pelos 15 distritos do município, das quais 20 se localizavam na cidade e 62 na zona rural. Entre as escolas urbanas 8 eram masculinas e 12 femininas, enquanto no campo havia 22 escolas femininas e 40 masculinas. Nota-se então um pequeno aumento no número de escolas em relação ao ano anterior, e ao mesmo tempo uma sensível redistribuição, diminuindo o número de escolas urbanas (11 a menos) e ampliando o de escolas rurais (21 a mais). Havia ainda 20 escolas que não funcionavam, sendo 1 extinta por falta de frequência, 5 suspensas, 11 sem professor e 3 ainda por instalar.

Esse documento nos permite compreender com que regularidade era feita a inspeção escolar, mostrando que, enquanto algumas escolas recebiam até 7 visitas de inspeção por ano — como a escola feminina nº 4, regida pela professora Marianna Gomes Pinto de Alvarenga, e a escola masculina nº 7, ministrada pelo professor Balthazar Dias Carneiro —, outras recebiam apenas duas visitas anuais, como a escola masculina de Campo Limpo, no distrito de São Gonçalo, visitada apenas nos dias 20 de março e 13 de junho daquele ano, ou as escolas masculinas de São Martinho e Mussurepe, assim como a feminina de Santo Amaro, localizadas no distrito de São Sebastião.

As duas primeiras escolas mencionadas situavam-se na área central da cidade, de mais fácil acesso, e possuíam os mais altos índices de frequência, o que até justifica o maior número de visitas de inspeção, enquanto as últimas funcionavam nos distritos rurais mais distantes. Na escola feminina da prof^a. Marianna G. P. de Alveranga, localizada no Becco do Amazonas, a frequência média anual de 109 alunos, chegando a registrar a presença de 136 meninas em inspeção realizada no dia 9 de agosto. A escola masculina regida pelo professor Balthazar Carneiro, localizada à Rua do Sacramento, também no Centro da cidade, possuía o segundo maior índice de frequência, com a média anual de 94 alunos.

Em termos gerais, a frequência nas escolas urbanas era maior que nas escolas rurais. Entre as escolas urbanas, as masculinas apresentavam uma média anual de 52 alunos, enquanto nas escolas femininas o número era de 46 alunas em média, ao longo do ano de 1899. Na zona rural as escolas masculinas apresentavam em média 20 alunos, e as femininas 18 alunas.

Tabela 2 – Média de frequência nas escolas públicas primárias de Campos em 1899

Meses	Urbana			Rural			Média geral
	M	F	Total	M	F	Total	
Fevereiro	34	26	30	17	8	12	21
Março*	0	0	0	21	17	19	10
Abril	82	65	74	24	11	18	46
Maiο	70	58	64	35	23	29	46
Junho	47	58	53	14	12	13	33
Julho	46	35	41	20	32	26	33
Agosto	65	65	65	27	19	23	44
Setembro	59	40	49	16	25	21	35
Outubro	45	65	55	11	0	5	30
Novembro	70	45	58	12	10	11	34
Média anual	52	46	49	20	16	18	33

* No mês de março não houve inspeção nas escolas urbanas

Fonte: Elaboração própria a partir do mapa de inspeção escolar do município de Campos, anexo às anotações do inspetor Francisco Nogueira Trindade em 1899. O documento é parte da Coleção 97.2, notação PE7 2.2, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Os dados do relatório do inspetor Paranhos mostrando um aumento do número de escolas rurais em detrimento da redução de escolas urbanas, assim como a leitura das mensagens presidenciais de 1898 e 1899 nos permite compreender as principais características da concepção de escola primária do governo Alberto Torres: instrumento de construção de uma civilização agrária e de combate ao bacharelismo. O presidente elencava, entre as causas da crise que assolava a lavoura fluminense, a “falta de instrução econômica e agrícola” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1898a, p. XXIII) dos lavradores, e definia em seu plano de recuperação econômica cinco medidas a serem adotadas:

1º. reflorestamento do solo; 2º. instrução econômica e agrônoma dos lavradores; 3º. aumento da população agrícola fixa e laboriosa; 4º. parcelamento das terras e mobilização da propriedade territorial; 5º. suprimento de capital e crédito aos agricultores”. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1898a, p. XXIX-XXX).

Nesse sentido, defendia a inclusão do ensino agrícola no programa das escolas primárias, com “noções elementares de economia rural e agronomia” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1898a, p. XXXI), por intermédio das escolas práticas de agricultura, onde se organizariam associações de lavradores que auxiliariam na organização do ensino agrícola nas escolas públicas da zona rural. Tais medidas não foram implantadas, mas nos permitem avaliar a importância e o significado da escola primária no pensamento de Torres.

Também em seu discurso dirigido aos professores durante a inauguração do Ginásio Fluminense, em Petrópolis, podemos notar, além da prioridade dada

à “instrução popular primária” — que para ele era o “*desideratum* mais alto a que devem se dedicar os Governos” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1899, p. XXVII) —, a crítica à influência estrangeira e ao bacharelismo presentes nos programas do ensino secundário.

Para Torres, o ensino secundário não deveria “tentar fazer do educando, segundo as preferências do pedagogo, uma cópia do typo humano de qualquer das nações cultas”, mas sim utilizar a experiência estrangeira no sentido de “aperfeiçoar as condições da nossa índole e do nosso temperamento; nunca, porém, desvirtual-as” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1899, p. XXVIII-XXIX). Deveria então o ensino secundário ressaltar e conservar o que seriam as qualidades próprias da nação, preparando o homem “para a Família, para a Patria e para a Sociedade” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1899, p. XXIX), combatendo a “especialização científica” produtora de um ensino secundário bastante abstrato e, portanto, distante da realidade prática, sendo incapaz de habilitar os homens para o “progresso da Patria e (...) felicidade da espécie” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1899, p. XXX).

Observando o contexto em que se propunha esta reforma do ensino, é possível perceber a existência de uma série de entraves, seja de ordem orçamentária (devido à crise econômica), técnica ou ideológica, envolvendo interesses dos legisladores, dos inspetores gerais do ensino e do próprio presidente do Estado. Tal cenário certamente teria contribuído para as dificuldades na implementação dos princípios presentes na Lei nº 376 de 1897.

O relatório do diretor da instrução pública de 1898 também apresentava as mudanças a serem implantadas com a nova reforma, que incidiriam de modo mais intenso sobre a escola primária. Apontava a importância da gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, já presentes no regulamento anterior, lamentando não serem esses princípios o suficiente para garantir a frequência às escolas. Observava o diretor da instrução que “em grande parte do nosso povo o princípio da educação ainda não recebeu a consagração de preceito social; não se impõe como dever patrio, profuso em benefício [*sic*] reaes á infancia e á sociedade” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1898b, p. 6).

Em termos estatísticos esse relatório nos permite perceber que a frequência escolar era, de fato, um dos maiores desafios, posto que apenas 26.125 crianças, o que representava 10,8% da população em idade escolar no RJ, estavam matriculadas nas 740 escolas públicas em funcionamento no Estado, sendo que destas, apenas 15.754 as frequentavam. Isso significa dizer que apenas 6,5% das crianças em idade escolar no estado do Rio de Janeiro, frequentavam a escola. A Tabela 3 apresenta os municípios com os maiores índices de frequência escolar.

Tabela 3 – Relação entre a população escolar, matrícula e frequência nos municípios fluminenses com frequência superior a 10% - 1898

Municípios	População escolar	Matrícula	Matr/Pop escolar	Frequência	Freq/ matr	Freq/pop escolar
Teresópolis	542	158	29,2%	125	79,1%	23,1%
Niterói	9.738	3.056	31,4%	1.810	59,2%	18,6%
S. Gonçalo	3.349	1.063	31,7%	555	52,2%	16,6%
Saquarema	3.562	836	23,5%	520	62,2%	14,6%
Maricá	3.192	730	22,9%	359	49,2%	11,2%
Rio Claro	2.161	335	15,5%	240	71,6%	11,1%
Petrópolis	5.327	922	17,3%	561	60,8%	10,5%
Itaboraí	4.377	848	19,4%	459	54,1%	10,5%
Itaguaí	3.391	543	16,0%	354	65,2%	10,4%
Angra dos Reis	4.692	717	15,3%	473	66,0%	10,1%

Fonte: elaboração própria a partir da tabela que consta no relatório do diretor da instrução pública de 1898

Desconsiderando os dados referentes a Teresópolis, um município recém-criado e com população escolar muito pequena, destacam-se a antiga capital e os municípios no seu entorno, os municípios do sul cafeeiro e a capital Petrópolis. Mesmo apresentando os maiores índices de frequência do estado, esses municípios não ultrapassavam o índice de 20% de frequência escolar. De todo modo, apenas esses 10 municípios listados na Tabela 3 concentravam 34,6% da frequência escolar de todo o estado do Rio de Janeiro.

Entre os municípios que apresentavam os índices mais alarmantes, estavam São Francisco de Paula²¹, Sumidouro, Capivari e Sapucaia, com menos de 2% de sua população infantil frequentando a escola no ano de 1898. O relatório também apontava que a falta de frequência ou de prédios adequados resultou na suspensão do ensino em 36 escolas, havendo, ao mesmo tempo, 89 novas escolas criadas e não instaladas.

Em suas últimas páginas o relatório do diretor da instrução pública apresentava uma extensa planilha listando todas as escolas públicas primárias existentes em cada distrito de cada município fluminense, identificando-as como masculina ou feminina, o nome e a classificação de cada professor (se provisório ou efetivo de 1ª, 2ª ou 3ª classes), e os dados referentes ao aluguel das casas escolares, contendo a data inicial e o tempo de duração dos contratos, o valor dos aluguéis e o nome dos proprietários. A análise deste quadro torna possível observar o quão elevado era o valor dos aluguéis das casas escolares e o quanto esses valores variavam entre os municípios. Os aluguéis nos distritos urbanos de Campos, por exemplo, variavam entre 1:000\$000 e 1:680\$000 mensais, próximo aos valores pagos em Niterói, que eram em média de 1:300\$000 mensais. Em Petrópolis os valores eram ainda mais altos, chegando a custar 2:500\$000 o

²¹ Atualmente o município se chama Trajano de Moraes.

aluguel da casa onde funcionava a escola masculina de Bingem, na cidade. No entanto, na maioria das escolas espalhadas por todo o Estado, o valor dos aluguéis variava entre 300\$000 e 500\$000.

Considerando esses valores é possível constatar que o preço dos aluguéis quase sempre superava o rendimento dos professores efetivos de 3ª classe, cargo mais alto na carreira do professorado primário, que era de 3:000\$000 anuais, ou seja, 250\$000 mensais. Em alguns poucos casos o próprio professor era o proprietário da casa escolar, acumulando seus vencimentos e o valor do aluguel, como o caso do professor Francisco José da Fonseca, de Araruama, ou do professor Augusto José D. Tinoco, de Campos, ou então da professora Delphina C. Jardim dos Reis, de Niterói, que recebia mensalmente o valor de 1:400\$000 pelo aluguel de sua casa, que abrigava uma escola masculina e outra feminina, na Rua do Souza em Icaraí, pagos pela Coletoria Estadual.

Também havia os casos em que os proprietários não eram os próprios professores, mas seus pais, cônjuges e demais parentes. Foi possível identificar 12 casos em que as casas escolares pertenciam aos professores, e 18 onde os proprietários eram seus familiares. Algumas escolas funcionavam em prédios pertencentes a instituições filantrópicas, como a Associação de Caridade Para Meninos Pobres, em Barra do Piraí, onde funcionava uma escola masculina, ou a irmandades religiosas, como a de São José, também em Barra do Piraí, N. S. da Conceição, em Iguazu, Santíssimo Sacramento em Magé, ou a Irmandade de São Sebastião do Rio Bonito, em Valença. Outras ainda pertenciam a firmas comerciais ou industriais, mas a grande maioria dos proprietários era composta de pessoas físicas.

Foi possível identificar alguns casos de escolas funcionando em prédios próprios estaduais, sendo um em Barra Mansa, outro em Barra do Piraí, outro em Campos, dois em Itaguaí, um em Itaboraí, outro em Paraíba do Sul, e mais três distribuídos por Rio Bonito, Valença e Vassouras, totalizando 10 prédios estaduais. Em Paraíba do Sul uma das escolas funcionava em prédio municipal, e em Piraí um prédio do governo federal abrigava a 12ª escola masculina, localizada em Pinheiro, no distrito de S. João Batista do Arrosal. O quadro apresentado pelo diretor da instrução também permite notar situações em que funcionavam uma escola masculina e outra feminina reunidas no mesmo prédio, como é mostrado no Quadro 4.

Município	Distrito	Localidade	Nº	Sexo
Barra do Pirahy	1º Cidade	Cidade	2ª / 3ª	M / F
Itaguahy	2º Bananal	Mangueiros	M / F
Parahyba do Sul	1º Cidade	Cidade	1ª / 2ª	M / F
Petropolis	1º Cidade	Cidade	1ª / 2ª	M / F
	1º Cidade	Bingem	10ª / 11ª	M / F
	5º S. José do Rio Preto	Figueira	30ª / 31ª	M / F

Quadro 4 – Escolas masculinas e femininas reunidas no estado do Rio de Janeiro – 1898 (continua)

Município	Distrito	Localidade	Nº	Sexo
Santo Antonio de Padua	2º Miracema	Miracema	3ª / 4ª	M / F
S. João da Barra	3º S. Sebastião de Itabapoana	Séde	14ª / 15ª	M / F
Santa Thereza	1º Vila	Abarracamento	M / F
Sumidouro	1º Villa	Villa	1ª / 2ª	M / F
Saquarema	1º Cidade	Bacaxá	4ª / 5ª	M / F
Valença	5º Santa Izabel do Rio Preto	Séde	12ª / 13ª	M / F

Quadro 4 – Escolas masculinas e femininas reunidas no estado do Rio de Janeiro – 1898 (conclusão)

Fonte: *Elaboração própria a partir da tabela constante no relatório do diretor da instrução pública de 1898 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1898b, p. 55-70)*

Ao final do ano de 1899 era grande a expectativa em relação ao regulamento do ensino. O governo havia levantado estatísticas suficientes sobre a situação da educação fluminense, tanto através da atuação dos inspetores gerais, quanto de demais setores da administração pública, como mostra o relatório apresentado por Hermogenio Pereira da Silva, secretário das obras públicas e industriais, revelando as condições de diversos prédios pertencentes ao Estado, entre eles alguns que abrigavam escolas primárias, muitos necessitando de reparos ou estando em ruínas.

Também no mesmo ano um relatório manuscrito, apresentado por Paulo Fernandes Vianna da Silva, 1º oficial da Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça, trazia impressões sobre os prédios estaduais em diversos municípios fluminenses. Em seu texto o oficial relatava que, apesar do objetivo de sua viagem pelo interior ser a visita às casas de caridade, foi possível notar que em muitos municípios havia prédios próprios do Estado que poderiam ser melhor aproveitados abrigando escolas primárias ou destacamentos militares, reduzindo assim as despesas com aluguéis (SILVA, 1899).

As anotações que compoariam os relatórios dos inspetores gerais do ensino, da primeira e quarta circunscrições, em junho de 1899, também revelam as esperanças em relação ao novo regulamento e, ao mesmo tempo, a influência exercida por estes inspetores em sua elaboração. Edmundo March, inspetor da 1ª circunscrição escolar acreditava que a reforma que o governo tinha em mãos naquele momento seria capaz de remover “dentro em pouco os mais terríveis obstáculos que tem (...) entorpecido a marcha d’este ramo do serviço publico” (MARCH, 1899).

O inspetor geral da 4ª circunscrição escolar, Clodomiro de Vasconcelos, em suas anotações para o relatório também apresentado em junho daquele ano, lamentava não estar ainda o seu trabalho regido pelo novo regulamento pautado pela Lei de 1897, “lei benéfica, que deve abrir, ao ensino, uma era de progresso, uma era desde tanto tempo desejada, mas que, infelizmente, não teve início ainda, por motivos justificadamente poderosos” (VASCONCELOS, 1899). Ainda segundo o inspetor, o novo regulamento seria a “verdadeira

medida de salvação do ensino, ainda hoje rebaixado de seu nível normal pela incompetência do professorado provisório” (VASCONCELOS, 1899).

Além das esperanças, as anotações do inspetor Clodomiro de Vasconcelos recomendavam medidas a serem adotadas no novo regulamento, para a superação das deficiências do ensino público, revelando assim a ingerência dos inspetores na formulação da reforma. Desta forma se dirigia o inspetor ao diretor geral da instrução:

Infelizmente (...) esse regulamento, cuja feitura foi confiada ao vosso esclarecido espírito, não veio a lume, de modo que, á forma de refrão, tenho que repintar desilusões, e apresentar medidas a meu ver necessárias; não sei se em os novos artigos de lei encontrarei algumas d'elas sancionadas, tal a nevoaça que os envolve ainda, dando vasão a contraditadas versões, que entrego á indiferença; e em tudo fis na superioridade do trabalho a que tendes dedicado a vossa autoridade e a vossa competência (VASCONCELOS, 1899).

Em seguida apresentava seis princípios, dentre os quais alguns que figurariam no regulamento baixado em janeiro do ano seguinte, finalmente concluindo a reforma apresentada em 1897:

a) obrigatoriedade de concurso para a seleção de professores provisórios, pois as escolas deveriam ser “casas de ensino e nunca pensionatos a desamparados”.

b) “abolição do ensino da theoria grammatical nas escolas publicas primarias”, por considerá-lo “inútil e pernicioso”. O inspetor justificava esta defesa citando o filósofo evolucionista Herbert Spencer, afirmando que “a grammatica, tendo sido feita depois de formada a língua, deve ser ensinada depois do estudo desta”. Segundo Vasconcelos “a grammatica, em que pese isso aos grammaticophilos, não ensina a fallar e a escrever”. Criticava assim um ensino da língua por demais teórico, complexo e abstrato, que contribuía para os baixos índices de frequência escolar.

c) “A obrigatoriedade do ensino das sciencias phisicas e naturaes, sob a forma de lições de cousas”. Para defender seu argumento, transcreve longo trecho de um artigo publicado na revista “Educação e Ensino, às páginas 20 e 21”, criticando o ensino teórico da botânica e da zoologia, através da simples repetição dos conteúdos constantes nos livros, prática que além de não promover o aprendizado da criança, acabava por afastá-la das ciências. Nesse sentido, destacava o trecho do artigo defendendo que o desenvolvimento, nas crianças, das

faculdades de observação e raciocínio, para ensinar-lhes a ver, a comparar, a exprimir e a communicar, [faria com que] bem depressa o professor [desprezasse] o livro, e [compreendesse] que este ensino não póde sêr feito senão sobre animaes, plantas e objectos communs ao mundo em que vive a criança, com material que ella conhece (VASCONCELOS, 1899).

d) “A obrigatoriedade do ensino da gymnastica”. Neste ponto denunciava a situação de miséria vivida pela população do interior fluminense, marcada por um “rachitismo incontesté”, mal alimentada e entregue à “absoluta falta de hygiene”. Para a reversão deste quadro desolador, apontava, além das medidas econômicas e políticas de saneamento já adotadas pelo governo, a obrigatoriedade do ensino da ginástica “methodisada e constante” (VASCONCELOS, 1899).

e) “A coeducação” dos sexos, tomando por base as experiências norte-americanas (Idem, ibidem).

f) “A preferência que na regência das escolas deve ser dada às senhoras” (Idem, ibidem).

Em seguida o inspetor conclui suas anotações tecendo considerações a respeito da situação das escolas inspecionadas, dos contratos de aluguéis, e faz também a sua avaliação dos professores efetivos, elogiando aqueles considerados dignos de merecimento.

A partir dos diversos dados levantados desde 1896, referentes aos aluguéis dos edifícios escolares e à situação dos prédios estaduais em condições de abrigar escolas, a relação de professores e escolas existentes, e também das observações da diretoria de instrução pública e seus inspetores gerais do ensino, foi publicado em 25 de janeiro de 1900 o Dec. nº 588, que regulamentava a reforma do ensino proposta pela lei de 1897.

2.3.1. Tempos, espaços, seriação, método... a organização da escola primária graduada fluminense

Em 1900, último ano do governo Alberto Torres, na virada do século XIX para o XX, foi publicado o Dec. nº 588, regulamentando a reforma da instrução pública proposta em 1897. No texto introdutório do regulamento elaborado “sob o mais acurado e bem intencionado [sic.] espirito de observação e de experiência” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 330) pelo diretor interino da instrução pública, Dr. José Bernardino Paranhos da Silva, o secretário dos negócios do interior e justiça Adolpho Ponce de Léon, anunciava que a reforma buscava

resolver mais directamente a grave questão da educação popular, em sua dupla face, nos institutos primários, pela realização da cultura intellectual, moral e cívica da infância fluminense e, nos institutos normaes, no aparelhamento dos factores indispensáveis á effectividade da solução do problema educacional com a formação do professorado primario (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 325).

Nesse sentido denunciava a ausência de método e orientação pedagógica na escola primária fluminense. Para o secretário,

a excessiva liberdade deixada aos professores no leccionamento das disciplinas do curso primário degenerou em verdadeiro principio de indolência regulamentar, e simultaneamente, a ausencia de programmas práticos, uniformes, que bem caracterissem o fim da escola primaria, concorreu para a verdadeira enthronisação do atrazo e da ignorância, escudados vantajosamente na antiguidade como base única e exclusiva da promoção dos professores (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 343).

O ensino baseado exclusivamente na memorização e repetição de livros escolhidos a esmo, o “desapparecimento dos mais indispensáveis instrumentos didacticos, como esferas, mappas, lousas, etc” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 345), também eram duramente criticados pelo secretário.

Nesta reforma, como na de 1893, mantinha-se a Diretoria da Instrução Pública subordinada à Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça. O Conselho Superior de Instrução seria formado pelo secretário dos Negócios do Interior e Justiça, o diretor da Instrução Pública e os inspetores gerais do ensino. Também comporiam o conselho um professor da Escola Normal de Niterói, um professor do Ginásio Fluminense e um professor do Liceu de Humanidades de Campos, eleitos por seus pares, para um exercício de 2 anos. Completando o conselho, seriam escolhidos pelo governo, a cada 2 anos, um diretor de grupo escolar e um professor primário.

O cargo de Inspetor Geral do Ensino sofreu uma significativa alteração. O número foi reduzido de 12 para apenas 2 inspetores gerais, que fariam parte da Diretoria de Instrução e seriam responsáveis pela inspeção apenas das escolas da 1ª circunscrição, sediada em Petrópolis, ainda capital do Estado. Desta forma, a Diretoria da Instrução Pública seria comandada pelo diretor José Bernardino Paranhos da Silva, auxiliado pelo militar Ataliba Lépage e o escritor Osório Duque-Estrada, Inspetores Gerais do Ensino. A inspeção das escolas das demais circunscrições, no interior, seria realizada por Inspetores Regionais do Ensino e pelos diretores dos grupos escolares, a serem criados.

Se a Lei nº. 277 de 1896 deu amplos poderes aos Inspetores Gerais, garantindo-lhes inclusive a vitaliciedade no cargo, a reforma de 1900 definia que os agora Inspetores Regionais seriam selecionados por concurso entre os professores efetivos do Estado, para servirem “durante um biennio nas circumscrições para que forem designados, podendo ser reconduzidos a juízo do governo” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 597).

O regulamento dividiu o ensino primário em três cursos: elementar, médio e superior. O Art. 74, definia que “as escolas ruraes ministrarão o ensino determinado para o curso elementar; as que funcționarem no perímetro urbano das villas e cidades também o estatuído para o curso médio, abrangendo os grupos escolares e as escolas modelo os três cursos” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 428-429). Deste modo, implantava-se o princípio da seriação na escola primária fluminense, tendo a escola rural elementar um curso de 3 séries e as escolas de vilas e cidades 5 séries, reunindo, além do

curso elementar, as duas séries do curso médio. Os grupos escolares e escolas modelo ofereciam as 5 séries dos cursos elementar e médio, mais as duas séries do curso superior, com um ensino primário de 7 anos. Para todos os cursos o Art. 62 determinava aos professores que aplicassem os princípios do ensino intuitivo.

Nesta regulamentação a escola primária seria gratuita, laica e obrigatória. A obrigatoriedade mantinha o mesmo critério de idade definido na reforma de 1893 (meninos de 7 a 14 e meninas de 7 a 12 anos), sendo aumentada em 1 quilômetro a distância da residência da criança em relação à escola (3 km meninos e 2 km meninas). Também era mantida a obrigação dos proprietários de estabelecimentos industriais de oferecer aos seus trabalhadores em idade escolar e aos filhos dos trabalhadores adultos, escolas de ensino elementar, funcionando próxima ou nas próprias dependências da fábrica. Continuavam isentos da obrigatoriedade aqueles que recebiam o ensino dado em casa.

Essa legislação revelava a preocupação com os tempos escolares, determinando que o período letivo seria de 6 horas diárias nas escolas urbanas e grupos escolares, e de 5 horas nas escolas rurais, onde as crianças, antes do início das aulas, ajudavam os pais na “fecundação da lavoura” (SCHUELER, 2010, p. 541).

As atividades que exigiam mais esforço e concentração das crianças deveriam ser trabalhadas no início do dia, e as aulas deveriam durar 45 minutos, intercaladas por intervalos de 15 minutos, buscando evitar a “fadiga da classe” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 425). Após a terceira aula o recreio seria de 45 minutos “consagrado á refeição dos alumnos e a exercícios e jogos infantis, que concorram para o seu desenvolvimento physico, vedando o professor os que, por qualquer fórma, possam ser prejudicados” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 426).

Também era recomendado aos professores observar, antes da primeira aula, “o estado dos dentes, orelhas, cabellos e unhas dos alumnos, fazendo observações moraes e recommendações úteis sobre a necessidade e a hygiene dos cuidados corporaes” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 421). Os alunos deveriam estar sempre “ocupados nos trabalhos de sua classe ou, ao menos, com proveito attendendo aos de outra”, sendo o emprego de monitores permitido apenas “para o caso de exercícios materiaes, com a correcção de calculos, ou a repetição de lições” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901).

Em relação aos espaços escolares, a reforma previa a construção de prédios e o auxílio à iniciativa privada para este fim. Apesar disso, a imensa maioria das escolas se manteve em prédios alugados. As casas alugadas para abrigar escolas deveriam atender a alguns critérios, como a localização numa região central, a existência de amplo espaço onde pudesse funcionar a “sala de classe”, iluminada, observando todos os preceitos da hygiene, que pudesse abrigar até 50 alunos, o máximo de frequência permitido.

Havia também a preocupação em distinguir os espaços da escola e a residência do professor, como mostra o § 4º do Art. 159, ao advertir que “salvo o caso de festas intimas, e ainda assim com a permissão da respectiva autoridade escolar, e os de decisão do governo, a sala escolar (...) não poderá jamais ser utilizada para fins diversos dos do curso lectivo. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 496).

Enquanto na reforma de 1893 a carreira dos professores primários era dividida apenas entre *provisórios* e *efetivos*, cujo cargo era vitalício e a sua progressão em 3 níveis acontecia de acordo com a antiguidade, em 1900, instituíram-se diferentes categorias: Professor de escola primária rural, com vencimento anual de 2:400\$000; professor de escola primária de vila ou cidade e de grupo escolar, com vencimento anual de 3:000\$000; professor de escola modelo, com vencimento anual de 4:000\$000; diretor de grupo escolar, com vencimento anual de 5:600\$000; e diretor de escola normal, com vencimento anual de 9:200\$000. O professor provisório tinha o vencimento anual de 1:800\$000.

Os professores efetivos deveriam obrigatoriamente ser diplomados pela escola normal e sua vitaliciedade no cargo seria aprovada pelo Conselho Superior mediante avaliação. Sua progressão entre as diferentes categorias se daria através da antiguidade e também do merecimento, que envolvia uma série de critérios, desde a sua atuação nos trabalhos burocráticos de escrituração escolar, passando pela quantidade de alunos aprovados em sua escola, até a autoria de livros didáticos, a serem publicados pelo governo do Estado e adotados nas escolas, sendo este último o principal critério para a progressão por merecimento.

Em fevereiro de 1900 foi publicado o Dec. nº 592, trazendo o quadro da distribuição e classificação das escolas públicas do Estado (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901). Da análise do quadro conclui-se que das 468 escolas, 140 eram urbanas e 328 rurais, ou seja, em 70% das escolas fluminenses oferecia-se o ensino elementar, organizado em três séries, podendo cada uma delas, de acordo com o desenvolvimento dos alunos, ser dividida em duas classes. Através dos resultados dos exames anuais das escolas primárias, instituídos pelo Art. 73 do regulamento e publicados sempre no mês de dezembro nos jornais, como o *Monitor Campista* e *Gazeta do Povo* por exemplo, que circulavam em Campos, é possível observar que na maioria das escolas elementares deste município, as séries dividiam-se em classe *adiantada* e *atrasada*. O programa das escolas elementares foi organizado como mostra o Quadro 5.

Séries	Disciplinas
1ª série	Português e instrução moral e cívica Aritmética Desenho Caligrafia Trabalhos de agulha e corte de roupa branca
2ª série	Português e instrução moral e cívica Aritmética Metrologia Geografia e noções de cosmografia Lições de coisas Desenho Caligrafia

Quadro 5 - Programa do curso primário elementar, instituído na reforma de 1900 (continua)

Séries	Disciplinas
3ª série	Português e instrução moral e cívica Aritmética Metrologia Geografia e noções de cosmografia História do Brasil Lições de coisas Desenho Caligrafia Música

Quadro 5 - Programa do curso primário elementar, instituído na reforma de 1900 (conclusão)

Fonte: Elaboração própria a partir de ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1901)

Na primeira série as crianças aprendiam as primeiras lições de leitura e escrita, através de “exercícios de copia nos cadernos e no quadro preto”. Para o programa de aritmética a primeira recomendação do regulamento era a “ausência completa de livros, de definições e de encadeamento lógico das noções de quantidade, unidade, numero e suas especies” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 434), devendo os professores fazer os alunos contar pequenos objetos, como gravetos ou palitos de fósforo, compondo dezenas agrupadas em feixes amarrados por uma linha, desenvolvendo assim a noção de unidade, dezena e centena.

Além de aprender a contar e receber os rudimentos de leitura e escrita, nas aulas de desenho deveriam ser desenvolvidas a definição de pontos e linhas retas em suas diversas direções, e a disciplina de caligrafia se basearia nos “diversos elementos que constituem a letra cursiva inglesa” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 464), através de exercícios variados.

Restava ainda às meninas a disciplina “trabalhos de agulha e corte de roupa branca”, que na primeira série elementar ensinava marca em ponto de cruz e crochê, além do ensino moral da “missão da mulher na família; suas qualidades” e “trabalhos domésticos” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 469).

Na segunda série o ensino de português e instrução moral e cívica introduzia elementos de gramática e o estudo “elementar e pratico” do “aparelho vocal” e dos “phonemas”, e na aritmética eram estudados os números e as operações simples.

Apareciam também novas disciplinas na segunda série, como a metrologia, apresentando como primeiras unidades de medida o metro e o litro; a “geografia e noções de cosmografia”, dividindo a geografia em física, política e astronômica. A geografia física recebia o nome de *chorographia*, e nesta série apresentava as “denominações chorographicas” de continentes, montanhas, penínsulas, ilhas, cabos, através de desenhos na lousa que deveriam ser reproduzidos pelos alunos. Do mesmo modo eram desenvolvidas noções gerais acerca dos oceanos, mares, golfos, rios e lagos, em *hydrographia*, e na *aerographia* os estudos sobre a Terra e seus eixos, movimentos, pontos cardeais, longitude e latitude, utilizando o professor a esfera e cartas geográficas.

A disciplina *lições de coisas* era trabalhada apenas na escola elementar, como uma introdução à *história natural* e *noções concretas de ciências físicas*, estudadas nos cursos médio e superior, respectivamente. Na segunda série a disciplina deveria abordar, de forma prática, os cinco sentidos e noções elementares sobre o “solúvel e insolúvel, o flexível e o inflexível, o inflamável e o não inflamável, o muito poroso e o pouco poroso” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 455).

O desenho introduzia as linhas curvas, ângulos curvilíneos, triângulos e quadriláteros; e a caligrafia trabalhava a escrita minúscula, com a letra de 5 milímetros conhecida como “bastardinho”.

Na terceira série revia-se o programa de português das séries anteriores, acrescentando a flexão e conjugação dos verbos; da mesma forma ocorria em aritmética, sendo introduzidos os algarismos romanos e o estudo de frações e divisão entre números compostos; e ampliava-se a metrologia com as noções de escala e o uso da balança e dos pesos.

Em geografia eram revistos os conteúdos da série anterior e acrescentando-se o estudo dos “países da Europa e suas capitais. Mares, golfos, estreitos e cabos principais”, através de exercícios onde os alunos deveriam traçar os contornos dos continentes, memorizando todos os seus acidentes geográficos. O mesmo ocorria em relação ao Brasil e os seus Estados. Nas noções de “cosmographia” seriam estudados os planetas, as fases da lua e as estações do ano.

Na escola elementar, a história do Brasil era estudada apenas na terceira série, abordando os “descobrimientos marítimos”; a descrição do “cenário” da chegada de Cabral; “o selvagem: raças, usos e costumes; desenho de seus ornatos, vestimentas, armas e utensílios”. Abordaria o sistema de capitânias hereditárias e o Governo Geral, o papel dos jesuítas e a “apreciação desta importante ordem religiosa e de seus reais serviços ao Brasil nascente” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 450), concluindo o programa com o período das invasões holandesas.

Na disciplina de história do Brasil o regulamento recomendava ao professor da escola rural (elementar), o ensino através da leitura comentada pelo professor e repetida pelos alunos, seguidos de “commentarios Moraes (...) sobre a biographia dos brasileiros illustres (...) em seus mais notaveis traços”, ressaltando “os mais salientes successos referentes á descoberta do Brazil, sua colonização, invasões estrangeiras (...)” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 452-453).

O ensino das lições de coisas, na terceira série, deveria se ater ao estudo dos “animais, os vegetais e os minerais”, e de elementos e objetos comuns ao cotidiano, que deveriam estar presentes nas aulas. Seriam feitas “descrições fáceis de objectos usuais, tais como: faca, tesoura (...), pólvora, farinha de trigo (...)”, identificando-se as suas principais propriedades.

A disciplina de desenho desenvolvia, na terceira série, além dos programas anteriores, as circunferências e os ornatos simples, enquanto em caligrafia exercitava-se a letra de 2 milímetros e os algarismos. Por fim, a

terceira série trazia a disciplina de música, com rudimentos de teoria e escrita musical, solfejos e “canticos moraes e patrioticos”.

Assim se configurava o modelo mais comum no ensino primário fluminense, correspondendo a 70% das escolas na primeira década do século XX. É importante ressaltar que das 328 escolas rurais listadas no Dec. nº 592, em fevereiro de 1900, 241 eram femininas, contra apenas 87 masculinas. Entre as escolas de cidade, a diferença era menor, sendo 71 escolas femininas e 69 masculinas. Observando ainda este quadro de 1900 percebemos que, do total de escolas primárias, 28,5% não possuíam professor, e destas todas eram rurais. Das 328 escolas rurais do Estado, 137 estavam sem professor, e destas 114 eram femininas, ou seja, 83%.

Todos esses dados nos dão a dimensão de alguns aspectos da escolarização primária fluminense nas primeiras décadas republicanas. Como já vimos, de acordo com o relatório do diretor da instrução pública de 1898, apenas 6,5% da população fluminense em idade escolar frequentava as escolas públicas do Estado àquela altura. A partir dos dados da reforma de 1900 nota-se que a maior parte desta pequena parcela era atendida por um modelo de escola primária elementar, dividida em 3 séries, instalada nos distritos rurais dos municípios. Vimos também que todas as escolas vagas do Estado eram rurais e a grande maioria delas, feminina.

A falta de professores nas escolas rurais, sobretudo femininas, deve-se principalmente a dois fatores: Em primeiro lugar, era proibido aos homens lecionar em escolas femininas e mistas, obrigando assim à existência de um número maior de professoras. Em segundo lugar, apesar de formarem-se mais professoras que professores nas escolas normais do Estado, o número de diplomadas até aquele momento era muito pequeno, e nem sempre as moças ingressavam no magistério. Entre as que assumiam a profissão, nem todas estariam disponíveis a assumir escolas e fixarem residência nos distritos rurais dos municípios do interior. Deste modo, constata-se o quanto era mais difícil o acesso à instrução elementar nos distritos rurais, sobretudo para a população feminina.

Uma forma de atenuar esses problemas era a contratação de professores provisórios. De acordo com o § 2º do art. 313 do regulamento, esses professores só poderiam reger escolas rurais, e seriam selecionados por concurso.

A reforma também permitia a nomeação de professores formados pela Escola Normal do Distrito Federal, sem a necessidade de concurso, para reger essas escolas rurais por um período de três anos, podendo ser esses professores admitidos definitivamente como efetivos, “se o propuzer o Director da Instrução” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 559-560). Também era permitido aos alunos de 3º e 4º ano das Escolas normais que haviam sido extintas, lecionar nas escolas rurais.

Nas escolas de vila e cidade, geralmente instaladas nas sedes dos municípios, funcionava o curso médio, que acrescentava ao elementar mais duas séries, como mostra o Quadro 6.

Disciplina	Série	Programa
Português e instrução moral e cívica	1ª	Palavras invariáveis, verbos irregulares, sujeito e predicado, objeto, adjuntos e complementos, ditado em quadro preto.
	2ª	Sentenças coordenadas e subordinadas.
Aritmética	1ª	Multiplicação por dez, cem e mil; operações de multiplicação e divisão com frações.
	2ª	Simplificação de frações; dízimas e juros.
Metrologia	1ª	Medidas de área.
	2ª	Medidas de volume.
Geografia e noções de cosmografia	1ª	“Raças do globo, religiões e governos”, e atividades econômicas de todos os continentes, sobretudo os países “com que mantemos relações comerciais e cuja industria nos convém conhecer”.
	2ª	Geografia física do Brasil e os sistemas de Ptolomeu e Copérnico.
História do Brasil	1ª	Revoltas coloniais; conflitos territoriais; expansão territorial com destaque para o papel dos Bandeirantes; o tratado de Madri em 1750.
	2ª	Inconfidência Mineira e sua relação com a revolução pernambucana de 1817; transferência da Corte, período joanino, revolução do Porto e “o grito do Ypiranga”.
História Natural	1ª	Esqueleto humano.
	2ª	Aparelho digestivo e higiene bucal.
Desenho	1ª	Divisão da circunferência; elipse; paralela; espiral; polígonos.
	2ª	Circunferências tangentes, concêntricas e excêntricas “traçados da rede orthogonal de malhas quadradas; gregas e mosaicos”.
Caligrafia	1ª	Caracteres de 10 milímetros “bastardos”.
	2ª	Revisão de todos os caracteres estudados.
Música	1ª	Escalas, tonalidade e modos; escrita musical; solfejo.
	2ª	Acordes perfeitos maiores e menores e 5ª diminuta; “cânticos moraes e patrióticos”.
Trabalhos de agulha e corte de roupa branca	1ª	“Administração e augmento dos rendimentos da família; (...) a quota dos pobres; (...) a sciencia do saber guardar; (...) compensar o déficit; (...) as dividas; meios de evital-as e saudal-as. A escripturação domestica (...); orçamento da receita e da despesa da família (...).
	2ª	“Saber comprar: occasiões de comprar. O ajuste nas compras e encommendas. Os preços fixos. Os mascates e vendedores ambulantes. (...) A mania de comprar. (...) aproveitamento das sobras; (...) fiscalização da qualidade e do peso. Vigilancia (...)”.

Quadro 6 – Programa do curso primário médio, instituído na reforma de 1900

Fonte: Elaboração própria a partir de ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1901)

Nos grupos escolares e escolas modelo a serem implantados, seria dado o curso primário completo, reunindo as três séries elementares, as duas do curso médio e mais as duas séries do curso superior (apresentadas no Quadro 7), totalizando um curso primário de 7 anos.

Disciplina	Série	Programa
Português e instrução moral e cívica	1ª	Leitura de autores nacionais e portugueses, análise “syntaxiologica”, arcaísmos e neologismos, redação de cartas e estudos sobre literatura colonial.
	2ª	Concordância, pronomes, semântica, vícios de linguagem; poesia nacional do século XIX; estudos sobre o teatro brasileiro, Gonçalves Dias e J. de Alencar; lições sobre “os principaes deveres do homem para com a pátria e a humanidade”, e noções sobre a Constituição federal e estadual.
Aritmética	1ª	Operações com números complexos.
	2ª	Ideias sobre o câmbio entre Brasil e França, Portugal e Inglaterra.
Metrologia	1ª	Cálculo da área do volume dos diferentes formas e sólidos geométricos.
	2ª	Relação entre peso e volume de água (verificados pela balança).
Geografia e noções de cosmografia	1ª	Geografia física e econômica dos estados brasileiros, exercitando o “traçado exacto e rigoroso da carta do Brazil (...) de sorte que, ao terminar a série, cada um possua uma carta de sua pátria, feita por sua propria mão”.
	2ª	Estudo sobre a geografia física do estado do Rio de Janeiro, “com desenho obrigatório da carta”.
História do Brasil	1ª	“Ratificação pelas armas (...) da nossa independência”: Confederação do Equador; Primeiro reinado; abdicação de D. Pedro.
	2ª	Período regencial; guerras externas; “emancipação do elemento servil (28 de setembro de 1871 e 13 de Maio de 1888); propaganda republicana; Revolução de 15 de Novembro.
Noções concretas de ciências físicas	1ª	Física: estado dos corpos; bons e maus condutores; “queda dos corpos”; “atração universal”; densidade dos corpos; pressão atmosférica; vácuo; sons. Química: corpos simples e compostos; combinação e mistura; “Hydrogeno e sua preparação pelo emprego do acido sulphurico, zinco e agua”; “Oxygeno, sua existencia no ar”.
	2ª	Física: A luz; “Experiencia da atração dos corpos leves”; electricidade, pilha elétrica; “electro-iman, principio fundamental do telegrapho”. Química: Água; “preparação do acido carbônico”; ar atmosférico; enxofre e “seu poder descorante e desinfectante”; fósforo; principais metais.
História Natural	1ª	Aparelho respiratório, “diferença entre o ar inspirado e ar expirado; experiência da água de cal”; aparelho circulatório. Botânica: “respiração das plantas”, flor e fruto.
	2ª	Visão; classificação dos animais; classificação das plantas.

Quadro 7 - Programa do curso primário superior, instituído na reforma de 1900 (continua)

Disciplina	Série	Programa
Desenho	1ª	Combinação entre retas e curvas, curvas do meio vegetal.
	2ª	Noções sobre sólidos geométricos; instrumentos de precisão.
Caligrafia	1ª	Letra francesa e suas noções gerais.
	2ª	Letra inglesa e suas noções gerais.
Música	1ª	Leitura métrica em diversas claves; ditados rítmicos e de entonação.
	2ª	Noções sobre melodia e harmonia; “cânticos Moraes e patrióticos”.
Trabalhos de agulha e corte de roupa branca	1ª	Como lidar com os criados e o embelezamento da casa.
	2ª	“Escolha dos moveis. Os moveis antigos. (...) O vestir. Tratamento dos doentes. Botanica medica. (...) Divertimentos de família. A musica, a dança, os jogos de prendas. (...) As Festas e conversações”.

Quadro 7 – Programa do curso primário superior, instituído na reforma de 1900 (conclusão)

Fonte: Elaboração própria a partir de Estado do Rio de Janeiro (1901)

As características presentes na organização da escola primária fluminense em 1900 nos permitem observar a presença daquilo que Luciano Faria Filho (2010) chamou de métodos mistos, quando são incorporadas características do método mútuo — como a utilização de monitores para a correção de cálculos e repetição de lições — ao método simultâneo, com destaque para o papel central da escrita nos cadernos e no quadro-negro, como instrumentos disciplinadores ao manter os alunos ocupados, corrigindo-lhes a postura corporal (SANTOS, 2002; FARIA FILHO, 2010). Vale destacar também a presença do ensino intuitivo, defendido pelos inspetores gerais, indicado na reforma através de um artigo, e explicitamente nos programas.

A observação dos programas oferecidos para as escolas rurais e urbanas permitem compreender a distinção entre os tipos de cidadãos republicanos que se pretendia formar. Para a população do campo — a imensa maioria —, uma escola elementar, utilitária, que ensinava rudimentos de leitura e escrita, a contar e realizar simples operações matemáticas, ao mesmo tempo em que propunha a memorização de aspectos referentes ao relevo e à hidrografia de alguns países do mundo e do Brasil, e noções mínimas de higiene e dos objetos e materiais comuns ao cotidiano do campo. A história do Brasil da escola elementar estava presente apenas na 3ª série, que tinha frequência bastante reduzida em relação aos dois primeiros anos. No entanto a grande maioria das escolas rurais era regida por professores provisórios, isentos de lecionar as disciplinas para as quais não tinham formação.

Para a pequena população urbana, um currículo mais complexo, ministrado somente por professores efetivos, formados nas escolas normais. Os programas, tanto do curso médio quanto do superior, revelavam a preocupação com a formação de um cidadão preparado para as atividades comerciais (capaz de redigir cartas e documentos, calcular juros, possuir noções de câmbio e das relações de comércio internacional) e industriais (como se nota nos programas

de física e química), além do desenvolvimento do civismo através da literatura e da biografia dos “brazileiros illustres”.

No entanto, é a disciplina de “trabalhos de agulha e corte de roupa branca”, destinada às meninas, que permite perceber, de forma mais clara, a quem se dirigia a escola pública primária fluminense.

De acordo com essa disciplina, enquanto no campo as meninas deveriam limitar-se a desenvolver a destreza nos trabalhos domésticos e a introjetar a “missão da mulher na família”, na cidade esperava-se que, além disso, as que alcançassem a escolaridade média fossem capazes de cuidar das despesas da casa de forma econômica e controlada, evitando a carestia. Ao mesmo tempo aquelas que concluíssem o curso superior aprenderiam como lidar com os criados — as “regras praticas para o seu ensino; modos de tratá-los; os máos criados; divisão do dia; regras praticas para a divisão do tempo; o descanso” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 470) — e cuidar da família, de seus valores morais e representações sociais:

Escolha dos moveis. Os moveis antigos. Hygiene domestica. O asseio. O vestir. Tratamento dos doentes: Botanica medica. Pharmacia domestica. O tocador. Receitas industriaes. Erros, prejuizos, abusões e preconceitos. Divertimentos de família. A musica, a dança, os jogos de prendas. As flores. As festas, as conversações (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 470-471).

A partir desta exposição é possível levantar a hipótese de que o curso médio oferecido nas escolas isoladas de perímetro urbano, dirigia-se à classe trabalhadora, cujas donas de casa deveriam cuidar da economia doméstica, evitando desperdícios e economizando os poucos recursos familiares, enquanto que o ensino superior dado nos grupos escolares, atendia aos interesses das famílias abastadas, que possuíam criados, ofereciam festas e jantares, e praticavam a filantropia.

Além disso, ao aluno que concluía o curso superior nos grupos escolares era conferido um diploma que dava direito à matrícula nas escolas normais e liceus do Estado, e gratuidade nas instituições de ensino subvencionadas pelo governo, além da preferência no preenchimento de vagas em cargos públicos, aspiração de boa parte das elites naquele contexto.

2.3.2. Dos palácios aos pardieiros²²: as origens e a efemeridade dos primeiros grupos escolares fluminenses (1900 – 1904)

Estado	Ano de institucionalização jurídica dos grupos escolares
São Paulo	1893
Rio de Janeiro	1897

Quadro 8 – Institucionalização jurídica dos grupos escolares em diversos Estados brasileiros (continua)

²² É uma referência ao clássico trabalho de Luciano Mendes Faria Filho, intitulado “Dos pardieiros aos palácios: Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República”, sobre a implantação da escola primária graduada no estado de Minas Gerais (FARIA FILHO, 2000).

Estado	Ano de institucionalização jurídica dos grupos escolares
Maranhão	1903
Minas Gerais	1906
Rio Grande do Norte	1908
Mato Grosso	1910
Piauí	1910
Sergipe	1911
Bahia	1913
Território do Acre	1915
Goiás	1918

Quadro 8 – Institucionalização jurídica dos grupos escolares em diversos Estados brasileiros (conclusão)

Fonte: Souza, Silva e Sá (2013 apud SOUZA; ARAUJO, 2010)

Tanto o artigo de Alessandra Schueler (2010) sobre a escola primária fluminense na Primeira República, quanto os mais recentes trabalhos que trazem análises comparadas das experiências de escolarização primária em diversos Estados brasileiros no mesmo período (ARAÚJO; SOUZA; PINTO, 2012; SOUZA; SILVA; SÁ, 2013), consideram a data da institucionalização jurídica dos grupos escolares como o marco da introdução de um modelo de escola graduada, como mostra o Quadro 8.

Entretanto, no Rio de Janeiro, entre a institucionalização jurídica e a implantação da escola primária graduada, decorreram-se três conturbados anos em que muitas escolas foram criadas e logo extintas, os índices de frequência eram muito baixos e a formação de professores bastante limitada. Tudo isso durante o momento mais crítico da crise política e econômica pela qual passava o Estado, o que contribuiu para o atraso da implantação de um modelo de escola primária graduada.

Os primeiros grupos escolares fluminenses foram criados pelo Dec. nº 591, em 8 de fevereiro de 1900, embora as notícias a respeito de sua criação já circulassem pela imprensa havia dias, como no jornal campista *Gazeta do Povo*, que reproduziu em 25 de janeiro um telegrama de Petrópolis, publicado pelo *Jornal do Commercio*, informando que “os dous grupos escolares de Nictheroy [seriam] denominados Menezes Vieira e Alonso Adjuto; o de Campos, Silva Jardim; o de Valença, Barão de Macahyba [sic]; o de Barra Mansa, Honorato de Carvalho” (INSTRUCÇÃO..., 1900a, p. 1).

De fato foram criados dois grupos escolares em Niterói. Um deles recebeu o nome do educador Menezes Vieira, ex-diretor da Revista Pedagógica e do Pedagogium. O outro, diferente do que anunciavam os jornais, homenageou o educador baiano Abilio Cesar Borges, o Barão de Macahubas, ex-diretor da instrução pública da Bahia, autor de obras direcionadas à infância brasileira, e fundador do destacado Colégio Abílio, na Corte, durante a segunda metade do século XIX. (VALDEZ, 2006a, 2006b).

O grupo escolar de Campos foi inaugurado em 2 de abril de 1900. Em vez de receber o nome do republicano histórico Silva Jardim, como indicavam os jornais, foi batizado com a designação “Grupo Escolar Barão de Tautpæus”, em homenagem ao liberal alemão da região da Baviera, de origem nobre, que migrou para o Brasil ainda na primeira metade do século XIX e exerceu bastante influência sobre seus alunos na Corte, futuros intelectuais do império, entre eles Joaquim Nabuco, que dedicou ao mestre o penúltimo capítulo do seu clássico “Minha Formação”, cuja primeira edição data daquele ano.

Segundo Nabuco o “mestre de meninos” era um funcionário do Estado apaixonado pelo Brasil e pela monarquia, que no 15 de novembro teria proferido “talvez o único grito de *Viva a Constituição do império*”, quando passavam as tropas de Deodoro pela Rua do Ouvidor (NABUCO, 1999, p. 208-209).

Em Barra Mansa foi criado o Grupo Escolar Honorato de Carvalho, cujo patrono havia sido professor primário em Petrópolis e Niterói (NOTÍCIAS..., 1864), onde fundou em 1873 o Instituto Pedagógico da Província do Rio de Janeiro, uma sociedade dos professores públicos que tinha por fim “a instrução e a beneficência entre os seus membros” (ALMANAK LAEMMERT, 1882, p. 1.691).

Tanto o grupo escolar de Campos quanto o de Barra Mansa foram instalados nas mesmas dependências que antes abrigavam as duas escolas normais extintas naquele ano²³.

Em Niterói, o G. E. Menezes Vieira funcionava no “Palacete do Ingá”, antiga sede do Executivo estadual antes da mudança da capital para Petrópolis, situado à rua Presidente Pedreira, no bairro de São Domingos. Enquanto o O G. E. Barão de Macahubas foi instalado em um dos três edifícios conjugados da rua Marechal Deodoro, no Centro da cidade, onde também funcionavam a Escola Normal e a Escola Modelo, todos em amplos e imponentes prédios próprios estaduais (MUDANÇA, 1902; ECAR, 2011), localizados nas áreas centrais, em pontos de destaque na paisagem urbana.



Figura 1 - Prédios onde funcionaram entre 1900 e 1903 a Escola Normal de Niterói, a Escola Modelo e o Grupo Escolar Barão de Macahubas

Fonte: Google Maps. Cidade de Niterói, 2016. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-22.8893413,-43.1232921,110a,35y,180h,39.56t/data=!3m1!1e3>. Acesso em: 4 maio 2017

²³ Abordarei o processo de extinção da Escola Normal de Campos e a sua substituição por um grupo escolar na seção seguinte.

Em 2 de abril de 1900, após ter sido prolongado o período de férias escolares em função dos ajustes necessários para a execução do novo regulamento, iniciaram-se os trabalhos letivos. O jornal *Gazeta de Petrópolis* anunciava que

o director da instrucção publica, Dr. Paranhos da Silva [havia recebido um] telegrama noticiando a installação dos grupos escolares *Menezes Vieira* e *Barão de Macahubas*, em Nitheroy; *Barão de Tautpæus*, em Campos; e *Honorato de Carvalho*, em Barra Mansa” (O DIRECTOR..., 1900).

A notícia informava ainda que a matrícula nos dois G. E. de Niterói era de 35 e 60 alunos, respectivamente, no de Campos já se haviam matriculado 101 e no de Barra Mansa 126 alunos.

Ainda pelo mesmo decreto foi criado em Valença o G. E. Alonso Adjuto, homenageando o professor de grego e alemão do Ginásio Nacional, que também lecionara inglês no Liceu de Niterói, formando-se bacharel pela Faculdade Livre de Direito do Distrito Federal em 1896. A escola foi instalada em um imponente palacete, um dos prédios de maior destaque da cidade, localizado ao lado da Igreja Matriz (SILVA, 2012, p. 56).

Estes grupos escolares deveriam absorver o maior número possível de escolas isoladas urbanas, possuindo sempre uma seção masculina e outra feminina, separadas fisicamente. Deveriam ter um professor de português e instrucção moral e cívica, um de aritmética e sistema métrico, um de geografia e história do Brasil, um de desenho e caligrafia e um de “lições de coisas” e “noções concretas de sciencias phisicas e naturaes”, além de um professor de ginástica e outro de música. Na seção feminina haveria, além destes, uma professora para trabalhos de agulha (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 485-486).

O corpo administrativo dos grupos escolares seria formado pelo director que, além das funções de fiscalizar o trabalho docente, administrar as despesas e cuidar da disciplina, acumularia a função de inspecionar a circunscrição em que sua escola estivesse inserida; um secretário, responsável pelas matrículas e escrituração escolar; um inspetor de alunos para a seção masculina e uma inspetora para a feminina; um porteiro-contínuo e um servente.

A nomeação dos directores dos grupos escolares foi controversa, sobretudo nos casos do G. E. Honorato de Carvalho, em Barra Mansa, e do G. E. Alonso Adjuto em Valença. No primeiro caso o director seria inicialmente o socialista Alfredo Eugenio George, ex-inspetor geral do ensino aprovado no concurso de 1896. No entanto, o jornal *Gazeta de Petrópolis* do dia 6 de março anunciava que a sua nomeação havia sido declarada “sem efeito”, assumindo a direção o professor Epiphanyo Soares Martins (INSTRUCÇÃO..., 1900a, p. 1), ex-inspetor da 6ª circunscrição, também aprovado no mesmo concurso.

No caso do G. E. de Valença foi designado para director, em fevereiro de 1900, o professor Francisco Nogueira Trindade, nomeado após o concurso de 1896 como inspetor da 12ª circunscrição, assumindo no ano seguinte a 5ª circunscrição, sediada em Campos, em substituição a Paranhos da Silva

que fora transferido para a 2ª, em Niterói, antes de assumir interinamente a diretoria da instrução pública.

Em 1899 Trindade era membro do Conselho Superior de Instrução até ser nomeado Diretor do G. E. Alonso Adjuto. Porém sua nomeação foi declarada “sem efeito” no dia 5 de março de 1900, sendo substituído pelo ex-militar Vital Pimentel de Barros Bittencourt. Trindade foi então nomeado inspetor regional na 10ª circunscrição, que compreendia os municípios de São João da Barra e Itaperuna.

Neste momento a *Gazeta do Povo*, jornal situacionista de Campos, apresentava uma série de denúncias contra o inspetor Trindade, acusando-o de divulgar dados equivocados a respeito das despesas com o grupo escolar daquela cidade e fazer críticas infundadas ao seu diretor. Segundo a *Gazeta*, o inspetor Trindade era um “funcionário rebelde” que transgredia o regulamento da instrução pública — do qual era “extremado antagonista” — ao abandonar a sua circunscrição e continuar residindo no município de Campos, associando-se aos adversários do governo e emitindo “em altas vozes juízos acrimoniosos contra (...) o Sr. Director da Instrução” (INSTRUCÇÃO..., 1900e, p. 1).

No ano seguinte o inspetor Trindade foi destituído do seu cargo e nomeado professor da escola primária masculina de Barra de São João (ESTADO DO RIO, 1901, p. 1), pedindo aposentadoria em 1902, ano em que fundou em Campos o conceituado Collegio São Salvador, uma escola privada.

Para diretor do G. E. Barão de Tautpæus, em Campos, foi escolhido o jornalista Lindolpho de Assis, ex-inspetor da 12ª circunscrição, também aprovado no concurso de 1896. Em Niterói foram nomeados o bacharel Luís Candido Paranhos de Macedo como diretor do G. E. Menezes Vieira e Francisco de Paula Castro para dirigir o G. E. Barão de Macahubas. Paranhos de Macedo era bacharel em letras e ex-reitor do internato do Ginásio Nacional (antigo Pedro II). A notar pelo sobrenome, provavelmente pertencia à influente família do ministro das relações exteriores da República, o Barão do Rio Branco, assim como o diretor da instrução do Rio de Janeiro. O Diretor do G.E. Barão de Macahubas havia sido chefe da seção de obras públicas do estado do Rio de Janeiro e diretor dos extintos Liceu e Escola Normal de Barra Mansa (POR ACTO, 1896, p. 2).

Essas nomeações revelam o quanto era carregada de conteúdo político, clientelístico e ideológico a escolha dos homens que dirigiriam os *Templos de Civilização* (SOUZA, 1998) fluminenses. Num contexto delicado de crise política e econômica, uma reforma da instrução que, de certo modo, priorizava o ensino primário ao substituir liceus e escolas normais — representações sociais de distinção, progresso e civilidade — pelos grupos escolares, tornava-se um elemento de destaque no campo das disputas interoligárquicas.

Implantada então a reforma nos primeiros meses de 1900 e criados os grupos escolares, que passaram a funcionar em abril daquele ano, a instrução primária fluminense organizou-se a partir da divisão do Estado em 18 circunscrições escolares, fiscalizadas pelos inspetores regionais do ensino e diretores dos grupos escolares, como mostra o Quadro 9.

Diretor da Instrução Pública	J. B. Paranhos da Silva	
Inspetores Gerais do Ensino	Ataliba Lépage e Ozorio Duque-Estrada	
Diretores de grupos escolares	Luiz Candido Paranhos de Macedo	G. E. Menezes de Vieira (Niterói)
	Francisco de Paula Castro	G. E. Barão de Macahubas (Niterói)
	Lindolpho de Assis	G. E. Barão de Tautpæus (Campos)
	Epiphanio Soares Martins	G. E. Honorato de Carvalho (Barra Mansa)
	Vital Pimentel de Barros Bittencourt	G. E. Alonso Adjuto (Valença)
Inspetores Regionais do Ensino	Ataliba Lépage e Ozorio Duque-Estrada	1ª circunscrição
	Luiz Candido Paranhos de Macedo	2ª circunscrição
	Lindolpho de Assis	3ª circunscrição
	Epiphanio Soares Martins	4ª circunscrição
	Vital Pimentel de Barros Bittencourt	5ª circunscrição
	Alfredo Eugenio George	6ª circunscrição
	Luiz Pereira dos Santos	7ª circunscrição
	Antonio Siqueira dos S. Lemos	8ª circunscrição
	José Caetano de Oliveira	9ª circunscrição
	Francisco Nogueira Trindade	10ª circunscrição
	Augusto Francisco Aleixo dos Santos	11ª circunscrição
	Francisco Gonçalves de Araujo Vianna	12ª circunscrição
	Joaquim José Antunes	13ª circunscrição
	José Joaquim da Costa	14ª circunscrição
	Clodomiro R. de Vasconcellos	15ª circunscrição
Alberto José de Paula e Silva	16ª circunscrição	
Edmundo March	17ª circunscrição	
Deoclecio Tamoio	18ª circunscrição	

Quadro 9 – Organização da instrução pública e direção dos grupos escolares fluminenses – 1900

Fonte: Elaboração própria a partir do Dec. n.º 599, de 5 de março de 1900 (SOUZA, 2011); Jornais Gazeta de Petropolis e Gazeta do Povo, de Campos.

O mapa da Figura 2 mostra a delimitação das 18 circunscrições de ensino e os 5 grupos escolares criados em 1900. Para a sua elaboração foi utilizado um mapa atual do estado do Rio de Janeiro, alterado com o traçado aproximado dos limites municipais daquele ano, a partir das informações coletadas na documentação consultada em Lyra (2006).

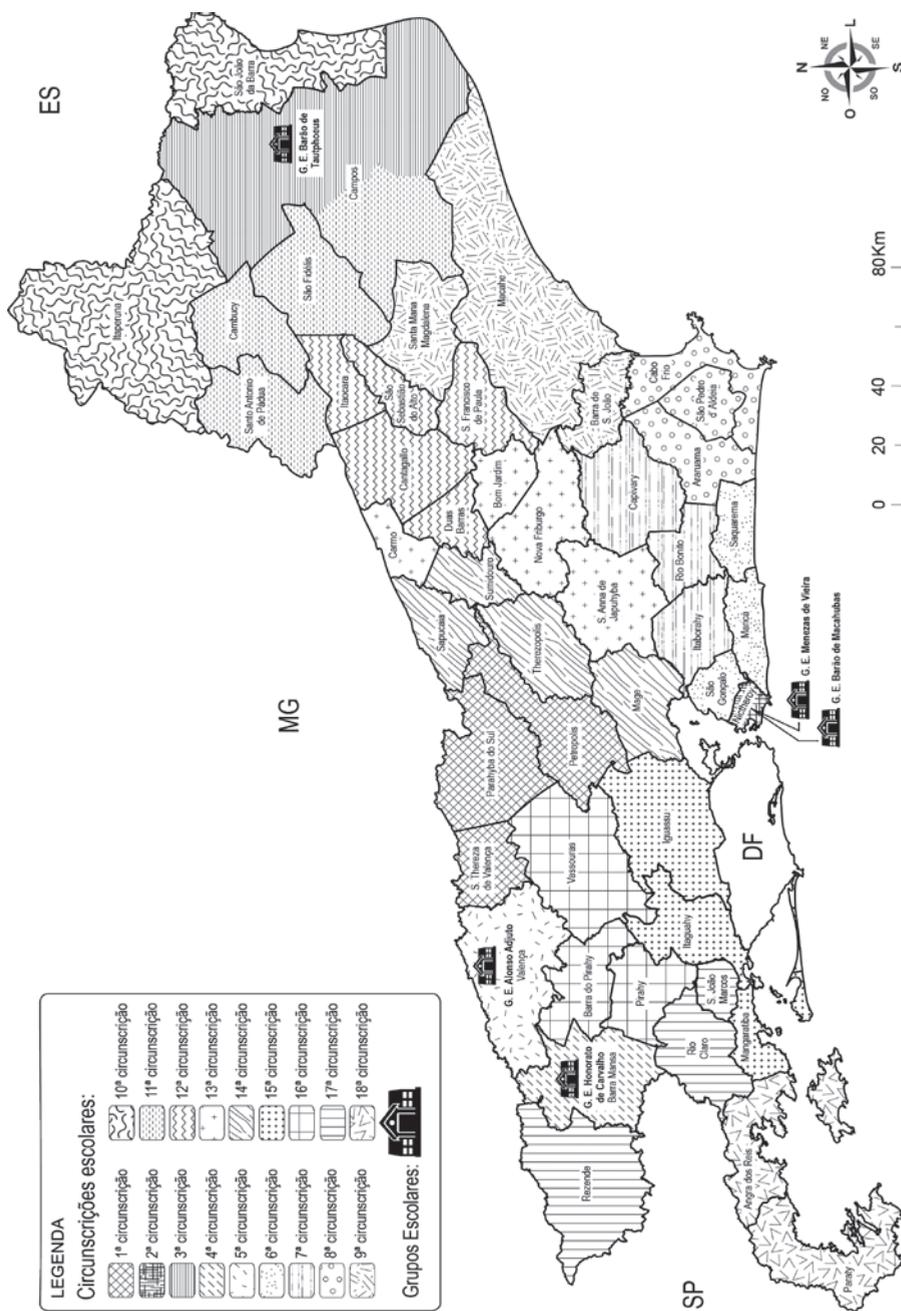


Figura 2 – Estado do Rio de Janeiro: Circunscrições Escolares e grupos escolares – 1900
 Fonte: Elaboração livre a partir da base cartográfica atual do IBGE, com adaptação para a divisão política do ano de 1900 utilizando as informações de Lyra (2006); Estado do Rio de Janeiro (1901); Jornal Gazeta do Povo (1900).

Em 1900, em meio à crise política, foi lançada a candidatura do republicano histórico Quintino Bocaiúva, um nome de conciliação para a sucessão de Alberto Torres na presidência do Estado. Iniciando seu mandato no dia 31 de dezembro daquele ano, uma das primeiras medidas do novo governo foi a alteração na reforma da instrução, realizada no ano anterior. O jornal Gazeta do Povo anunciava, em 9 de março de 1901, que

na próxima semana serão publicadas as alterações que deve soffrer a actual organização do ensino primário, não havendo propriamente reforma.

Serão mantidos os grupos escolares existentes havendo probabilidades de ser creado um na Capital do Estado; a direcção desses institutos competirá, porém, a professores públicos.

Serão igualmente mantidos os cargos de inspectores escolares, soffrendo redução o numero destes (INSTRUCÇÃO..., 1901a).

Essas “alterações” foram determinadas pelo Dec. 676, de 15 de março de 1901, que reorganizou a instrução pública do estado do Rio de Janeiro. Entre as principais mudanças estavam a redução, pela metade, do número de circunscrições escolares, e a abolição da distinção entre inspetores gerais e inspetores regionais, passando a inspeção a ser realizada por 9 inspetores do ensino, sendo apenas um deles membro do Conselho Geral da Instrução (ESTADO DO RIO, 1901c).

O ensino primário passou a ser constituído de apenas dois cursos: elementar (nas escolas rurais) e médio (nas escolas de vilas e cidades), sendo os dois oferecidos nos grupos escolares do Estado. Este mesmo decreto de 1901 criava mais dois grupos escolares, sendo um deles no município de Resende, chamado G. E. Hilário Ribeiro, e o outro em Petrópolis, com o nome de G. E. Silva Jardim, totalizando assim 7 institutos desse tipo. Os dois novos G. E. funcionavam em prédios alugados pelas câmaras municipais, enquanto os demais mantinham-se em próprios do Estado.

O Dec. nº 676 também substituiu os diretores dos grupos escolares, removendo alguns e também nomeando novos. Para dirigir o recém-criado grupo escolar de Resende foi nomeado o professor Epiphânio Soares Martins, substituído na direção do G. E. Honorato de Carvalho em Barra Mansa por José Caetano de Oliveira, ex-inspetor da 9ª circunscrição. Para a direção do G. E. de Petrópolis foi transferido o diretor do G. E. de Valença, o militar Vital Pimentel de Barros Bittencourt, substituído naquela escola por Francisco de Paula Castro, ex-diretor do G. E. Barão de Macahubas, de Niterói, que passou a ter como diretor o ex-inspetor da 16ª circunscrição, Alberto José de Paula e Silva.

Paranhos de Macedo, diretor do G. E. Menezes Vieira em Niterói, foi o único a ser mantido no cargo com o decreto de 1901. Com a nova definição da inspeção escolar, os municípios de Campos, São João da Barra e Itaperuna passaram a compor a 5ª circunscrição, que ficou a cargo de Lindolpho de Assis, substituído na direção do G. E. de Campos por Francisco Gonçalves de Araujo Vianna, ex-professor de português e francês da extinta Escola Normal de Barra Mansa. O Quadro 10 mostra as mudanças na organização da inspeção do ensino e na direção dos grupos escolares, a partir de 1901.

Diretor da Instrução Pública	J. B. Paranhos da Silva	
Diretores de grupos escolares	Luís Candido Paranhos de Macedo	G. E. Menezes de Vieira (Niterói)
	Alberto José de Paula e Silva	G. E. Barão de Macahubas (Niterói)
	Francisco Gonçalves de Araújo Vianna	G. E. Barão de Tautpæus (Campos)
	José Caetano de Oliveira	G. E. Honorato de Carvalho (Barra Mansa)
	Francisco de Paula Castro	G. E. Alonso Adjuto (Valença)
	Epiphanio Soares Martins	G. E. Hilário Ribeiro (Resende)
	Vital Pimentel de Barros Bittencourt	G. E. Silva Jardim (Petrópolis)
Inspetores do Ensino	Leoncio Correa	1ª circunscrição
	Alfredo Eugenio George	2ª circunscrição
	Luiz Pereira dos Santos	3ª circunscrição
	Clodomiro Rodrigues de Vasconcelos	4ª circunscrição
	Lindolpho de Assis	5ª circunscrição
	Antonio Siqueira dos Santos Lemos	6ª circunscrição
	Dr. Sebastião Benevenuto Vieira de Carvalho	7ª circunscrição
	Joaquim José Antunes	8ª circunscrição
	Deoclecio de Siqueira Tamoyo	9ª circunscrição

Quadro 10 – Organização da instrução pública e direção dos grupos escolares fluminenses – 1901

Fonte: *Elaboração própria a partir do jornal Monitor Campista (ESTADO DO RIO, 1901e; REFORMA DA INSTRUÇÃO, 1901a; ESTADO DO RIO, 1901d; REFORMA DA INSTRUÇÃO, 1901b)*

Nos grupos escolares os diretores também assumiriam uma disciplina, passando a integrar o seu corpo docente, ao passo que não exerceriam mais a inspeção do ensino na circunscrição escolar em que estivesse inserida a escola. As circunscrições escolares ficaram divididas como mostra o mapa da Figura 3.

Segundo o relatório do Dr. Paranhos da Silva, Diretor da Instrução, no ano de 1897 as despesas com a inspeção do ensino foram de 113:000\$000, enquanto que de janeiro a outubro de 1901 teriam sido despendidos 70:800\$000 com a fiscalização das escolas, prevendo-se a quantia de apenas 9:800\$000 para o ano seguinte, considerando a atuação de inspetores gratuitos (INSTRUCÇÃO..., 1901b). A extinção do cargo de secretário nos grupos escolares e a inserção dos seus diretores no quadro docente também foram medidas que o diretor considerava importantes para a redução das despesas com a instrução.

O relatório mostrava ainda que a média de matrícula em 1901 era de 288 alunos por grupo escolar, com uma frequência média de 160 alunos, o que representa uma taxa de frequência de 56%. A Tabela 4 mostra os números de matrícula e frequência em cada um dos grupos escolares fluminenses.

Tabela 4 – Relação entre matrícula e frequência nos grupos escolares do estado do Rio de Janeiro – 1901

Município	Grupo Escolar	Matrícula	Frequência	% freq.
Barra Mansa	Honorato de Carvalho	267	160	60%
Campos	Barão de Tautpæus	242	125	52%
Niterói	Menezes Vieira	260	147	57%
	Barão de Macahubas	311	168	54%
Petrópolis	Silva Jardim	253	160	63%
Resende	Hilario Ribeiro	395	200	51%
Valença	Alonso Adjuto	s/inf.	s/inf.	s/inf.
TOTAL		1.728	960	56%

Fonte: Elaboração própria a partir dos trechos do Relatório do Diretor da Instrução Pública, publicados no jornal *Gazeta do Povo* (INSTRUCÇÃO..., 1901b).

O relatório não apresenta dados referentes ao Grupo Escolar Alonso Adjuto, de Valença, pois suas aulas haviam sido suspensas e boa parte da documentação escolar perdida em decorrência de um incêndio ocorrido no dia 29 de setembro de 1901, que destruiu toda a parte superior do prédio. Somente 20 anos depois, no governo do nilista Raul Veiga, o prédio foi reformado e adaptado para a instalação do Grupo Escolar Casemiro de Abreu, inaugurado em 23 de abril daquele ano (MELHORAMENTOS..., 1921, p. 2).

Outra medida buscando reduzir os custos da educação pública havia sido tomada antes mesmo da publicação do Dec. nº 676. Em 15 de março de 1901 o jornal campista *Gazeta do Povo* publicava o apelo do secretário do Interior e Justiça, Dr. Martins Junior, solicitando às Câmaras Municipais que assumissem o pagamento dos aluguéis dos prédios onde funcionavam as escolas primárias, urbanas e rurais (CASAS..., 1901).

Utilizando o argumento de que já cabia ao poder estadual a escolha do “pessoal apto para a regência de suas escolas, a conveniência de bem remunerar-o

e o dever de prover os institutos de educação com o material indispensável á perfeita realização do ensino intuitivo” (CASAS..., 1901), assegurava ao poder legislativo de todos os municípios fluminenses que o Estado participaria fornecendo os “professores e o necessário material didactico e escolhendo [...] os prédios convenientes á installação desses institutos, ficando a cargo dos cofres municipaes apenas a despeza com o pagamento de sua locação” (CASAS..., 1901).

Em 31 de março de 1901 o governo do Estado rescindiu todos os contratos de aluguel das casas escolares, transferindo-os para as câmaras municipais, recomendando a estas o “pontual pagamento dos alugueis, para evitar que a sua interrupção determine a extincção de escolas, com grave prejuízo para a disseminação do ensino” (MARTINS JUNIOR, 1901), transferindo juntamente com o pagamento dos aluguéis, a responsabilidade pela existência da escola.

A imprensa oposicionista, diante deste quadro, tecia duras críticas aos governos anteriores, sobretudo à reforma proposta em 1897 e executada em 1900. Segundo o articulista do jornal *Monitor Campista*, tratava-se de

uma triste verdade esta, de que o Estado do Rio de Janeiro, que há um anno suppressio mais de 400 escolas, [estivesse] ainda na dura contingência de pedir aos municípios casas para as poucas escolas que ficaram porque as finanças do Estado não [permitted] essa despeza, ou [teriam] muitas de ser fechadas (...).

Legado horroroso deixado ao illustre General Quintino, que, embora hábil timoneiro, luctará de certo para desenvelilhar o Estado das serias difficuldades que o assoberbam (MAX, 1901a).

Os números oficiais, divulgados nas mensagens presidenciais, baseadas nos relatórios da diretoria da instrução, revelam uma redução de 354 escolas primárias isoladas no estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 1896 e 1902, atravessando os governos de Joaquim Maurício de Abreu, Alberto Torres e Quintino Bocaiúva, que marcou o início de um movimento de conciliação política, sem que se solucionasse, entretanto, a crise econômica.

Tabela 5 – Escolas primárias isoladas no estado do Rio de Janeiro (1896-1902)

Presidentes do RJ	J. Maurício de Abreu		Alberto Torres			Quintino Bocaiúva	
Ano	1896	1897	1898	1899	1900	1901	1902
Nº de escolas primárias isoladas	762	701	740	468	505	488	408

Fonte: *Elaboração própria a partir das Mensagens dos presidentes do estado do Rio de Janeiro à Assembleia Legislativa (SOUZA, 2011) e relatório do diretor da instrução pública (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1898b).*

Além do fechamento de escolas, a oposição também denunciava a situação dos professores fluminenses. Segundo o jornal *Monitor Campista*, os professores do ensino primário e secundário não recebiam seus salários havia meses, e era sabido que muitos deles não encontravam

quem mais lhes [fornecesse] gêneros alimentícios que obtinham pelo credito e nem com facilidade quem lhes [descontasse] os ordenados, na incerteza do praso em que o Estado [realizaria] o pagamento, tão demorado quanto incerto relativamente ao tempo.

Em taes condições fácil [seria] comprehender a situação em que se [achavam] os professores, mormente os de instrução primaria, cujos recursos [reduziam-se] única e exclusivamente aos seus parcos vencimentos (OS PROFESSORES..., 1901).

Em agosto de 1902 o mesmo jornal oposicionista publicava a carta de um professor afirmando que há nove meses ele e seus colegas não recebiam “os parcos vencimentos do [seu] labor, como funcionarios do Estado” (MAX, 1902a), sendo levados a depender da caridade.

Dois meses depois o *Monitor Campista* reproduzia uma nota publicada pelo *O Fluminense*, de Niterói, intitulada “Uma professora sem lar e sem pão”, narrando a história de Jesuína Ferrão, professora jubilada em 1901²⁴, que corria o risco de andar, com seus 5 filhos, “de porta em porta, a esmolar”. A fim de evitar que a professora fosse levada “a algum acto de desespero”, *O Fluminense* lançava uma campanha de arrecadação de “remessas em dinheiro, alimentos ou fazendas [que poderiam] ser entregues a [sua] redação” (UMA PROFESSORA..., 1902).

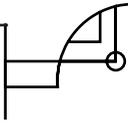
Em sua mensagem presidencial Quintino Bocaiúva lamentava as condições precárias do ensino no Estado perante à crise econômica, e reconhecia que “a instrução que proporcionamos com tantos sacrifícios, só nos fornece uma população semi-analfabeta”, e defendia que seria mais útil se a escola primária preparasse “os agricultores de amanhã, ensinando-se-lhes as noções fundamentaes das sciencias phisicas e naturaes que tem todos os dias sua applicação nas culturas, na criação dos gados, na arte do lavrador” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1902, p. 16).

As críticas ao programa das escolas primárias e também aos grupos escolares eram constantes, principalmente na imprensa oposicionista, argumentando que

em um paiz de analfabetos (...) creáram-se institutos cuja vantagem não foi ainda reconhecida em paizes mais adiantados e isso com detrimento da instrução primaria, que foi organizada mais para formar bacharéis em primeiras lettras que cidadãos aptos para lerem ao menos as nossas leis e conhecerem a força da extensão dos seus direitos (REFORMA..., 1902).

Outro exemplo da incompatibilidade entre o programa das escolas primárias e a realidade em que elas se inseriam, está na seguinte anedota, publicada na *Gazeta de Petropolis* em 25 de janeiro de 1902.

²⁴ No quadro apresentado pelo relatório do diretor da instrução pública em 1898, Jesuína Rita Ferrão era professora da 1ª escola masculina de Sant’Anna de Macacu. No quadro da distribuição das escolas publicado no Dec. 592, de fevereiro de 1900, aparecia como professora da escola feminina de nº 366, no município de Sant’Anna de Japuhya, e de acordo com o quadro que acompanhava o Dec. 606, de março do mesmo ano, era professora da 2ª escola feminina de Itaperuna. Até ser jubilada em 1901, a professora já havia sido removida para pelo menos 3 escolas diferentes, cada uma em um município.



Num exame de geographia:

- Examinador. — Onde está o Peru?
- Alumno. — *Indagorinha* deixou *elle* lá no *patico*. Mamãe falou que se eu *i* bem nos *exame*, vae *matá elle* para nós *comê*. O examinador arregala os olhos, desfarça, e... continúa:
- Que é geographia?
- Este livro que está em riba da mesa. Eu fui chegando aqui e conhecendo *elle* logo pela capa.
- Examinador (distrahido) — Estou satisfeito... Aprovado simplesmente. (INSPECÇÃO..., 1902).

Esta anedota nos permite observar não só uma crítica à maneira como se realizavam os exames — que, como é sugerido, aprovavam alunos que não dominavam as normas gramaticais desejáveis e os conhecimentos de geografia — mas também revelam como os programas se distanciavam da realidade da criança da zona rural, para quem, de forma pragmática, o peru era o animal que estava no pátio e a geografia era o livro que ele reconheceria não pelo que estivesse escrito, mas pelo aspecto visual da capa.

Todas essas críticas à escola primária ocorriam num contexto em que se discutia na ALERJ uma grande reforma administrativa no Estado, com o objetivo de reduzir as despesas públicas. Fazia parte dos debates a supressão de diretorias e demais órgãos públicos, extinção de escolas e o retorno da capital do Estado para a cidade de Niterói. Ao mesmo tempo, através do jornal *Monitor Campista*, iniciava-se uma exaustiva campanha para que os deputados aprovassem a transferência da capital do Estado para Campos.

O projeto da reforma administrativa foi publicado em 26 de julho de 1902, prevendo a extinção da Secretaria do Interior e Justiça e das diretorias a ela subordinada, da Secretaria de Obras Públicas e da Secretaria de Indústrias e Finanças, substituindo-as por uma única Secretaria Geral do Estado. O projeto previa também a extinção do Ginásio Fluminense — escola secundária instalada em Petrópolis —, do Liceu e Escola Normal de Campos, da escola modelo e dos grupos escolares (REFORMA..., 1902). Aos poucos se desfazia a reforma da instrução que buscou implantar uma escola primária pautada nos propósitos do ensino intuitivo e que criou os primeiros grupos escolares fluminenses.

Em 3 de outubro de 1902 o jornal *Monitor Campista* anunciava o pedido de exoneração do diretor da instrução pública, Dr. José Bernardino Paranhos da Silva, e no dia 1 de novembro era sancionada a Lei n. 555, suprimindo, “desde que finde o anno lectivo e terminem os respectivos exames, os grupos escolares, com excepção do de Petropolis” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1921a).

Os edifícios que abrigavam os grupos escolares de Niterói deram lugar às repartições públicas trasladadas de Petrópolis. No prédio que abrigava o Grupo Escolar Barão de Macahubas foi instalada a Diretoria do Interior e Justiça e, segundo a *Gazeta de Petropolis*, “o Palacete do Ingá, em S. Domingos, [seria] aproveitado para uma repartição publica, [uma vez que] as aulas do Grupo que alli [funcionava foram] suspensas” (MUDANÇA..., 1902). As salas que o G. E. Barão de Tautpœus ocupavam nas dependências do Liceu de Humanidades

de Campos, foram devolvidas à Escola Normal, e em Valença o Grupo Escolar Alonso Adjuto teve seu destino selado pelo incêndio do ano anterior.

O Grupo Escolar Silva Jardim, de Petrópolis, passou a ser o único do Estado. Foi transferido do prédio alugado onde funcionava desde 1901, para o palacete Mauá, suntuosa construção que abrigou entre 1900 e 1902 o extinto Ginásio Fluminense.

Em sua última Mensagem, publicada em 10 de agosto de 1903, o presidente Bocaiúva chegou a afirmar, em relação aos professores que estavam com os salários atrasados, que “nada se póde exigir daquelles a quem se não paga” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1903, p. 10). Havia professores, mas não escolas, e a frequência era bastante irregular. Quatro meses depois da mensagem presidencial, encerrava-se o primeiro e efêmero ciclo da escola primária graduada no estado do Rio de Janeiro, com a extinção, pelo Dec. nº 827, de 31 de dezembro de 1903, do Grupo Escolar Silva Jardim, em Petrópolis.

No ano de 1900 os esforços políticos em relação à instrução pública priorizaram a escolarização primária no estado do Rio de Janeiro. Utilizando a metáfora de Luciano Faria Filho (2000), a escola primária fluminense se afastaria dos *pardieiros* — que abrigavam um ensino deficiente, com a ausência de espaços e mobília adequada, marcado pela baixa frequência, falta de método e professores —, alojando-se nos *palácios* onde funcionariam os grupos escolares. No entanto estes *templos de civilização* (SOUZA, 1998) não suportaram as especificidades da conjuntura fluminense, desmoronando três anos depois.

A extinção dos grupos escolares no Rio de Janeiro ocorria justamente no momento em que esta modalidade de escola primária se expandia pelo pioneiro estado de São Paulo, com 58 escolas do tipo, espalhadas por vários municípios, tendo 21.613 alunos matriculados no ano de 1903 (SOUZA, 2012, p. 52-53). No mesmo ano iniciava-se no estado do Maranhão a política de implantação de grupos escolares, sendo inauguradas 2 escolas deste tipo na capital São Luís, no ano de 1904, acrescidos de mais 3 grupos instalados no interior do Estado em 1906 (MOTTA *et al.*, 2012, p. 89), mesmo ano em que surgiam os primeiros grupos escolares em Minas Gerais (ARAÚJO, 2012).

A efemeridade dos primeiros grupos escolares fluminenses corrobora a afirmação de Souza (2013), de que a “criação dessas instituições inovadoras no âmbito das reformas da instrução pública não significou, em boa parte [dos] estados, a expansão imediata desse tipo de estabelecimento de ensino primário” (SOUZA, 2013, p. 27).

A análise sobre a escolarização primária fluminense nos primeiros tempos republicanos nos fornece subsídios essenciais para compreendermos a própria história do estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um objeto de análise a partir do qual podemos melhor compreender não só as disputas interoligárquicas no espaço político, mas também as diferentes concepções de república presentes naquele momento. A criação e o fechamento de escolas, os modelos de formação e os critérios de seleção dos professores; os diferentes níveis e

programas de que era constituída a escola primária, também nos mostram o tipo de ordenamento social e o sentido de cidadania que se projetavam.

A história dos primeiros grupos escolares fluminenses encerra um capítulo que ilustra não apenas a crise do estado do Rio de Janeiro, mas também um momento de decepção em relação à República, que havia se distanciado dos sonhos acalentados pelos republicanos históricos, no último quarto do século XIX, como se pode notar no desencanto revelado por Alberto Torres na introdução de “A Organização Nacional” (1914), quando afirma que “ao passar, em 31 de dezembro de 1900, o governo da terra fluminense a meu successor, o General Quintino Bocayuva, já não podia ser tão firme — desilludida, como fora, pelos factos — a minha confiança no regimen político que havíamos adoptado” (TORRES, 1914, p. IX).

2.4. A extinção da Escola Normal de Campos e a criação do Grupo Escolar Barão de Tautpœus: implicações políticas

A produção acadêmica sobre a escola primária em Campos dos Goytacazes durante a Primeira República é restrita. No momento em que iniciei a pesquisa o trabalho de maior relevância era o de Boynard (2006), estudando a Escola Modelo Seis de Março, que funcionou em anexo à Escola Normal de Campos entre 1916 e 1931. Neste trabalho a autora identificou, a partir de um ofício de 1898 encontrado no Arquivo do Liceu de Humanidades de Campos, referência a uma escola de aplicação anexa ao liceu naquele ano. Em seguida, partindo da leitura do memorialista Horácio de Souza (1985), Boynard se deparou com uma nota sobre o primeiro grupo escolar de Campos, criado em 1900, funcionando no mesmo prédio do liceu com o nome Grupo Escolar Barão de Tautpœus.

Martínez (2009a) explica que na reforma do ensino de 1900 foram fechados o Liceu e a Escola Normal de Barra Mansa, o Liceu de Niterói, e a Escola Normal de Campos, sendo criado no lugar desta última um grupo escolar, funcionando no prédio do liceu.

O governo justificava o fechamento das escolas normais de Campos e Barra Mansa argumentando serem aqueles institutos bastante dispendiosos para os cofres públicos, e muito pouco producentes, visto que desde a instalação das escolas normais no regime republicano até o ano de 1898 foram diplomados apenas 21 professores, sendo 16 pela escola de Niterói, 5 pela de Campos, e nenhum pela de Barra Mansa, representando, em média, o custo de 481:495\$737 por professor (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 362). Das 5 normalistas formadas pela escola de Campos, apenas uma exercia o magistério como professora efetiva do Estado. Além disso, o secretário dos negócios do interior e justiça, Ponce de León, argumentava que

a primeira turma de professores, diplomados pela Escola Normal de Campos, [participou] também da falta absoluta do

conhecimento pratico de methodologia, e ahi com a circumstancia notável de, no próprio edificio, em que estava funcionando a escola, se acharem aparelhadas as salas destinadas ás escolas de applicação (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 371).

Em Campos a reforma foi recebida com duras críticas, sobretudo pela extinção da escola normal e a remoção de diversos professores primários. A reação negativa, tanto na imprensa campista quanto na capital Petrópolis e em Niterói, levou o governo a publicar, em 14 de fevereiro de 1900, um edital com o objetivo de acolher as reclamações dos professores em relação ao quadro de distribuição das escolas isoladas.

Em 17 de março foi publicado o Dec. nº 606, trazendo novo quadro de distribuição e classificação das escolas, após a observação do edital publicado no mês anterior. De acordo com este quadro o município de Campos possuía 44 escolas, sendo 9 no perímetro urbano, divididas em 5 masculinas e 4 femininas, enquanto no campo havia 12 escolas masculinas e 23 femininas, totalizando 35 escolas rurais.

Nesta nova distribuição 8 professores foram remanejados, como a recém-nomeada Zelia de Alvarenga, professora da localidade de Cruz das Almas, que permutou sua escola com a professora Antonia Jacintha Nunes, originalmente de Dores de Macabu. Há também o caso das professoras Maria Martins e Luiza Adelaide de Abreu Lima, sendo a primeira transferida da localidade de Macaco para Mussurepe e a segunda da localidade de Coqueiros para a sede do distrito de São Sebastião, ficando vaga a escola original da primeira professora, e extinta a da segunda.

Em relação à extinção da Escola Normal de Campos, a Câmara Municipal manifestou inicialmente o interesse em custear a instalação de uma Escola Normal Livre, formada pelo mesmo corpo docente do Liceu de Humanidades, que pudesse habilitar professores para o magistério público, de acordo com o programa da reforma (INSTRUÇÃO..., 1900c, p.1).

Ao mesmo tempo um grupo formado por médicos, jornalistas e intelectuais, contando com os nomes de Benedicto Gonçalves Pereira Nunes, Luiz Cardoso de Mello, Ignacio de Moura, Attila de Alvarenga, entre outros, liderados pelo Dr. Joaquim Ribeiro de Castro, lançava um apelo pelos jornais solicitando o apoio dos “co-munícipes” para a criação de uma Escola Normal Livre “inteiramente moldada ao Regulamento da Instrução do Estado” (ESCOLA..., 1900a, p. 1), reivindicando ao governo estadual o reconhecimento do título de professor expedido por esta escola. Martínez (2009) destaca “o idealismo do corpo docente” (MARTÍNEZ, 2009a, p. 242) ao instalar a Escola Normal Livre em prédio emprestado, sem receber nada em troca pelo seu trabalho. No dia 20 de fevereiro o jornal *Gazeta do Povo* publicava que

Em reunião da assembléa geral da Sociedade Propagadora de Artes e Officios, effectuada, foi resolvida a cessão das salas do edificio em que funciona o Lyceu de Artes e Officios Bittencourt da Silva para nellas funcionar a Escola Normal Livre, que se projecta fundar nesta cidade (EM REUNIÃO..., 1900, p.1).

A iniciativa era audaciosa e havia muitas dúvidas em relação ao seu sucesso. Um articulista da *Gazeta do Povo*, sob o pseudônimo de “Coménius”, classificava a empreitada como “extemporânea e inexequível”, pois “o açodamento daqueles que (...) oferecem gratuitamente os seus serviços, não [resistiria] muito tempo aos embates da rude realidade que não permite o exercício prolongado dos actos de altruísmo” (ESCOLA..., 1900b, p. 1). Ao mesmo tempo a adaptação do prédio do Liceu de Artes e Ofícios para receber o curso normal requeria a instalação dos gabinetes de química, física e história natural, implicando grandes despesas, na ordem dos 30:000\$000.

Nesse contexto, articulavam-se a Câmara Municipal e o governo do Estado, tendo como interlocutor o então deputado federal Nilo Peçanha. A interferência de Nilo Peçanha no estabelecimento da Escola Normal Livre pode ser notada através do noticiário. No dia 09 de fevereiro o deputado chegava à cidade de Campos, vindo de sua fazenda em Muriaé. No mesmo dia reunia-se a Assembleia Municipal em sessão que aprovou por unanimidade uma moção de solidariedade ao Dr. Alberto Torres, presidente do Estado, que naquele momento enfrentava a dura oposição do PRF na ALERJ. Uma semana depois o jornal *Gazeta do Povo* noticiava que

o dr. Nilo Peçanha, illustre deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro, foi (...) acometido de uma leve indisposição, na (...) viagem (...) da barca de Petropolis.

Felizmente, porém, ao chegar a Petropolis, sendo acolhido com todos os cuidados no palácio do governo fluminense, começou a sentir-se melhor (...).

O incommodo assim passageiro de que foi victima o sympathico e distincto republicano tem sua causa na longa viagem emprehendida por s. ex. ante-hontem, de Campos para esta capital (DR. NILO PEÇANHA, 1900, p. 1).

Assim, cinco dias após visitar a cidade de Campos, na ocasião em que a Câmara declarava seu apoio ao governo Torres, o deputado Nilo Peçanha retornava ao Rio de Janeiro de onde embarcou para Petrópolis, ficando hospedado no palácio do governo estadual por pelo menos dois dias, retornando logo em seguida a Campos, no dia 20, quando em nova sessão o presidente da Câmara Municipal, capitão Henrique Martins de Oliveira, anunciava que “por intermédio do exm^o Sr. Deputado Nilo Peçanha [entendeu-se] com o poder executivo do Estado” (ESCOLA..., 1900, p. 1), a fim de conseguir para a Escola Normal Livre a mobília e demais utensílios que haviam pertencido à escola normal oficial extinta.

Ainda nesta sessão da Câmara foram lidos dois telegramas enviados por Nilo Peçanha ao presidente Henrique Martins. O primeiro, dizendo: “Presidente Camara Campos. – Camara pode custear Escola Normal. Governo dá regalias officiaes, funcionará mesmo edificio. – Nilo” (ESCOLA Normal, 1900, p. 1, [grifo meu]). E no segundo telegrama, lia-se: “Henrique Martins. – Recebeu meu telegramma? Tudo prompto. Governo só espera acto Camara. Nilo Peçanha” (ESCOLA..., 1900, p. 1).

A leitura dos telegramas indica que, inicialmente, a Escola Normal Livre funcionaria no mesmo prédio da extinta escola normal, desde que financiada pela Câmara Municipal. No entanto, o próprio presidente Henrique Martins informava que tal despesa não cabia no orçamento municipal, devendo então a Câmara prestar apoio à iniciativa particular liderada pelo Dr. Ribeiro de Castro.

No dia 7 de abril era publicada a notícia de que o governo autorizara a transferência “da mobília e de outros utensílios” para a Escola Normal Livre. A notícia era acompanhada de elogios ao presidente Alberto Torres, ao capitão Henrique Martins, presidente da Câmara de Campos e a Nilo Peçanha, por tornarem possível a instalação da Escola Normal Livre, permitindo assim que “as distintas patricias [pudessem] continuar o seu curso” (ESCOLA NORMAL, 1900a, p. 1).

Em seguida iniciaram-se as inscrições para os exames de admissão, encerrando-se no dia 27 de abril, com os exames acontecendo no dia seguinte. No dia primeiro de maio foi divulgada a seguinte lista, com os aprovados nos exames: “Ismenia Campos, Herminia de Menezes, José Luíz Coelho de Aguiar, Oskelia Martins, Ducilla de Alvarenga, Izabel d’Alvarenga, Benedicta Ribeiro, Maria Izabel Peixoto de Queiroz, Izaura Lucas dos Santos e Chloris Maciel da Rocha” (ESCOLA NORMAL LIVRE, 1900c, p. 1).

As aulas tiveram início no dia 1º de maio, tendo entre os professores Candido Mendes — lecionando as disciplinas de corografia do Brasil e cosmografia, que inicialmente seriam ministradas pelo Dr. José Rodrigues Leite Júnior —, João Menezes, Viveiros de Vasconcellos e o diretor Ribeiro de Castro.

É importante destacar a presença da disciplina de agronomia no quarto ano, cumprindo o previsto no Art. 167 do regulamento, que tornava “obrigatório o ensino de noções de agronomia nas escolas públicas do Estado, para professores que se [diplomassem] no curso normal” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 603), indo ao encontro do pensamento agrarista do presidente Alberto Torres.

Ao mesmo tempo em que se definia a instalação da Escola Normal Livre, corriam os preparativos para a implantação do Grupo Escolar Barão de Tautphæus, nas dependências do prédio do Liceu de Humanidades.

Em seu relatório²⁵, apresentado ao diretor da instrução pública José B. Paranhos da Silva, o diretor do liceu e da extinta escola normal, Dr. Manoel Francisco de Oliveira, lamentava o “desaparecimento de um instituto, que tão bons serviços, de transcendência incalculável estava prestando á sua numerosa população e á dos municipios visinhos” (OLIVEIRA, 1900), ao mesmo tempo em que saudava a iniciativa dos professores que criaram a Escola Normal Livre, ressaltando estar certo de que esta logo deixaria de existir “com o restabelecimento do instituto oficial, [de acordo com o] intuito dos seus fundadores” (OLIVEIRA, 1900).

O Dr. Manoel de Oliveira também solicitava ao diretor da instrução a equiparação do Liceu de Humanidades ao Ginásio Nacional como medida urgente a

²⁵ Trata-se de um volume manuscrito que compõe a coleção 97.2 do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), sob a notação PE7 2.2.

fim de evitar a sua extinção por falta de frequência, uma vez que o curso não garantia o ingresso nas academias. Temendo a extinção do liceu o diretor afirmava que

conserval-o, como está, abandonado absolutamente, com a matricula insignificante de 43 alumnos, é impossível; o que nos cumpre, pois, é recorrermos as causas determinantes desse aflictivo estado de cousas. e, a meu ver, o único meio que se nos depõe é (...) a sua equiparação ao Gymnasio Nacional (OLIVEIRA, 1900).

De acordo com o relatório do diretor, era de fato delicada a situação do liceu. Dos 43 alunos frequentes, 38 eram da primeira série e os outros 5 da segunda, não funcionando as demais séries. A biblioteca se encontrava defasada, carecendo dos livros necessários para a consulta dos professores. Os gabinetes de física e química não foram utilizados em todo o ano de 1899 por não haver alunos matriculados nas séries que os necessitavam.

Ainda no relatório do diretor Manoel de Oliveira encontram-se listados o mobiliário e o material existente em cada uma das seis salas que foram destinadas ao funcionamento do grupo escolar. A configuração das salas antes utilizadas para as aulas da extinta escola normal, além de mais duas reservadas para os laboratórios onde se encontravam montados os gabinetes de química, física e história natural, permitem notar, pelo tipo de material distribuído, que cada sala possuía uma função específica, como já havia assinalado Martínez; Gantos e Boynard (2006), ao constatar que “as salas de aula serviam a determinadas disciplinas e eram as alunas que circulavam por elas” (MARTÍNEZ; GANTOS; BOYNARD, 2006, p. 169).

Enquanto a segunda sala era utilizada para as aulas de desenho, a terceira possuía o material para os estudos de aritmética e sistema métrico, assim como a existência das “17 almofadas para trabalho”. O relatório ainda aponta para a possibilidade de funcionarem na quarta sala as aulas de trabalhos de agulha.

Da mesma forma a sala de aplicação nº 2 reunia, além de mesa, estrados, quadro-negro e carteiras, 2 tamboretos e um harmônio (espécie de órgão), provavelmente utilizados nas aulas de música, enquanto que a sala de aplicação nº 1 e a primeira sala reuniam os elementos para os demais estudos.

O diretor chamava a atenção para a necessidade da construção de uma casa para o guarda, no próprio terreno das escolas, inibindo as constantes ações dos *gatunos*, naquela região à época considerada afastada do centro da cidade. Manoel de Oliveira informava que ainda naquele ano

foram as dependências onde actualmente funcionara o Grupo Escolar, visitados pelos *gatunos* que carregaram alguns objectos das diferentes aulas da Escola Normal. Nos gabinetes de physica e chimica, há muito que acautelar, pois não é insignificante a quantia despendida pelo Governo com a aquisição dos instrumentos nos referidos gabinetes (OLIVEIRA, 1900).

Não foram encontrados indícios de que tenha sido construída a casa do guarda neste período, assim como da realização de qualquer obra de adaptação do espaço da escola normal para o funcionamento do grupo escolar.

Apenas em 1914 tem-se o registro, na mensagem encaminhada pelo presidente Oliveira Botelho à ALERJ, identificando as despesas de 16:550\$450 já pagas por obras “que se faziam imprescindíveis e urgentes” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1914, p. 82) nas escolas daquele prédio. Também nesta mensagem foi registrada a construção de um muro de contenção, em alvenaria e pedra, circundando todo o prédio, e uma escadaria em seu acesso principal, em virtude das escavações realizadas naquela área para o aterramento da praça Azeredo Coutinho, às margens do canal Campos – Macaé (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1914, p. 113). Boynard (2006) identifica que em 1914 já havia, adjacente ao espaço que fora ocupado pelo grupo escolar, a casa do zelador (BOYNARD, 2006, p. 100).

O Quadro 11 apresenta a relação do mobiliário e de todo o material existente nas salas de aula da escola normal e que foram entregues ao diretor do grupo escolar.

<p>1ª sala</p> <p>68 Escarradeiras 1 Mesa 1 Estrado 1 Tinteiro 1 Moringa e copo 1 Quadro preto 1 Estrado para o mesmo 30 Carteiras 30 Bancos 1 Cadeira</p>	<p>2ª sala</p> <p>1 Mesa 1 Estrado 1 Moringa e copo 1 Quadro preto 1 Estrado para o mesmo 1 Cadeira 50 Carteiras para desenho 50 Tamboretetes 24 Bustos para desenho 1 Tinteiro</p>
<p>3ª sala</p> <p>1 Mesa 1 Estrado 1 Tinteiro 1 Moringa e copo 1 Quadro preto 1 Estrado para o mesmo 1 Cadeira 25 Carteiras 25 Bancos 1 Quadro de sistema métrico</p>	<p>4ª sala</p> <p>1 Mesa 1 Estrado 1 Tinteiro 1 Moringa e copo 1 Quadro preto 1 Estrado para o mesmo 34 Bastidores 17 Almofadas para trabalho 22 Bancos 9 Carteiras 1 Cadeira</p>
<p>Sala de aplicação 1</p> <p>1 Mesa 1 Estrado 1 Quadro preto 1 Cadeira 50 Carteiras</p>	<p>Sala de aplicação 2</p> <p>1 Mesa 3 Estrados 1 Quadro preto 52 Carteiras 2 Tamboretetes 1 Harmonium</p>

Quadro 11 - Relação dos objetos entregues pelo diretor do Liceu de Campos ao Grupo Escolar, 1900

Fonte: Relatório apresentado ao Sr. Dr. José Bernardino Paranhos da Silva, diretor da Instrução Pública do Estado do Rio de Janeiro pelo Dr. Manoel Francisco de Oliveira, diretor do Lyceu de Humanidades de Campos (OLIVEIRA, 1900).

A documentação pesquisada não permite conhecer de que maneira foram utilizadas as salas de aula e o mobiliário pelo grupo escolar. O relatório que discrimina o material existente em cada sala da escola normal entregue ao grupo escolar data de 31 de maio. No entanto, desde 7 de abril, de acordo com os jornais, o governo havia autorizado a transferência da mobília e demais utensílios da escola extinta para as dependências da Escola Normal Livre, no prédio do Liceu de Artes e Ofícios Bittencourt da Silva.

Deste modo, não é possível saber se o material listado no relatório do diretor do liceu no mês de maio foi o que restou da mobília transferida para a Escola Normal Livre em abril, sendo, portanto, utilizado no grupo escolar, ou se este material foi entregue ao grupo escolar logo após a extinção da escola normal, em janeiro, informado apenas no relatório de maio, mas já tendo sido transferido para o prédio da Escola Normal Livre desde abril.

Definida a instalação do grupo no prédio do liceu, reuniram-se no dia 28 de março de 1900, na casa do professor Balthazar Dias Carneiro, os professores e o diretor do grupo escolar, Lindolpho de Assis, para discutir a distribuição das disciplinas.

A organização do ensino primário graduado tendo um professor por disciplina é algo que chama a atenção. Rosa Fátima de Souza (1998) mostra que, no estado de São Paulo, pioneiro na implantação dos grupos escolares no Brasil, uma das maiores dificuldades enfrentadas nos primeiros momentos do século XX residia no cumprimento dos programas oficiais, que exigiam professores polivalentes, capazes de ensinar todas as disciplinas, o que acabava não acontecendo, de modo que “os professores ensinavam o que queriam e o que sabiam” (SOUZA, 1998, p. 209), sendo em muitas escolas omitido o ensino das lições de coisas e de disciplinas como história e geografia, concluindo a autora que “nem mesmo a escola graduada foi capaz de resistir à força da tradição. Ler, escrever, contar, a tríade balizada com os ideais do ensino intuitivo e integral retorna[va] pouco a pouco à sua condição de proeminência” (SOUZA, 1998, p. 213).

A partir da reconstituição feita por Boynard sobre um esboço de planta baixa encontrada no Arquivo Histórico do Liceu de Humanidades de Campos, retratando o ano de 1916, foi possível elaborar uma adaptação para ilustrar o contexto da implantação do Grupo Escolar Barão de Tautphœus, em 1900, como mostra a Figura 4.

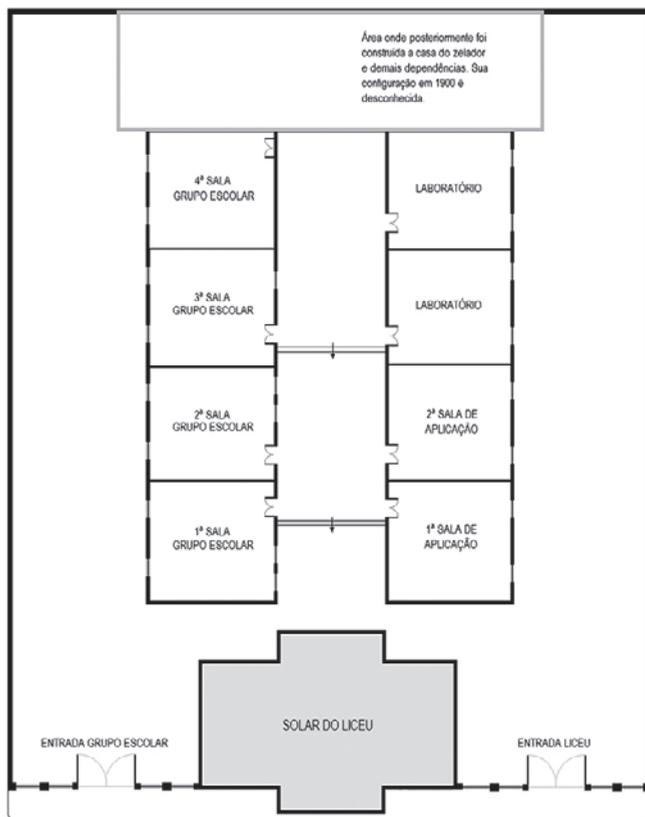


Figura 4 – Planta baixa do Grupo Escolar Barão de Tautphœus, em Campos - 1900

Fonte: Adaptado de Boynard (2006)

No estado do Rio de Janeiro os grupos escolares possuíam um professor para cada disciplina (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 485-486), diferente do modelo paulista, onde cada professor era responsável por uma série. O corpo docente do Grupo Escolar Barão de Tautphœus foi constituído dos professores e suas respectivas disciplinas, constantes do Quadro 12.

Disciplina	Professor(a)
Português e instrução moral e cívica	Castorina Araujo
Aritmética e metrologia	Marianna Gomes Pinto de Alvarenga
Geografia e história do Brasil	Balthazar Dias Carneiro
Física e química	Benedicto Hermogenes
Trabalhos de agulha e costura	Maria Luiza Peixoto
Música	Francisca de Carvalho
Caligrafia e desenho geométrico	Mucio da Paixão

Quadro 12 - Corpo docente do Grupo Escolar Barão de Tautphoeus em 1900

Fonte: Elaboração própria a partir de nota no jornal Gazeta do Povo (GRUPO..., 1900a, p. 1)

Para as disciplinas de Português, aritmética, geografia e história, física e química, foram escolhidos os professores públicos mais experientes, efetivos de primeira classe, cujas escolas possuíam a maior frequência de alunos. Castorina de Araújo, que contava 7 anos de magistério em 1900, era professora da escola feminina nº 24, localizada à rua 13 de maio, principal artéria comercial da cidade, tendo a frequência média anual de 41 alunas no ano de 1899, de acordo com o mapa do inspetor Trindade.

A escola de maior frequência média ao longo do ano de 1899 era a feminina nº 4, localizada no Becco do Amazonas, na região central da cidade, regida pela professora Marianna Gomes Pinto de Alvarenga, a mais experiente do grupo, com 8 anos de magistério. Sua escola possuía a frequência média anual de 109 meninas, chegando a ter, de acordo com a inspeção realizada no mês de agosto, 136 alunas presentes.

Em seguida estava a escola masculina nº 7, regida pelo professor Balthazar Dias Carneiro, situada à rua do Sacramento, também no centro da cidade, chegando a ter, no mês de maio, 110 alunos presentes no momento da inspeção escolar, e em média 94 alunos frequentes ao longo do ano. Por fim, foi nomeado o professor Benedicto Hermogenes de Menezes que, assim como Balthazar Carneiro, contava com 6 anos de magistério público, regendo a escola masculina da Tapera, única localizada fora do perímetro urbano.

Para o cargo de diretor do grupo escolar foi nomeado o jornalista Lindolpho de Assis, proprietário e redator do jornal *O Pharol*, nos anos de 1890, na cidade de Juiz de Fora – MG, onde também dirigia o Collegio Santa Rita, estabelecimento particular de ensino primário e secundário fundado em 1896, ano em que foi aprovado no concurso para o cargo de inspetor geral do ensino no estado do Rio de Janeiro, tendo atuado na 11ª circunscrição, com sede em Parati, no sul do Estado.

As aulas se iniciaram no dia 2 de abril com a matrícula de 90 alunos, ultrapassando o número de 150 matriculados no final da primeira semana.

Aos poucos, a extinção da escola normal tornava-se o principal mote dos ataques da imprensa oposicionista ao governo Alberto Torres, enquanto a criação do grupo escolar representava uma das principais bandeiras defendidas por seus correligionários que, apesar de também revelarem a insatisfação com o fechamento da escola normal, atenuavam a gravidade do fato utilizando os mesmos argumentos do governo, relativos à economia realizada com a extinção deste estabelecimento, em decorrência da crise financeira.

Um mês após o início das aulas o jornal oposicionista *Monitor Campista*, com base nas observações do inspetor Francisco Nogueira Trindade, que até o ano anterior era o responsável pelas escolas da 5ª circunscrição do ensino, sediada em Campos, questionava os elevados gastos com o grupo escolar e, conseqüentemente, os argumentos oficiais que justificavam a extinção da escola normal.

Atacava ainda a direção de Lindolpho de Assis e questionava o próprio modelo de escola primária graduada, afirmando ser “imperfeito” o ensino nas “grandes aulas”. A essas críticas rebatia a *Gazeta do Povo*, porta-voz da

situação, afirmando não ser ainda possível conhecer os gastos com a escola primária, e que a matéria do *Monitor* não considerava que a criação do grupo escolar permitiu reunião de diversas escolas urbanas, implicando a redução dos gastos com aluguel de casas.

Cabe destacar que Francisco Trindade, depois de preterido na escolha para a direção do Grupo Escolar Alonso Adjuto, no município de Valença, foi nomeado para inspecionar a 10ª circunscrição do ensino, que compreendia os municípios de São João da Barra e Itaperuna, onde se aproximou da oposição portelista que em Campos se reunia nas fileiras do *Monitor Campista*. Para a *Gazeta do Povo* o inspetor Trindade era um “funcionario relapso” que durante a sua passagem pelo cargo de inspetor do ensino revelou “sua inaptidão, sua falta de tino administrativo e seus apoucados conhecimentos em matéria de pedagogia” (INSTRUÇÃO... – o inspetor Trindade, 1900, p. 1).

Neste contexto belicoso ocorreram as eleições para presidente e vice-presidente do Estado. No dia 5 de julho chegavam a Campos o Barão de Miracema e Nilo Peçanha, em meio às articulações para a eleição do candidato Quintino Bocaiúva. Segundo a imprensa situacionista as eleições ocorreram “sem a mínima violência, sem o menor aparato de força e sem o concurso obrigado dos eleitores de cacete e garrucha” (NOTA..., 1900a, p. 1).

No dia 10, após as eleições, eram anunciados o retorno de Nilo Peçanha para a capital federal e ao mesmo tempo a notícia da equiparação da Escola Normal Livre à oficial do Estado, em Niterói. Neste texto, junto ao lamento pela extinção da escola normal no início do ano, era reforçado o argumento da necessidade de reduzir as despesas públicas diante do quadro de profunda crise econômica encontrada pelo presidente Alberto Torres, ao mesmo tempo em que era louvada a iniciativa dos professores que com o Dr. Ribeiro de Castro criaram a Escola Normal Livre.

Dois dias depois era publicada outra nota sobre a equiparação da Escola Normal Livre ressaltando que

ainda [perdurava] no espírito publico a agradável impressão deixada pelo acto do governo honrado do sr. dr. Alberto Torres equiparando a Escola Normal Livre desta cidade ao Instituto Official em Nictheroy (...).

Quando se levantou o grito contra o acto do governo, houve quem explorando o animo popular, insinuasse que a escola fora supprimida a pedido dos chefes políticos da localidade, inimigos da instrucção!

Mas “o não há nada como um dia depois do outro” teve ainda applicação agora, e o illustre dr. Ribeiro de Castro agradecendo as homenagens que lhe fizeram discipulas, collegas e amigos pela brilhante victoria da equiparação, salientou nominalmente os nossos amigos e chefes políticos que se empenharam junto ao governo para a consecução desse desideratum (...).

Os politiqueros calumniadores que andaram, á socapa, espalhando o perfidio boato, ouviram do sr. director da escola o justo applauso aos amigos nossos que cooperaram para que conseguíssemos si

não a manutenção da Escola Oficial, a equiparação do Instituto Livre, o que deve ser para Campos até um motivo de maior orgulho (ESCOLA NORMAL, 1900, p. 1).

Diante do exposto até aqui e sobretudo a partir desta citação é possível desenvolver algumas considerações a respeito dos interesses políticos em torno da escola normal e do grupo escolar.

A extinção da escola normal, criada em 1894 e instalada no ano seguinte no prédio do liceu, um patrimônio associado aos portelistas, forneceu o combustível necessário para as oposições, que “[levantaram] o grito contra o acto do governo” de Alberto Torres. Ao mesmo tempo, a instalação de um grupo escolar justamente naquele prédio se apresentava como um instrumento de afirmação do presidente Torres e seus novos aliados (miracemistas, sobretudo Nilo Peçanha) na cidade que representava considerável peso político e econômico no estado.

Assim a iniciativa do Dr. Ribeiro de Castro ao criar uma Escola Normal Livre passava a ser explorada tanto pela oposição quanto pela situação. Para a imprensa portelista a postura altruísta dos professores deste instituto era um ato de resistência às arbitrariedades do governo Torres, representado na figura do diretor da instrução pública José Bernardino Paranhos da Silva, e do diretor do grupo escolar, Lindolpho de Assis.

Para a imprensa situacionista o Dr. Ribeiro de Castro e seus professores foram grandes republicanos que, compreendendo a difícil situação financeira do Estado, contribuíram para a grande causa da instrução, permitindo a continuidade do curso normal e que, naquele momento, conquistavam a “brilhante victoria da equiparação”, graças aos esforços dos “amigos e chefes políticos” Barão de Miracema e Nilo Peçanha junto ao governo estadual.

Deste modo, se a extinção da escola normal foi motivo de ataques ao presidente Torres, a equiparação da Escola Normal Livre concedida pelo mesmo governo, acalmava os ânimos da oposição e fortalecia o grupo situacionista.

No momento em que o governo Alberto Torres era bastante atacado pelos paulinistas e portelistas na ALERJ, a escolha de um nome como o de Quintino Bocaiúva, republicano histórico de projeção nacional, isento das questões interoligárquicas fluminenses, era uma boa estratégia de consolidação do grupo do Barão de Miracema e Nilo Peçanha no poder, contribuindo também para o arrefecimento das oposições (LAMARÃO, 1989).

Depois de eleito o presidente Quintino Bocaiúva, o Dr. Paranhos da Silva visitou a cidade de Campos, sendo recebido no Hotel Gaspar pelo Dr. Ribeiro de Castro e Lindolpho de Assis. Três dias depois, acompanhado dos diretores do Liceu de Humanidades, da Escola Normal Livre e do Grupo Escolar Barão de Tautphœus, o Dr. Paranhos visitou diversas escolas públicas e particulares da cidade, iniciando pelo grupo escolar, onde assistiu a aula de português da professora Castorina de Araújo, a de morfologia geométrica ministrada pelo professor Múcio da Paixão e a de lições de coisas a cargo do professor Benedicto Hermógenes (GRUPO ..., 1900g).

A visita do Dr. Paranhos a Campos contou com um desfile dos alunos das escolas públicas, do grupo escolar, e também das escolas particulares, que percorreu as principais ruas da cidade, passando pelas redações dos jornais e terminando em frente ao Hotel Gaspar. Também era saudado o diretor da instrução pública, nas escolas em que visitava, com “chuvas de pétalas”, salvas de palmas e discursos proferidos pelos estudantes, como ocorreu, por exemplo, no Liceu de Artes e Ofícios (HOSPEDES..., 1900).

No dia 23 de setembro, em meio às festividades pela visita do Dr. Paranhos, foi publicada a notícia de que o diretor da instrução forneceria nova mobília para o salão nobre do Liceu de Humanidades e uma “excellente collecção de modelos para o Lyceu de Artes e Offícios”. Na mesma nota, em destaque, lia-se que

outra noticia mais agradável aos leitores e principalmente as normalistas é a seguinte:

O sr. dr. Paranhos declarou ao sr. dr. Ribeiro de Castro que estão á disposição de s. s. as salas do Lyceu e da antiga Escola Normal. Sabemos mais que o digno sr. dr. director agradeceu e prometeu mandar a Escola para o anno futuro.

Essa noticia vai regosijar os alumnos do acreditado estabelecimento (INSTRUCÇÃO..., 1900f).

Se a equiparação da Escola Normal Livre já havia rendido frutos ao grupo político da situação, a perspectiva do restabelecimento da escola normal oficial anexa ao liceu fortalecia ainda mais a imagem do governo e seus chefes políticos locais, enfraquecendo a oposição. Nesse sentido, logo no início do ano de 1901, circulavam pela imprensa especulações a respeito de nova reforma do ensino.

No dia 30 de janeiro o *Monitor Campista* publicava que “a próxima reforma por que [iria] passar a instrucção publica no Estado [extinguiria] o Lyceu de Campos e o Gymnasio de Petropolis” (O LYCEU, 1901), fazendo duras críticas ao Dr. Paranhos da Silva. Em resposta, a *Gazeta do Povo* buscava desmentir a notícia alegando que, ao contrário do que afirmava o *Monitor*, o Dr. Paranhos buscava junto ao governo a equiparação do Liceu de Campos ao Ginásio Nacional²⁶.

A contenda entre os dois jornais em torno do assunto se arrastou por todo o mês de fevereiro até que, em 4 de março de 1901 foi aprovado o Dec. nº 674, equiparando o Liceu de Campos ao Ginásio Fluminense e ao Ginásio Nacional, mantendo a gratuidade da matrícula, exceto para os exames parcelados (ESTADO DO RIO, 1901a).

O mesmo decreto exonerou o Dr. Manoel Francisco de Oliveira do cargo de diretor do liceu, substituindo-o pelo Dr. João Manoel da Silva Tavares, e os professores Homero Moretzsohn Campista, de português, e Joaquim Silvério

²⁶ Com o advento da república o “Imperial Collegio de Pedro Segundo” passou a se chamar “Gymnasio Nacional”, mantendo entretanto a função de “colégio-padrão”, ao qual as demais escolas secundárias deveriam ser equiparados pelo governo federal, a fim de terem reconhecidos os exames de preparatórios que garantiam o ingresso nos cursos superiores (MARTÍNEZ; BOYNARD, 2010).

dos Reis, de francês, substituídos por José Pacífico da Fonseca o primeiro, e Francisco da Silva Varella, o segundo.

Foram ainda nomeados para a disciplina de matemática elementar e de elementos de mecânica e metronomia o professor João de Miranda Menezes; de história e geografia João Alves de Souza Barreto Machado; de inglês Antônio Joaquim de Castro Faria; de ciências físicas e naturais o Dr. João Manoel da Silva Tavares; de alemão o Bacharel Antonio Candido Anastacio do Lago; de literatura e lógica Joaquim Veríssimo da Silva; de grego o Bacharel Augusto Francisco Aleixo dos Santos; e para professor de desenho foi nomeado Carlos Hamberger (ESTADO DO RIO, 1901a).

No dia 15 de março foi publicada na imprensa local a notícia de que o secretário dos negócios do interior e justiça havia concordado com a proposta do restabelecimento da escola normal anexa ao agora equiparado Liceu de Humanidades de Campos, encaminhada pelo Dr. Paranhos da Silva, informando que restava apenas a aprovação do presidente Quintino Bocaiúva (ESCOLA NORMAL, 1901a). Em seguida uma comissão de normalistas telegrafou ao presidente do Estado a seguinte mensagem:

Sr. general Quintino Bocayuva. — Petropolis. — Normalistas, pedimos a v. ex. aceitar a proposta creando uma Escola Normal anexa ao Lyceu desta cidade.

A mocidade campista confia neste momento ao eminente democrata a causa do seu futuro

A sociedade aqui espera confiante vosso benévolo acolhimento causa aspiração de seus filhos. — Assignados — Cecy Araujo, Isabel Mesquita, Lavinia Dias, Carolina Nogueira, Celestina Costa, Guiomar Ramalho, Delphina Teixeira, Isabel Martins, Maria Aguiar, Marianna Dias, Euclides Silva, Eurydice Bastos, Izaura dos Santos, José Aguiar, Alva Ribeiro, Armanda Cardoso, Alice de Salles Borges, Cloris Rangel, Maria Marcolina da Conceição, Adhemar Laranjeira, Ritta Feijo, Benedicta Ribeiro, Deonora Freitas, Americolina Pinto, Serizê Passos, Olinda Pinto, Isabel Moreira, Philomena Assenço, Clotilde Martins, Maria Queiroz, Antonia Ribeiro, Olinda Teixeira, Herminia de Menezes, Maria José Toscano, Carmen Rainha, Angelina Monteiro, Anna Leitão, Aristotelina Braga, Waldemiro Barboza, Marianna Cruz e Alcina Borges (ESCOLA NORMAL, 1901b).

Também telegrafaram ao presidente os jornais *Monitor Campista* e a *Gazeta do Povo*, obtendo em seguida a resposta positiva confirmando a reabertura da escola normal anexa ao Liceu de Humanidades e ao Grupo Escolar Barão de Tautphœus²⁷.

Segundo a *Gazeta* “foguetes estrugiram a porta da redação do *Monitor* e desta folha e logo juntou-se muito povo saudando o sr. General Quintino, dr. Paranhos da

²⁷ O Dec. nº 677, de 16 de março de 1901 criava em Campos, “anexa ao Liceu de Humanidades, uma Escola Normal, sob o mesmo regulamento da de Nicteroy; fixa o corpo docente, com os respectivos vencimentos, assim como o pessoal administrativo, o qual será o do Lyceu sem remuneração alguma nova, servindo nas mesmas condições o professor de gymnastica do Grupo Escolar” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1921a).

Silva, dr. Martins Junior²⁸, os chefes políticos deste município²⁹ e quantos cooperaram para o restabelecimento da Escola” (ESCOLA NORMAL, 1901b).

A partir deste momento a oposição se enfraquecia. As críticas na imprensa eram menos duras, sempre jogando a responsabilidade pelos problemas da instrução pública na administração anterior, ao mesmo tempo em que se projetavam as esperanças no governo conciliatório do presidente Quintino Bocaiúva.

A instalação da Escola Normal e a equiparação do Liceu de Humanidades serviram como elementos determinantes dessa conciliação, visto que, se por um lado, a *Gazeta do Povo* exaltava o papel da sociedade campista na figura dos chefes políticos miracemistas, o *Monitor Campista* reivindicava para si os méritos pelo restabelecimento destes institutos, sempre destacando a sua ação na “defesa da cauza dos que desejam se instruir” (ESCOLA E LYCEO, 1901).

A reforma de 1901 foi publicada no dia 15 de março, com o Dec. nº 676, que criou mais dois grupos escolares no Estado, sendo um em Resende e outro em Petrópolis, reorganizou as circunscrições escolares e desvinculou as funções de diretor de grupo escolar e inspetor do ensino.

Nesse sentido Lindolpho de Assis foi nomeado apenas como inspetor regional da 5ª circunscrição, formada pelos municípios de Campos, São João da Barra e Itaperuna, sendo substituído na direção do grupo escolar por Francisco Gonçalves de Araújo Vianna, ex-professor de português da extinta Escola Normal de Barra Mansa, que assumira a mesma disciplina no grupo escolar de Campos, no lugar da professora Castorina de Araújo que passaria a lecionar música, em substituição à professora d. Francisca Amalia de Carvalho que, segundo o jornal *Gazeta do Povo* (GRUPO..., 1901a), seria removida, embora não tenha constado de nenhuma relação de professores do Estado nos anos seguintes.

O Dec. nº 677, que restabeleceu a Escola Normal anexa ao Liceu, também determinava que o seu corpo docente fosse composto pelos mesmos professores do grupo escolar. No entanto também figuravam nos jornais os nomes de professores do Liceu ministrando disciplinas na Escola Normal, de modo que as três instituições compartilhavam não só o mesmo prédio, mas também o corpo docente, como mostra o Quadro 13.

Professores	Grupo Escolar	Liceu	Escola Normal
João M. da Silva Tavares	—	(Diretor) Ciências físicas e naturais	(Diretor) Física, química, higiene e história natural
José Pacífico da Fonseca	—	Português e latim	—

Quadro 13 - Corpo docente do Grupo Escolar Barão de Tautphoeus, Liceu de Humanidades e Escola Normal de Campos em março de 1901 (continua)

²⁸ Martins Júnior era o secretário dos negócios do interior e justiça do governo Quintino Bocaiúva.

²⁹ Uma referência ao Barão de Miracema e a Nilo Peçanha.

Professores	Grupo Escolar	Liceu	Escola Normal
João A. de S. B. Machado	—	História e geografia	—
Antonio C. A. do Lago	—	Alemão	—
Joaquim V. da Silva	—	Literatura e lógica	—
Augusto F. A. dos Santos	—	Grego	—
Antônio J. de Castro Faria	—	Inglês	Francês
João Miranda de Menezes	—	Matemática elementar, elementos de mecânica e metronomia	Matemática elementar
Francisco da S. Varella	—	Francês	História e geografia
Carlos Hamberger	—	Desenho	Caligrafia e desenho
Francisco G. de Araujo Vianna	(Diretor) Português, instrução moral e cívica	—	—
Marianna G. P. de Alvarenga	Aritmética e metrologia	—	—
Balthazar Dias Carneiro	Geografia e história do Brasil	—	Português e literatura
Benedicto Hermogenes	Física e química	—	Pedagogia e metodologia
Maria Luiza Peixoto	Trabalhos de agulha e economia doméstica	—	Trabalhos de agulha e economia doméstica
Castorina Araujo	Música	—	Música
Mucio da Paixão	Caligrafia e desenho	—	—
José Archimínio de Souza	Ginástica	—	Ginástica

Quadro 13 - Corpo docente do Grupo Escolar Barão de Tautphoeus, Liceu de Humanidades e Escola Normal de Campos em março de 1901 (conclusão)

Fonte: elaboração própria a partir dos jornais *Gazeta do Povo* (GRUPO..., 1900a; ESTADO DO RIO, 1901a) e *Monitor Campista* (ESTADO DO RIO, 1901e)

Após três meses na direção do grupo escolar faleceu, no dia 14 de junho, o professor Araújo Vianna, sendo substituído por Balthazar Dias Carneiro. Na semana seguinte uma equipe do Jornal do Brasil, responsável pela edição de seu suplemento ilustrado, a Revista da Semana, esteve visitando algumas instituições da cidade de Campos, entre elas, o liceu, a escola normal e o grupo escolar. O jornal *Monitor Campista*, assim noticiava o fato:

Compareceram hontem ao Grupo 106 alumnos, sendo 56 da secção masculina e 50 da feminina.

O representante do Jornal do Brazil Sr. Anatolio Valladares fez fotografar hontem o edificio do Lyceu, com os alunos desse instituto, da Escola Normal e do Grupo.

Em seguida percorreu todas as dependências do edificio acompanhado do Dr. Silva Tavares que lhe ministrou todas as informações (INSTRUCÇÃO..., 1901c).

Trata-se da fotografia a seguir (Figura 5), publicada na segunda quinzena do mês seguinte.

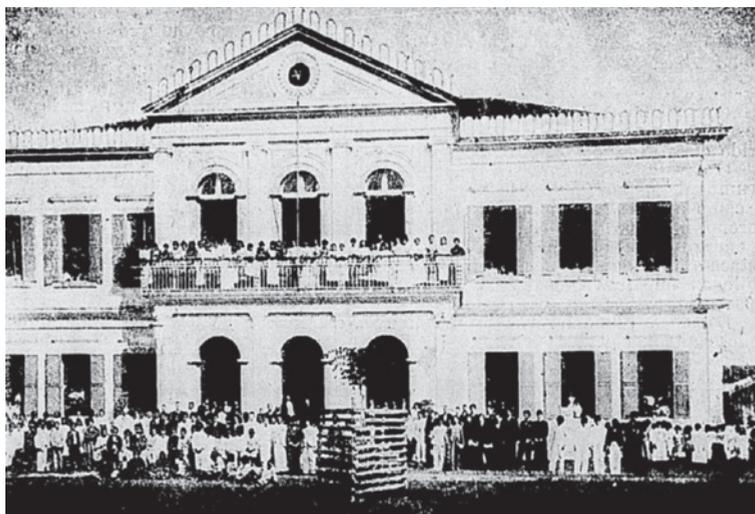


Figura 5 – Prédio do Liceu de Humanidades de Campos, Escola Normal de Campos e Grupo Escolar Barão de Tautphæus - 1901

Fonte: Revista da Semana: Edição semanal illustrada do Jornal do Brasil (AS NOSSAS..., 1901, p. 507). Acervo da Biblioteca Nacional Brasil.

Na fotografia é possível ver um grande número de alunos na parte externa do prédio. No segundo pavimento da composição central, à sacada do salão nobre, encontram-se meninos e meninas do grupo escolar, e no térreo, nas três portas do acesso principal estão alguns rapazes, provavelmente os liceístas, em menor número.

Em frente ao acesso principal, na direção da porta central, nota-se a presença de uma professora acompanhada por normalistas tendo na sua lateral esquerda meninos do grupo escolar, alguns sentados ao chão. À esquerda dessas crianças é possível identificar a presença de mais uma professora tendo

ao seu lado esquerdo mais meninos do grupo escolar e, por trás destes, em frente às janelas, um grupo de normalistas.

Na lateral direita, em frente à primeira janela, nota-se um grupo formado por professores e uma professora, vestidos com roupas escuras, estando à sua direita meninos e meninas do grupo escolar.

A distribuição dos espaços entre essas três escolas é algo que chama a atenção. Infelizmente não foi possível conhecer em detalhes o funcionamento das diferentes instituições no mesmo prédio. Alguns indícios, no entanto, permitem compreender que tanto o grupo escolar quanto a escola normal funcionavam no edifício localizado aos fundos do prédio principal do solar, destinado ao liceu.

As aulas e os intervalos funcionavam em horários distintos e cuidadosamente calculados de modo a garantir a “independência entre alunos e alunas”, como mostra uma matéria do jornal *Monitor Campista*, narrando uma visita ao liceu. O texto destaca “a ordem escrupulosamente mantida (...), a regularização de um horário bem disposto para o harmônico funcionamento dos três cursos [e] a observância rigorosa dos preceitos de uma boa disciplina” (UMA VISITA ..., 1901). Assinala ainda que “as entradas e saídas, as aulas, as salas de espera dos alunos e alunas são independentes e perfeitamente separadas” (UMA VISITA..., 1901).

Embora ocupassem o prédio dos fundos, as alunas da escola normal frequentavam, em horário específico, algumas aulas no solar do liceu, como mostra um trecho do relatório de 1901 do diretor da instrução, Paranhos da Silva, transcrito em outubro de 1901 na *Gazeta do Povo* e em abril de 1902 no *Monitor Campista*.

[A Escola Normal] está funcionando (...) conjuntamente, no edifício do Lyceu de Campos, e independente deste instituto, com excepção das aulas de geographia e de sciencias naturaes. Estas, em horas differentes, funcctionam nas salas do Lyceu, adequadamente preparadas para o ensino dessas disciplinas. Conseguio-se o regular funcionamento das aulas com um horário harmônico, permittindo completa independência na marcha dos respectivos serviços, que se effectuam sem a mínima incompatibilidade. É tão independente e tão harmônico o seu funcionamento que até esta data não se verificou qualquer irregularidade (INSTRUCÇÃO..., 1902a).

Apesar do restabelecimento da escola normal, da equiparação do liceu e do funcionamento do grupo escolar em Campos, a situação da “instrução pública” fluminense era periclitante. Se por um lado o governo de Quintino Bocaiúva representava a pacificação política, por outro não revelava meios de conter a crise econômica agravada na administração do seu antecessor.

Em nota que circulou pela imprensa de todo o Estado o secretário dos negócios do interior e justiça, Martins Júnior, informava que a ALERJ havia aprovado uma redução de 682:750\$000 nas verbas destinadas ao ensino

público, o que provocou a extinção de diversas escolas singulares bem como a conversão de várias escolas masculinas e femininas em mistas. Tal situação levava o governo do Estado a reivindicar o auxílio das câmaras municipais, solicitando que estas se responsabilizassem pelos aluguéis das casas escolares, ficando o governo estadual responsável pelos vencimentos dos professores, mobiliário e material didático necessário (CASAS ..., 1901).

A Câmara de Campos, em sessão do dia 15 de março de 1901, aprovou por unanimidade a solicitação do secretário Martins Júnior. O presidente Dr. Benedicto Pereira Nunes endossava o pedido comunicando aos vereadores que tal auxílio teria em contrapartida a garantia oferecida pelo “chefe do partido no município sr. dr. Barão de Miracema” da manutenção da escola normal (CAMARA..., 1901).

No entanto, mesmo com o apoio de diversas Câmaras Municipais livrando o governo estadual do peso dos aluguéis, a situação se agravava. A reforma de 1901 reduziu sensivelmente o salário dos professores, como aponta o articulista Max, do *Monitor Campista*, declarando que “a carreira mais ingrata incontestavelmente neste Estado é a do magistério [pois], quando se cogita de economias é na instrução, é no professorado onde se procura buscal-a” (MAX, 1901b).

Além da redução em seus vencimentos os professores primários não receberam seus salários entre os meses de junho e novembro de 1901, e entre janeiro e novembro de 1902, ficando portanto “um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, sim, onze mezes sem receberem os seus vencimentos, todos os funcionarios sem receber a parca remuneração de antigos serviços (...)” (MAX, 1902b).

Em meio a esta crise, no mês de junho de 1902, o professor Balthazar Carneiro solicitou a sua demissão do cargo de diretor do grupo escolar, mantendo-se como professor de geografia e história do Brasil, assim como no cargo de lente do liceu. Ao mesmo tempo assumia aulas no Collegio São Salvador, escola particular dirigida pelo ex-inspetor Francisco Trindade (COLLEGIO..., 1902). Na direção do G. E. foi substituído pelo seu colega Benedicto Hermógenes.

No mês seguinte o mesmo professor Balthazar Carneiro enviou uma carta para o *Monitor Campista* — que retomava a marcha da oposição — acerca da situação do Grupo Escolar Barão de Tautphœus. Nesta carta o “ilustrado professor publico”, como fora identificado, informava que “[anunciavam-se] novas reformas na administração publica, e já se [falava] na extinção do grupo escolar d’esta cidade” (GRUPO..., 1902a).

Em defesa do grupo escolar o professor apontava as suas vantagens em relação à escola singular, onde um professor “não [podia] leccionar com proveito a mais de cinquenta alunos todo o programma exigido pelo (...) regulamento” (GRUPO..., 1902a). Argumentava ainda que a extinção do grupo não traria grande economia, a não ser com a eliminação dos irrisórios custos com a gratificação de diretor e as funções de porteiro e inspetor de alunos, pois a legislação determinava que em caso de extinção de um desses institutos os professores iriam reger escolas de cidade.

Informava também que a baixa frequência não seria motivo para a extinção daquela escola, tendo em vista que o número de 160 alunos frequentes

diante de uma matrícula de 201, equivalia a uma média de frequência proporcionalmente superior à do Grupo Escolar Hilário Ribeiro, seu congênere no município de Resende. Deste modo seria necessário aumentar o número de matrículas que, segundo o professor, não era maior devido à localização da escola pois, se fosse removida “para o centro da cidade, (...) a matrícula [atingiria] o número legal³⁰” (GRUPO..., 1902a). Dois dias depois o mesmo jornal publicava outra carta, desta vez do Sr. Lindolpho de Assis, inspetor regional do ensino e primeiro diretor do grupo escolar. Discordando de alguns pontos apresentados anteriormente pelo “illustre professor”, o inspetor acrescentava que o motivo da baixa matrícula se devia à

grande oposição que (...) se fazia a tudo que era da Reforma do Ensino; foi certamente por causa disso que o empenho do inspector (...) se tornou necessário (...), desmanchando essa opposição que naquele tempo se levantou contra o grupo, chegando-se até a assegurar-se a muitos paes de familia que o alumno no instituto que dirigi no primeiro anno necessitava de explicadores particulares para poderem passar nos exames (ASSIS, 1902, p.1).

A notícia da extinção do grupo escolar era decorrente dos debates na ALERJ em torno da reforma administrativa do Estado, buscando reduzir as despesas públicas com o objetivo de sanar a crise econômica.

Referente à instrução o projeto de reforma inicialmente previa a extinção do Ginásio Fluminense, o Liceu de Humanidades e a Escola Normal de Campos, a Escola Modelo de Niterói e os grupos escolares. Nesse contexto o deputado Abelardo de Mello, representante 2º distrito eleitoral sediado em Campos, apresentou uma emenda livrando da extinção o liceu e escola normal desta cidade. As duas instituições passariam a compartilhar o mesmo corpo docente e no seu programa seria incluída a disciplina de *noções de agronomia e zootechnia*, que fazia parte do ensino nas escolas primárias da zona rural.

Também era parte da reforma a transferência da capital do Estado para Niterói, o que já vinha ocorrendo desde setembro de 1902, com a Assembleia Legislativa instalada provisoriamente no edifício da Câmara Municipal (MUDANÇA..., 1902), onde foi novamente apresentado o projeto da reforma administrativa, desta vez determinando que ficariam “supprimidos o Gymnasio Fluminense e os grupos escolares denominados ‘Menezes Vieira, Barão de Tautpœus e Honorato de Carvalho’” (A REFORMA, 1902).

Em 1 de novembro de 1902 foi publicada a Lei nº 551, extinguindo todas as secretarias que estariam reunidas unicamente na Secretaria Geral do Estado, dividida em diretorias entre as quais a do Interior e Justiça à qual estaria subordinada a Inspeção da Instrução Pública. Em seu Art. 12 suprimia todos os grupos escolares, com exceção do G. E. Silva Jardim, de Petrópolis, após o término dos exames finais (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1921a).

³⁰ O Art. 131 do Dec. Nº 588 de 25 de janeiro de 1900 determinava que a matrícula nos grupos escolares não deveria ser inferior a 400 alunos e nem a frequência média mensal inferior a 200 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 490).

O Grupo Escolar Barão de Tautphœus encerrou as suas atividades no dia 28 de novembro de 1902. Na ocasião foram pronunciados discursos de despedida por parte de alunos e professores, contando com o arremesso de confetes e flores após as saudações ao professor Reis, ao porteiro Justo José de Souza e ao diretor Benedicto Hermógenes. Também participaram do ato de encerramento o diretor do Liceu de Humanidades e Escola Normal, Silva Tavares, e o professor Francisco Varella. O jornal *Monitor Campista* informava que

com o fechamento do Grupo cessa o exercício do pessoal administrativo

A mobília e o gabinete de physica ficarão pertencendo á Escola Normal.

Os professores daquele instituto passaram desde hontem á cathegoria de professores de cidade, perdendo com a extinção o director do Grupo a gratificação á que tinha direito.

O Grupo ainda se reabrirá em Dezembro para os exames das escolas singulares, cujo inicio ainda não foi designado pela respectiva auctoridade escolar (GRUPO..., 1902b).

Após o fechamento do Grupo Escolar Barão de Tautphœus, a cidade de Campos e todo o estado do Rio de Janeiro foram privados do ensino público graduado de nível primário. Os momentos que seguiram ao final do governo Bocaiúva e nos primeiros anos da administração de Nilo Peçanha eram desoladores para a instrução pública.

2.5. Civismo e militarização da infância: o ensino primário em Campos dos Goytacazes nos primeiros anos da República

Nos primeiros tempos republicanos, antes da implantação do Grupo Escolar Barão de Tautphœus, funcionavam em Campos 59 escolas públicas singulares, sendo 43 na zona rural e 16 na cidade, entre as quais estavam as escolas femininas regidas pelas professoras Carolina Fraga de Paula Machado e Castorina de Araújo, e a escola masculina do professor José Moreira Fraga, todas localizadas à rua Treze de Maio, o principal centro comercial da cidade. Havia também as escolas de Manoel Jacintho Gonçalves e Marianna Gomes Pinto de Alvarenga, localizadas no Becco do Amazonas; as dos professores Balthazar Dias Carneiro e Elisa Augusta P. Ferreira Eliot, na Rua do Sacramento, formando assim um quadro composto por uma escola de cada sexo nas principais ruas do centro da cidade (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1898b).

Havia ainda as escolas femininas das professoras Anna Mendes da Rocha, na rua do Rosário (atual Carlos de Lacerda), e da professora Colina Mendes, situada à rua Barão de Cotegipe, todas localizadas num raio de aproximadamente 500m a partir da praça matriz, onde estavam instalados o paço da Câmara, a igreja matriz e a Santa Casa de Misericórdia. Mais afastadas estavam as escolas masculinas regidas pelas professoras Joanna de

Sampaio Santos, na rua dos Goytacazes, e Etelvina Herminia Nunes Madruga, na rua Voluntários da Pátria, e as escolas femininas da Lapa e do Alto do Liceu, respectivamente regidas por Eurydice Mendonça de Almeida e Anna Josepha de Faria Tinoco (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1898b).

Além das escolas públicas existia um grande número de institutos particulares espalhados pela cidade no ano de 1900. Em janeiro, antes da publicação da reforma e da instalação do grupo escolar, o próprio professor Balthazar Carneiro anunciava o início das aulas em sua escola, o *Externato Carneiro*, onde o professor Benedicto Hermógenes oferecia o curso de latim (GAZETINHA, 1900).

Entre os anúncios nos jornais foi possível encontrar o tipo mais variado de escolas particulares, como aquelas que ofereciam o regime de internato, semi-internato e externato; escolas femininas, masculinas ou contando com as duas seções separadas; escolas oferecendo apenas o curso elementar ou o primário completo; e havia ainda aquelas que possuíam todo o curso primário e também o secundário.

O *Collegio Peixoto*, por exemplo, localizado no bairro da Lapa, oferecia o internato feminino e também o externato, aceitando meninos com até 8 anos de idade. O mesmo acontecia com o *Collegio N. S. do Amparo*, na rua Carlos de Lacerda nº 15, e no *Collegio N. S. das Dores*, funcionando na mesma rua, no nº 81.

Havia também o tradicional *Collegio Cornélio*, fundado em 1877 pelo professor Cornélio Bastos, antigo mestre de meninos que na virada do século buscava adaptar sua escola ao novo regime, anunciando que “anexo a este collegio, em sala separada, [estava] funcionando uma aula para meninas, por preço módico” (COLLEGIO CORNELIO, 1900c), garantindo ainda que “[estavam] abolidos os castigos physicos” (COLLEGIO CORNELIO, 1900a).

Entre os estabelecimentos que ofereciam ensino primário e secundário estavam o *Collegio Cassalho*, que funcionou ao longo de toda a Primeira República no número 22 da rua Marechal Floriano, dirigido pela professora Rosa Cassalho; o *Collegio N. S. das Dores*, citado anteriormente; e, com mais destaque, os colégios *Viveiros*, do professor Viveiros de Vasconcellos, e *Victor Hugo*, do professor Tiburcio Caribé da Rocha.

O *Collegio Viveiros* funcionava no antigo palácio episcopal, um vasto prédio situado à rua Treze de Maio nº 160, cuja “magnífica localização” (COLLEGIO VIVEIROS, 1900a) era elemento de destaque em seus anúncios nos jornais. O curso primário era oferecido pelos professores Viveiros de Vasconcellos, Joaquim Silvério dos Reis e o preparador do liceu, Teophilo de Gouvêa. No curso secundário o corpo docente contava com o diretor na disciplina de português, Silvério dos Reis como professor de francês, o engenheiro José Rodrigues Leite Júnior ensinando geometria e trigonometria, e os recém-nomeados lentes do Liceu de Humanidades – Antonio Joaquim de Castro Faria e João de Miranda Menezes, lecionando Inglês e Aritmética, respectivamente, Homero Moretzsohn Campista como professor de História Geral e do Brasil, além do já citado Teophilo Gouvêa, professor de física, química e história natural. Nas disciplinas de Latim e Geografia estavam os professores do Grupo Escolar Barão de Tautphœus: Benedicto Hermógenes e Balthazar Carneiro.

Apesar de ser a segunda escola mais cara da cidade e de assegurar em seu anúncio “o seguro equilíbrio entre a receita e a despesa, de modo que os srs. paes de alumnos [poderiam] ter completa confiança na manutenção do estabelecimento” (COLLEGIO VIVEIROS, 1900a), o colégio foi vendido ao professor Homero Moretzsohn por seis contos de réis, ficando o professor Viveiros responsável apenas pelo curso primário e pelo curso de *madureza*.

Ao mesmo tempo Viveiros passava a integrar junto ao Dr. Ribeiro de Castro o grupo que implantava a Escola Normal Livre, assumindo a cadeira de português que acabava de ser recusada pelo próprio Moretzsohn. O novo diretor anunciava que tinha por objetivo fazer com que

do Collegio Viveiros [saíssem] moços robustos, intellectual e moralmente bem aparelhados, em ordem a enfrentar e a vencer as asperezas, as agruras, as mil dificuldades do viver mundano, [buscando tornar] um menino ignorante e fraco [em] um homem illustrado e forte, um cidadão útil á pátria e a si, um chefe de familia desvelado (COLLEGIO VIVEIROS, 1900b).

Logo no mês de maio de 1900 o Collegio Viveiros passou a se chamar *Gymnasio Campista*, sendo o professor Viveiros de Vasconcellos “excluído do corpo de professores e da vice-direção” (VASCONCELLOS, 1900). O diretor assumiu as aulas de português, mantendo-se o mesmo corpo docente, com a inclusão de Mucio da Paixão, professor de caligrafia e desenho do grupo escolar, lecionando escrituração mercantil. A partir deste momento o *Gymnasio Campista* se firmava, assim com o Grupo Escolar Barão de Tautphœus, entre as principais instituições de ensino da região.

Outro estabelecimento de destaque neste período foi o *Collegio Victor Hugo*, dirigido pelo professor Tiburcio Caribé da Rocha. Fundado em março 1888 no município de Santo Antônio de Pádua, foi instalado em Campos dez anos depois, numa espaçosa chácara do “bairro salubérrimo (...) [da] Avenida Pelinca, a poucos minutos do coração da cidade” (COLLEGIO VICTOR HUGO, 1900a), apresentando todos os cuidados de higiene, com salas amplas e ventiladas.

A escola era masculina e só funcionava em regime de internato e semi-internato, estando o curso primário sob a responsabilidade do próprio professor Caribé. Quanto ao curso secundário o diretor garantia, no anúncio do jornal, seguir o programa do Ginásio Nacional e que trabalhava para a sua equiparação. Quanto ao corpo docente, contava, exceto alguns nomes, com os mesmos professores do *Gymnasio Campista*, Liceu de Humanidades e Grupo Escolar Barão de Tautphœus.

Portuguez, o director e Manoel Moll; Inglez, dr. José Rodrigues Leite Júnior, Latim, Benedicto Hermogenes; Mathematicas, dr. José Rodrigues Leite Junior; Geographia geral e História Universal, João Alves Barreto Machado; Historia e Chorographia do Brasil, Balthazar Carneiro; Physica e Chimica; dr. Alberto Rocha; História Natural, dr. Ignacio de Moura; Desenho e Musica, Carlos Hamberger (COLLEGIO VICTOR HUGO, 1900a).

A Figura 6, adaptada da planta cartográfica da cidade de Campos, elaborada pelo engenheiro Saturnino Rodrigues de Brito em 1902, mostra a distribuição espacial das escolas primárias em Campos no ano de 1900, após a implantação do Grupo Escolar Barão de Tautphœus.

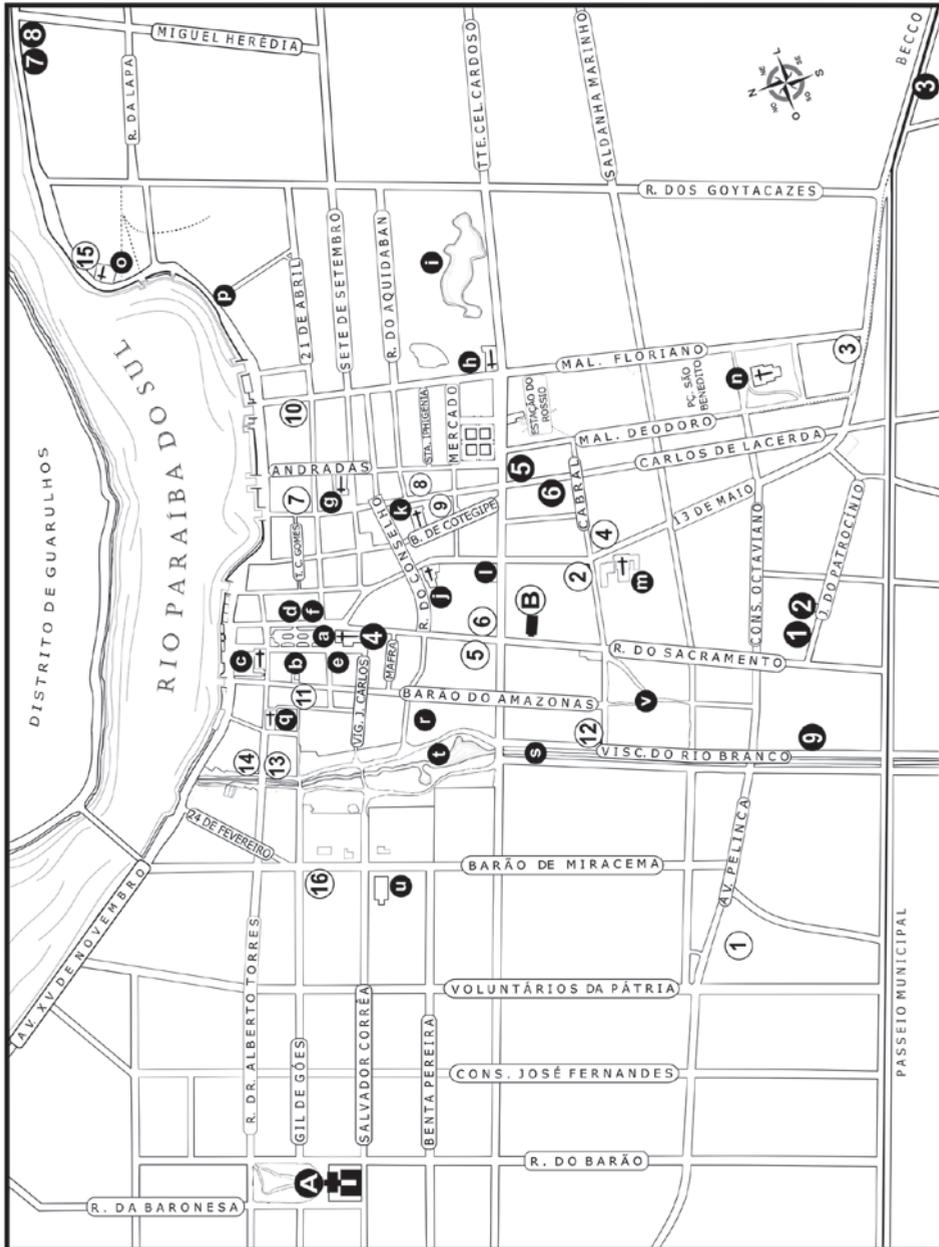


Figura 6 - Distribuição espacial das escolas públicas e privadas na cidade de Campos - 1900 (continua)

Peixoto e as escolas públicas dos professores Bernardino Joaquim da Rocha e Elisa Ferreira Eliot situavam-se na região operária da cidade, o bairro da Lapa, onde se localizava a fábrica de tecidos. Ao mesmo tempo, é possível observar a presença de escolas a oeste do canal Campos – Macaé, região para onde a cidade se expandiria nas décadas seguintes. Nesta área notamos, próximo ao hospital da Beneficência Portuguesa, o Collegio Cornelio que, apesar de antigo, mudara-se naquele ano para a rua Barão de Miracema, deixando o antigo endereço à rua Treze de Maio nº 182. Também estava a oeste do canal o Collegio Victor Hugo, contando então com apenas 2 anos de instalação. Na região denominada Covas d’Areia foram instaladas duas escolas públicas, a cargo das professoras Alice Margarida de Freitas e Zulmira Cândida Barcellos. Mais afastados ainda estavam o Grupo Escolar Barão de Tautphœus e o Liceu de Humanidades de Campos.

É interessante o fato de que os professores, além de trabalharem em diversas instituições, também atuavam em diferentes segmentos, inclusive lecionando disciplinas distintas, como por exemplo, o professor Benedicto Hermogenes professor de latim no Externato Carneiro, no Collegio Victor Hugo e no Gymnasio Campista, ao mesmo tempo em que regia uma escola pública primária, passando a ser exclusivamente, a partir do mês de abril, o professor de física e química do grupo escolar, acumulando no ano seguinte a disciplina de pedagogia e metodologia da escola normal.

De acordo com a lei da reforma de 1900 os professores públicos não poderiam exercer outra atividade, obrigando-os a abandonar o corpo docente dos colégios particulares e a fechar suas próprias instituições privadas, como ocorreu com o professor Balthazar Carneiro que no dia 28 de março encaminhava pelos jornais um comunicado aos pais dos seus alunos, informando que

tendo de fechar o meu externato no dia 31 d’este mez, justamente quando se completaria 10 annos da sua instalação, cumpre-me scientificar-vos de que sou forçado a isso pela nova reforma da instrucção publica e ao mesmo tempo agradecer-vos a alta prova de confiança que me destes, preferindo-me para educador de vossos filhos (COLLEGIO CARNEIRO, 1900).

Iniciadas as aulas o grupo escolar passava a ser a instituição modelo para as demais escolas da cidade, além de contribuir na formação dos professores. Apesar da sua localização ser considerada distante à época, o G. E. Barão de Tautphœus possuía em seus primeiros meses uma frequência de mais de 220 alunos, tendo mais meninos que meninas. Os alunos do curso elementar eram transferidos de uma classe para outra ao longo do ano, de acordo com o seu adiantamento, como mostra a nota publicada na *Gazeta do Povo*, informando que no mês de agosto “foram transferidos do *Syllabario* para o 2º livro de leitura 11 alumnos” (GRUPO ESCOLAR, 1900d), e na semana seguinte “foram transferidos de uma para outra classe mais adeantada de leitura 17 alumnos, aos quaes foram dados livros *De Amicis – O Coração*” (GRUPO ..., 1900e).

Nas salas de aplicação ocorria a prática de ensino das normalistas da Escola Normal Livre. Diariamente o diretor da E. N. Livre, Dr. Ribeiro de Castro, enviava uma aluna do 4º ano que seria a responsável pela aula, acompanhada de mais quatro adjuntas, sempre do 2º ou 3º ano. No dia 17 de agosto de 1900, por exemplo, “a aula pratica foi dirigida pela quarto annista d. Cora de Alvarenga, tendo sido nisso auxiliada pelas adjuntas d. Guiomar Ramalho, d. Antonia Lopes e d. Serizê Passos, [não comparecendo a] d. Anna de Alvarenga” (GRUPO...., 1900g). Neste mesmo dia o diretor da E. N. Livre havia enviado para as salas de aplicação do G. E. “4 quadros negros que irão servir para o ensino de calligraphia (...), traçados segundo o methodo seguido pelo professor de pedagogia da Escola Normal” (GRUPO...., 1900g).

Também era comum a presença de professores das escolas isoladas, tanto da cidade quanto rurais, como observadores nas aulas de aplicação. No dia 18 de agosto estavam presentes os professores Anna Martins Passos e João Gomes de Mesquita e Souza, que regiam as escolas feminina e masculina do distrito rural de Mineiros (GRUPO...., 1900g), e no final do mesmo mês acompanhou os exercícios práticos o professor Joaquim Antonio dos Santos, professor da escola masculina do distrito rural de S. Sebastião (GRUPO..., 1900g). Desta forma é possível sugerir que a implantação dos grupos escolares, de algum modo, colaborava para a formação de professores, uma vez que funcionava como colégio de aplicação ao mesmo tempo em que permitia o aperfeiçoamento daqueles que já atuavam nas escolas isoladas, apesar de contraditoriamente ter sido esta a mesma reforma responsável pela extinção das escolas normais do interior do Estado.

O grupo escolar de Campos também foi visitado por autoridades do ensino do vizinho estado de Minas Gerais, em excursões que tinham por objetivo observar as experiências paulista e fluminense, a fim de elaborar a reforma do ensino mineiro que em 1906 implantou os grupos escolares naquele Estado (ARAUJO, 2012). Antes mesmo da visita do inspetor mineiro Estevam de Oliveira, no ano de 1901 (ISOBE, 2005), o G. E. Barão de Tautphæus recebeu, um ano antes, o Dr. Boaventura Costa, reitor do Ginásio Mineiro, instituto secundário equiparado ao Ginásio Nacional, instalado em Belo Horizonte.

Outro exemplo de que o grupo escolar era tomado como modelo na região foi a adoção, tanto no Gymnasio Campista quanto no Collegio Victor Hugo, de uma prática que se intensificou no grupo escolar: a realização dos exercícios militares. Sob a direção do major³¹ Julio Armond, secretário do liceu e do grupo escolar, estes exercícios eram realizados diariamente durante os recreios. Segundo Souza (1998), a partir da introdução da ginástica como disciplina moralizadora e higienista, foi adotada a prática dos exercícios militares “numa clara demonstração dos vínculos entre a escola popular e os desígnios da sociedade republicana. Objetivo: fazer do aluno um futuro ‘guarda nacional’, um defensor da pátria” (SOUZA, 1998, p. 179-181).

A revista *A Aurora*, órgão da imprensa campista destinado à produção literária, que justamente no ano de 1900 adotara o subtítulo “Lettras – Artes

³¹ Patente da Guarda Nacional.

– Sciencia” (POHLMANN, 2003), destacava entre os avanços da “instrução popular” no regime republicano, a laicidade — uma vez que durante o império “o ensino oficial exigia que fosse professada em aula a doutrina christã pelos catecismos catholicos aprovados pelas summas autoridades do bispado” (UM PASSO..., 1900, p. 161) —, e a militarização dos alunos como instrumento de educação cívica. Segundo o texto,

as lições de moral e civismo professadas nas horas de aulas, as manobras militares realizadas durante os recreios, irão dando tempera ao caracter da nova geração que se levanta, dando-lhe a consciência de seus direitos e de seus deveres e ao mesmo tempo inculcando-lhes no animo a segurança de sua força, para defesa da Patria, na emergencia de uma guerra extrema, para defeza do lar ante um governo despótico.

A escola da monarchia fez politicos: a da Republica faz cidadãos e soldados.

Incontestavelmente já é um passo avante (UM PASSO..., 1900, p. 161-162).

Ainda no mês de agosto era anunciada a formação de uma “companhia de guerra” no grupo escolar, sob a direção do major Julio Armond, cujos exercícios seriam realizados em frente ao liceu. Para a formação desta “companhia” o diretor do grupo escolar, Lindolpho de Assis, solicitava através da imprensa a criação de uma subscrição popular com o objetivo de arrecadar recursos para a aquisição do “indispensável armamento e uniforme” (BATALHÃO..., 1900), uma vez que “a mesma lei que criou escolas e grupos não estabeleceu que nelles se organizassem batalhões escolares” (BATALHÃO..., 1900).

O discurso militarista era alimentado pelo contexto internacional, marcado pelo avanço do imperialismo e a formação de diversas alianças militares entre os países europeus. Na imprensa campista a educação cívica era defendida como “verdadeira obra de defesa nacional”, quando

a política de expansão colonial que, a similhaça de um enorme dragão vae lá pelo velho mundo tragando na sua voragem os povos fracos (...) põe de sobreaviso todos os espiritos patrióticos, [tornando necessário] trabalhar pela constituição definitiva desse sentimento de nacionalidade, que faz os povos fortes na defesa dos seus ideaes e invencíveis nas afirmações mais solemnes dos seus direitos.

(...) Nesta lucta, para ser forte, é preciso que o sentimento nacional adquira uma certa intensidade, e para isso, é cuidando na educação cívica que se constitue esse caracter da nacionalidade, firmando na raça as qualidades praticas de coragem, prudência e firmeza, que são a panóplia d’aço intranspassavel, deante da qual têm de esbarrar as expansões dos outros povos (EDUCAÇÃO..., 1900).

O batalhão do grupo escolar era composto por duas turmas: uma “adiantada” e outra “atrasada”, organizadas em seções. Os alunos da primeira turma comandavam os exercícios de diversas seções da turma atrasada,

demonstrando o bom desempenho de suas habilidades, que lhes rendeu títulos de oficiais, entregues em solenidade realizada no dia 5 de setembro, na própria escola. Assim ficou organizado o batalhão do Grupo Escolar Barão de Tautphœus:

Capitão. — Jenserico Nunes Vieira
 Tenentes. — Amynthas de Assis e Targino Ribeiro.
 Alferes. — Philemon Prataculo, Berquim Lacourt, José Brum, Benedicto Gomes Pinto, Volgran Pinheiro e Amphiphio Lima.
 1º Sargento. — Alceu de Assis.
 2º Sargentos. — Octavio Barroso, Mario de Siqueira, Luiz Antonino e Antonio Hilario.
 Furriel. — Wallier Moço.
 Cabos. — Francisco Pinheiro, Victor da Silva Santos, Nathaniel Galvão, Antenor Mesquita, Ernando Rebel, Arnaldo Sobroza, João Rebel, Edmundo Dias.
 Auspeçadas. — Albano de Araujo, Mario de Azevedo, Abelardo de Britto, José Amorim, Max Poley, Baldomero Morgadi, Carlos Sovat, Lycineu Machado, Alberto Araujo, Max Zulckner, Fernando Leitão, Castilho Cabral, Elba Pinheiro, Maurilo Machado, Emilio Amaruza e Joaquim Martins.
 Corneiros. — Olympio Terra e Izidro Martins.
 Tambores. — José Coelho da Rocha e Manoel Ritter Vianna (GRUPO..., 1900f).

Essas crianças passavam a ser tratadas como militares, sendo referidas pela sua patente. O menino Amynthas de Assis, por exemplo, que era o primeiro tenente, cursava a terceira série elementar, prestando exames para o curso médio no final deste ano, devendo ter cerca de 10 anos de idade, já os alferes Berquim Laccourt e José Brum cursavam a segunda série do curso médio, tendo, no mínimo, 13 anos de idade.

Para as comemorações da proclamação da República, no dia 15 de novembro, o grupo escolar organizou uma grande festa cívica contando com a participação das escolas primárias da cidade e os institutos particulares. Desde o mês de setembro reuniam-se no jardim do liceu o batalhão escolar e os alunos das diversas escolas singulares da cidade em exercícios militares e os ensaios de corneta e tambor. A festa consistiria em um desfile percorrendo

diversas ruas, começando pela do Sacramento, obedecendo á seguinte ordem:

Em primeiro logar as escolas primarias masculinas e seus respectivos professores;

Em 2º As escolas primarias femininas e suas respectivas professoras;

Cada uma dessas escolas deverá comparecer com os seus estandartes.

3º Banda de musica;

4º Grupo Escolar, isto é, os alumnos apparecerão fardados e armados, formando uma companhia de guerra sob as ordens do seu commandante.

As alumnas irão logo após uniformizadas.

- 5º Banda de musica;
 - 6º Os collegios particulares acompanhados dos seus respectivos directores;
 - 7º Banda de musica;
 - 8º A Escola Normal Livre, director, secretario e corpo docente.
— As directoras da aula pratica;
 - 9º Os preparatorianos;
 - 10º Os professores do grupo escolar, os das escolas primarias dos diversos districtos da circumscripção e os directores e professores dos Lyceus.
 - 11º As autoridades locais e Camara Municipal;
 - 12º Guarda de honra prestada pelo corpo de policia aqui destacado;
 - 13º Povo;
- Calcula-se pela estatística da população escolar dos institutos públicos e particulares que a formatura será feita por mais de 2.000 alumnos (15 de novembro, 1900).

Desta forma o desfile cívico pode ser visto como uma representação social bastante simbólica. À frente sempre vinham as escolas públicas masculinas seguidas pelas femininas e banda de música. A utilização de símbolos, como bandeiras e estandartes das escolas, reforçava o ideal da escola como elemento simbólico do ideário republicano, neste caso, principalmente a escola primária.

Além da influência militar é possível notar outros aspectos da escola republicana presentes na cidade de Campos, sobretudo nas instituições particulares. Era comum, no império a instituição de “partidos” entre os alunos, reproduzindo no ambiente escolar os embates da vida política. Segundo a matéria da Revista Aurora (op. cit.),

para incitamento ao estudo formavam-se antigamente nas escolas dous partidos adversos, sem ideaes, sem outro fim pratico que não fosse ir arraigando nos corações infantis o sentimento da parcialidade política, á semelhança do que haviam de encontrar lá fora, homens já feitos, na vida pratica, nos dous grossos partidos militantes em que se dividia a política imperial. Alguns collegios adoptavam (...) o funcionamento da engrenagem partidária por merecimento, pela applicação, pelos bons attestados das notas e pela argumentação das sabbatinas. Os outros levavam a macaqueação do systema representativo ao ponto de fazerem a escolha dos monitores ou decuriões por meio de eleição, acompanhada indefectivelmente da cabala, da fraude, das promessas e concessões recíprocas, com o que iam corrompendo os corações juvenis dos alumnos, inexperientes e maleáveis (UM PASSO..., 1900, p. 161).

Na república, além dos exercícios militares, a prática dos partidos era mantida em algumas escolas, porém com outros temas. No tradicional Collegio Cornélio, por exemplo, havia os partidos Presidencialista e Parlamentarista.

Já no grupo escolar os alunos do curso médio publicavam um jornal intitulado “A Escola”, enquanto que no Gymnasio Campista e no Collegio Victor

Hugo diversos assuntos eram discutidos nos grêmios literários. O Grêmio Literário José de Alencar era formado pelos alunos do Gymnasio Campista que organizavam palestras e debates com a participação de intelectuais e profissionais liberais. Entre os principais temas estavam as biografias de brasileiros ilustres, o patriotismo e os avanços científicos. Um exemplo foi a sessão realizada em julho de 1900 “à qual compareceram cerca de 50 socios” (GREMIO..., 1900). Neste dia

o sr. Camillo Miranda discorreu sobre a these — qual a influencia exercida por José de Alencar na literatura brasileira? — O sr. Carlos Fonseca falou sobre a invenção dos aeróstatos; o sr. Nuno Pinheiro sobre — qual o primeiro patriota brasileiro? — concluindo por ser Tiradentes; o sr. Obertal Chaves motivou o seu modo de pensar que dá ao marechal Floriano a primazia sobre os de mais brasileiros patriotas.

O sr. Povia Manhães, discutindo a these: Quem inventou o telescópio? Sustenta que foi Herschel, ao que se oppõe o sr. Severino Lessa que assevera ter sido Galileu o inventor.

Trocam-se acalorados apartes, concluindo o sr. Lessa por pedir o adiamento da discussão (GREMIO..., 1900).

Desta forma os temas políticos do momento, como os embates entre os liberais e os jacobinistas florianistas, penetravam os muros da escola, embora o acesso a esse discurso, na maioria das vezes, fosse restrito apenas aos alunos dos cursos secundários.

Também havia, no colégio do professor Caribé da Rocha, o Grêmio Literário Victor Hugo, cujas sessões eram verdadeiras festas cívicas, como a que aconteceu nos festejos do dia 15 de novembro de 1900. A imprensa, sempre convidada para estes atos, relatava o aspecto do salão do evento, ornamentado com “os retratos de Benjamin Constant, Deodoro, Floriano, Quintino Bocayuva, Prudente de Moraes e Campos Salles” (G. L. Victor Hugo, 1900). Após a execução do Hino da República, cantado pelos alunos, seguiram-se os discursos dos

seguintes oradores inscriptos: — Tancredo Sanches, José Lopes Castanheira, Gastão Graça, Gambetta Perissé, Eduardo Marques, Alvaro Cysneiros, Christovam Barcellos, Freitas Guimarães, José Monção Sebastião de Moura Sobrinho, Gladstone Drummond, Archibaldo Benjamin, Antonio Joaquim de Mello, Antonio de Souza Mello, Henrique Barroso, Cyro Andrade, Herculano Kopp, Julio Reis e Aldo Muylaert (G. L. VICTOR HUGO, 1900).

A presença de Aldo Muylaert entre os oradores nos permite afirmar que, no caso do Grêmio Literário Victor Hugo, havia a participação dos alunos do curso primário, visto que o futuro professor Muylaert ingressara na escola normal no ano de 1906, como mostram as chamadas nos jornais daquele ano para os exames de admissão, tendo estudado, no ano anterior, na 13ª escola pública masculina, regida pela professora Zelia de Alvarenga (EXAMES..., 1905), onde concluiu o curso primário após o fechamento do Collegio Victor Hugo.

Após a reforma de 1901, que entre outras medidas concedeu a equiparação do Liceu de Campos ao Ginásio Nacional, houve mudanças no cenário das escolas particulares de Campos. Nesta reforma o professor Homero Moretzsohn foi exonerado de seu cargo no liceu, fechando logo em seguida o Ginásio Fluminense. Tudo indica que a equiparação do liceu e também a reabertura da escola normal oficial, tenham contribuído também para o encerramento das atividades do Collegio Victor Hugo, assim que findaram os exames de 1902. No ano seguinte o colégio foi transferido para a cidade de Friburgo, onde se manteve como um dos principais institutos do estado do Rio de Janeiro, sobretudo após a extinção do Ginásio Fluminense, também em 1902, no município de Petrópolis, que deixara de ser a capital do estado.

De todo modo, a vida efêmera do Grupo Escolar Barão de Tautphœus, do Gymnasio Campista e do Collegio Victor Hugo, permite-nos observar a relação estabelecida entre uma determinada cultura escolar — entendida aqui como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar; e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10) — e as demais culturas que compunham o ideário republicano brasileiro na passagem do século XIX para o XX.

Capítulo 3



Este capítulo mostra os percursos da escola primária no estado do Rio de Janeiro desde a extinção dos seus primeiros grupos escolares, no difícil momento de reestruturação da crise econômica, de certa forma equilibrada no primeiro governo de Nilo Peçanha (1904 – 1906), passando pela experiência das escolas profissionais que objetivavam aliar a escolarização primária à formação profissional.

3.1. A crise fluminense e a crise do ensino na “cidade insalubre”

A extinção dos grupos escolares fluminenses no ano de 1902 ocorreu num contexto de aguda crise econômica, cujo combate tornou-se a principal bandeira de Nilo Peçanha à frente da presidência estadual. Nesse momento a cidade de Campos estava envolta em uma série de problemas de ordem urbana. O crescimento populacional requeria uma cidade moderna e saneada, livre do acanhado casario colonial e insalubre que pontuava em diversas áreas de sua região central. Esse cenário se repetia na maioria das médias e grandes cidades brasileiras no final do século XIX e início do século XX, em decorrência do fim da escravidão, que contribuiu para o crescimento demográfico nesses centros, onde aumentava o número de habitações precárias, favelas e cortiços, assim também como proliferavam doenças relacionadas às más condições de higiene.

Desde 1900 a imprensa campista anunciava a iminência de mais uma invasão da peste bubônica, que já apresentava vários casos na capital. Os jornais chamavam a atenção para o estado sanitário da cidade e a falta de condições para enfrentar a epidemia, denunciando ser comum a prática de

anonymos [que] garantidos pelo manto da noite, [lançavam] os detritos acumulados diariamente [em seus lares], na esquina da rua, quando não enfrente á casa de terceiro; atiram-se á rua águas servidas e cadáveres de pequenos animaes domésticos, entretanto o esgoto existe em casa; a carroça do lixo lhe passa a porta (PESTE..., 1900a, p. 1).

As autoridades sanitárias do município inspecionavam as residências nas principais ruas do centro da cidade, sendo publicados os endereços onde havia latrinas quebradas, criação de porcos nos quintais e a quantidade de ratos mortos encontrados. Ruas como a Barão de Amazonas, dos Andradas, Marechal Floriano, do Conselho, a região da Lapa e o entorno da Praça das Verduras, justamente onde se concentrava o maior número de escolas públicas e privadas, eram os locais das maiores ocorrências. Das 10h às 15h a população poderia levar ao prédio da Câmara os ratos mortos “que [seriam] todos pagos a 100 réis” (PESTE..., 1900b, p. 1). No dia 1º de junho, por exemplo, foram incinerados 85 ratos.

No ano seguinte os primeiros casos da peste se manifestavam em Campos (FARIA, 2005, p. 26), que pelos jornais era classificada como “cidade infecta”, repleta de focos de doenças, sobretudo os pântanos na região da bacia do canal Campos-Macaé, da rua da Baronesa, e a lagoa de Santa Efigênia, locais escolhidos como “deposito do lixo, das DEJECTA de toda a cidade” (CAMPOS..., 1901).

Além da peste outro perigo que se revelava era a varíola. Em agosto de 1901 centenas de pessoas eram vacinadas no prédio da Câmara Municipal, enquanto os médicos Santos Silveira e Luiz Sobral aplicavam a vacina contra a varíola nos domicílios. No dia 21 de agosto os alunos da escola pública masculina localizada à rua Marechal Floriano foram levados à Câmara pelo professor João Gomes de Mesquita e Souza, para serem vacinados. No dia seguinte foi a vez dos alunos da escola pública masculina da Rua do Sacramento, regida pelo professor José Moreira Fraga (VACCINA, 1901).

Nesse mesmo ano assumia a presidência da Câmara Municipal o médico Benedito Pereira Nunes, que entre os seus primeiros atos, contratou o engenheiro sanitarista Saturnino Rodrigues de Brito, nascido na cidade de Campos e formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a fim de promover o saneamento da cidade.

O “Plano Saneamento de Campos”, como foi batizado, trazia uma planta topográfica da cidade, representando o seu relevo através do uso de curvas de nível, revelando suas lagoas e regiões pantanosas. Seguindo os preceitos positivistas presentes em sua formação na Escola Politécnica, Saturnino de Brito propunha, através de minucioso relatório, um plano de saneamento que implicava a drenagem e aterro dos pântanos e lagoas, construção de parques arborizados sobre essas áreas, o combate ao traçado sinuoso e estreito das antigas ruas coloniais e a sua substituição por ruas pavimentadas e bem planejadas, com galerias para captação e escoamento de águas pluviais. Previa também a construção de um novo matadouro e mercado municipal, além de revelar preocupação com as moradias, sobretudo da população mais pobre. Nesse aspecto seu plano era preventivo, ressaltando que

às brilhantes manifestações da filantropia, do que chamaremos o esporte humanitário, opporemos um programma certamente mais lógico e de mor alcance social: — em lugar de hospitaes, sanatórios, cruz vermelha etc, a reforma do domicilio do pobre, a criação da propriedade domiciliaria, a formação do lar operário,

para o que apresentamos nossos typos de casas, especialmente estudadas para o nosso clima, a par das modificações do que já existe; — em lugar de isolar e de curar apenas alguns enfermos, em locais especiais, reformem-se os focos domiciliários de depressão sanitária, julgando a degenerescência pelo saneamento das localidades e pela hygiene do corpo e da alma (BRITO, 1903, p. 142).

A leitura dos jornais possibilita perceber aspectos do cotidiano da cidade e as condições da população mais pobre. Na *Gazeta do Povo* uma coluna que se tornou bastante popular no ano de 1900, com o título de "*Biete Aberto*" (bilhete aberto), reproduzia as cartas de um personagem fictício chamado "*Zé do Bardo*", um agricultor da região do Imbé que decidira passar uma temporada com a esposa "*Sá Marica*" e as duas filhas na cidade, enviadas ao seu "*cumpade Chico Botija*". Numa de suas "cartas" contava ao seu *cumpade* que decidira morar no Centro da cidade, especificamente na rua da Boa Morte que, segundo ele,

era uma *predição*, [pois morava] na *tá* rua, que [era] mais da má vida que da boa morte, uma *negraiada desavergonhada*, que faz *cosa cumpade* que é da gente se *benzê*. A *poliça* não sahe de lá, mais *quá* nada. A *negraiada* ta *insepurtave*.

Tem *antão* uma que chama *Bezamat*, que é uma cachorra *munto* grande.

A *Marica* toda hora diz que quer ir *pra* roça. As *menina* não *pode* *chegá* as *janella*, *mais* a gente dentro de casa *mêmo* ta ouvindo os desaforo das *tia*³² (BIETE..., 1900a).

A rua da Boa Morte é paralela à rua Barão do Amazonas, onde se localizava o Collegio N. S. da Gloria, escola particular da professora Deolinda Nery³³. Segundo os jornais, nessa região se concentravam cortiços e moradias bastante precárias, cujos preços dos aluguéis eram mais acessíveis. É possível ler, na mesma carta enviada ao seu *cumpade*, as queixas do *Zé do Bardo* em relação às condições dos prédios daquela região, informando que na busca por uma moradia "[foi] *vê* uma [casa] *dum encomendado munto* rico, [que] tava suja como *quê*, e o *home* disse que *si* eu *queresse* fosse pra lá *assi mêmo* (...). Aqui é moda *cumpade*. Os *senhorio* só *quer* os *cobre* dos *inquillino*, mas *concertá* as *casa*, nada (BIETE..., 1900a).

Segundo Elisabeth de Sá (2007), o fim da escravidão teria provocado o crescimento demográfico nas cidades, contribuindo para o "aumento da pobreza, multiplicando-se as habitações precárias, as favelas e os cortiços, favorecendo a exploração da mão-de-obra da mulher e da criança, remuneradas com salários aviltantes" (SÁ, 2007, p. 28), trabalhando não só nas fábricas como também na construção civil e "atividades informais, vendendo bilhetes de loteria, engraxando sapatos" (SÁ, 2007, p. 29).

³² *Tia* era uma forma de se referir às quitandeiras, lavadeiras e demais senhoras negras que circulavam pelo centro da cidade.

³³ Ver mapa da Figura 6, à página 124.

O emprego da mão de obra de crianças pobres era algo tolerado e visto como medida eficiente no combate aos vícios das ruas. Assim, aqueles que não eram escolarizados e não exerciam nenhum ofício, “esmolando, roubando, agredindo-se mutuamente e aos passantes”, eram vistos pelas autoridades como “um perigo à sociedade” (SÁ, 2007, p. 29).

Em Campos, cidade marcada pelo crescimento populacional, condições insalubres e epidemias, eram comuns as queixas em relação à presença dos *vadios* e *vagabundos* pelas ruas da cidade, sobretudo as crianças. Denúncias de violência cometida por *menores vadios* eram constantes nos jornais, como por exemplo, quando “um grupo de crianças já taludas esbordou uma pobre mulher edosa [que vivia] da caridade publica” (PROEZAS..., 1900). Também havia os episódios de agressão entre as próprias crianças, como no caso em que um grupo de

cerca de vinte pequenos, pretos, mulatos e brancos, a jogar a baleba a dinheiro (...) na esquina da rua Treze de Maio com a rua Saldanha Marinho (...), desavieram-se (...) e passaram a sacudir a lingua num phraseado de arrelia, (...) [passando] a exercícios de capoeiragem, engalpinhando-se depois em renhida lucta corporal (...).

Subito o mais forte leva o outro de encontro á parede, num safanão desesperado. O sangue esguicha da brecha aberta na cabeça do contendor, que não quer dar parte de fraco e avança com maior fúria que a raiva de se ver ferido emprestada á sua musculatura franzina (A CRIANÇA..., 1900).

A nota de esclarecimento publicada nos jornais pelo diretor do Collegio Cornelio em maio de 1900, por ocasião das comemorações de feriado de 13 de maio, ilustra bem o momento. No texto o professor Cornélio Bastos informava que

devido ás grandes maltas de meninos, brancos e pretos, perigosos garotos, que infestam as ruas e praças desta cidade, onde a policia é impotente para dominal-os e o sr. juiz de orphãos não tem meios correctivos para obrigar-os ao trabalho, tornando-os dignos de uma futuridade patriótica, resolvi não concorrer com o meu collegio (...) para as festas do grandioso 13 de maio.

Não querendo, pois, sujeitar os meus discípulos ás apupadas e provocações phisicas da plebe em liberdade, (...) tomei esta deliberação. (COLLEGIO CORNELIO, 1900c, [grifo meu]).

Apesar de listar entre os “perigosos”, garotos “brancos e pretos”, o diretor do tradicional colégio fundado em 1877 (informação que sempre figurava em seus anúncios nos jornais), não deixava de revelar sua instatisfação com a “plebe em liberdade”. O professor Cornélio fazia questão de informar que considerava “feriados apenas os dias santificados pela igreja, cujo aviso [daria] pelo jornal (...), [ficando], pois, os srs. paes prevenidos contra os enganos” (COLLEGIO CORNÉLIO, 1900b), revelando assim não reconhecer os feriados civis republicanos.

Também fazia parte do medo em relação à plebe, a prática de pequenos furtos por parte das *crianças vagabundas*, desde as frutas tomadas das *tias* quitandeiras até produtos das lojas, como a “casa do Sr. Elizario Brandão (...), assaltada pela garotada viciosa que infesta a cidade, [além de] outros negociantes [que vinham sendo] victimas (...) [de] uma quadrilha de *pivets* perfeitamente organizada e agindo talvez sob as ordens de um chefe” (A CRIANÇADA..., 1903).

A exploração dos menores por parte de adultos ocorria também nos ditos jogos de azar, onde “indivíduos sem consciência [viviam] exclusiva e clandestinamente (...) a explorar a ingenuidade dos infelizes meninos” nos jogos de cartas ou então utilizando seus serviços no jogo de bicho. O jornal *Gazeta do Povo* denunciava que “rara [era] a casa de quitanda nesta cidade que, ostensivamente não [tinha] á porta uã mesinha e um talão para a venda dos *bichos* [sendo encarregados do serviço] meninos de muito pouca idade (CRIANÇAS QUE JOGAM, 1908).

De todas as práticas, aquelas que pareciam mais incomodar aos “cidadãos bem qualificados” (CRIANÇAS VAGABUNDAS, 1901), eram os atos tidos como vandalismo e atentados à moral pública. Janelas e vidraças apedrejadas durante a noite nas ruas centrais da cidade, como a esquina da rua do Conselho (atual João Pessoa) com a do Sacramento (atual Lacerda Sobrinho), ou no trecho da rua Tenente-Coronel Cardoso entre as ruas Treze de Maio e do Sacramento, eram constantemente denunciadas nos jornais, assim como a algazarra, as “phrases immoraes” escritas nos muros das casas, chácaras e também proferidas nas ruas pela “malta de marmanjos e crianças”, os banhos no rio Paraíba do Sul e no canal Campos-Macaé.

Os banhos ocorriam principalmente na bacia do canal, próximo à rua Tenente-Coronel Cardoso, e no pontilhão de madeira que atravessava o canal na direção da rua Salvador Corrêa, onde era possível encontrar “creanças nuas a espadanejar a água toldada do canal, numa alegria inenarrável” (NOTA..., 1900b), estando sob os riscos de afogamento e contágio de doenças, além do atentado ao “decoro publico (...), exhibindo-se com as vestes primitivas de Adão sem ao menos a clássica folha de parreira” (NOTA..., 1900b). Segundo os jornais muitas destas crianças eram alunos das escolas públicas que saíam nos horários de recreio para a “via pública com brinquedos prejudiciaes á saúde e ás mais das vezes á boa educação” (A VADIAGEM, 1905).

Frente aos “perigos” que representavam as *crianças vagabundas*, os jornais defendiam a dura repressão policial e a atuação enérgica do juiz de órfãos, “acabando assim com [a] criança vadia que [vivia] pelas ruas trocando pernas e se entregando a pratica de delitos” (CRIANÇAS VADIAS, 1903). Os policiais, sempre vestidos à paisana, intensificaram a repressão aos menores, em ações que os jornais chamavam de “caçada” à “meninada vadia”, quando muitos menores eram presos e encaminhados para o juizado de órfãos.

Em janeiro de 1906 ocorreu um “evento grave que veio exacerbar [as] condições de insalubridade e pobreza” (FARIA, 2005, p. 27) da cidade. Era

mais uma enchente do rio Paraíba do Sul, cujas águas invadiram diversas ruas da cidade. No segundo distrito, “as ruas do Gaz, Miguel Heredia, Riachuelo e adjacências ficaram desertas, porque os moradores abandonaram suas casas (A ENCHENTE, 1906); no primeiro distrito desabaram casas na rua Benta Pereira e na região do Saco, sendo destruídas ao todo 236 construções (FARIA, 2005, p. 27).

Os meses que se seguiram após as inundações foram marcados pelo avanço das epidemias. Ao longo do ano de 1906 eram constantes os pedidos de licença, por parte das professoras primárias, para cuidar da saúde. No mês de março, foram concedidos à professora Maria Bernardina Ribeiro da Silva, que regia a 33ª escola mista de Dores de Macabú, dois meses de licença “para tratar de sua saúde” (ESTADO DO RIO, 1906a).



Figura 7 – Enchente de 1906: Praça das Verduras, atual Prudente de Moraes

Fonte: Faria (2005)

No mês seguinte as professoras das escolas masculina e feminina das Covas da Areia — Alice Margarida de Freitas e Zulmira Candida Barcellos — também tinham seus pedidos de licença deferidos. Em junho, tendo expirado o prazo de sua licença, a professora Zulmira tinha a concessão de mais 60 dias “para continuar o seu tratamento” (ESTADO DO RIO, 1906b), enquanto a professora Alice Margarida entrava em nova licença de 2 meses a partir de outubro de 1906³⁴.

Além das licenças, eram comuns os pedidos de remoção, como o da professora Antonia Ribeiro de Castro Lopes, que após assumir a escola anteriormente regida pelo professor Benedicto Hermogenes de Menezes, na rua

³⁴ A partir deste momento não houve nenhuma ocorrência dos nomes das referidas professoras nos jornais, assim também como não há indícios de que as duas escolas de Covas da Areia, região insalubre às margens do canal Campos-Macaé, tenham funcionado. Na relação das escolas e professores primários do Estado publicada em 1911, anexa à mensagem presidencial, não constam os nomes das professoras Alice Margarida de Freitas e Zulmira Candida Barcellos, assim como não existiam mais as escolas de Covas da Areia.

do Rosário nº 149, solicitou sua transferência para a localidade de Aparecida, no município de Sapucaia (ESTADO DO RIO, 1906d).

Segundo Faria (2005), diante deste contexto os discursos da imprensa campista e da municipalidade passam a compreender a necessidade de sanear a cidade, reconhecendo que os problemas de higiene estavam relacionados à "cidade propriamente dita (...) e não [ao] meio natural" (FARIA, 2005, p. 29) somente.



Figura 8 – Enchentes de 1906: Rua do Conselho (atual João Pessoa), esquina com Carlos de Lacerda

Fonte: Revista da Semana. Edição semanal ilustrada do Jornal do Brasil (INUNDAÇÕES..., 1906). Acervo da Biblioteca Nacional Brasil.

A comoção causada pela morte dos médicos Silva Tavares, Lacerda Sobrinho e Cardoso de Mello, infectados pela peste bubônica enquanto atuavam no combate às epidemias, impulsionou uma campanha pelo saneamento da cidade.

Em setembro o deputado federal Pereira Nunes apresentou à Câmara um projeto de saneamento de Campos, solicitando a aplicação de recursos federais para o combate às epidemias na cidade que, segundo o articulista do *Monitor Campista*, sofria mais do que qualquer outro ponto da República com o "mal levantino" (MAX, 1906b), ressaltando ainda os riscos que corria a capital federal devido à sua proximidade com a cidade de Campos.

Ao longo da primeira década do século XX, entre as reformas de 1900-1901 e o término do governo Backer em 1910, é possível observar, no que se refere ao município de Campos, diversas experiências de escolarização primária. Em 1898 havia 59 escolas em funcionamento no município, além das 13 sem professor e das 7 que tiveram o ensino suspenso por falta de frequência.

Com a reforma de 1900 o número de escolas foi reduzido a 37, sendo extintas mais da metade das escolas urbanas, medida que o governo buscava justificar com a criação do grupo escolar. No entanto, após a sua extinção em 1902, o número de escolas continuou diminuindo. Em 1904, no governo de Nilo Peçanha, o número de escolas primárias era de 33, como mostra a Tabela 6, aumentando apenas em 1906, ao final do mandato do presidente campista, após o equilíbrio das contas fluminenses.

Em 31 de dezembro de 1903, primeiro dia do governo de Nilo Peçanha, foi publicado o Dec. nº 826, definindo que em cada distrito deveria haver pelo menos uma escola mista. Na relação de escolas e respectivos professores, anexa à mensagem presidencial daquele ano, nota-se que em Campos, das 33 escolas em funcionamento, havia 1 mista funcionando na cidade e 8 na zona rural, totalizando 9 escolas mistas, o que representa 27% do total de escolas.

Tabela 6 – Quantidade de escolas isoladas em Campos entre 1898 e 1906, exceto escolas vagas e suspensas

Ano Escolas	1898			1900			1904			1906		
	Urb.	Rural	Total									
Masc.	6	29	35	4	12	16	6	8	14	4	5	9
Fem.	10	14	24	2	19	21	6	4	10	6	2	8
Mista	0	0	0	0	0	0	1	8	9	0	23	23
Total	16	43	59	6	31	37	13	20	33	10	30	40

Fonte: *Elaboração própria a partir de ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1898b, 1901, 1904); Escolas Públicas (1901), 1906 (1906, p. 22)*

Dois anos depois este percentual aumentou para 58%, de acordo com a tabela publicada em janeiro de 1906 na revista *Aurora: Letras – Artes – Ciências*, mostrando que das 40 escolas em funcionamento no município, 23 eram mistas, enquanto 8 eram femininas e 9 masculinas.

A partir dos quadros de distribuição das escolas públicas primárias, anexos ao relatório do diretor da instrução pública de 1898, ao Dec. nº 606 de 17 de março de 1900 e à mensagem presidencial de 1904, e do quadro publicado pela revista *Aurora: Letras – Artes – Ciências* em janeiro de 1906, foi possível elaborar, com base no mapa atual do município de Campos (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2002), os mapas com a distribuição das escolas públicas primárias nos anos de 1898, 1900, 1904 e 1906 (Figura 9).

Para a elaboração destes mapas foi necessário considerar a divisão distrital daquele período. Foi possível produzir uma divisão aproximada, com base nos próprios quadros citados — que trazem não apenas os números e os nomes dos distritos mas também os nomes das localidades em que estavam instaladas as escolas — e também nas diversas notas nos jornais a respeito das escolas e dos distritos.

Nos primeiros anos da República o município de Campos era dividido em 15 distritos, sendo a sede municipal (cidade) dividida em dois distritos: o 1º a oeste da praça matriz, até o limite com o município de São Fidélis, e o 2º a leste da mesma praça, até o limite com o município de São João da Barra. A partir da sede, em direção ao sudeste do município, localizavam-se os distritos de São Gonçalo (3º); Mineiros (5º); São Sebastião (6º), que à época envolvia a localidade do Açu, atualmente pertencente ao município de São João da Barra; e Mussurepe (4º). A sudoeste da sede estavam os distritos de São Benedito (10º); Limeira (15º); Dores de Macabu (12º); e Santa Rita da Lagoa de Cima (11º).

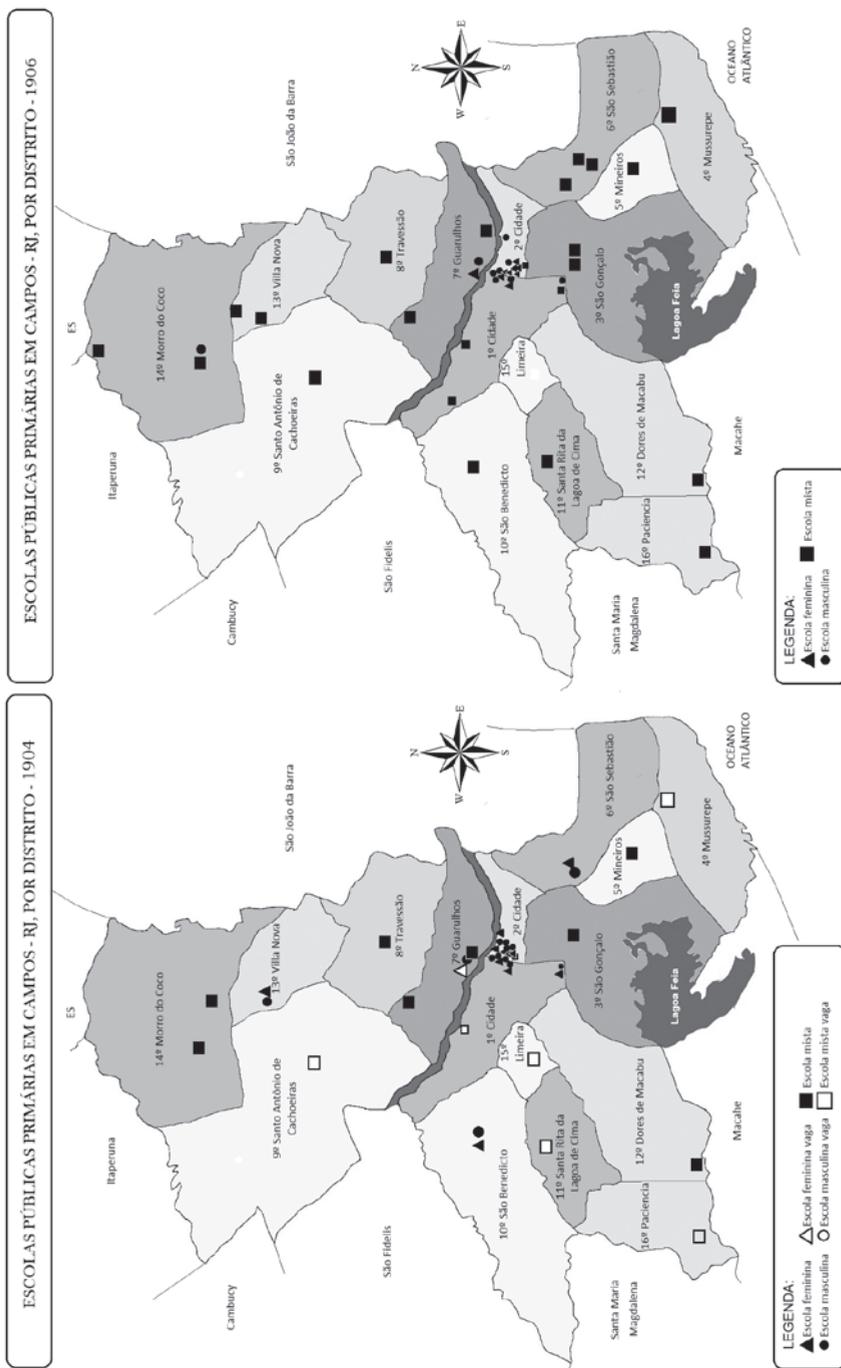


Figura 9 - Distribuição das escolas públicas primárias no município de Campos (1898 - 1906)
 Fonte: Elaboração livre a partir dos dados do Relatório do diretor da Instrução Pública de 1898, do Dec. nº 606, de 17 mar. 1900, da Mensagem presidencial de 1904 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1898b, 1901, 1904) e Revista Aurora: Letras - Artes - Ciências (1906, p. 22).

A partir dos mapas é possível observar melhor a redução do número de escolas nos primeiros anos do século XX. O distrito de Santo Antônio de Cachoeiras, por exemplo, que em 1898 possuía duas escolas masculinas, das quais somente uma funcionava, passou a ter apenas uma feminina em 1900.

Em 1904, porém, esse distrito possuía uma escola mista que não funcionou por falta de professor, assim como ocorria em Mussurepe, Santa Rita da Lagoa de Cima, Limeira e o distrito de Paciência (16^o), criado em novembro de 1901 (desmembrado do 12^o distrito), que desde então não possuía uma só escola (PELA INSTRUÇÃO, 1901).

Somente em 1906 os distritos municipais, exceto o 15^o, passaram a possuir pelo menos uma escola mista, estando todas elas preenchidas.

3.2. “Façamos uma sociedade de trabalhadores”

No ano de 1903 era discutida na ALERJ uma grande reforma administrativa do estado do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que se trabalhava a sucessão do presidente Quintino Bocaiúva, sob a influência do deputado federal Nilo Peçanha, principal articulador entre os diferentes grupos políticos fluminenses e entre estes e o governo federal. O resultado foi a reforma da Constituição estadual, aprovada em 18 de setembro de 1903, reduzindo a máquina administrativa e centralizando o poder no Executivo estadual, enfraquecendo a ALERJ e as municipalidades, dando início à escalada do nilismo.

Nos últimos meses do ano de 1903 Nilo Peçanha, candidato à sucessão do general Quintino, visitava os municípios fluminenses em campanha, sobretudo Campos que, apesar de ser o seu reduto político, possuía uma considerável força de oposição a ser conquistada.

Em diversas reuniões políticas Nilo apresentava o seu plano de recuperação econômica através da diversificação da lavoura, estimulando a produção do algodão e dos grãos, como arroz, feijão e milho, que apesar de serem menos rendosos, eram “mais estáveis em preços e menos refractários à empolgação monopolista das grandes culturas”, que o jornal *Gazeta do Povo* chamava de “fetichismo pelo café e pela canna” (NOTAS, 1903).

Em 31 de dezembro de 1903 tomava posse como presidente do estado do Rio de Janeiro o Dr. Nilo Peçanha, tendo como 1^o vice-presidente o Dr. Francisco Chaves de Oliveira Botelho, liderança política do município de Resende; 2^o vice-presidente o coronel José Caetano de Oliveira, chefe político de Barra Mansa; 3^o vice-presidente o coronel Francisco Marcondes, do município de Sapucaia.

É importante notar como os nomes escolhidos para os cargos ligados à instrução pública possuíam prestígio político. Entre os três vice-presidentes do Estado no governo Nilo Peçanha, dois haviam exercido funções relacionadas à instrução pública: Oliveira Botelho foi delegado municipal da instrução no município de Resende, antes da criação do cargo dos inspetores gerais do ensino³⁵, e José Caetano de Oliveira havia sido Inspetor Geral da 9^a circunscrição

³⁵ Oliveira Botelho foi o Delegado da Instrução Municipal que apresentou a denúncia contra a professora D. Antonina Pessoa de Mello, contra quem foi instaurado inquérito disciplinar, em 1897, pela acusação de manter “relações ilícitas” com um telegrafista da Estrada de Ferro Central do Brasil. Inquérito disciplinar arquivado no APERJ contendo diversos manuscritos, inclusive a transcrição de depoimentos no conselho municipal de instrução. Col. 97.2, notação PE7 2.2.

em 1900, antes de ser nomeado diretor do Grupo Escolar Honorato de Carvalho, em Barra Mansa, exercendo o cargo de 1901 até a sua extinção, em 1902.

Em seu primeiro dia de governo, Nilo Peçanha já havia baixado vários decretos, entre eles, o que criava o imposto territorial, forçando os fazendeiros a produzir em toda a extensão de suas propriedades rurais ou então parcelá-las e arrendá-las a pequenos agricultores, que se dedicariam à produção de grãos, impulsionando assim a sua política de diversificação da lavoura.

Também neste dia era publicado o Dec. nº 826, alterando mais uma vez a organização da escola primária, sobretudo no que diz respeito à carreira dos professores. Esse decreto definia que em cada distrito de paz do Estado haveria pelo menos uma escola mista, ao mesmo tempo em que abolia a distinção entre professores de escolas urbanas e rurais, retomando nesse aspecto a reforma de 1893.

A partir de então os professores passariam a ser divididos em apenas duas classes: professor de primeira classe (aquele que possuísse mais de 20 anos de serviço, com vencimentos de 2:600\$000 anuais); e professor de segunda classe (formados pelas Escolas normais com menos de 20 anos de magistério, ou qualquer professor, independente do diploma, que tivesse entre 10 e 20 anos de serviço, com vencimentos anuais de 2:000\$000). Os professores que obtivessem melhor classificação nos concursos teriam preferência na regência das escolas localizadas no perímetro urbano (OS PRIMEIROS..., 1904).

Ainda no mesmo dia, o Dec. nº 828, suprimia a subvenção a hospitais e casas de caridade em diversos municípios do Estado, e também a estabelecimentos de ensino, como o Colégio Salesiano Santa Rosa e o Congresso Literário Guarani, em Niterói; o Liceu de Artes e Ofícios Bittencourt da Silva e o Asilo da Lapa, em Campos, e mais asilos em Niterói, Petrópolis, Vassouras e Valença (OS PRIMEIROS..., 1904).

Também sob o argumento de combater a crise financeira, foram demitidos todos os professores não diplomados que contassem menos de 10 anos de serviço — cuja nomeação, segundo Nilo, devia-se unicamente à influência política, e não levava em consideração a competência —, e transferidos para as escolas do interior muitos daqueles que, de acordo com o presidente, sobravam nas cidades (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1906). Também foi instituída a taxa de matrícula nas escolas normais, ao mesmo tempo que se tornava obrigatório cursá-las para o exercício do magistério.

O aluguel dos prédios escolares, que se encontrava a cargo dos municípios, foi transferido novamente para o Estado, pois para Nilo Peçanha não era “conveniente que as municipalidades tivessem qualquer parcela de intervenção ou de auctoridade” sobre a escola primária estadual (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1905, p. 7).

Buscando justificar as medidas impopulares de fechar escolas primárias e demitir os professores provisórios, a imprensa situacionista argumentava que o presidente entendia “ser dever do Estado custear o ensino primário e difundil-o em larga escala”, enquanto que o ensino secundário deveria ser entregue a “institutos particulares, apenas fiscalizados pelo governo”. No entanto, “as circunstancias prementes do momento obrigaram s. ex. á pratica desse acto. (...) Logo, porém, que

a situação do Estado [permitisse], s. ex. [ampliaria] o numero de escolas, provendo nellas não só muitos dos professores agora dispensados bem assim muitos professores diplomados" (OS ACTOS..., 1904).

Nas mensagens enviadas à ALERJ ao longo de seu mandato Nilo Peçanha defendia um ensino primário menos teórico e mais prático, reivindicando ao "legislador fluminense voltar a sua atenção para as escolas profissionais e agrícolas, em que fizéssemos não um povo de letrados e de burocratas, mas uma sociedade de trabalhadores". Seguiu o presidente lamentando que

o que infelizmente seduz os Estados ainda é a organização de Academias; os moços sahem das Faculdades mantidas pelos Governos para continuar na vida pratica a disputar e a esperar tudo das graças e dos favores do Estado (...), não podendo ser uteis muitas vezes nem a si, nem á família, nem ao paiz (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1904, p. 10).

Essas ideias iam ao encontro do pensamento social de Alberto Torres e se consolidaram nos discursos nilistas dos governos seguintes: o combate ao 'bacharelismo' e a defesa de um ensino prático, profissionalizante, agrícola, eficiente no propósito de fixar a população no campo, combatendo as ondas migratórias, atendendo aos princípios da política de recuperação econômica através da diversificação das culturas e das alterações implantadas com o imposto territorial.

3.2.1. A criação das escolas profissionais no estado do Rio de Janeiro

Com o título "pela honra do Estado" o jornal *Gazeta do Povo* anunciava a liquidação, pelo governo fluminense, do empréstimo de 850 contos de réis contraído com o Banco da República, salvando o Rio de Janeiro do "pavor da bancarrota", podendo em breve se tornar um Estado rico, desde que continuasse o "regimen administrativo" daquele governo (PELA HONRA ..., 1905).

O resultado positivo das medidas adotadas por Nilo Peçanha o alçou à categoria de um grande administrador, além de hábil político, o que lhe rendeu a candidatura à vice-presidência da República em 1906, compondo a chapa oficial de Afonso Pena.

Nesse mesmo ano foram criadas, em 11 setembro, pelo Dec. nº. 987, as escolas profissionais no estado do Rio de Janeiro. O decreto previa a instalação de 4 escolas, sendo a primeira delas em Campos, seguida pelas escolas de Petrópolis e Niterói. Esta última, prevista para funcionar na casa onde havia nascido Benjamin Constant (EM NITHEROY, 1906), acabou não sendo inaugurada, funcionando apenas as de Campos e Petrópolis. Era também prevista a criação de uma quarta escola, no município de Paraíba do Sul, com ensino profissional agrícola, que não chegou a ser implantada.

Estas escolas cumpriam a função de contribuir para "o progresso do Estado não só pelo que concerne ao desenvolvimento de suas indústrias, como

por facilitar às classes menos protegidas da fortuna ocupação remuneradora para sua actividade” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1912a, p. 213-214). Os alunos, que deveriam ter a idade de 9 a 16 anos, seriam habilitados para as profissões de carpinteiro e marceneiro, sapateiro, correio e seleiro, alfaiate, funileiro e bombeiro, sericultor, apicultor e jardineiro, e a duração do curso seria de acordo com o aprendizado de cada aluno, verificado a partir de exames (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1912a, p. 236).

As aulas seriam de 8h às 10h e de 12h às 16h, nas oficinas de aprendizagem. À noite, das 19h às 21h, seria oferecida a instrução primária e “noções relativas aos officios que fizerem objecto do seu curso diurno, especialmente contabilidade e desenho”³⁶ (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1912a, p. 236).

As escolas profissionais possuíam um pessoal específico, com funções definidas. Haveria um professor para cada área profissional ensinada, um diretor e um porteiro contínuo, além de um professor para o curso primário noturno, que seria escolhido entre os professores do Estado. Os diretores seriam nomeados pelo presidente do Estado, e ficariam responsáveis por inspecionar o ensino nas oficinas, matricular os alunos e emitir documentos, além de cuidar da disciplina e do orçamento das escolas. Ao porteiro-contínuo caberiam, além das funções “ordenadas pelo Diretor”, abrir e fechar os portões da escola, impedindo a entrada de pessoas estranhas, velar pela disciplina e conservação do patrimônio e “dar os toques de tympano, segundo os signaes convencionados e expressos no quadro do horário” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1912a, p. 244).

É importante destacar a importância dada à função de porteiro-contínuo, visto que os seus vencimentos (1:500\$000 anuais) superavam aos dos professores do curso primário noturno (1:440\$000 anuais). O diretor tinha o vencimento de 3:600\$000 anuais e os professores, de 2:000\$000 anuais (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1912, p. 245).

Os trabalhos desenvolvidos nas oficinas das escolas profissionais, como “calçado e roupa”, seriam fornecidos “ao Corpo Militar do Estado, á Detenção, á Colonia Agricola de Alienados e á Penitenciaria, bem como mobiliario preciso para as escolas e repartições publicas” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1912, p. 214), contribuindo assim para a redução das despesas do Estado.

Em Campos dos Goytacazes a notícia da instalação da escola profissional no centro da cidade foi recebida com grande festa pela imprensa, considerando-a capaz de “preencher uma grande lacuna e prestar um grande serviço às crianças que vagam pelas ruas, adquirindo vícios” (MAX, 1906c). Segundo o colunista Max, do *Monitor Campista*, as crianças aprenderiam “ao invés de vícios, (...) ofícios; em vez de andarem por ahi jogando o buzo, riscando paredes, quebrando lâmpadas da iluminação, damnificando arvores ou tomando banhos no Canal, [aprenderiam] a ser alfaiates, sapateiros, marceneiros, carpinteiros” (MAX, 1906c).

³⁶ A integração entre o ensino profissional e o das disciplinas que compõem o currículo da educação básica é uma das principais características das escolas profissionais idealizadas por Nilo Peçanha, presente nas Escolas de Aprendizes Artífices criadas em 1909 em todas as capitais do Brasil, durante o seu mandato de Presidente da República, permanecendo ao longo do século XX nas Escolas Técnicas Federais, CEFET e, na primeira década do século XXI, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A escola foi instalada no prédio da antiga *estação do Rocio*, da estrada de ferro que ligava a cidade de Campos ao distrito de São Sebastião, localizada na rua Tenente Coronel Cardoso, em frente à Praça do Mercado, próximo a lagoa de Santa Efigênia (que naquele mês começava a ser aterrada), e que vinha sendo utilizado pela municipalidade como depósito de inflamáveis (ESCOLA PROFISSIONAL, 1906c).

Para o funcionamento da escola foram realizadas obras de adaptação do prédio, incluindo a derrubada de paredes no pavimento superior para a instalação de uma grande sala para as aulas de instrução primária, que aconteceriam à noite. "Esse salão [comportava] 20 carteiras e 20 bancos, mesa para a professora, quadro preto. O corpo principal [era] iluminado por 13 lampadas, das quaes 7 de 16 velas na sala das aulas" (ESCOLA PROFISSIONAL, 1906c).

Além do espaço para a escola primária, foram instalados mictórios e latrinas em uma sala do corpo principal e em frente às oficinas, onde foi construída uma casa para três latrinas e três mictórios. Em todas as oficinas (sapateiros, alfaiates e marceneiros), montadas para abrigar 24 aprendizes, havia uma torneira na varanda. Para o provimento de água foi construído um tanque com capacidade de dois mil litros, havendo também a captação das águas "provenientes das chuvas [através de] amplas calhas de cimento" (Ibidem). No pátio central também foi construído um prédio que serviria à escola de jardinagem, prevista para 50 alunos, e o depósito de materiais. Nas primeiras semanas já havia sido instalado o mobiliário das oficinas, constituídas da seguinte forma:

(...) OFFICINA DE SAPATEIRO:

2 armarios, um para fôrmas e um para selas e couros; 1 mesa para côrtes, 12 bancos para os aprendizes (e 6 bancos duplos), 1 machina de costura e 1 banco para a mesma.

OFFICINA DE ALFAIATE

1 balcão para corte, 1 mesa para passar ferro, 2 taboas, 2 pranchões, 1 jogo de regoas, 1 armario, machina de costura, 12 bancos para aprendizes e 1 para o mestre.

OFFICINA DE MARCENEIRO

1 banco de marceneiro para o mestre, 6 bancos duplos para os aprendizes, 1 torno superior, movido a mão, estante para guardar ferramentas (ESCOLA PROFISSIONAL, 1906c).

No mês seguinte, dia 17 de outubro, era inaugurada, com a presença do secretário geral do Estado, Dr. Porto Sobrinho, a Escola Profissional de Campos, sendo a ata de sua fundação assinada na sala da escola primária, que seria regida pela normalista que mais tivesse se distinguido no ano anterior (ESCOLA PROFISSIONAL, 1906b). Para diretor da escola foi escolhido o major João Francisco Corrêa, que nomeou Manoel Pereira Lemos como mestre de sapateiro, Benedicto Pereira Gomes de Oliveira como mestre de alfaiataria e Julião Baptista Pereira Ramos como mestre de marcenaria.

Na segunda-feira, 22 de outubro, as aulas se iniciaram com dois alunos matriculados na oficina de alfaiataria, um na de sapataria e mais um na de

marcenaria (ESCOLA PROFISSIONAL, 1906d). Em 11 de dezembro de 1906 foi publicado o Dec. nº 1.004, regulamentando o ensino nas escolas profissionais do Estado. Seu artigo 4º determinava que

para a integração do ensino serão ministrados nos cursos nocturnos aos mesmos alunos aprendizes e outros que queiram nelles se inscrever, a instrução primaria e as noções relativas aos officios que fizerem objeto do seu curso diurno, especialmente contabilidade e desenho (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1912a, p. 236).

Para ministrar as aulas do curso primário noturno foi nomeada a professora Dejanira Moretzohn Campista, filha do Dr. Homero Moretzohn Campista³⁷, formada com distinção pela Escola Normal de Campos, na turma de 1905. Em dezembro de 1906 a escola possuía, ao todo, 32 alunos matriculados, e em março do ano seguinte este número chegava a “82 aprendizes, sendo a frequência regular de 40 a 50” (ESCOLA PROFISSIONAL, 1907a), elevando-se a matrícula a 129 alunos no mês de novembro do mesmo ano (ESCOLA PROFISSIONAL, 1907b), quando se realizaram os primeiros exames finais.

Os exames da Escola Profissional ocorreram numa sexta-feira, dia 15 de novembro de 1907, em meio às comemorações cívicas da República. Na ocasião “todos os alunos ostentavam á lapela, distinctivos da Escola, com as cores nacionais, tendo sido photographados pelo hábil photographo sr. T. Bolckau” (ESCOLA PROFISSIONAL, 1907c). As mesas avaliadoras eram formadas por um artesão, um alfaiate e um comerciante de destaque na sociedade, que julgaram os trabalhos apresentados pelos alunos com os graus *distincção*, *simplesmente* e *plenamente*. Os três melhores trabalhos de cada oficina foram premiados.

Os exames do curso primário foram realizados no dia seguinte, em ato presidido pelo delegado escolar do município, Manoel Moll, tendo como examinadores o professor do liceu e escola normal, Joaquim Silvério dos Reis, e a própria professora da escola, Dejanira Moretzohn Campista. Apenas o aluno Heraclito Fonseca, da oficina de alfaiataria, foi aprovado com *distincção*. Entre os aprovados *plenamente* estavam três alunos da alfaiataria, um do curso de sapateiro e dois de marcenaria, que teve ainda o aluno Francisco de Lima Baptista aprovado *simplesmente*.

Os trabalhos premiados da oficina de marcenaria, apresentados em miniatura, foram expostos na vitrine de uma das principais lojas da cidade, a *Casa Rockert*, sendo “(...) uma elegante cama *Maria Antonietta* (...); uma mesa para jantar (...) [e] uma graciosa commoda de vinhático com três gavetas e dois gavetões” (...) (ESCOLA PROFISSIONAL, 1907d). Os jornais chamavam a atenção

³⁷ A coluna “Palanquim”, do jornal *Gazeta do Povo*, dedicava-se a anunciar os nascimentos, casamentos e aniversários das pessoas “de maior destaque” da cidade, uma espécie de coluna social. Nestes anúncios os nomes das mulheres sempre apareciam acompanhados dos respectivos pais (no caso das senhoritas) e maridos (em se tratando das senhoras). No dia 19 de setembro de 1907 era felicitada a “senhorita Dejanira Moretzohn, filha do finado dr. Homero Moretzohn” (PALANQUIM, 1907), pelo seu aniversário.

para a qualidade dos trabalhos desenvolvidos por alunos que possuíam apenas um ano de curso, sempre destacando a importância da escola profissional para o progresso da cidade e sua eficácia no combate à *vadiagem*.

Nilo Peçanha deixou o governo do Rio de Janeiro em novembro de 1906 para assumir a vice-presidência da República, passando o executivo fluminense às mãos do Dr. Oliveira Botelho, que assinou o decreto regulamentando o ensino profissional e criou ainda, pelo Dec. nº 1.008 de 15 de dezembro de 1906, uma escola profissional agrícola no município de Resende que, assim como a de Paraíba do Sul, não se concretizou. Naquele ano realizaram-se eleições para o governo do Estado, cujo vencedor foi o candidato de conciliação escolhido por Nilo Peçanha, o ex-Secretário Geral do Estado, Alfredo Backer.

Nesse momento, com o afastamento de Nilo Peçanha do Executivo estadual, o presidente Backer, que assumira o governo em 31 de dezembro de 1906, aproximou-se das forças de oposição a Nilo em nível estadual, como os portelistas, e também a nível federal, dando início a uma atuação que buscava estabelecer uma "política autônoma, livre da tutela de Nilo Peçanha" (CASTRO; FEIJÓ, 1989).

No auge da cisão entre Nilo Peçanha e Alfredo Backer, agravada por questões referentes ao convênio de Taubaté e à sobretaxa do café que, segundo Castro e Feijó (1989), atendiam aos interesses políticos de Nilo Peçanha, mas impunham dificuldades ao seu sucessor no governo estadual, o presidente Backer publicou o Dec. nº. 1.063, em 27 de dezembro de 1907, extinguindo as escolas profissionais de Campos e Petrópolis, sob a alegação de que estas não haviam atingido os fins de sua criação, inviabilizando, obviamente, a instalação das demais escolas previstas.

O projeto das escolas profissionais foi retomado por Nilo Peçanha em 1909, durante seu curto mandato na Presidência da República, quando criou as Escolas de Aprendizes Artífices, a primeira rede nacional de escolas do país, com uma unidade na capital de cada Estado, menos no Rio de Janeiro, cuja escola se instalou em Campos, no mesmo prédio ocupado pela escola extinta pelo presidente Backer, que recusou a sua instalação em Niterói.

Nos anos compreendidos entre 1902 e 1910 a situação da escola primária fluminense, sobretudo em Campos, continuava delicada. Durante o governo de Alfredo Backer (1907 – 1910) a situação dos professores e suas escolas era bastante instável. Devido a questões políticas, eram constantes as remoções de professores e a suspensão de escolas, sendo esta situação apaziguada somente no início do governo de Oliveira Botelho, com a reforma do ensino implantada a partir do Dec. nº 1.200, de 7 de fevereiro de 1911.

No próximo capítulo serão analisados os desdobramentos, no contexto campista, desta reforma do ensino que retomou a escola primária graduada no estado do Rio de Janeiro, justamente no momento em que a *cidade insalubre* vai dando lugar à *cidade saneada*, através de um processo de reformas urbanas iniciado em 1911 e que atingiu seu ponto máximo em 1916, quando um conjunto de obras de saneamento foi executado pelo governo do Estado. Justamente

nesse período a cidade conheceu novas experiências no ensino primário, como as escolas complementares, mais tarde convertidas em grupos escolares; a Escola Modelo Seis de Março, anexa à escola normal; e a inovadora Escola ao Ar Livre Wenceslão Braz, símbolos da modernidade pedagógica vivenciada pela cidade nas décadas de 1910 e 1920.

Capítulo 4

Cidade saneada e modernidade pedagógica

Nos primeiros anos do século XX a situação da escola primária fluminense era desoladora, sobretudo em consequência da crise financeira na qual se encontrava o Estado desde o início da República, agravando-se nos governos de Alberto Torres (1897-1900) e Quintino Bocaiúva (1900-1903). No município de Campos, apesar da prosperidade econômica, os reflexos da crise se fizeram presentes, sobretudo na educação.

Se por um lado a equiparação do Liceu de Humanidades e o restabelecimento da Escola Normal de Campos representaram uma vitória, por outro, a escola primária passou por grandes dificuldades. A extinção do Grupo Escolar Barão de Tautphœus condenou a escola pública primária aos acanhados e insalubres pardieiros da cidade, com alta frequência de alunos – geralmente maior do que as condições físicas do espaço poderiam suportar –, sobretudo nas escolas regidas pelos professores Benedicto Hermogenes, Balthazar Carneiro, Castorina de Araújo e Marianna G. P. de Alvarenga que, com o fechamento do grupo escolar, retomaram suas atividades nas escolas singulares da região central da cidade³⁸.

Desde 1901 as municipalidades haviam sido encarregadas do pagamento dos aluguéis dos prédios onde funcionavam as escolas públicas do Estado. Após a reforma administrativa de 1903 e com a posse de Nilo Peçanha em 1904, os aluguéis foram retomados pelo governo estadual, que promoveu sensível redução dos gastos ao converter as escolas femininas e masculinas em mistas, sobretudo nos distritos rurais.

O número insuficiente de escolas era precariamente combatido com o apelo às municipalidades, que deveriam concorrer com a instalação de escolas primárias municipais. Essas escolas municipais deveriam ser instaladas sobretudo nos distritos rurais mais populosos onde a localização da escola estadual não permitisse a frequência de toda a população infantil. O primeiro

³⁸ A escola da professora Mariana G. P. de Alvarenga se localizava na rua Barão do Amazonas; a de D. Castorina de Araújo ficava na rua 13 de Maio nº 9; a do professor Benedicto Hermogenes na rua do Rosário, 149; e a do professor Balthazar Carneiro no nº 54 da rua do Sacramento. Entretanto, estes dois últimos figuram na lista dos professores primários pela última vez em 1904, mantendo daí por diante seus cargos apenas na Escola Normal e, a partir de 1907, no Liceu de Humanidades.

indício a respeito de uma escola municipal em Campos neste período foi a notícia da realização dos exames finais, em dezembro de 1903, da

escola municipal de Macaco, em Dolores de Macabú, regida pela professora d. Ricardina F. de Menezes, tendo sido a comissão examinadora composta dos srs. Dr. Antonio Ribeiro do Rosario, presidente, Adalberto Marques Cardoso e a referida professora (EXAMES PRIMÁRIOS, 1903).

Em fevereiro de 1904 a recém-criada prefeitura de Campos³⁹ publicava o balanço de suas contas referentes ao ano findo. Entre os diversos quadros estava a relação das escolas municipais, com os valores mensais dos aluguéis das casas escolares e os salários dos professores. Neste quadro estavam listadas 16 escolas, das quais duas se encontravam vagas. Exceto as poucas escolas regidas por homens, todas masculinas, as demais se classificavam como mistas, como se pode ver no Quadro 14.

		Aluguel da casa	Ordenado do prof.
Professor	Vicente Peixoto das Dolores, sexo masculino Tahy, 5º districto, casa de Eustachio Peixoto das Dolores	20\$000	100\$000
Professora	d. Maria Bellas de Siqueira Moura, mixta, Usina das Dolores, casa grátis		100\$000
Professor	Ovidio Dias de Moura, sexo masculino, Santa Rita, 11º districto, casa de Anna de Almeida Cabral	18\$000	100\$000
Professor	Christovão Maciel da Rocha, sexo masculino, Morro Grande, 1º districto, casa de Antonio Joaquim Codeço	25\$000	100\$000
Professor	Francisco Manoel Vieira, sexo masculino, Barra Secca, 9º districto, casa grátis		100\$000
Professora	d. Rita Martins Silveira, escola mixta, Pedra Lisa, 14º districto, casa de Antonio Pinto Moreira	25\$000	100\$000
Professor	João da Costa Lopes, sexo masculino, Morro do Côco, 13º districto, casa de d. Rosa de Souza Peçanha	20\$000	100\$000
Professora	d. Anna Cardoso de Oliveira, escola mixta, São Francisco de Paula, 7º districto, casa grátis		100\$000
Professora	d. Ricardina Cardoso de Menezes, escola mixta, Macacos, 12º districto, casa grátis		100\$000
Professor	Augusto José Ferreira Tinoco, Guriry, 12º districto, casa grátis		100\$000

Quadro 14 – Escolas municipais em Campos – 1904

(continua)

³⁹ As prefeituras foram criadas pela reforma da constituição estadual, em 18 de setembro de 1903, nos municípios onde o governo estadual fornecesse serviços públicos e fosse fiador de empréstimos. O poder executivo que antes era exercido pelo presidente da Câmara Municipal, agora caberia a um prefeito nomeado pelo presidente do Estado. No estado do Rio de Janeiro foram criadas prefeituras em Niterói, Petrópolis e Campos, para onde o presidente Nilo Peçanha nomeou seu antigo adversário Manuel Rodrigues Peixoto, como parte de sua política de cooptação das oposições.

		Aluguel da casa	Ordenado do prof.
Professora	d. Adalzira de Castro Ferreira, escola mixta Santo Eduardo, 14º districto, casa de Francisco de Salles Ramalho	30\$000	100\$000
Professora	d. Olympia Lopes de Oliveira, escola mixta, Tymbira, 16º districto, casa grátis		40\$000
Professora	d. Bibiana Ribeiro Tavares, escola mixta, Vargem do Mundo, 16º districto, casa grátis		40\$000
Professor	Cornelio M. da Costa Bastos, sexo masculino, rua Barão de Miracema, casa de d. Ana Souza da Conceição Leite	60\$000	
	Escola da Ponta Grossa dos Fidalgos, 3º districto	25\$000	100\$000
	Escola da Tapera, vaga		
		223\$000	1:280\$000

Quadro 14 – Escolas municipais em Campos – 1904

(conclusão)

Fonte: *Jornal Gazeta do Povo (ESCOLAS MUNICIPAES, 1904)*

O salário de 100\$000 mensais pago pela prefeitura aos professores municipais correspondia à metade dos vencimentos dos professores estaduais de escola rural que, de acordo com o Dec. nº 588 de 1900, era de 2:400\$000 anuais, correspondendo a 200\$000 mensais.

Por outro lado os professores primários do Estado viam-se privados de seus vencimentos por meses seguidos, e passavam por dificuldades em uma cidade insalubre, constantemente tomada por epidemias, cujos principais focos ficavam próximos a suas escolas, o que levava constantemente à suspensão das aulas, tanto nos institutos públicos quanto particulares, como por exemplo o Collegio Alvarenga e Britto, que anunciava pela imprensa o fim de suas aulas “por motivo do mal reinante” (O COLLEGIO ALVARENGA..., 1902), em referência à epidemia de peste bubônica.

Somente em dezembro de 1906 foi aprovado no Senado o projeto de saneamento de Campos, encaminhado pelo deputado nilista Dr. Pereira Nunes e endossado pela bancada fluminense na Câmara federal, em setembro daquele ano, por ocasião das epidemias decorrentes da enchente que devastou a cidade no mês de janeiro.

Naquele momento eram grandes as esperanças no “renascimento da vida de Campos [que retornaria aos] bons dias de outr’ora” (MAX, 1906c), através da influência dos seus chefes políticos que atuavam no Legislativo e, sobretudo, pela figura de Nilo Peçanha, que tomara posse como vice-presidente da República.

Ao mesmo tempo os ataques do presidente Alfredo Backer ao grupo nilista dificultavam essa retomada. Em relação à educação em Campos, além da extinção da Escola Profissional, o governo publicara o Dec. nº 1.034, em abril de 1907, reformando o Liceu de Humanidades, o que ameaçou não apenas o fim de sua equiparação ao Ginásio Nacional, como também a extinção da escola normal. Foi nesse contexto que os professores Balthazar Carneiro e Benedicto Hermogenes pediram exoneração das cadeiras que regiam nessas instituições, requerendo do governo a autorização para retornarem às antigas

escolas primárias em que lecionavam, sendo os seus pedidos indeferidos, e os professores mantidos na escola normal⁴⁰.

Diante de um quadro desolador, em janeiro de 1908 um grupo formado por três professoras primárias tomava a iniciativa de convocar o professorado para uma reunião com o fim de “accordarem nos meios de auxiliar e beneficiar o magistério fluminense” (REUNIÃO..., 1908).

Hercilia Nogueira, diplomada em 1905, professora da escola pública da Usina Sapucaia; Edith Aguiar, também normalista de 1905; e Elvira Cosandey, professora diplomada em 1902, assinavam a convocação para o encontro que aconteceria no prédio da Associação dos Empregados no Commercio, com o objetivo de discutir a difícil situação do magistério fluminense (REUNIÃO..., 1908). Esses fatos evidenciam a situação de instabilidade em que se encontravam o ensino e, conseqüentemente, os professores fluminenses naquele momento.

Paralelamente a isto, os problemas de ordem urbana permaneciam. Ao final do ano de 1908 o jornal *Gazeta do Povo* lamentava o fato de que apesar das “casas de má construcção [estarem] na sua maioria condemnadas pela hygiene ou demolidas pelos seus proprietários” (ESCASSEZ..., 1908), novas construções não eram realizadas, ao passo que a população aumentava. Sobre esse aspecto alertava o jornal que

(...) grande parte da população [vivia] em lamentável promiscuidade; verificando-se em um prédio acanhado de 4 commodos a residência de 16 a 20 pessoas.

A tuberculose [disseminava-se] pela cidade, tornando-se (...) a mais temerosa das epidemias (...), porque as classes menos abastadas não [tinham] o menor conforto, muito embora os seus representantes [pagassem] um aluguel que lhes poderia proporcionar uma moradia sem luxo mas hygienica (ESCASSEZ..., 1908).

Com a chegada de Nilo Peçanha à Presidência da República, no mês de junho de 1909, em decorrência da morte do presidente Afonso Pena, cresciam as esperanças em relação ao saneamento da cidade de Campos. No entanto, aquela que foi considerada a maior benfeitoria concedida pelo presidente à sua cidade natal, foi a instalação da Escola de Aprendizes Artífices⁴¹.

O jornal *Folha do Commercio*, fundado em 1909, de tendência liberal, pertencente à Associação Comercial de Campos, destacava-se como órgão de oposição ao grupo político de Nilo Peçanha, num contexto em que os outrora adversários *Gazeta do Povo* e *Monitor Campista* alinhavam-se sob o manto nilista. Em novembro de 1910 a *Folha* considerava que, ao final de seu mandato à frente do posto máximo da nação, o presidente campista pouco tinha feito por sua terra natal. Nesse sentido, afirmava que

⁴⁰ Somente em 1908 o professor Hermogenes retornava ao Liceu, assumindo as cadeiras de latim e grego, enquanto Balthazar Carneiro inaugurava, junto aos professores Manoel M. Manhães, Antonio Joaquim de Castro Faria e o ex-inspetor do ensino e ex-proprietário do Collegio São Salvador, Francisco Varella, o Pensionato Silva Tavares, funcionando na mesma chácara que anos antes abrigara o Collegio Victor Hugo, na Avenida Pelinca.

⁴¹ Sobre a Escola de Aprendizes Artífices de Campos ver Gomes (2017).

o presidente da Republica, que tudo [devia] a Campos – e que nem tanto [fazia] por merecel-o – poderia legar do seu governo á terra que lhe serviu de berço serviço inapagável e inextinguível. Disse-se, e houve ingênuos para acreditar, que um dos últimos movimentos do campista illustre seria o saneamento da sua terra natal. Incontestavelmente este feito sagraria o seu nome eternamente e o redimiria de tão grandes e pesadas culpas que, já agora, lhe são de acompanhar por toda vida. (ERA..., 1910).

Por outro lado, quando Nilo Peçanha escolheu o nome de Francisco Chaves de Oliveira Botelho como candidato à presidência do estado do Rio de Janeiro, sucedendo Alfredo Backer, alimentava-se a esperança dos campistas em ver a cidade saneada, bem como a retomada do seu desenvolvimento econômico.

Em novembro de 1910 findava o governo de Nilo Peçanha. O principal jornal situacionista considerava que com as boas relações entre o ex-presidente da República e o seu sucessor, Marechal Hermes da Fonseca, e também com o novo governo fluminense de Oliveira Botelho, “não [seria] difícil conseguir o saneamento de Campos, do mais importante e industrial município do Estado [sendo] ainda a sua mais populosa cidade” (SANEAMENTO..., 1911).

Foi a partir de 1911 que se fizeram sentir as transformações mais relevantes na paisagem urbana da cidade. A imprensa saudava os proprietários e comerciantes que punham abaixo os pardieiros coloniais, substituindo-os por espaçosos e higiênicos palacetes, com fachadas de destaque, contribuindo para o embelezamento da cidade. Ao mesmo tempo eram constantes as campanhas pela manutenção dos espaços públicos e pelos melhoramentos nos serviços de eletricidade, água e esgotos. Foi neste contexto que, com a reforma da instrução pública de fevereiro de 1911, o estado do Rio de Janeiro e a cidade de Campos viveriam novamente a experiência da escola pública primária graduada.

4.1. A reforma de 1911 e uma nova experiência de escola primária graduada: os “arremedos de grupos escolares”

Em 1908 o jornal *Gazeta do Povo* tecia duras críticas a Alfredo Backer, referindo-se ao presidente como “maluco”, “paspalhão de feira”, “*Bull dog* de Macahe” e “déspota do Ingá”, por perseguir o funcionalismo público, demitindo todos aqueles que não fossem seus correligionários.

Ao narrar um suposto episódio ocorrido no Palácio do Ingá, o jornal publicou o seguinte diálogo (fictício) entre o presidente e seus assessores:

— Depressa! Depressa! É preciso demittir! Demittir sem reservas! Vivo cercado de funcionarios traidores! Estou sobre um vulcão! Os adversários ganham terreno...
 — Mas excellencia...
 — *Nem um pio! Quaes são as professoras casadas com individuos que não apoiam os meus actos? Atirem essas desgraçadas para os confins do inferno! Onde haja febres! Onde a vida seja um fardo difficil de carregar!* (FURORES..., 1908).

Num contexto belicoso entre os backeristas e os nilistas, envolvendo inclusive conflitos armados entre forças militares federais e estaduais no município de Macaé (base política do backerismo), após a derrota de Backer nas eleições para a ALERJ em 1910, iniciava-se em 31 de dezembro daquele ano o governo nilista de Oliveira Botelho. Logo no início de seu mandato foi implantada uma grande reforma da instrução pública, principalmente do ensino primário, com a publicação do Dec. nº 1.200, de 7 de fevereiro de 1911.

Nesta reforma o Conselho Superior de Instrução seria formado pelo Secretário Geral do Estado; pelo Inspetor Geral da Instrução, cargo que substituiu o do antigo Diretor da Instrução Pública; um Inspetor Escolar; três professores primários da capital e um diretor ou professor de escola normal.

Para fins de inspeção do ensino o Estado estaria dividido em apenas 5 circunscrições, fiscalizadas por Inspetores Escolares escolhidos pelo Conselho Superior entre os professores do Estado para exercer o cargo remunerado por 2 anos, auxiliados por Delegados Municipais gratuitos. A inspeção seria responsabilidade do Inspetor Geral, que visitaria as escolas quando necessário.

O ensino primário seria oferecido, em sua maioria, em escolas elementares urbanas e rurais, que funcionariam como escolas isoladas, porém com tempos e programas definidos de forma mais rigorosa, de acordo com o regulamento publicado no mês de junho do mesmo ano, pelo Dec. nº 1.213. O período letivo deveria ser de 6 horas nas escolas elementares urbanas e de 5 horas nas escolas rurais, que iniciariam os trabalhos mais tarde, considerando o trabalho das crianças na lavoura antes das aulas (SCHUELER, 2010).

Escolas elementares urbanas		Escolas elementares rurais	
9h a 9h45min	1ª aula		
9h45min a 10h30min	2ª aula	10h a 10h45min	1ª aula
10h30min a 10h45min	Intervalo	10h45min a 11h30min	2ª aula
10h45min a 11h30min	3ª aula	11h30min a 11h45min	Intervalo
11h30min a 12h15min	4ª aula	11h45min a 12h30min	3ª aula
12h15min a 12h45min	Intervalo	12h30min a 13h15min	4ª aula
12h45min a 13h30min	5ª aula	13h15min a 13h40min	Intervalo
13h30min a 14h15min	6ª aula	13h40min a 14h20min	5ª aula
14h15min a 15h	7ª aula	14h20min a 15h	6ª aula

Quadro 15 – Distribuição do tempo nas escolas elementares do estado do Rio de Janeiro – 1911

Fonte: ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1913)

As escolas elementares urbanas teriam 7 aulas diárias, de 45 minutos cada uma, intercaladas a cada duas aulas por dois intervalos, sendo o primeiro de 15 minutos e o segundo de 30 minutos, provavelmente para o almoço dos alunos, que em seguida teriam mais 3 aulas.

Nas escolas rurais as aulas teriam início 1 hora mais tarde, também possuindo intervalos a cada 2 aulas, sendo o primeiro de 15 e o segundo de 25

minutos, com as duas últimas aulas durando 50 minutos cada uma. O regulamento recomendava que as últimas aulas fossem reservadas aos “trabalhos materiaes”, como as aulas de “trabalhos de agulha, desenho, musica, etc.” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1913, p. 635), sempre buscando evitar a “fadiga mental”. O programa das escolas elementares urbanas estava dividido em 4 séries e o das escolas rurais em 3, distribuído da forma exposta no Quadro 16.

Séries	Disciplinas	
1ª série	Português	Leitura e escrita; cópia nos cadernos e no quadro preto; vocábulos e formação de frases simples e curtas.
	Aritmética	Contar; noção de unidade, dezena e centena; adição “de numeros simples e respectiva taboada” e subtração.
	Lições de coisas	Os sentidos: vista: cores, formas, transparente, polido e o fosco.
	Ginástica sueca	
2ª série	Português	Exercícios de leitura; cópia no caderno; exercícios de ditado de frases no quadro preto, copiadas pelos demais alunos; memorização e recitação de pequenas fábulas.
	Aritmética	Revisão da 1ª série; tabuada; multiplicação e divisão de números simples e compostos
	Lições de coisas	Revisão da 1ª série; a audição; o tato; exercícios variados: objetos comuns e sua composição; o fabrico do pão, os produtos do leite.
	Desenho	Traçado de linhas curvas e ângulos; triângulos, quadriláteros e diagonais; combinação de retas e curvas.
	Caligrafia	Exercícios de letra cursiva inglesa.
	Música	Cantos morais e patrióticos.
3ª série	Português	Exercícios de leitura; sinônimos; composições sobre assuntos estudados nas aulas de lições de coisas; cartas simples; plural, número e gênero; conjugação de verbos regulares; memorização e recitação de fábulas e monólogos.
	Aritmética	Revisão das séries anteriores; frações; operações com frações; metrologia: o metro, o litro, o grama e suas divisões.
	Lições de coisas	Retomada do programa da 1ª série: cores, formas; reinos da natureza.
	Trabalhos de agulha	Pontos de marca e cruz; costura simples; elaboração de um saco para guardar os trabalhos.
	Geografia	Exercícios de orientação; pontos cardeais; movimentos da Terra; acidentes geográficos; cartografia: Brasil, estados e capitais; estado do Rio: limites principais – serras e montanhas, lagoas, rios, cabos, ilhas; municípios, produção, vias de comunicação.
	História pátria	“Explicação das datas principais, succintamente”.
	Desenho	Circunferências; composição de ornatos e objetos simples.
	Caligrafia	Exercícios de cursivo inglês
	Música	Cânticos patrióticos em coro.

Quadro 16 – Programa do curso primário elementar, instituído na reforma de 1911
(continua)

Séries	Disciplinas	
4ª série (apenas nas escolas urbanas)	Portuguez	Exercícios de leitura; sentido das palavras; sinônimos; exercícios de ditado. Gramática: I – Fonologia: a) fonética – ditongos, tritongos; b) prosódia – acentuação tônica; c) ortografia; II – Lexiologia: a) categorias gramaticais, substantivo, adjetivo, pronomes, verbos regulares e irregulares, palavras invariáveis. Memorização de monólogos, diálogos e comédias infantis.
	Aritmética	Revisão das séries anteriores; problemas; dízimas periódicas; maior divisor comum; “aplicação do methodo de reduçção á unidade ás questões da regra de três directa e inversa”. Metrologia: unidades de superfície – metro quadrado, múltiplos e submúltiplos.
	Lições de coisas	Revisão das séries anteriores; os estados da matéria, a mudança dos estados pelo emprego do calor, a fusão, a evaporação, a ebulição, a dissolução; fabrico do pão, laticínios, mel, etc.
	Geografia	Revisão das séries anteriores; países e capitais da Europa, Ásia, África e Oceania; América – países e capitais, principais “accidentes orográficos” e “hydrographicos”; Brasil – principais serras, cabos, ilhas, bahias e portos, rios, lagos e lagoas; estados e suas capitais, população, produção, vias de comunicação; estado do Rio: municípios e sedes, população, clima, serra e baixada, produção, vias de comunicação; exercícios de cartografia.
	História pátria	“Estudo dos factos principaes e vultos mais notáveis, sem a menor preocupação de detalhes: o Brasil-colônia; o Brasil-imperio; o Brasil-republica”.
	Desenho	Revisão das séries anteriores; formas oval, elíptica, espiral, polígonos, estrelados, circunferências.
	Caligrafia	Exercícios de letra cursiva inglesa e letra ronde.
	Música	Ensino rudimentar de teoria musical; cânticos morais e patrióticos.
	Trabalhos de agulha	Bordado de letras, pontos de tapeçaria, trabalhos de lã; “feitura de uma fronha, de uma camisa de menina, de dia e de dormir”.
	Ginástica sueca	

Quadro 16 - Programa do curso primário elementar, instituído na reforma de 1911 (conclusão)

Fonte: Elaboração própria a partir do regulamento presente no Dec. nº. 1213 de 15 de junho de 1911 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1913)

O regulamento aconselhava aos professores maior atenção ao ensino das *lições de coisas*, buscando “desenvolver as diversas faculdades do aluno (...), tornando as aulas atrahentes, evitando detalhes inúteis” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1913, p. 609). Nesse sentido determinava-se que o ensino deveria ter o caráter *intuitivo*, tendo as disciplinas um caráter prático e utilitário.

A ginástica sueca estaria presente em todas as séries nas escolas urbanas e apenas na primeira série nas escolas rurais, sendo “exclusivamente higienica e educativa, por meio de exercícios graduados e apropriados á idade dos alumnos e de jogos tendentes ao desenvolvimento physico delles” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1913, p. 626).

O programa se revelava mais simples e prático do que o da reforma de 1900, acusado à época de procurar formar “bacharéis em primeiras letras”. Abolia, por exemplo, a divisão da geografia em *chorographia*, *hidrographia*, e *aerographia*, e recomendava-se nesta disciplina o ensino “sempre prático” e sem

nenhum compêndio didático (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1913, p. 610-611). Em seu Artigo nº 41 o regulamento era ainda mais taxativo ao proibir nas escolas públicas o uso de “grammaticas, geographias, arithmeticas, etc.”, sentenciando que “o livro é o mestre” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1913, p. 625).

As 2ª e 3ª séries poderiam ser divididas em classes de acordo com o adiantamento dos alunos, e assim como na reforma de 1900, seria permitida, nas escolas elementares, a utilização de monitores para os exercícios materiais, correção de cálculos e repetição de lições.

Desde a extinção dos grupos escolares e da escola modelo em 1903 o ensino público primário fluminense passou a ser oferecido unicamente em escolas isoladas, sendo o número delas progressivamente reduzido ao longo dos 7 anos seguintes. A reforma de 1911, além de alterar a regulamentação das escolas isoladas, restabeleceu nos municípios de maior importância econômica e política um modelo de escola graduada chamado de escola complementar.

Rosa Fátima de Souza (2013) chama a atenção para a necessidade de se estudar as outras experiências de organização da escola graduada, de modo a não superdimensionar o papel exercido pelos grupos escolares. Segundo a autora,

vale a pena notar que, se os grupos escolares se consolidaram como a versão mais completa da escola graduada no país, eles não foram os únicos a se organizarem segundo seus princípios. (...) Inserir os grupos escolares em sua relação com as outras modalidades de escolas primárias torna-se estratégia analítica e interpretativa necessária para se evitar anacronismos e alguns equívocos que têm sido frequentes nos últimos anos como sobrevalorizar o lugar desse tipo de escola, comuns no início do século XX, ou mesmo de enaltecer um objeto de estudo cuja relevância é construída pelos pesquisadores (SOUZA, 2013, p. 28).

Essas escolas complementares deveriam funcionar em prédios espaçosos, compostos por salas medindo pelo menos 120 m² e possuindo um pé-direito de 3,5 m para as aulas, pátio para recreio dos alunos, água encanada e pelo menos dois sanitários (um para cada sexo), além de “commodos higienicos para uma família regular”, que serviriam de residência para o diretor (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1913, p. 598).

O curso das escolas complementares era composto por 6 séries, possuindo cada uma delas um professor adjunto que ensinaria todas as disciplinas do programa, diferente dos extintos grupos escolares onde cada professor era responsável por uma disciplina.

As séries poderiam ser divididas em mais de uma classe, caso excedessem o número de 40 alunos. Essas classes seriam mistas, com meninos e meninas dispostos em filas alternadas, separadas pela distância de pelo menos 1 metro entre elas, ficando os menores sentados nas primeiras carteiras e os maiores ao fundo, guardando sempre o mesmo lugar.

Não é possível afirmar que cada classe ocupasse necessariamente uma sala de aula, visto que no § 3º do Art. 54 do regulamento, definia-se que “a

leitura em commum e os exercícius oraes collectivos [eram] terminantemente prohibidos, pela perturbação que trazem ás demais aulas, cabendo ao professor de cada classe, e com o mesmo objectivo, impedir o excesso de voz” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1913, p. 628). Esta preocupação indica que diferentes classes poderiam funcionar simultaneamente na mesma sala.

A atuação dos professores adjuntos seria orientada por um professor-diretor, responsável pela fiscalização dos trabalhos letivos, cuidando para que o ensino se baseasse exclusivamente nos livros e materiais escolares enviados pela Inspetoria de Instrução, e por toda a escrituração da escola, sendo o único a ter permissão para se corresponder com as autoridades do ensino.

A Lei nº 1.059, publicada em 1 de dezembro de 1911, aprovando a reforma do ensino, determinava que para dirigir as escolas complementares os professores seriam selecionados por meio de um concurso que consistia na apresentação de uma “dissertação sobre assumptos pedagógicos e de uma prova pratica, que [seria] a regência de uma aula primaria” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1913, p. 122).

A reforma previa o fornecimento de mobiliário escolar e materiais diversos para as escolas, como “bancos-carteiras; (...) mesa, cadeira de braços e estrado para o professor; (...) tela ardosiada para quadro preto; (...) cadeiras singelas para visitas (...); armários para os livros e objetos de trabalho clássicos, [e] para biblioteca e museu escolar”; além de esferas, mapas geográficos, e murais para o ensino de lições de coisas, sistemas de pesos e medidas e para o ensino de leitura; além da “collecção de modelos para desenho e de sólidos geométricos” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1913, p. 254-255).

A distribuição dos tempos nas escolas complementares seguia o descrito no Quadro 17.

9h a 9h15min	Inspeção dos alunos
9h15min a 10h	1ª aula
10h a 10h45min	2ª aula
10h45min a 11h05min	Intervalo
11h05min a 11h50min	3ª aula
11h50min a 12h35min	4ª aula
12h35min a 13h05min	Intervalo
13h05min a 13h50min	5ª aula
13h50min a 14h45min	6ª aula
14h45min a 15h	Saída dos alunos

Quadro 17 – Distribuição do tempo nas escolas complementares do estado do Rio de Janeiro – 1911

Fonte: ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1913)

É importante destacar a preocupação com o momento da entrada e saída dos alunos, e também dos intervalos para o recreio. A saída dos alunos aconteceria

em horários diferentes, de acordo com as séries. Os menores da primeira série saíam após o segundo intervalo, às 13h05min, e os da segunda série após a quinta aula. Os professores adjuntos destas séries deveriam permanecer na escola até as 15h, ocupados em outras atividades indicadas pelo professor-diretor, de preferência “na organização dos trabalhos de escripta, desenho e arithmetica das mesmas series” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1913, p. 628).

Nos intervalos caberia aos professores, em número mínimo de dois, vigiar o comportamento dos alunos, coibindo o excesso por “palavras ou movimentos desordenados”, corrigindo “hábitos grosseiros ou destoantes da boa educação” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1913, p. 629).

Em relação ao programa, as escolas complementares seguiam o mesmo das escolas elementares no que diz respeito ao ensino de português e aritmética da primeira série, sendo mais abrangente a disciplina de *lições de coisas*, que introduzia, além da visão, o paladar, e também o estudo dos objetos comuns, que nas escolas elementares era realizado apenas na segunda série. Também na primeira série já havia a disciplina de desenho, desenvolvendo as noções de ponto, linhas verticais e horizontais, oblíquas, perpendiculares e paralelas, divergentes e convergentes, e os primeiros elementos da letra cursiva inglesa, nas aulas de caligrafia.

Na segunda série o ensino de português também seria acrescido com a explicação do sentido das palavras e formação de frases a partir de vocábulos apresentados pelos professores. O programa de aritmética seria o mesmo da segunda série da escola elementar, e no de *lições de coisas* seria acrescentado, no estudo dos sentidos, o olfato, aprofundando também os estudos sobre características de objetos comuns, perceptíveis pela visão.

A disciplina de desenho na segunda série também trazia o estudo dos ângulos, como nas escolas elementares, porém de forma mais complexa, com bissetrizes e ângulos curvilíneos e “mixtillineos”. A caligrafia e a música trabalhavam os mesmos conteúdos da segunda série elementar.

Na terceira série mantinha-se o mesmo programa indicado para a série correspondente do curso elementar nas disciplinas de português, desenho, caligrafia, música e trabalhos de agulha. Em aritmética seria aprofundado o estudo das frações, com a inserção das frações decimais, acrescentando-se também os números primos e múltiplos.

Nas *lições de coisas* era estudada a “idéa de solúvel e insolúvel, flexível e inflexível, elástico, inflammavel, comburente, poroso, friável, etc.” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1913, p. 615), além de aprofundar o estudo das formas e dos reinos da natureza, já presentes no programa do curso elementar para esta série. Na disciplina de geografia inseria-se a identificação do Brasil no mapa da América do Sul, dando ênfase aos exercícios cartográficos, onde os alunos deveriam traçar o contorno dos mapas, divisão política e aspectos do relevo, em papel ou no quadro-negro.

A partir da quarta série o programa das escolas complementares se distanciava do curso elementar, como é possível perceber na disciplina de

história pátria, que nas escolas elementares se iniciaria na terceira série, limitando-se à explicação *sucinta* dos *principais fatos*, enquanto que no curso complementar seria a partir da quarta série com uma visão geral da história do Brasil, abordando

A descoberta da America, (...) descoberta do Brasil; tentativas de colonização; principais governos, colônias e factos mais notáveis desse período: o domínio hespanhol e a invasão hollandeza; a inconfidência mineira; a vinda de D. João VI para o Brasil, D. Pedro I: a independência; o primeiro reinado (...); o segundo reinado: a guerra com o Paraguay; a proclamação da Republica (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1913, p. 618).

Nesta série o programa de aritmética se diferia do elementar ao introduzir o estudo do menor múltiplo comum e suas aplicações, as regras de juros simples, e a inserção do litro na metrologia. As lições de coisas, na quarta série, já incluíam “noções concretas de sciencias phisicas e naturaes”, como a classificação dos animais — em vertebrados e invertebrados; mamíferos, aves, répteis “bratacchios” e peixes —, noções do esqueleto humano e das características das plantas (raiz, caule, folhas e suas funções), “tudo isso succintamente dado, com auxilio de estampas e material levado pelo professor ou pelo alumno” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1931, p. 617). Além disso, mantinham o estudo das formas e dos “estados dos corpos”, presentes na mesma série do curso elementar.

A disciplina de geografia apresentava os mesmos conteúdos para a série equivalente no curso elementar, porém de forma mais aprofundada. Na disciplina de música eram introduzidos os primeiros estudos de teoria musical, como na série correspondente no curso elementar, do mesmo modo como ocorria na disciplina de trabalhos de agulha e ginástica.

A quinta e a sexta séries seriam ministradas apenas nas escolas complementares, que ofereceriam o ensino primário completo. Nestas séries o ensino de português seria acrescido da elaboração de biografias dos “brasileiros ilustres” com base nos estudos de história pátria, além do estudo sobre romancistas e poetas da língua portuguesa. Em gramática estudar-se-ia análise sintática das orações (funções subjetiva, objetiva e adverbial), e a colocação dos pronomes, “figuras sintáticas e vícios de expressão” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1913, p. 622).

Em aritmética seriam introduzidas a “elevação à potencias” e a “extração de raízes”, assim como as regras de cambio e noções comerciais. Em metrologia estudavam-se as unidades de volumes.

Os conteúdos de lições de coisas abordavam a “história natural”, com a classificação dos animais e o estudo dos vegetais, na quinta série, e o corpo humano e o sistema nervoso, na sexta série. Também seriam estudadas as “ciências phisicas”, como a lei da gravidade, a densidade dos corpos, a pressão atmosférica, e experiências com o barômetro. Por fim, o estudo sobre fenômenos da natureza, como formação rochosa, terremotos e atividades vulcânicas.

Em Geografia, nas duas séries finais do curso primário complementar, estudar-se-iam os continentes, priorizando a América do Sul e os aspectos gerais de seus países e suas relações com o Brasil. Características gerais dos limites, relevo e população do Brasil, e estado do Rio de Janeiro, com o traçado “minucioso e preciso” do mapa. Também seriam estudados o sistema solar e “as concepções de Ptolomeu e Copernico”, as fases da lua e as estações do ano.

Os conteúdos gerais de história do Brasil apresentados na quarta série, seriam aprofundados. Na quinta série estudar-se-ia o período colonial, analisando os “selvagens, [seus] usos e costumes”, as capitânicas hereditárias, os governos gerais, os “jesuítas e seus serviços á obra da civilização dos índios”, “os holandeses no Brasil⁴²; episódios dos Palmares”, revoltas coloniais, a transferência da corte portuguesa para o Brasil, a “revolução de 1820 em Portugal”, D. Pedro I e a independência. Na sexta série o Brasil Império seria estudado da seguinte forma:

A constituinte; primeiro reinado (...), a abdicação de D. Pedro I. A Minoridade: período regencial. Maioridade: guerras civis, guerras externas – Rosas e Lopes. A escravidão dos negros: leis de 28 de setembro e 13 de maio. Estudo rápido do segundo reinado, desenvolvimento, nelle, do Brasil, sob o ponto de vista moral, intelectual e material. A propaganda republicana. A revolução de 15 de novembro e a Republica. O grande progresso do Brasil em 20 anos do regimen republicano (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1913, p. 623)

Por fim, nas duas últimas séries a disciplina de desenho desenvolveria as noções de volume e a representação de folhas, flores, frutos, e em música aprofundava-se a teoria musical, além dos cânticos morais e patrióticos. Em trabalhos de agulha ensinava-se tricô e a fazer casas, alças, ilhós e pregar botões e colchetes, além da feitura de várias peças de roupa.

Comparando com o programa da reforma de 1900, sobretudo do curso primário superior oferecido nos grupos escolares, o ensino primário de 1911 apresentava uma escola elementar mais consistente e completa, e nas escolas complementares um ensino mais prático e utilitário que o dos grupos escolares, preocupado com a formação de cidadãos “úteis” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1904) ao invés de “bacharéis em primeiras letras”. Enquanto nas séries finais dos extintos grupos escolares as meninas aprendiam a administrar a casa e a “criadagem”, nas escolas complementares a disciplina de trabalhos de agulha ensinava, no último ano, a cerzir e “collocar remendos”.

A Tabela 7, extraída do Dec. nº 1.200, mostra a quantidade de escolas complementares a serem implantadas, o número de professores e de adjuntos.

⁴² Neste ponto o programa se assemelhava bastante ao da 3ª série das escolas elementares rurais da reforma de 1900.

Tabela 7 - Escolas complementares por município em 1911

Município	Número de escolas	Número de professores	Número de adjuntos
Nictheroy	10	10	26
Campos	3	3	9
Petropolis	2	2	6
Rezende	2	2	4
Barra Mansa	1	1	3
Barra do Pirahy	1	1	3
Valença	1	1	2
Vassouras	1	1	2
Nova Friburgo	2	2	4
Macaé	1	1	2
S. João da Barra	1	1	2
S. Fidélis	1	1	2
TOTAL	26	26	65

Fonte: ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1913, p. 272)

A partir de agosto de 1911 as escolas complementares passaram a receber nomes em homenagem “as principaes datas nacionaes” e também às “pessoas que prestaram relevantes serviços à patria” (AS ESCOLAS..., 1911). Em Valença, por exemplo, a escola funcionava no prédio do extinto Grupo Escolar Alonso Adjuto (fechado após o incêndio em 1901), com o nome de *Escola Complementar Casimiro de Abreu*. Entre as de Niterói havia as escolas complementares *Felisberto de Carvalho*, *Benjamin Constant*, *13 de Maio*, *Euzebio de Queiroz* (ENTERRAMENTOS, 1913, p. 3), entre outras, além da *Escola Complementar Aydano de Almeida*, mesmo nome da extinta Escola Modelo. Em Nova Friburgo as duas escolas complementares receberam os nomes de *Mathias Netto* e *Ribeiro de Almeida* (POR PORTARIA..., 1915, p.1). Em Barra Mansa havia a *Escola Complementar Fagundes Varella*, e em São Fidélis a *Escola Complementar Barão de Macahubas*. Na seção seguinte abordarei especificamente as escolas complementares de Campos.

Ao contrário dos grupos escolares da reforma de 1900, a maioria dessas escolas não ocupava prédios imponentes, apesar das exigências presentes no regulamento em relação aos critérios para o aluguel das casas. A Figura 10 mostra um aspecto do prédio que abrigava a Escola Complementar Pedro II, em Petrópolis.

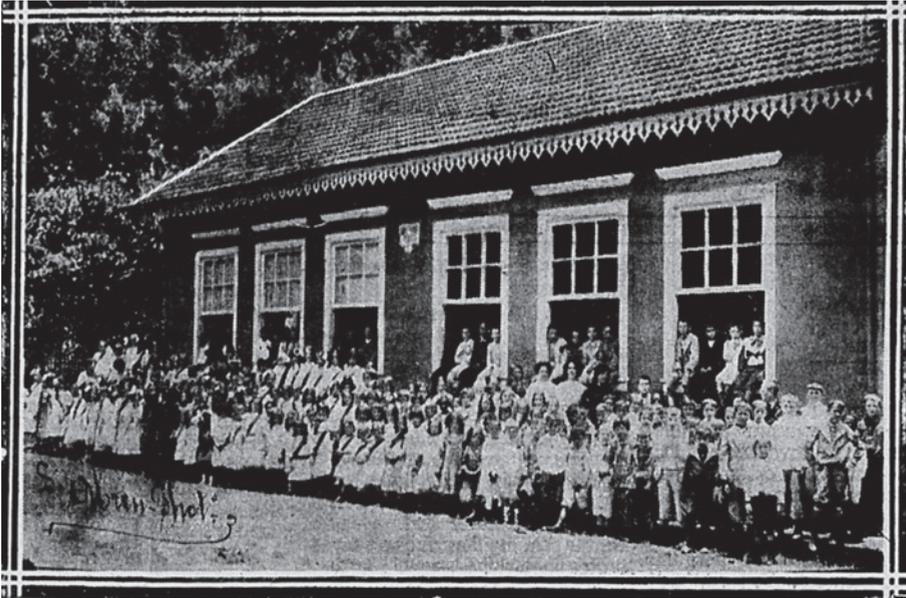


Figura 10 – Escola Complementar Pedro II, em Petrópolis, 1912

Fonte: Revista A Época, Rio de Janeiro, domingo, 08 dez. 1912

Como é possível observar na Figura 10, as instalações eram modestas. A foto mostra o que aparentemente seria a lateral do prédio, com dois lances de três janelas, indicando a provável existência de duas salas de aula naquele ponto da edificação.

O número de alunos era expressivo, havendo maior quantidade de meninas que meninos. Para a composição da foto os meninos, vestidos em paletós e calças curtas, foram perfilados no canto direito, ficando os menores à frente e os maiores próximos à parede e sentados nas janelas, sob a vigilância da diretora e das professoras adjuntas de pé em frente à segunda janela da direita para a esquerda.

As meninas, em sua maioria, usavam uma espécie de uniforme, composto por um vestido claro sobreposto por uma faixa escura que pendia do ombro esquerdo, envolvendo a cintura pelo lado direito, indicando a existência de uma espécie de uniforme.



Figura 11 – Professoras da Escola Complementar Pedro II, em Petrópolis, 1912

Fonte: Revista A Época, Rio de Janeiro, domingo, 08 dez. 1912

Na Figura 11 encontra-se sentada ao centro a professora Angélica Martinho Lopes de Castro, acompanhada das professoras adjuntas e do Inspetor Escolar da 4ª circunscrição, Manoel Juvencio de Andrade. Enquanto os extintos grupos escolares eram não só dirigidos por homens como tinham o corpo docente composto por maioria masculina, as escolas complementares eram majoritariamente dirigidas e regidas por mulheres, marcando o processo de feminização do magistério que ocorria desde o final do século XIX e avançava pelas primeiras décadas do século XX, num contexto de transformações no mercado de trabalho, com o início do processo de industrialização e avanço da urbanização que acabava por direcionar os homens para outras profissões que fossem mais rentáveis (APPLE, 1995; CHAMON, 1996).

De fato, os baixos salários eram alvo de críticas na imprensa, sobretudo a partir da reforma de 1911, como mostra a *Folha do Commercio*, de Campos, afirmando ser “intuitivo que o professor, por sua representação social, não [pudesse] viver com cento e cinquenta e oito mil réis mensaes, salva a hypothese de que elle [fosse] exclusivamente só”. (A REFORMA, 1911) [grifo do autor]. Essa afirmação reforça a representação social masculina do *chefe de família*, impedido de cumprir a sua função de provedor, considerando os baixos salários pagos por sua profissão.

Em sua mensagem presidencial no ano de 1912, Oliveira Botelho destacava a aquisição de mobiliário escolar, o que, segundo ele, não ocorria desde 1900, no governo Alberto Torres. No ano de 1911 foram importados dos Estados Unidos 300 bancos-cadeira, 20 mesas e 10 cadeiras, fabricados pela empresa American Seating Company, que segundo o presidente fornecia mobília escolar a “vários Estados da Federação (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1912, p. 23).

Esta empresa norte-americana, fundada em 1886, desenvolveu os primeiros móveis escolares que combinavam mesas e assentos numa mesma

estrutura, conhecida no Brasil como bancos-carteira. Em 1911 era lançado o modelo nº 101, pioneiro no uso de aço tubular em sua estrutura, como mostra a Figura 12, contando com dobradiças silenciosas, sendo "inigualável em economia, durabilidade, rigidez e design" (AMERICAN SEATING, 2011).

Seguindo os preceitos higienistas, essas carteiras possuíam formato anatômico que proporcionava a correção da postura dos alunos, evitando deformidades como a lordose e a escoliose. A numeração forjada na estrutura de aço indicava os diferentes tamanhos da carteira, sendo os maiores números indicados para as Seguindo Sos preceitos higienistas, essas carteiras possuíam formato anatômico que proporcionava a correção da postura dos alunos, evitando deformidades como a lordose e a escoliose. A numeração forjada na estrutura de aço indicava os diferentes tamanhos da carteira, sendo os maiores números indicados para as crianças menores. Os pés eram parafusados ao chão, contribuindo para a disciplina (CATÁLOGO..., 2013).



Figura 12 – Banco-carteira “Modelo 101”, lançado pela American Seating Co., em 1911

Fonte: AMERICAN SEATING, 2011

A Tabela 8 apresenta a quantidade de móveis escolares adquiridos ao longo do governo do presidente Oliveira Botelho.

Tabela 8 - Aquisição de mobília escolar no governo O. Botelho (1911 - 1914)

Móveis	1911	1912	1913	1914	Total
Bancos-carteira duplos	300	25	1.224	1.500	3.049
Bancos modelo americano	300	900	—	—	1.200
Mesas professores	40	60	—	30	130
Cadeiras especiais professores	10	—	—	—	10
Armários	—	—	—	20	20
Tela ardosiada (metros)	—	250	—	—	250
Quadros-negros	—	10	—	30	40

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos nas Mensagens presidenciais de 1911 a 1914 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1911, 1912b, 1913, 1914)

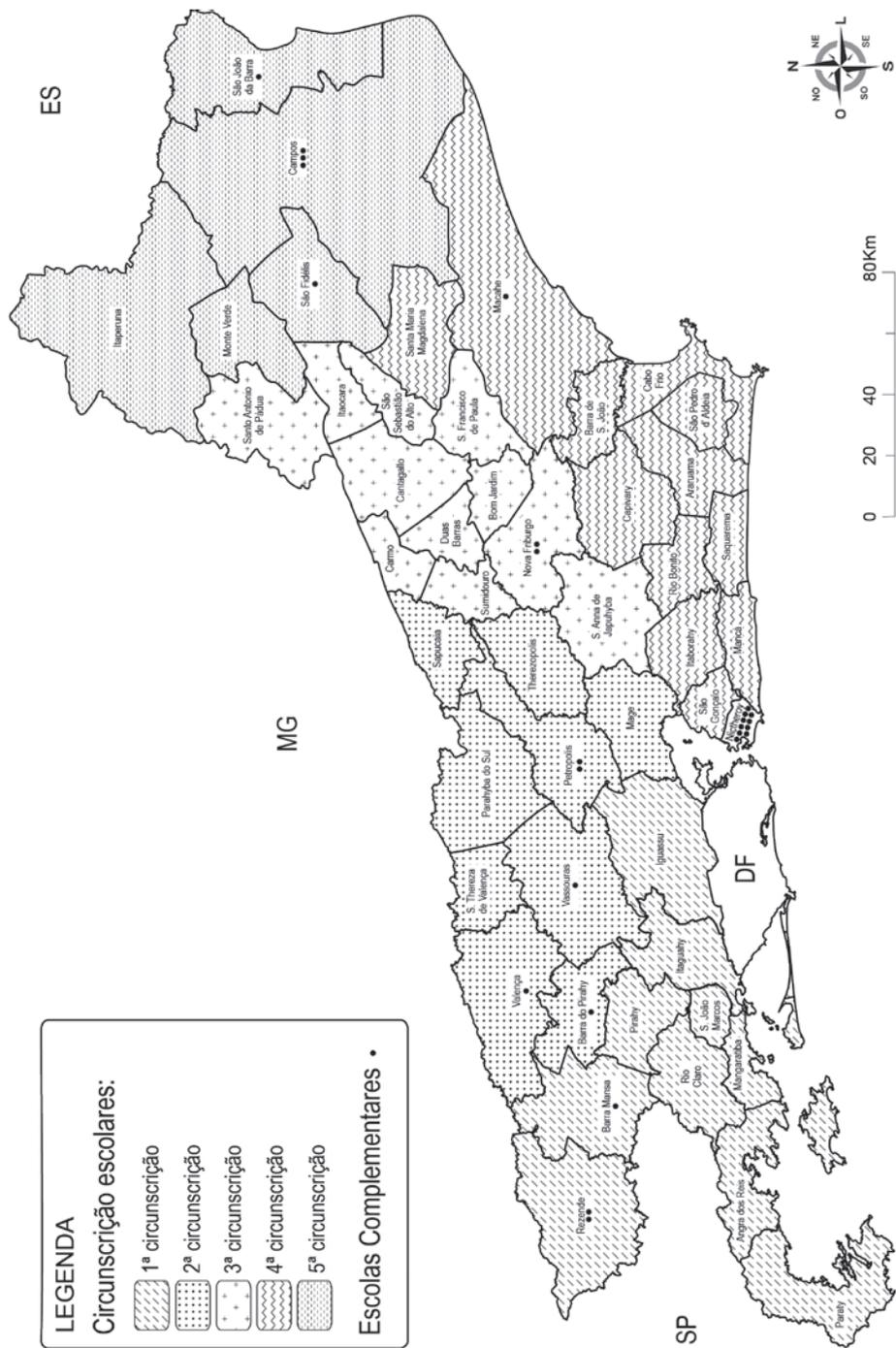


Figura 13 – Estado do Rio de Janeiro: Circunscrições Escolares e Escolas Complementares – Fevereiro de 1911

Fonte: Elaboração livre a partir da base cartográfica atual do IBGE, com adaptação para a divisão política do ano de 1911 utilizando as informações de Lyra (2006) e jornal Monitor Campista (INSTRUCÇÃO..., 1911c, p.1)

Após publicada a reforma de 1911, que marcou o retorno da escola primária graduada fluminense, foram novamente delimitadas as regiões para fins de inspeção escolar. A divisão do Estado em cinco circunscrições escolares e a distribuição das escolas complementares, estão representados no mapa da Figura 13.

O Dec. nº 1.213 também regulamentava o ensino nas escolas subvencionadas. De acordo com o regulamento, nas regiões onde não houvesse escolas públicas o governo contrataria, por meio de exames que não exigiam diploma de escola normal, professores que receberiam, além dos livros de escrituração escolar, o valor mensal de 3\$000 por aluno, num máximo de 30 alunos, quantidade que, se excedida, permitiria ao governo a subvenção de outra escola na mesma localidade. Além do valor pago por aluno, que poderia chegar a 90\$000 mensais, haveria um prêmio de 25\$000 por cada aluno aprovado nos exames finais do curso elementar, ao passo que o mau rendimento da escola nesses exames implicaria a substituição do professor.

A distribuição dos tempos nas escolas subvencionadas seria a mesma prevista para as escolas rurais, iniciando-se as aulas às 10h e encerrando às 15h, e o programa seria distribuído em 3 séries, de acordo com o Quadro 18.

Séries	Disciplinas	
1ª série	Português	Leitura e escrita, exercícios de cópia.
	Aritmética	Numeração falada e escrita; adição e subtração.
	Caligrafia	Exercícios de letra cursiva inglesa.
2ª série	Português	Exercícios de leitura graduada; cópia e ditado; vocábulos.
	Aritmética	Multiplicação e divisão de números inteiros.
	Caligrafia	Exercícios de letra cursiva inglesa.
	Trabalhos de agulha	Pontos de marca e cruz; trabalhos em lã e crochê; costura simples; feitura de um saco para guardar os trabalhos.
3ª série	Português	Exercícios de leitura, cópia e ditado; exercícios de redação.
	Aritmética	Frações ordinárias e decimais; operações com frações; metrologia: o metro, o litro, o grama e suas divisões.
	Geografia	Pontos cardeais e colaterais; movimentos da Terra; acidentes geográficos; cartografia: Brasil, estados e capitais; estado do Rio: limites principais, serras, lagoas, rios, cabos; municípios, produção, vias de comunicação. Exercícios cartográficos.
	História pátria	“Explicação das datas principais, succintamente”.
	Caligrafia	Exercícios de letra cursiva
	Trabalhos de agulha	Costura de roupa branca; remendos, cerzidos.

Quadro 18 – Programa das escolas subvencionadas, instituído na reforma de 1911

Fonte: Elaboração própria a partir do regulamento presente no Dec. nº. 1213 de 15 de junho de 1911 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1913).

Como se pode observar, tratava-se de um programa ainda mais simples que o previsto para as escolas de zona rural, não possuindo o ensino de lições de coisas, ginástica e música. O governo justificava a política de subvenção alegando sua eficiência na “diffusão do ensino, com redução notável do coeficiente de analfabetos”, além de ser uma forma de amparar as escolas particulares e de liberar o Estado de duas responsabilidades: o “pagamento de alugueis de prédios, no presente, e de crescentes aposentadorias no futuro” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1912b, p. 19).

Em sua última mensagem à ALERJ, em 1914, Oliveira Botelho trazia um balanço estatístico de seu governo em relação à instrução pública, mostrando o aumento progressivo do número de escolas e professores. São apresentados os números referentes à quantidade de escolas, o número de alunos matriculados, a frequência e a quantidade de professores.

Ao trabalhar com esses dados é fundamental considerar as mensagens como peças retóricas que expressam um determinado pensamento político, trazendo portanto discursos moldados e delimitados por uma estrutura social específica (ARAÚJO, 2012, p. 104) que neste caso particular, relacionava-se a um contexto de ruptura política, quando o presidente do Estado decidira apoiar a candidatura de Venceslau Brás na sucessão do Marechal Hermes à Presidência da República em 1913, alinhando-se aos interesses de São Paulo e Minas Gerais, em oposição a Nilo Peçanha, que optara pela neutralidade no processo de sucessão presidencial, em defesa da autonomia do Rio de Janeiro diante da interferência da política dos grandes Estados. No ano seguinte a cisão entre Oliveira Botelho e Nilo Peçanha se confirmava nas eleições para o governo do Estado.

Inserida nesse contexto, a apresentação dos dados na mensagem de 1914 discriminava os números referentes à quantidade de escolas complementares, elementares e subvencionadas separadamente, ao mesmo tempo que apresentava os dados de matrícula e frequência somando as três modalidades de escola, considerando, portanto, os alunos das escolas subvencionadas nas estatísticas do ensino público, registrando um resultado bastante superior em relação aos números do governo anterior. Desta forma o presidente citava que enquanto no último ano do governo Backer funcionavam 376 escolas primárias, no primeiro ano de seu governo já havia 409 escolas em funcionamento, número elevado para 564 ao final do mandato. No entanto, todas as 376 escolas que funcionavam em 1910 eram elementares regidas por professores públicos, enquanto que os números apresentados pelo presidente Botelho incluíam as escolas particulares subvencionadas pelo governo que quadruplicaram ao longo desses anos.

Tabela 9 – Quantidade de escolas primárias no governo Oliveira Botelho

Modalidades	1911	1912	1913	1914
Escolas complementares	26	26	28	29
Escolas Elementares	345	343	331	377
Escolas Subvencionadas	38	126	146	158
Total	409	495	505	564

Fonte: Mensagem presidencial de 1914 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1914)

Portanto, se em 1910 funcionavam 376 escolas públicas, em 1911 esse número havia se reduzido para 371 escolas, somando o número de elementares e complementares, e não aumentado para 409, como mostrava o presidente. Além disso podemos perceber, em termos percentuais, que no primeiro ano do governo Oliveira Botelho, 84% das escolas primárias fluminenses eram elementares, enquanto 9% eram subvencionadas e 6% eram as escolas complementares. Em 1914 nota-se que 28% das escolas primárias eram subvencionadas, enquanto as escolas públicas foram reduzidas a 72% do total, sendo 5% as complementares e 67% as elementares, como mostra o Gráfico 1.

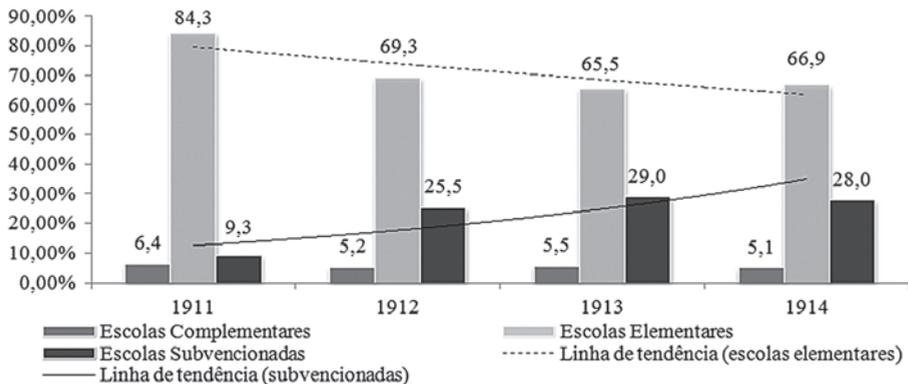


Gráfico 1 – Composição do ensino primário fluminense entre 1911 e 1914

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados presentes na mensagem presidencial de 1914 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1914)

Observando as linhas de tendência do gráfico, nota-se a relação entre o crescimento das escolas subvencionadas e o declínio das escolas elementares ao longo do governo Oliveira Botelho.

Em relação a carreira docente, a reforma de 1911 estabelecia que os professores iniciantes, formados pelas escolas normais do Estado, seriam nomeados como adjuntos nas escolas complementares, através de concurso. Os adjuntos das cidades de Campos, Niterói e Petrópolis receberiam os vencimentos no valor de 1:200\$000 anuais, enquanto que os das demais cidades receberiam 1:500\$000. Provavelmente a diferença nos valores era uma forma de estímulo ao provimento das escolas complementares localizadas nos municípios onde não havia escolas normais.

Passados dois anos de exercício os adjuntos poderiam candidatar-se a vaga de professor de 2ª classe, cujos vencimentos eram de 2:000\$000 por ano. Os professores de 2ª classe seriam, portanto, aqueles diplomados pelas Escolas normais do Estado, que possuísem a experiência de pelo menos 2 anos como adjuntos.

Após 20 anos de carreira os professores de 2ª classe poderiam requerer a progressão para professor de 1ª classe, cujos vencimentos anuais eram de 2:600\$000. Somente os professores de 1ª classe poderiam reger as escolas

de Niterói, como mostra o Art. 61 do regulamento, ao definir que “só poderão reger as escolas da Capital do Estado professores que já tenham 20 anos, ou mais, de serviço no magistério público do Estado” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1913, p. 241).

Para reger escolas nos municípios de Campos, Petrópolis, Nova Friburgo, Iguaçú e São Gonçalo, os professores deveriam ter mais de 10 anos de magistério ou pelo menos cinco anos consecutivos em escola rural. Para os demais municípios do Estado seriam nomeados professores com pelo menos cinco anos de serviço no magistério público ou 3 anos consecutivos em escola rural. Em relação a esse aspecto da reforma, o jornal *Folha do Commercio*, da cidade de Campos, considerava que não era “racional que o professor competente, cheio de justas ambições, [fosse] para um logarejo do interior, passar grande parte da sua mocidade, a ensinar simplesmente a ler, escrever e contar, o que significa que [estaria] desaprendendo, para depois então ser aproveitado noutro meio, justamente quando não se [achasse] mais á altura delle” (A REFORMA, 1911, p. 1).

A progressão dos professores ocorreria sob a observância do tempo de serviço e também do merecimento. Entre os critérios de merecimento, avaliados pelo Conselho Superior de Instrução, estavam as notas obtidas pelo professor ao longo do seu curso na escola normal, o número de alunos aprovados nas escolas sob sua regência e o menor número de pedidos de licença e remoções.

A Tabela 10 mostra o quantitativo de professores primários, por categoria, ao longo do governo Oliveira Botelho.

Tabela 10 - Quantidade de professores primários no estado do Rio de Janeiro (1911 - 1914)

Anos	Efetivos elementares	Interinos elementares	Adjuntos	Diretores de E.C.	Subvencionados	Total
1911	319	16	118	26	38	517
1912	318	25	139	26	126	634
1913	321	23	154	28	146	672
1914	344	33	160	29	158	724

Fonte: Mensagem presidencial de 1914 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1914)

Observando a tabela é possível notar a existência de professores interinos, que não figuram na legislação da reforma como parte da carreira do magistério, nomeados livremente pelo governo para a regência de escolas elementares, em número crescente ao longo desses quatro anos. Nota-se também que entre 1911 e 1914 a quantidade de professores subvencionados aumentara sensivelmente, chegando próximo ao número de professores adjuntos. O Gráfico 2 mostra, em

termos percentuais, as transformações no quadro dos professores fluminenses ao longo do governo Oliveira Botelho.

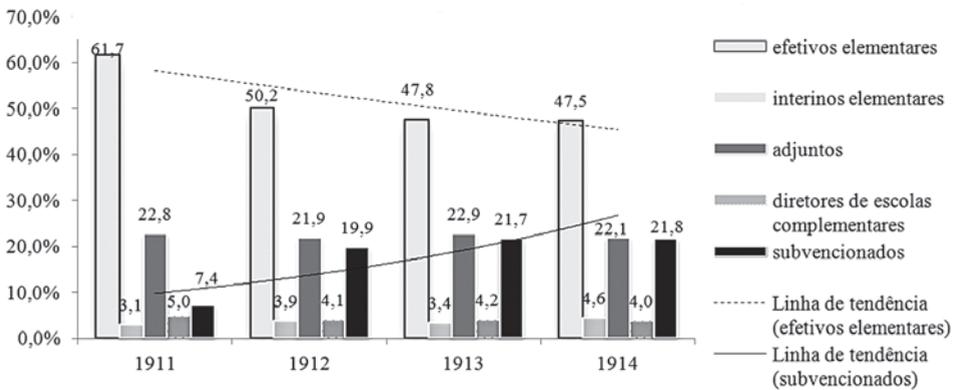


Gráfico 2 – Composição do ensino primário fluminense entre 1911 e 1914

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados presentes na mensagem presidencial de 1914 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1914)

A partir do gráfico pode-se notar que ao final do governo Botelho houve sensível redução do percentual de professores públicos regendo escolas primárias elementares, ao passo que aumentava o número de professores particulares subvencionados, chegando a compor 21,8% do total de professores primários. Outro ponto a ser destacado é o aumento do número de adjuntos, que no momento da criação das primeiras escolas complementares, em 1911, era de 65, chegando ao final daquele ano com 118, sendo ao final do governo 160 adjuntos, mostrando o crescimento das escolas complementares.

Entre as 39 mensagens analisadas, as que trazem mais detalhes e dados estatísticos acerca da instrução pública, são as do presidente Oliveira Botelho. Na mensagem de 1911 foi publicado o censo escolar, trazendo os números da “população escolar provável” em todos os municípios do estado, o número de escolas, matrícula e frequência, e os valores dos investimentos destinados à instrução pública em todos os municípios.

A análise destes dados mostra que em 1911 o estado do Rio de Janeiro possuía uma população escolar provável de 140.740 crianças, das quais apenas 19.506 estavam matriculadas nas escolas públicas primárias, o que representa uma taxa de matrícula de apenas 14%. Entre os matriculados a frequência era de 14.009 alunos, representando uma taxa de frequência de 72%. No entanto, se compararmos a quantidade de alunos frequentes com o tamanho da população escolar, veremos que apenas 10% das crianças fluminenses frequentavam a escola naquele ano. Se compararmos estes dados de 1911 com aqueles apresentados no relatório do diretor da instrução pública em 1898, temos os seguintes resultados:

Tabela 11 – Relação entre a população escolar, matrícula e frequência no estado do Rio de Janeiro em 1898 e 1911

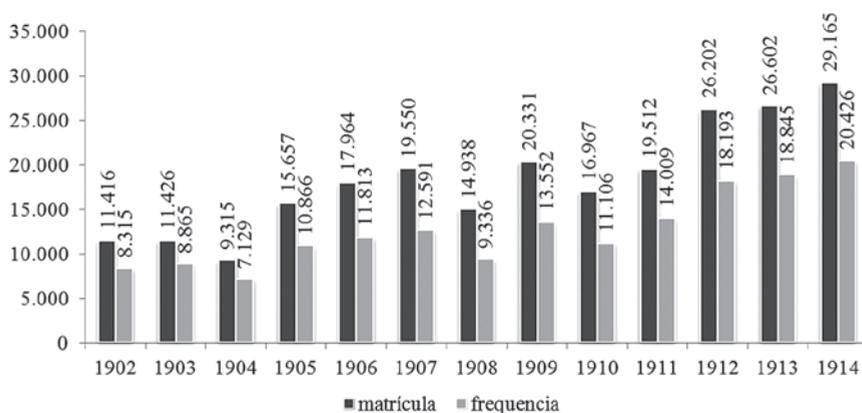
	População escolar	Matrícula	Matrícula / pop. Escolar	Frequência	Frequência / matrícula	Frequência / pop. Escolar
1898	242.626	26.125	10,8%	15.754	60,3%	6,5%
1911	140.740	19.506	13,9%	14.009	71,8%	10,0%
Diferença	-101.886	-6.619	3,1%	-1.745	11,5%	3,5%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Relatório do Diretor da Instrução Pública de 1898 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1898b) e da mensagem presidencial de 1911 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1911)

Observa-se uma grande queda na população escolar, que pode ser atribuída a vários fatores, desde os índices de mortalidade infantil em decorrência das constantes epidemias que grassavam em todo o Estado, até a mudança nos critérios de seleção da população ou mesmo a inexatidão dos dados. De todo modo, a relação entre os dados permite ilustrar algumas características relevantes referentes à matrícula e frequência escolar no período. Em primeiro lugar é possível notar que, em termos percentuais, apesar da redução da população escolar, houve um aumento de 3,1% nas matrículas.

Apesar de haver mais crianças frequentando as escolas do Estado em 1898, em termos absolutos, a relação entre a frequência e a matrícula e entre a frequência e o total da população escolar, revelam um considerável crescimento, apesar de 90% das crianças fluminenses não frequentarem a escola em 1911.

O Gráfico 3 mostra a evolução de matrícula e frequência nas escolas mantidas pelo governo do Estado entre 1902 e 1914.



Nota: A matrícula e a frequência referem-se a todo o ano.

Gráfico 3 – Movimento da matrícula e frequência das escolas do estado do Rio de Janeiro - 1902 a 1914

Fonte: Mensagem presidencial de 1911, acrescida dos dados extraídos da Mensagem de 1914 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1911, 1914)

Nota: A matrícula e a frequência referem-se a todo o ano.

No Gráfico 3 é possível observar os baixos índices de matrícula e frequência durante a crise do governo Quintino Bocaiúva (1900-1903), com a extinção dos grupos escolares e o fechamento de várias escolas isoladas, como vimos anteriormente, e também em 1904, no primeiro ano do governo Nilo Peçanha (1903-1906), quando eram implementadas as transformações decorrentes da reforma constitucional e administrativa do Estado.

Em 1908, com a cisão entre o então presidente Alfredo Backer e Nilo Peçanha, que ocupava o cargo de vice-presidente da República, instalou-se uma nova crise política que resultou numa série de demissões no funcionalismo público, inclusive professoras, e no fechamento de várias escolas, refletindo-se na redução de matrícula e frequência observadas no gráfico.

Nos anos seguintes o presidente Backer tentava consolidar as suas bases políticas, e uma de suas práticas foi a criação de escolas nos municípios que compunham sua base de apoio. Entre os municípios que receberam, proporcionalmente em relação à sua população escolar, os maiores investimentos em instrução em 1910, estão Barra de São João, com 286\$100 por aluno frequente, seguidos por São Francisco de Paula, com 207\$500, Macaé com 132\$800 e Araruama com 126\$900, enquanto o município que proporcionalmente recebeu o menor volume de investimentos foi Campos, sustentáculo do nilismo, com o valor de 54\$000 por aluno frequente⁴³.

Nota-se ainda no Gráfico 3 um sensível aumento nas matrículas e frequência escolar durante o governo Oliveira Botelho (1910-1914), sobretudo a partir de 1912, porém é importante assinalar que estes números incluem as escolas subvencionadas, não representando, portanto, uma expansão da escola pública primária.

A reforma de 1911 assinala um momento importante para a história da educação fluminense, pois é a partir dela que se verifica um certo movimento de expansão da escola primária, apesar da subvenção às escolas privadas ser alvo de duras críticas, como se verá adiante. Mas talvez a sua maior importância se deva ao restabelecimento de um modelo de escola graduada no estado do Rio de Janeiro, com a criação das escolas complementares.

O jornal *Gazeta do Povo* considerava essas escolas verdadeiros

arremedos dos grupos escolares, [sendo] de uma imperfeição clamorosa, e seu funcionamento, que não passa de um agregado de lentes a lecionar em salas pequenas a um alluvião de alumnos o mesmo programma das escolas primarias, não passa de um attentado á saúde dos alumnos e dos professores.

Sem nenhum conforto, em casas que mal se prestam para escolas primarias, reunio-se um grupo de professoras e um numero excessivo de discípulos (A INSTRUCÇÃO..., 1911).

As críticas se concentravam no aspecto físico das escolas complementares, cujos “corpos [eram] maiores que as fôrmas que iam guardal-os” (A INSTRUCÇÃO...,

⁴³ Dados que constam na tabela anexa à Mensagem de 1911, contendo os números referentes à população escolar, matrícula, frequência e despesas por aluno matriculado e por aluno frequente, em todo os municípios fluminenses, nos anos de 1910 e 1911 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1911).

1911), não atendendo aos princípios pedagógicos e de higiene. Apesar das críticas, essas escolas se expandiram convertendo-se em grupos escolares em 1915, dando origem a muitos dos atuais Colégios Estaduais espalhados pelo território fluminense.

4.1.1. A reforma de 1911 e as escolas complementares de Campos

A primeira mensagem encaminhada pelo presidente Oliveira Botelho à ALERJ, no ano de 1911, trazia uma detalhada estatística escolar, mostrando que o município de Campos possuía a maior população em idade escolar do Rio de Janeiro. A tabela apresentava os dados comparativos entre os anos de 1910 e 1911, referentes à população escolar do Estado, ao número de escolas, matrícula e frequência, apresentando também os valores investidos em educação, em cada município fluminense.

Trabalhando com esses dados foi possível constatar que apenas 10.009 crianças frequentavam as escolas públicas em todo o estado do Rio de Janeiro, o que corresponde a 10% da população em idade escolar. Campos possuía então a maior população escolar entre todos os municípios do Rio de Janeiro, com o total de 12.652 crianças, o que representava 9% de todo o Estado, superando a de Niterói que era de 8.450. Nesse contexto foi implantada a terceira reforma do ensino estadual, a partir do Dec. nº 1.200, de 7 de fevereiro de 1911, que dividiu a escola primária em elementar e complementar. No Gráfico 4 é possível quantificar, em termos percentuais, a população escolar dos 10 municípios onde se instalaram as primeiras escolas complementares do Estado.

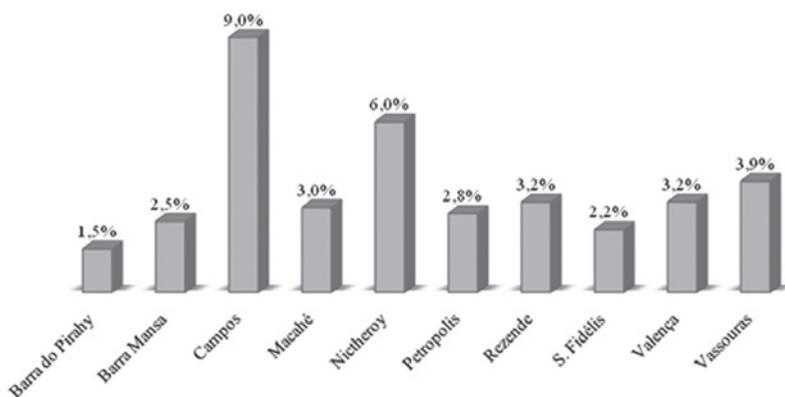


Gráfico 4 – População escolar nos 10 municípios fluminenses onde se instalaram as primeiras escolas complementares – 1911 (percentual em relação ao total do Estado).

Fonte: Elaboração própria a partir da tabela anexa à mensagem presidencial de 1911. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1911).

Percorrendo as páginas dos jornais, navegando entre dados fragmentados e nebulosos, foi possível compreender a retomada da escola primária graduada em Campos, a partir da reforma de 1911. Essa reforma criou

três escolas complementares na cidade, para as quais foram nomeados como diretores a professora Izabel Cardoso de Freitas Guimarães, a professora Cora de Alvarenga, e o professor João Gomes de Mesquita e Souza. Uma breve nota sobre a trajetória desses três professores nos permite conhecer melhor a origem dessas singelas escolas complementares, logo transformadas em grupos escolares, dos quais dois se destacaram entre as mais importantes escolas públicas da cidade durante décadas, atravessando todo o século XX, comemorando recentemente os seus centenários.

Izabel Cardoso de Freitas Guimarães formou-se na Escola Normal de Campos em 1898, sendo a única entre os cinco alunos formados naquele ano a assumir o magistério público como professora efetiva do Estado. Em julho de 1899 o *Jornal do Brasil* publicava uma relação dos despachos de requerimentos enviados à Secretaria do Interior e Justiça, entre os quais o que solicitava à “D. Isabel Cardoso de Freitas Guimarães [que requeresse] a escola onde o ensino não [estivesse] suspenso” (ESTADO DO RIO, 1899b).

No ano seguinte o nome de Izabel de Freitas Guimarães estava na relação de professores do Estado, publicada com o Dec. nº 606, como professora da escola feminina nº 15, localizada em Camboatá, região próxima às comportas do canal Campos – Macaé, nos arredores do centro da cidade. Naquela ocasião a professora era membro do Conselho Escolar no município, presidido pelo diretor do Grupo Escolar Barão de Tautphœus e Inspetor Regional do Ensino na 3ª circunscrição estadual, o Sr. Lindolpho de Assis. Desse conselho também faziam parte os professores José Moreira Fraga, Bernardino Rocha e Anna Mendes da Rocha (CONSELHO..., 1900)⁴⁴.

No mês de julho de 1900, Izabel de Freitas Guimarães foi escolhida para substituir a professora Marianna Gomes Pinto de Alvarenga no Grupo Escolar Barão de Tautphœus, regendo então a cadeira de aritmética e metrologia até o fim da licença da professora titular, em outubro do mesmo ano. Nesse período a escola feminina do Camboatá foi regida por sua irmã, Corina de Freitas Guimarães (GRUPO..., 1900b).

Após lecionar por quatro meses no grupo escolar, a professora Izabel retomou as atividades na escola do Camboatá, que apesar de classificada como feminina, também possuía meninos matriculados⁴⁵. Observando a relação publicada nos jornais, contendo os alunos aprovados nos exames finais, foi

⁴⁴ Os Conselhos Escolares foram instituídos pelo Dec. nº 588, de 25 de janeiro de 1900. Em cada uma das circunscrições escolares em que era dividido o Estado, deveria haver um Conselho Escolar, presidido pelo inspetor regional do ensino ou diretor de grupo escolar, e composto por mais quatro professores nomeados pelo diretor da instrução pública, pelo período de um ano, podendo ser reconduzidos. Caberia a este conselho auxiliar no censo escolar, decidir sobre a expulsão dos alunos das escolas públicas, assim como eleger aqueles que mais se distinguissem. Deveria também promover conferências pedagógicas, a fim de desenvolver o ensino primário (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 416-418).

⁴⁵ De acordo com os resultados dos exames finais, publicados nos jornais, quatro meninos foram aprovados da segunda para a terceira série no ano de 1902 (Deodoro Nogueira, Ernesto e José Terra, Mário Ramos), dos quais três concluíram o curso elementar no ano seguinte (apenas Mário Ramos não foi aprovado), quando havia mais cinco meninos matriculados na segunda série (Amaro Tavares Marinho, Amaro Terra, Heraclito Laccourt Muylært, Julio da Silva Ramos e Manoel Ferreira).

possível notar a presença de nomes que figuraram, nos anos seguintes, entre as normalistas, como Maria Dias, que entrou para a Escola Normal de Campos em 1905, Carolina Ribeiro Gonçalves, que em 1908 estava matriculada no primeiro ano da mesma escola normal. Também foram alunas da professora Izabel Guimarães as normalistas Ascindina e Hilda Laccourt Muylaert, e Cesarina Nascentes Tinoco, pertencentes a famílias que se dedicaram ao magistério, às letras e à política, tanto em Campos como também em nível estadual⁴⁶.

Em 1904 não havia mais a escola feminina de Camboatá. Na lista que acompanhava a mensagem presidencial daquele ano a escola da professora Izabel Guimarães era classificada como a 12ª feminina de Campos, localizada à rua Treze de Maio nº 125 (próxima aos colégios particulares Cândido Mendes e São Salvador, de grande destaque na cidade), onde permaneceu até a criação da Escola Complementar nº 1, para a qual foi nomeada diretora com a reforma de 1911.

Quando foi extinta a Escola Normal de Campos, em 1900, a normalista Cora de Alvarenga, filha do coletor estadual João de Alvarenga e sobrinha Attila de Alvarenga, proprietário do jornal *Monitor Campista*, cursava o terceiro ano, tendo sido aprovada para a última série do curso com o grau de distinção em quase todas as disciplinas. Concluiu o magistério na Escola Normal Livre em 1901, realizando suas aulas práticas no Grupo Escolar Barão de Tautphœus. Com a reforma da instrução naquele mesmo ano, Cora foi nomeada professora da escola feminina do distrito rural de Mineiros, onde permaneceu até 1904 quando a escola foi transformada em mista em decorrência da política econômica do governo Nilo Peçanha e entregue à sua irmã Zélia de Alvarenga⁴⁷, professora mais experiente.

Naquele momento a professora Cora de Alvarenga foi transferida para a 10ª escola feminina, localizada à rua Treze de Maio, nº 172, próxima à escola da professora Izabel Guimarães, no Centro da cidade, região onde também se localizavam os mais importantes institutos particulares de ensino primário. Entre os anos de 1904 e 1910 foram aprovadas diversas alunas da professora Cora de Alvarenga nos exames de admissão para a escola normal, como Odette Menezes, Licy Muylaert, Helena Pereira da Rocha e Olivia Peçanha (EXAMES ESCOLARES, 1905; ESCOLA NORMAL, 1909).

Dentre os professores nomeados para dirigir as escolas complementares de Campos, o mais experiente era João Gomes de Mesquita e Souza, que desde

⁴⁶ Da família Muylaert destaca-se, entre outros nomes daquele período, Aldo Muylaert, formado pela Escola Normal de Campos em 1910. Neste mesmo ano fundou com sua irmã Licy o internato e externato Silva Jardim, escola primária particular que funcionou inicialmente na Praça S. Salvador, mudando-se para a rua de São Bento e, em seguida, para a rua do Sacramento, em Campos. Em 1919 era professor do Colégio Batista Fluminense, mesmo ano em que ingressara como professor da Escola Normal, função que exerceu ao longo de toda a primeira república. Cesarina Tinoco era irmã de César Tinoco, bacharel em direito, jornalista, foi vereador e presidente da Câmara de Campos. Foi segundo vice-presidente do Rio de Janeiro no governo Raul Veiga (1919 – 1922) e liderança nilista no estado.

⁴⁷ Zélia de Alvarenga foi nomeada professora pública na reforma de 1900 para reger a escola feminina de Cruz das Almas, na zona rural. No mesmo ano foi transferida para a escola feminina rural de Dores de Macabu, onde permaneceu até substituir Cora na escola mista de Mineiros. Em 1906 deixou a zona rural e foi transferida para a 13ª escola masculina da cidade, localizada à rua do sacramento. Nesta escola concluíram o curso primário os meninos da família Muylaert: Aldo, que iniciara os estudos no extinto Collegio Victor Hugo; Heraclito e Leopoldo Carlos.

a década de 1870 era mestre de meninos em sua escola situada no Centro da cidade, à Rua do Sacramento (atual Lacerda Sobrinho), nº 20. Em 1879 anunciava nas páginas do *Monitor Campista* o início do período letivo em seu estabelecimento privado de ensino, denominado Collegio Boa Esperança, recebendo também alunos subvencionados pelo Estado (COLLEGIO BOA ESPERANÇA, 1879). Entre os discípulos do professor Mesquita na década de 1870 estava o menino Nilo Peçanha, recém-chegado com a família da freguesia do Morro do Coco (TINOCO, 1962, p. 17).

Em 1882 o professor Mesquita prestou concurso para assumir, em caráter provisório, uma das escolas públicas vagas na região, sendo nomeado em 24 de outubro daquele ano, por ato da presidência da província, para assumir a escola masculina do Arraial de Villa Nova, na mesma freguesia de Morro do Coco, de onde veio a família de Nilo Peçanha (PROFESSORES PROVISÓRIOS, 1882). Em 1887 seu contrato foi renovado por mais cinco anos (RECONDUCÇÃO..., 1887).

Em 1898, de acordo com o quadro anexo ao relatório do diretor da instrução pública, o professor Mesquita regia a 13ª escola masculina da rua Covas d'Areia, próximo à margem do canal Campos – Macaé.

Com a reforma de 1900 o professor foi transferido para a 20ª escola masculina do distrito rural de Mineiros. No entanto, já no ano seguinte havia retornado à zona urbana, regendo uma escola masculina situada à rua Marechal Floriano. Apesar de situada na cidade, a escola era classificada como rural, com o curso elementar de 3 anos, o que provavelmente se deve ao fato de o professor Mesquita não possuir formação na escola normal e, de acordo com a reforma, não estar habilitado a oferecer o curso primário de cinco anos (elementar e médio) das escolas urbanas.

No dia 30 de maio de 1902 reunia-se no gabinete do secretário do interior e justiça, na capital do Estado, o conselho superior de instrução, sendo aprovada por unanimidade a promoção do “professor João Gomes de Mesquita e Souza para a 1ª escola masculina da cidade de Campos” (INSTRUCÇÃO..., 1902b)⁴⁸, localizada à rua Conselheiro Otaviano nº 41, esquina com a rua Treze de Maio. Naquele mesmo ano o professor Mesquita tornara-se membro do Conselho Escolar no município, juntamente com o inspetor Lindolpho de Assis e as professoras Alice Margarida de Freitas, Colina Mendes e Maria Carlota Maciel da Rocha.

A trajetória dos professores escolhidos para dirigir as três primeiras escolas complementares de Campos nos leva à hipótese de que o bom desempenho profissional e o prestígio social de que gozavam, contribuíram para as suas nomeações. Nas escolas das professoras Cora de Alvarenga e Izabel de Freitas Guimarães, estavam matriculados filhos de famílias de destaque no meio intelectual e político da cidade, além de serem satisfatórios seus resultados nos exames de admissão para o liceu e escola normal.

⁴⁸ Nesta mesma reunião do conselho superior de instrução foi decidido, também por unanimidade, “classificar como mais distinta dentre as diplomadas da Escola Normal de Campos (...), d. Antonia Ribeiro de Castro Lopes” (INSTRUCÇÃO..., 1902b).

Ao mesmo tempo, a trajetória do professor Mesquita permite considerar que as relações político-partidárias também influenciavam em tais escolhas. Em 1882, quando o professor Mesquita iniciou sua carreira no magistério público do Estado, ainda nos tempos do Império, o município de Campos vivia sob o domínio do Barão de Miracema, chefe local do Partido Conservador e “padrinho” político de Nilo Peçanha, ex-aluno do professor. Sua remoção para o distrito rural de Mineiros ocorreu com a reforma de 1900, num momento em que o então presidente Alberto Torres ainda não havia rompido com o PRF e se aproximado dos *miracemistas*, fundando o PRRJ.

No entanto, em 1901, após a cisão da política estadual, quando os *miracemistas* e, sobretudo, Nilo Peçanha, assumiram as rédeas políticas do Estado durante governo Bocaiúva, o professor Mesquita era reconduzido a uma escola no perímetro urbano, apesar de classificada como rural. No ano seguinte o professor passava a compor o conselho escolar da 5ª circunscrição de ensino e era promovido a professor da 1ª escola pública do município.

O prestígio e as relações pessoais do professor Mesquita com o grupo nilista ficam ainda mais evidentes quando o então senador Nilo Peçanha, presidente eleito do estado do Rio de Janeiro, visitou a cidade de Campos em novembro de 1903, às vésperas de sua posse no Executivo fluminense. Nessa visita o senador da República, assim que desembarcou na cidade, visitou a casa do “comerciante (...), seu amigo, sr. José Carneiro de Mesquita” (NILO PEÇANHA, 1903), onde foi servido um almoço íntimo, que contou com a presença dos “srs dr. Pereira Nunes [presidente da Câmara Municipal], coronel Macario Garcia de Freitas, dr. Thiers Cardoso e o professor João Mesquita (NILO PEÇANHA, 1903), seu antigo mestre de primeiras letras”.

A Escola Complementar nº 3, dirigida pelo professor Mesquita, iniciou suas aulas no dia 17 de abril de 1911, funcionando na “casa do Sr. Barão de Miracema, na rua da Constituição” (INSTRUCÇÃO..., 1911e, p. 2), um palacete às margens do canal Campos-Macaé, cedido pelo político que naquele ano ocupava uma cadeira no Senado Federal.

A Escola Complementar nº 2, dirigida pela professora Cora de Alvarenga, foi instalada em prédio alugado, à rua Treze de Maio, nº 142 (INSTRUCÇÃO..., 1911d); e a Escola Complementar nº 1, dirigida pela professora Izabel Cardoso de Freitas Guimarães, funcionava em prédio também alugado, na mesma rua, no número 117 (ESTÁ..., 1911, p. 2).

Logo após a criação das três escolas complementares de Campos e escolhidos os seus diretores, foram nomeadas as professoras adjuntas. Para a Escola Complementar nº 1, da professora Izabel Guimarães, foram nomeadas no mês de março de 1911 as adjuntas Olinda Gomes Pinto, formada na Escola Normal de Campos em 1902; Olinda Cardoso de Freitas, normalista de 1906; e Alice Ribeiro Renne, formada em 1907. Em agosto do mesmo ano foi nomeada como adjunta dessa escola a normalista formada em 1905, Edith Coelho de Aguiar.

Para a Escola Complementar nº 2, dirigida por Cora de Alvarenga, foram nomeadas como adjuntas Maria Jenny de Alvarenga, formada pela Escola Normal Livre, em 1901, assim como sua prima e diretora; Anna Maria Sobral

Marchand Bittencourt e Georgina de Castro Pache de Faria⁴⁹, formadas em 1907; Elvira America de Rezende Chaves, normalista de 1908; Lilia Branca Cardoso, diplomada em 1909; e Maria Eugenia Vieira, diplomada em 1910.

As adjuntas nomeadas para a Escola Complementar nº 3, dirigida pelo professor João Gomes de Mesquita e Souza, foram Maria do Carmo Ayres Neves e Dejanira Moretzsohn Campista⁵⁰ diplomadas em 1905; Carmen Pereira Amancio, formada em 1906; e Maria Isabel de Gouvêa, da turma de 1907, todas formadas pela Escola Normal de Campos.

Observando o resultado dos exames de 1911 da Escola Complementar nº 2, pode-se notar que a classe da primeira série era regida pela professora Lilia Branca Cardoso, enquanto Elvira America de Rezende Chaves era a professora da segunda série. A terceira série era dividida em pelo menos duas classes, sendo uma regida por Anna Maria Sobral Bittencourt e a outra por Maria Jenny de Alvarenga, enquanto a diretora Cora de Alvarenga era a professora da quarta série (EXAMES, 1911c)⁵¹. Nota-se assim que às professoras adjuntas menos experientes eram destinadas as séries iniciais, enquanto as séries mais adiantadas ficavam a cargo daquelas diplomadas há mais tempo, e da própria diretora.

A implantação das escolas complementares foi alvo de críticas na imprensa campista, como já mencionado anteriormente. O jornal *Gazeta do Povo* argumentava o fato de os municípios fluminenses não disporem de prédios adequados para abrigar esse modelo de escola e concluía que as escolas complementares campistas, instaladas em “casas pequenas, sem divisões, sem ar, sem luz, sem nenhum facto que as [recomendasse], (...) não [passavam] de inutilidades” (A INSTRUÇÃO, 1911, p. 1).

De acordo com o quadro anexo à mensagem presidencial de 1911, publicado em agosto daquele ano, a matrícula nas três escolas complementares de Campos era de 623 alunos, representando a média de 208 alunos por escola.

Ainda em 1911 as escolas complementares receberam nomes homenageando as “principaes datas nacionaes” ou “pessoas que prestaram relevantes serviços á pátria” (AS ESCOLAS..., 1911, p. 1). A publicação dos

⁴⁹ Filha do médico e político Pache de Faria.

⁵⁰ Dejanira Moretzsohn Campista foi a aluna que mais se destacou entre as diplomadas de 1905, o que garantiu a sua nomeação como professora das aulas do curso primário da Escola Profissional instalada em 1906, no governo Nilo Peçanha, logo extinta no ano seguinte por Alfredo Backer. Era filha do falecido professor Homero Moretzsohn Campista, ex-professor do Liceu e ex-proprietário do Ginásio Campista. A professora Dejanira Moretzsohn Campista foi concedida a disponibilidade não remunerada em julho de 1911, e desde então foram encontrados indícios de sua permanência no magistério na cidade de Campos.

⁵¹ Em dezembro de 1911 realizaram-se os primeiros exames finais das escolas complementares de Campos. As provas, divididas em duas etapas (exames escritos e orais), concentraram-se no prédio da 2ª E. C., regida pela professora Córa de Alvarenga. Apenas a lista publicada em 16 de dezembro no jornal *Monitor Campista*, trazia os resultados da 2ª E. C. discriminado por classe, identificando as respectivas professoras. Foram divulgados os resultados de uma classe da 1ª série, uma da 2ª, duas da 3ª e uma da 4ª, o que não quer dizer que havia apenas estas quatro séries – uma vez que o curso das escolas complementares era dividido em 6 séries, de acordo com o regulamento – e nem mesmo se estas citadas eram divididas em mais classes. Na mesma semana foram divulgados mais resultados das escolas complementares da cidade, porém trazendo apenas os nomes dos alunos e as séries, sem especificar as escolas, professores ou classes, como por exemplo a divulgação de que todas as alunas da 5ª série haviam sido chamadas para o exame no dia 9 de dezembro (ESCOLAS COMPLEMENTARES, 1911).

resultados dos exames escolares no mês de dezembro já se referia à escola da professora Izabel de Freitas Guimarães como Escola Complementar Visconde do Rio Branco; a da professora Cora de Alvarenga como Escola Complementar 15 de Novembro, e a 3ª complementar com o nome de Escola Complementar João Clapp, tendo como diretora a ex-adjunta Carmem Pereira Amancio⁵², substituindo o professor Mesquita, aposentado por motivos de saúde⁵³.

Entre 1911 e 1915 as escolas complementares de Campos recebiam cada vez mais alunos, o que demandava a contratação de novas professoras adjuntas. Verificando os exames finais da E. C. Visconde do Rio Branco no ano de 1912, nota-se que duas professoras – Olinda Gomes Pinto e Olinda Cardoso de Freitas – não aparecem como regentes de nenhuma das séries que apresentaram alunos para os exames daquela escola, indicando não pertencerem mais ao corpo docente. De fato, a professora Olinda Gomes Pinto fora transferida para a E. C. João Clapp.

A diretora Izabel Guimarães era responsável pela classe da sexta série, enquanto Odysséa Silveira regia a quinta série. A quarta série era regida por Alice Ribeiro Renne, que compunha o quadro das adjuntas dessa escola desde a sua fundação, e a terceira série era regida por Maria Isabel de Gouveia. A segunda série estava sob a responsabilidade da professora Maria da Conceição Soutto Mayor. A primeira série estava dividida em duas classes, sendo uma delas regida pela adjunta Zahyra Leite Martins, e a outra por Edith Martins Pereira (EXAMES, 1912).



Figura 14 – Professoras e alunas da Escola Complementar Visconde do Rio Branco, em Campos (1914)

Fonte: Revista Fon-Fon! (FON-Fon! em Campos, 1914). Acervo da Biblioteca Nacional Brasil

⁵² Somente em janeiro de 1914 a professora Carmen Amancio obteve a classificação de professora diretora da Escola Complementar João Clapp, quando seu título foi devidamente apostilado (ESTADO DO RIO, 1914b).

⁵³ Em agosto de 1911 o jornal *Monitor Campista* publicava o requerimento de inspeção de saúde pelo professor João Gomes de Mesquita, “a fim de ser jubilado” (ESTADO DO RIO, 1911). Atendendo a este pedido foi designada uma junta médica composta pelos Drs. Manoel Ferreira de Figueiredo, Francisco de Paula Pereira Faustino e Bernardino de Almeida Souza Campos, para realizar a inspeção.

A fotografia da Figura 14 mostra uma sala de aula da Escola Complementar Visconde do Rio Branco. A imagem permite observar no espaço amplo e arejado da sala, a presença de objetos escolares, como um globo terrestre e o quadro-negro e a existência de um relógio, utilizado para o controle dos tempos escolares.

É possível perceber a presença de crianças de diferentes idades, indicando serem de séries diferentes. Nota-se também a presença de três professoras, sentadas em cadeiras. Infelizmente não foi possível, até o momento, identificar qual das professoras é a diretora Isabel de Freitas Guimarães e quais seriam as professoras adjuntas.

A Figura 15 registra outro grupo de estudantes da mesma escola, em fotografia posada na mesma sala de aula, com os mesmos materiais escolares. Nesta fotografia é possível observar a presença de um número maior de estudantes (85 crianças em pose, enquanto na fotografia anterior há 49) e também professoras (um total de 4, sendo duas sentadas, uma em cada extremidade da foto, e duas de pé, junto às primeiras).



Figura 15 – Professoras e alunas da Escola Complementar Visconde do Rio Branco, em Campos (1914)

Fonte: Revista Fon-Fon! (FON-Fon! em Campos, 1914). Acervo da Biblioteca Nacional Brasil

Os indícios presentes nas duas imagens permitem sugerir que na Figura 14, que traz um número menor de estudantes aparentando possuir uma idade mais avançada, encontram-se as séries finais dessa escola primária, provavelmente a quarta, a quinta e a sexta séries, enquanto na Figura 15 estariam as classes de primeira série, e as demais crianças da segunda, terceira séries, com suas respectivas professoras.

No entanto, o que mais chama a atenção nas duas imagens é a presença exclusiva de meninas entre as crianças dispostas na pose para a fotografia. Inclusive, a legenda das fotografias na publicação original da revista é “grupo de professoras e alumnas da Escola Complementar Visconde do Rio Branco”. Se observarmos os resultados dos exames finais publicados nos jornais do período, constam apenas nomes femininos nas listas de estudantes dessa escola.

A legislação que regulamenta essa reforma não menciona a coeducação nas escolas complementares. O Dec. 1.200 de fevereiro de 1911, referindo-se à escola primária em geral, apenas se limita a definir que “nas localidades em que houver duas escolas, serão ellas para sexo diferente” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1913). Porém, o jornal *Gazeta do Povo* publicou uma nota, em abril de 1911, informando que “foi declarada [sic] que a escola complementar de Campos a cargo da professora Izabel de Freitas Guimarães, funcione como feminina e a da professora Cora de Alvarenga como a de mixta” (FOI declarada..., 1911), confirmando o que mostra a fotografia. Podemos sugerir então que o fato de a professora Izabel de Freitas Guimarães ter construído sua carreira como professora de escola isolada feminina contribuiu para a construção de uma cultura associando a professora e a sua escola à educação feminina, fazendo com que durante anos, mesmo após ter se tornado grupo escolar, o Visconde do Rio Branco tenha sido uma escola feminina, o que é possível verificar, pelas listas de exames finais, até pelo menos a primeira metade da década de 1920.

O mesmo ocorria com a Escola Complementar João Clapp, dirigida pelo professor Mesquita. A sua trajetória como mestre de meninos fez com que esta escola complementar, e mesmo o grupo escolar a partir de 1915, já sob a direção da professora Carmem Amancio, após a aposentadoria do prof. Mesquita, tenha sido prioritariamente uma escola masculina, apesar de ser possível identificar alguns poucos nomes femininos nas listas de exames finais.

A Escola Complementar Quinze de Novembro, dirigida pela professora Cora de Alvarenga, tinha como adjuntas em 1912 as professoras Maria Dolores Vasconcellos Bastos, Maria Manhães Corrêa, Dinorah Alvarenga e Alcmena Alves de Mesquita (Ibidem), enquanto a E. C. João Clapp, sob a direção da professora Carmen Amancio, recebia as professoras Olinda Gomes Pinto, ex adjunta da E. C. Visconde do Rio Branco; Edith Coelho de Aguiar; Anna Maria Sobral Marchand Bittencourt, ex-adjunta da E. C. Quinze de Novembro; além das adjuntas Lucilia de Barcellos Silva, normalista de 1910, e Leilah Guimarães recém-diplomada pela Escola Normal de Campos.

Uma deliberação de 28 de junho de 1915, do presidente Nilo Peçanha, definia que a partir daquele momento as “escolas complementares [passariam] a chamar-se – grupos escolares – conservando a denominação especial que [tinham]” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1921a, p. 582). A partir de então o município de Campos passaria a ter três grupos escolares, ainda que funcionando nos acanhados prédios alugados no centro da cidade: O *Grupo Escolar Visconde do Rio Branco*, o *Grupo Escolar Quinze de Novembro*, e o *Grupo Escolar João Clapp*.

Apesar da restituição da escola graduada, o modelo predominante de escola primária, sobretudo nas áreas rurais, mas também nas cidades, continuava a ser o das escolas isoladas, unidocentes, funcionando em espaços adaptados entre a escola e a residência dos professores. A próxima seção aborda alguns aspectos destas escolas, classificadas como elementares de acordo com a reforma de 1911, na cidade de Campos ao longo da década de 1910.

4.1.2. As escolas elementares em Campos na década de 1910

Em relação às escolas elementares, o quadro anexo à mensagem presidencial de 1911 identificava um total de 34 em todo o município de Campos, na proporção de uma escola para cada 372 crianças em idade escolar. Nessas escolas a matrícula era de 2.396 alunos, mostrando que apenas 18,9% das crianças em idade escolar, do campo e da cidade, estavam matriculadas nas escolas públicas elementares, representando uma média de aproximadamente 70 alunos por escola.

Havia um elevado número de matrícula entre as escolas elementares localizadas na área urbana de Campos, sendo necessária, muitas vezes, a divisão das quatro séries em diferentes classes, como no caso da escola regida pelo professor Bernardino José da Rocha que, de acordo com os resultados dos exames publicados na *Folha do Commercio*, possuía quatro classes de primeira série, e uma classe para cada uma das séries seguintes (segunda, terceira e quarta), sendo pelo menos seis classes (contendo ao todo 80 alunos matriculados), regidas por um único professor que naquele ano já contava 38 anos de serviço no magistério público do Estado (EXAMES, 1911b).

Situação semelhante era vivida por Marianna Gomes Pinto de Alvarenga, ex-professora do extinto Grupo Escolar Barão de Tautphœus, cuja escola, na rua Barão do Amazonas, possuía a matrícula de 154 crianças, sendo 49 meninos e 105 meninas, com a frequência média de 81 alunos, divididos em duas classes de primeira série, duas de segunda, uma de terceira e outra de quarta (EXAMES, 1911a).

Em março de 1911 o jornal *Monitor Campista* publicou a relação das escolas públicas estaduais existentes no município. Observando essa relação, juntamente com outra publicada no jornal *Folha do Commercio* no mesmo mês, considerando ainda a lista oficial publicada na mensagem presidencial do mesmo ano, e diversas notas encontradas pelos jornais, foi possível atualizar o quadro e traçar o seguinte panorama da escola pública elementar no município de Campos.

Nº do distrito	Distrito	Localidade	Nº da escola	Nome do professor
2º	Cidade	Rua 13 de Maio, 117	EC1	Izabel Cardoso de Freitas Guimarães
2º	Cidade	Rua 13 de Maio, 145	EC2	Córa de Alvarenga
1º	Cidade	Rua da Constituição, 82	EC3	João Gomes de Mesquita
1º	Cidade	Rua Vigário João Carlos, 3	1	José Moreira Fraga
2º	Cidade	Rua do Conselho, 9	2	Mariana Alves do Couto Reis
1º	Cidade	s/inf	3	Felisbella Peixoto Cardoso
1º	Cidade	Carvão	4	Marianna Alves Dias
2º	Cidade	Rua dos Goytacazes, 12	5	Olympia Pereira Nunes
1º	Cidade	Cidade	6	Bernardino Joaquim da Rocha
1º	Cidade	Cidade	7	Zulmira Freitas Bulcão

Quadro 19 – Relação das escolas públicas estaduais em Campos – 1911 (continua)

Nº do distrito	Distrito	Localidade	Nº da escola	Nome do professor
1º	Cidade	Rua Barão de Amazonas	14	Marianna Gomes Pinto de Alvarenga
1º	Cidade	Rua da Constituição, 73	8	Maria Izabel de Moura
2º	Cidade	Sacco	9	Maria Clotilde Arrault
2º	Cruz das Almas	Cruz das Almas	10	Olívia Doralice Ribeiro
3º	S. Gonçalves	S. Gonçalves	11	Doralice Olívia Ribeiro
1º	Cidade	Ururahy	s/inf	Isaura Lucas dos Santos
3º	S. Gonçalves	S. Gonçalves	13	Blandina Soutto Mayor
3º	S. Gonçalves	Conselheiro Josino	s/inf	Ismenia Campos
4º	Mussurepe	Santo Amaro	s/inf	Eurydice de Paula Bastos
5º	Mineiros	Mineiros	17	Laura Fraga
6º	S. Sebastião	S. Sebastião	16	Othylia Fraga de Paula Machado
6º	S. Sebastião	Venda Grande	s/inf	Ercília Barreto
7º	Guarulhos	Séde	20	Zélia de Alvarenga
7º	Guarulhos	Séde	19	Maria Carlota Maciel da Rocha
7º	Guarulhos	Nogueira	reuni- das	Serizê Passos
7º	Guarulhos	Guarulhos		Eurydice Mendonça de Almeida
7º	Guarulhos	Sapucaia	21	Hercilia Nogueira
7º	Guarulhos	Usina São João	22	Noemia Reis
8º	Travessão	Travessão	23	Claudina Alves do Couto Reis
9º	Cachoeira	Monção	24	Benedicta Teixeira de Mattos
10º	São Benedicto	São Benedicto	25	Adahil Vianna
10º	São Benedicto	Rio Preto	26	Angelina Gomes Monteiro
11º	Santa Rita	Santa Rita	27	Maria Martins
12º	Dores de Macabú	Macabú	28	Maria Bernardino Ribeiro da Silva
13º	Villa Nova	Villa Nova	29	Delphina Teixeira de Sá Vianna
14º	Morro do Coco	Murundu	31	Norma Pessanha
14º	Morro do Coco	Morro do Coco	33	Alva Doralice Ribeiro
14º	Morro do Coco	Santo Eduardo	s/inf	Izabel Campos de Oliveira
15º	Porto de Fraga	Queimados	32	Marianna de Vasconcellos Cruz
16º	Paciência	Paciência	30	Philomena de Lima Assenço

Quadro 19 – Relação das escolas públicas estaduais em Campos – 1911 (conclusão)

Fonte: Elaboração própria a partir da mensagem presidencial de 1911 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1911); e notas nos jornais (INSTRUÇÃO..., 1911b, 1911a).

Na documentação consultada para esta pesquisa não foi encontrado nenhum quadro listando os professores públicos do estado do Rio de Janeiro após o ano de 1912. No entanto, foi possível notar que na segunda metade da década de 1910 encerrava-se o ciclo da última geração de professores dos tempos do Império. Além do já citado caso do professor Mesquita, aposentado em 1911, encontrava-se por exemplo José Moreira Fraga que, em 1913, com 40 anos de magistério público no Estado, solicitava a inspeção médica a fim de requerer a aposentadoria (ESTADO DO RIO, 1913a), falecendo em janeiro do ano seguinte antes que se concluísse o processo de jubilação (ESTADO DO RIO, 1914).

Ao mesmo tempo atingia a maturidade a primeira geração de professores republicanos, em sua grande maioria professoras, formadas pela escola normal, que assumiam as escolas públicas elementares ou eram nomeadas como adjuntas das escolas complementares, além de oferecerem aulas particulares em suas residências ou criarem seus próprios institutos particulares de ensino, cada vez mais numerosos na cidade, como por exemplo o Collegio Nossa Senhora do Carmo, de Delmira L. Ayres Neves, bacharel em letras, formada pelo Liceu de Humanidades de Campos em 1906⁵⁴.

Entre as escolas elementares da cidade estava a da professora Marianna Alves do Couto Reis que funcionou na Rua do Conselho nº 7, sendo transferida, devido às péssimas condições em que se encontrava o prédio, para a rua do Ouvidor nº 42, na mesma região. Havia também a escola da professora Olympia Pereira Nunes, situada à Av. 15 de Novembro, próxima à ponte sobre o rio Paraíba do Sul⁵⁵.

Neste período de renovação do quadro docente, além das novas nomeações, alguns professores que atuavam há algum tempo na zona rural eram removidos para escolas da cidade. Um exemplo é o da já citada professora Hercília Nogueira Ferreira que, diplomada pela Escola Normal de Campos em 1905 (A FESTA..., 1906, p. 1), foi nomeada professora da 27ª escola mista de Campos, em Sapucaia (ESTADO DO RIO, 1906c), instalada nas dependências da usina de açúcar de mesmo nome, no distrito de Guarulhos.

Em agosto de 1912 a professora Hercilia Ferreira foi removida para uma escola a ser instalada na cidade. No mês seguinte o jornal *Folha do Commercio* publicava a aprovação, por parte do governo do Estado, da “locação do prédio de d. Maria de Vasconcellos Cruz, pelo aluguel mensal de 60\$, para nelle

⁵⁴ Esta escola, inaugurada em 1906, pelas irmãs Maria do Carmo Ayres Neves, normalista formada em 1905, e Delmira Ayres Neves, bacharel formada em 1906 pelo Liceu, funcionou entre a sua fundação e o ano de 1911 no palacete do Barão de Miracema, onde já tinha funcionado o Collegio Paraizo, entre 1903 e 1906. Em 1911 o prédio passou a abrigar a Escola Complementar João Clapp, para a qual a professora Maria do Carmo foi nomeada como adjunta. Naquele ano o Collegio N. S. do Carmo se mudava para a rua Barão de Cotegipe, nº 6, tendo apenas a senhorita Delmira como diretora.

⁵⁵ É possível identificar a localização das escolas primárias, privadas ou públicas, elementares ou complementares, neste período, de forma fragmentada nos jornais. No caso das escolas privadas, os clichês nas páginas de anúncios traziam sempre o nome da escola, seguidos do nome da professora e do endereço. Em relação às escolas públicas a tarefa é mais difícil, pois raramente se publicavam os seus endereços, a não ser na divulgação dos resultados dos exames, onde ocasionalmente era mencionado apenas o nome da rua, ou então quando havia alguma nota de reclamação devido às más condições higiênicas do prédio, ou ainda quando a escola era utilizada como local de votação nas eleições.

funcionar a escola da Avenida Pelinca, em Campos, sob a regência da professora d. Hercília F. Nogueira” (ESTADO DO RIO, 1912). No entanto, em 1913 a escola foi transferida para “o prédio de d. Noemia Cardoso Linhares, sem aumento de aluguel” (ESTADO DO RIO, 1913b), cuja localização não foi possível identificar.



Figura 16 - Escola elementar urbana regida pela professora Hercília Ferreira Nogueira, em 1914

Fonte: Acervo particular da família Braz

A Figura 16 traz uma fotografia feita no dia 28 de novembro de 1914 por ocasião dos exames de promoção da escola da professora Hercília Nogueira. Nela é possível notar a presença de meninos e meninas, negros e brancos, sendo a maioria composta aparentemente por crianças das séries iniciais, sentados ao chão, em primeiro plano, e em cadeiras na segunda fila. Nas duas últimas fileiras de estudantes perfilados, ao lado direito, assim como nas janelas do edifício, notam-se os alunos provavelmente matriculados na terceira e quarta séries. De pé em frente às duas primeiras janelas, da esquerda para a direita, estão as professoras da comissão julgadora, onde também se encontrava a professora Hercília Nogueira.

Em relação ao prédio, nota-se a existência de uma placa na lateral direita da fachada, onde se lê “Escola Publica; meninos e meninas”, ao lado do portão

de acesso principal. Através das amplas janelas em forma de arco é possível avistar a sala de aula devidamente arejada, com duas portas na parede oposta, sendo uma delas de acesso a um corredor que leva à porta dos fundos, também aberta, facilitando a circulação de ar. Nas paredes da sala de aula é possível observar a existência de dois pôsteres nas laterais, que poderiam ser quadros de história natural ou cartas geográficas. Ao centro nota-se um quadro principal, aparentemente composto por diferentes mapas sobrepostos, que se prendiam enrolados na parte superior, podendo ser exibidos separadamente.

A professora Hercília foi bastante atuante no magistério campista, desde a sua presença na organização do ato que reuniu os professores primários de Campos para tratar de sua difícil situação com salários em atraso durante o governo do presidente Backer, em 1908, quando ainda regia a escola da usina Sapucaia. Após sua remoção para a cidade, a presença da professora Hercília na composição das comissões dos exames finais, tanto das escolas elementares quanto complementares, era constante.

Além disso esteve presente na defesa da instrução primária, participando voluntariamente da caixa escolar Wenceslão Braz como zeladora, e sempre defendendo os professores, como mostra uma carta de sua autoria publicada em 1925 na *Folha do Commercio*, em resposta a Evandro Barroso, colaborador daquele jornal. Segundo a carta, o sr. Barroso havia lançado graves acusações aos professores públicos, tidos como “abaixo da média desejável” e responsáveis pela “falta de civismo e princípios de moral da mocidade”, visto que supostamente muitos deles mal conheciam “os mais simples princípios do idioma pátrio” (PELA..., 1925).

Em sua resposta contundente a professora Hercília reconhecia que talvez houvesse maus professores públicos, no entanto argumentava serem esses em número tão reduzido que não justificava o ataque do sr. Barroso. Salientava ainda que

essa accusação, (...) tão collectivamente lançada, até ás normalistas afastadas ainda do magistério póde atingir, pois não é crível que só tivessem sido nomeadas as menos competentes das diplomadas pela nossa Escola Normal, e essas constituem uma legião em Campos.

Num momento em que a mulher, em todos os paizes, dá provas do seu valor intellectual, essa affirmativa do sr. Evandro Barroso colloca a campista num nivel de manifesta inferioridade. Não é, porém, disso que se trata e sim da grave accusação de incompetencia que pesa sobre quasi todo o professorado publico, tão grave que os interessados pelo bem publico, que professam a opinião do sr. Evandro Barroso, deviam denunciar ao Governo, nominalmente, todo esse exercito de incapazes que menosprezam até a santidade de sua missão, na expressiva linguagem do illustre collaborador da *Folha do Commercio*!

Com os meus prévios agradecimentos, tenho a honra de lhe apresentar, Sr. Director, cumprimentos muito attentivosos — *Hercilia Nogueira*, professora publica (PELA..., 1925).

O caso da professora Hercília Nogueira permite observar a existência de iniciativas de caráter corporativo entre os professores já na década de 1910, e sua articulação em defesa não apenas dos interesses de sua classe profissional como também em relação às inovações pedagógicas. Assim como a professora Hercília Nogueira, a atuação da professora Antônia Ribeiro de Castro Lopes, que assumira a direção do Grupo Escolar 15 de Novembro em 1915, foi fundamental para a criação da escola modelo anexa à Escola Normal de Campos em 1916, batizada no ano seguinte com o nome Escola Modelo Seis de Março, em homenagem ao centenário da Revolução Pernambucana de 1817 (ESCOLA MODELO, 1917, p. 1). Segundo Boynard (2006), a implantação dessa escola, que servia de laboratório para a prática de ensino das normalistas, representava um marco importante da inovação pedagógica fluminense. Antônia Lopes passou a dirigir a escola modelo, sendo substituída na direção do Grupo Escolar 15 de Novembro pela professora Alzira Collares Quitete.

A segunda metade da década de 1910 foi um período de considerável progresso na instrução pública fluminense. Os governos de Nilo Peçanha, Geraque Collet e Raul Veiga, entre 1915 e 1922, foram responsáveis pelo retorno dos grupos escolares, além da criação de mais uma escola modelo no Estado, da experiência inovadora da escola ao ar livre e das escolas profissionais. Tais medidas foram acompanhadas por obras não somente de adaptação, mas de construção de prédios para fins escolares, temas abordados nas seguintes seções.

4.2. A consolidação do nilismo e a expansão da escola pública primária fluminense

Nas eleições de 1914 para o governo do Rio de Janeiro, Oliveira Botelho indicou como sucessor, por interferência do senador Pinheiro Machado — grande articulador da política nacional naquele período —, o prefeito de Niterói, Feliciano Sodré, contra o qual se levantou a candidatura do próprio Nilo Peçanha. Vitorioso nas urnas, Nilo assumiu em 31 de dezembro de 1914 o seu segundo mandato à frente do executivo fluminense.

Nos primeiros dias do seu governo foi aprovada pela ALERJ a Lei nº. 1.229, de 18 de janeiro, que autorizava ao poder Executivo reformar o ensino no Estado. No mesmo mês foi expedido o Dec. 1.404 que suprimiu, entre outros órgãos, a Inspeção de Instrução Pública, cujos trabalhos foram transferidos para a Diretoria dos Negócios do Interior e Justiça. Esse decreto também reorganizou o Conselho Superior de Instrução Pública, que passaria a ser dirigido pelo secretário geral do Estado, e composto pelo diretor dos negócios do interior e justiça, por um professor ou diretor da Escola Normal de Niterói e por dois professores públicos, também da capital.

O mesmo decreto extinguiu a inspeção escolar remunerada, considerada ineficiente e dispendiosa, justificando assim a sua substituição pelo trabalho de superintendentes do ensino “escolhidos entre os cidadãos de melhor reputação

social e de maior competência” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1917b, p. 73), nomeados pelo governo para inspecionar gratuitamente as escolas, auxiliados por delegados distritais nos municípios de maior extensão territorial.

Além dessas mudanças, o decreto alterou a estrutura da escola primária, que passou a se dividir em escolas de 1º e 2º graus. A escola primária de 1º grau era composta por três cursos: o curso elementar com três séries, oferecido nas escolas isoladas da zona rural; o curso médio nas escolas isoladas ou “agrupadas” num mesmo prédio em vilas e cidades, com quatro séries; e o curso complementar, oferecido apenas na capital e nas cidades mais populosas do Estado, com um curso de duas séries ministrado em escolas especiais chamadas escolas complementares, ou em seções anexas às escolas isoladas ou agrupadas do curso médio. Às escolas urbanas agrupadas dava-se “a denominação de ‘grupo escolar’, quando abrangesse a frequência média superior a 100 alumnos, verificada durante um semestre” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1917b, p. 77). Aquelas que possuísem a seção complementar eram consideradas “grupos escolares completos”, ou “escolas completas”, no caso das isoladas, e a escola primária de 2º grau era composta de apenas uma série, oferecida nas Escolas Modelo. O Quadro 20 apresenta as modalidades em que se dividia a escola primária a partir de 1915.

1º grau	Escola isolada rural	Elementar	3 séries
	Escola isolada urbana	Médio	4 séries
	Grupo escolar		
	Escola complementar	Complementar	2 séries
	Escola completa	Médio + complementar	6 séries
	Grupo escolar completo		
2º grau	Escola modelo	Médio + complementar + 2º Grau	7 séries

Quadro 20 – Cursos da escola primária a partir do Dec. nº 1.404 de 31/01/1915

Fonte: Elaboração própria a partir do relatório do secretário geral do Estado, José Mattoso Maia Forte, referente aos anos de 1915-1916 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1917b)

Em 28 de julho do mesmo ano, o Dec. nº. 1.439 determinava que as escolas complementares das cidades mais populosas se converteriam em grupos escolares completos, e por deliberação publicada no mesmo dia, o presidente do Estado declarava que essas escolas manteriam as suas “denominações especiais”.

Diferente das escolas graduadas do governo Oliveira Botelho, a modalidade escola complementar passava a se referir apenas a duas escolas especiais, localizadas uma em Niterói, “à rua Marechal Deodoro nº 40, sob a regência do professor Joaquim Almeida Fortuna” (O GOVERNO..., 1915, p. 4) e outra na vila de São Gonçalo, que possuíam exclusivamente as duas séries do curso complementar, para onde seriam destinados os alunos das escolas isoladas

e dos 10 grupos escolares de nível médio da capital do Estado, a fim de concluir o curso primário completo.

Mantiveram-se os mesmos programas da reforma de 1911, ficando as três primeiras séries do curso primário elementar daquele programa para as escolas isoladas rurais; o curso elementar completo de 1911, com quatro séries, seria ministrado nas escolas isoladas urbanas e grupos escolares de curso médio; e o programa distribuído em seis séries das antigas escolas complementares, seria adotado nas escolas completas e nos grupos escolares completos. Segundo o relatório do secretário geral Mattoso Maia, “as escolas modelo seriam grupos escolares completos, tendo mais a série constituindo o ensino primário do 2º gráo” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1917b, p. 77), cuja aprovação nos exames finais garantiria o acesso às escolas normais, sem a necessidade dos exames de admissão (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1917b). Essa era a diferença entre a escola modelo e o grupo escolar, a partir de 1915.

Em sua primeira mensagem ao Legislativo fluminense o presidente Nilo Peçanha criticava os gastos excessivos de seu antecessor, alegando ser o Rio de Janeiro “o Estado que mais [devia] no Brasil” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1915, p. 7). Em relação à instrução pública criticava duramente a política de subvenção a escolas privadas, afirmando que “o ensino subvencionado [fora] transformado em aparelho político e as subvenções eram concedidas, com raras exceções, a indivíduos incompetentes que muitas vezes nem residiam nos municípios para os quaes foram subvencionados” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1915, p. 44). O Dec. nº. 1.406, de 31 de janeiro de 1915, suprimiu a subvenção do ensino, assim como revisava os contratos de aluguéis dos prédios escolares.

Em 1916 foi criada em Niterói a escola profissional Visconde de Morais que, além da formação dos “futuros operários”, ofereceria também o ensino primário, seguindo os moldes das escolas profissionais criadas por Nilo Peçanha em 1906, extintas no ano seguinte por questões políticas pelo presidente Backer, e retomadas, em nível nacional em 1909, com as Escolas de Aprendizes Artífices. Foi a primeira das quatro escolas profissionais criadas pelo governo estadual que estariam funcionando até 1922.

Também foram inauguradas nesse ano, na cidade de Campos, a Escola Modelo 6 de Março, anexa à escola normal (BOYNARD, 2006), e a Escola ao Ar Livre Presidente Wenceslau Braz, inaugurada no mês de novembro, em ato que contou com a presença do Presidente da República, como será visto na seção seguinte.

O ano de 1916 foi marcado por debates em torno da educação primária no Brasil, e também no estado do Rio de Janeiro. Vanessa Nofuentes (2008) destaca o surgimento, naquele ano, da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo, sediada na cidade de Niterói, na esteira da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo que se espalhou por vários Estados brasileiros. No estado do Rio de Janeiro o objetivo era que, após seis anos, nas comemorações do centenário da independência do Brasil, os municípios fluminenses estivessem livres do analfabetismo (NOFUENTES, 2008, p. 110). A estratégia

era nomear comissões escolares nos municípios com a intenção de criar de cursos noturnos para a alfabetização de adultos, utilizando os recursos das caixas escolares, dispositivo criado no governo Geraque Collet (1917-1918). O governo do Estado estimulava a criação das caixas escolares nos municípios, por iniciativa particular, constituindo fundos para o fornecimento de vestiário, alimentação e medicamentos para os alunos pobres.

Em sua Mensagem de 1916, Nilo Peçanha chamava a atenção para a necessidade da construção de prédios escolares, pois a grande maioria era alugada e imprópria para o ensino, sendo apenas vinte os prédios próprios do Estado, e mesmo assim, segundo o secretário Mattoso Maia, “com os mesmos defeitos dos edifícios particulares” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1917b, p. 83). Recomendava então o secretário que se realizasse, nos centros de população mais densa, a construção de

grandes grupos escolares, em pontos escolhidos com critério, no centro e nos arrabaldes – o que permitiria a supressão das muitas escolas singulares dentro do perímetro daquelles.

Não deve haver uma escola em cada rua, em casa má, imprestável para os fins a que se destina, mas boas escolas, em pontos centrais, onde as crianças tenham ar e luz, e o ensino possa ser uniformemente dirigido (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1917b, p. 83).

Orientado pelo relatório do secretário geral do Estado, o presidente Nilo Peçanha, em sua Mensagem de 1916, reconhecia que os prédios alugados eram “acanhados e escuros; falta[va]-lhes ar, luz e conforto; não raro, [eram] desaceitados, tristes e insalubres” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1916, p. 24), impossibilitando os trabalhos pedagógicos e a disciplina. Fazia-se necessária a construção de prédios em todas as localidades “cujas escolas [reunissem] um grande numero de alumnos”. Para minimizar os custos que essa medida implicaria para os cofres públicos, o presidente aconselhava que a cada ano fossem erguidas entre dez e doze escolas, que deveriam ser compostas de

um corpo principal para a direcção, vestiário, etc., e, em seguimento, um amplo barracão, dividido por septos moveis em salas que comportassem folgadamente 50 alumnos, amplamente illuminadas e arejadas, assoalhadas e cobertas de telhas francezas ou de asbestos. Um pateo para recreio e mais as necessárias installações sanitárias completariam o plano do edificio (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1916, p. 24-25).

O presidente citava os exemplos de Miracema, no município de S. Antônio de Pádua, onde a população construiu o prédio para o grupo escolar, e São Gonçalo, onde o grupo fora construído pela prefeitura, exemplo a ser seguido pelos demais municípios do Estado.

Neste ano foram instalados mais três grupos escolares: G. E. Quintino Bocayuva em Niterói, G. E. Ferreira da Luz em Miracema, no município de Santo Antônio de Pádua, e G. E. Duque de Caxias em São Francisco de Paula.



Figura 17 – Inauguração do Grupo Escolar Ferreira da Luz, distrito de Miracema, no município de Santo Antônio de Pádua, em 1917

Fonte: Revista Fon-Fon (A EXCURSÃO..., 1917). Acervo da Biblioteca Nacional Brasil

Na Figura 17 vemos um aspecto da inauguração do Grupo Escolar Ferreira da Luz, em Miracema, que contou com a presença das autoridades locais, além do presidente Nilo Peçanha, que nos detalhes aparece ouvindo a execução do hino nacional pelos alunos das escolas públicas do distrito, e depois num jantar oferecido nas dependências do grupo escolar (A EXCURSÃO..., 1917).

A inauguração desse prédio escolar foi composta por um conjunto de solenidades, demonstrando o caráter simbólico de que se revestia a escola primária naquele momento, deixando de ser identificada com as casas mal adaptadas e sem higiene, para serem monumentalizadas eternizando a imagem dos homens públicos.

Entre as solenidades que pontificaram o ato estão a inauguração de um busto do presidente Nilo Peçanha com os dizeres “o povo de Miracema ao dr. Nilo Peçanha – 1917” (O SR. Presidente do Estado em Miracema, 1917), e a inauguração das salas, que receberam os nomes do secretário geral do Estado Dr. Mattoso Maia Forte, a sala José Giudice e a sala Dr. Nilo

Peçanha, embalada por discursos proferidos pelas professoras do grupo (A EXCURÇÃO..., 1917).

Também foram criados três cursos noturnos em Niterói, funcionando no G. E. Benjamin Constant, localizado no Largo da Memória e dirigido por D. Eldina Fernandes Dias, na escola masculina do professor Jonathas de Macedo Domingues, no 1º distrito, e na escola masculina do Barreto, regida pelo professor Ataliba de Macedo Domingues (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1917b).

Em relação ao mobiliário escolar, o relatório do secretário geral do Estado destacava que, apesar dos gastos das administrações passadas com a compra de bancos-carteira e mobília diversa, achavam-se as escolas “desprovidas do indispensável” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1917b, p. 85). Para a solução do problema, seria recolhido o mobiliário antes cedido às escolas subvencionadas, e encaminhado todo o mobiliário defeituoso para as oficinas da penitenciária do Estado, onde também seriam fabricados alguns móveis escolares.

Foram comprados mais 1.000 bancos-carteira, fabricados nas oficinas da prefeitura de Niterói, e livros para os alunos da Escola Modelo, Escola Complementar Nove de Abril, e grupos escolares de Niterói.

Desde o governo Botelho há referências à atuação das câmaras municipais na criação de escolas primárias. Na mensagem de 1913 o presidente informava ter solicitado um levantamento junto às municipalidades, a fim de conhecer as estatísticas referentes ao ensino primário particular e municipal. Embora reconhecesse serem falhos os dados obtidos, revelava a existência de 82 escolas municipais em todo o Estado. Em 1916, “attendendo ao appello que lhes foi dirigido” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1917b, p. 86), as câmaras municipais haviam criado 303 escolas, estando 226 em funcionamento. O relatório do secretário geral do Estado trazia uma tabela identificando as escolas municipais em todo o Rio de Janeiro, reproduzida na mensagem dirigida pelo presidente Nilo Peçanha à ALERJ em 1916, apresentada a seguir:

Tabela 12 - Escolas municipais no estado do Rio de Janeiro em 1915 (continua)

Municípios	Escolas		Matrícula	Frequência
	Criadas	Instaladas		
Angra dos Reis	4	4	95	73
Araruama	5	s/inf.	s/inf	s/inf
Barra Mansa	1	1	s/inf	s/inf
Barra do Pirahy	2	2	s/inf	s/inf
Barra de São João	2	2	s/inf	s/inf
Bom Jardim	6	s/inf	s/inf	s/inf
Cabo Frio	5	5	160	100
Campos	33	30	1.577	1.161
Cantagallo	24	s/inf	s/inf	s/inf
Capivary	4	1	s/inf	s/inf

Tabela 12 - Escolas municipais no estado do Rio de Janeiro em 1915 (conclusão)

Municípios	Escolas		Matrícula	Frequência
	Criadas	Instaladas		
Iguassú	3	3	52	41
Itaborahy	4	4	78	53
Itaguahy	2	2	s/inf	s/inf
Itaocara	8	8	328	262
Itaperuna	19	18	s/inf	370
Macahé	5	5	197	129
Magé	3	3	s/inf	s/inf
Maricá	3	s/inf	s/inf	s/inf
Monte Verde	3	2	49	37
Nictheroy	1	1	34	27
Nova Friburgo	20	16	479	388
Parahyba do Sul	13	11	1.327	260
Petropolis	8	8	259	172
Pirahy	3	s/inf	s/inf	s/inf
Rezende	5	5	s/inf	25
Rio Bonito	12	10	s/inf	96
Rio Claro	3	3	115	s/inf
S. Antonio de Padua	22	22		428
S. Fidélis	5	s/inf	s/inf	s/inf
S. Francisco de Paula	6	2	44	32
S. Gonçalo	11	11	506	346
S. João da Barra	3	3	s/inf	110
S. João Marcos	4	s/inf	s/inf	s/inf
Santa Maria Magdalena	6	4	s/inf	s/inf
Santa Thereza	3	s/inf	s/inf	s/inf
Sapucaia	3	3	s/inf	72
Saquarema	1	1	44	35
Sumidouro	3	2	36	33
Theresopolis	7	6	127	34
Valença	4	4	s/inf	s/inf
Vassouras	24	24	398	300
Total	303	226	5.905	4.584

Fonte: ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1916, 1917b)

De acordo com a Tabela 12 o município de Campos apresentava o maior número de escolas municipais do Estado, num total de 33 escolas rurais, com 1.577 alunos matriculados e a frequência de 1.161 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1916, p. 73).

Os esforços em reformar a administração pública, concentrando várias funções na Secretaria Geral do Estado através de suas diretorias, e as medidas que reduziram os gastos com a instrução, como a extinção da inspeção remunerada e da subvenção às escolas particulares, o estímulo à criação de escolas municipais, a revisão dos aluguéis e a defesa da construção de prédios escolares com o apoio das municipalidades e sociedade civil, buscando a substituição progressiva das escolas isoladas por grupos escolares, eram parte da política financeira de Nilo Peçanha que perseguia, de forma obsessiva (BRANDI, 1989, p. 212), reduzir o déficit do Estado do Rio de Janeiro.

Da mesma forma que em 1904, foi posta em prática uma política de redução de gastos, sustentada pelo discurso agrarista de que a agricultura era a atividade básica da nação e vocação natural do Rio de Janeiro, de modo que os recursos públicos deveriam ser direcionados ao campo, cujo desenvolvimento se refletiria posteriormente nas cidades (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1916). Também como em seu primeiro governo, os métodos adotados no combate ao déficit fluminense renderam a Nilo Peçanha certa impopularidade nos círculos políticos locais, mas ao mesmo tempo aumentava o seu prestígio como grande administrador, o que contribuía para os seus planos políticos em nível nacional.

Em maio de 1917 Nilo Peçanha deixou o governo fluminense para assumir o cargo de ministro das relações exteriores do presidente Venceslau Brás, representando o Brasil nos assuntos referentes à Primeira Guerra Mundial e “cimentando (...) a aliança entre o nilismo e o poder federal, (...) isolando a oposição fluminense” (BRANDI, 1989, p. 214). Neste contexto Nilo costurava alianças políticas com os Estados de segunda grandeza da federação, como Bahia e Pernambuco, criando as bases para a sua candidatura à Presidência da República, na campanha conhecida como Reação Republicana, em 1922.

Com o afastamento de Nilo Peçanha assumia o governo do Rio de Janeiro o vice-presidente Agnello Geraque Collet, médico baiano radicado no município de São Fidélis, onde se tornara liderança política. Em seu governo (1917 – 1918) e no de seu sucessor Raul Veiga (1918 – 1922), destacou-se a política de expansão da escola primária, sobretudo a construção de prédios escolares. Em sua mensagem de 1917 o presidente mencionava os já citados casos de Miracema e São Gonçalo, e também o de São Fidélis, que

dentro em breves dias, [teria] também o seu [grupo escolar] inaugurado em um amplo edifício preparado a capricho. (...) Em Padua e Itaocara, commerciantes e industriaes, lavradores e proprietários, [construíram] um grande comitê para acompanhar esse bello movimento que se alastra pelo norte fluminense (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1917a, p. 9).

A criação de novas escolas foi um movimento que não ficou restrito apenas ao norte do Estado, abrangendo diversos municípios fluminenses,

com a realização de reformas e construção de prédios higiênicos, amplos e imponentes para abrigar os diversos grupos escolares que se criavam naquele momento, realizando um movimento sintonizado com o contexto do pós-guerra, de contestação à estrutura política oligárquica brasileira, acompanhado pelos desejos de uma modernização pedagógica aliada ao sentimento nacionalista que se intensificava com a aproximação do centenário da independência do Brasil.



Figura 18 – Prédio do Grupo Escolar Barão de Macahubas, em São Fidélis, ainda em construção no ano de 1918

Fonte: Revista Fon-Fon 1918. (UMA EXCURSÃO..., 1918a).

Neste momento a escola primária fluminense dava mais um passo no sentido de se distanciar dos *pardieiros*, em direção aos *palácios* que seriam os primeiros prédios construídos pelo poder público estadual no Rio de Janeiro, com o fim exclusivo de abrigar escolas primárias graduadas, desde a implantação do regime republicano.

A segunda metade da década de 1910 representou não apenas a renovação do magistério primário e o retorno do ensino graduado através das escolas complementares — ampliadas em matrícula e quantidade de professores — mas também marcou um momento de mudanças no cenário político estadual, com a consolidação da hegemonia nilista até o ano de 1922, que se refletiram nas transformações urbanas de Campos e também em novas experiências na escolarização primária, como a criação de uma escola ao ar livre no interior do Estado.

4.3. “Edifícios espaçosos, são e alegres”: a Escola “Ao Ar Livre” Presidente Wenceslão Braz, em Campos dos Goytacazes – RJ (1916 – 1931)⁵⁶

No século XIX a “arte de curar” os corpos através de meios diversos, desde a fé e o curandeirismo, até a homeopatia, foi combatida pelos princípios científicos defendidos por médicos influenciados pelos preceitos iluministas. Consolidava-se a razão médica, através da preocupação com a formação, nas faculdades de medicina, de profissionais capazes de, através da ciência, curar as sociedades, interferindo cada vez mais na vida social, na cidade e na família (GONDRA, 2010).

No final daquele século a razão médica se sobrepunha às demais áreas do conhecimento, e com o avanço do processo de urbanização brasileira naquele período, os médicos se colocavam como os principais agentes do planejamento urbano e, neste processo, uma das principais ferramentas de ação era a escola, como veículo de propagação “de um saber e de uma verdade que fundamentavam a ação coordenada de todos (...) [e que deveriam ser ensinadas] tanto ao governo quanto à população (...) [através da] adoção de medidas médico-higiênicas, tanto na esfera pública quando no universo privado” (GONDRA, 2010, p. 526).

A aplicação dos princípios científicos à escola através da influência da medicina higienista no século XIX constitui um capítulo relevante na disputa entre a escola — como um elemento de normatização social — e a família, na educação das crianças (CUNHA, 2010). Neste contexto caberia à escola o papel de educar segundo os saberes científicos, disciplinando os tempos, os comportamentos, determinando os padrões de alimentação, e mais uma série de medidas necessárias para a formação de um cidadão sadio e útil à sociedade, algo que, no julgamento dos médicos higienistas, nem os governos e tampouco as famílias, eram capazes de realizar.

Na passagem do século XIX para o XX, a medicina higienista interferia diretamente na educação escolar, não apenas lutando para que esta fosse de fato escolar, distante dos domínios da família e da igreja, como também ditando as políticas de instrução pública, como a defesa da construção de prédios apropriados para o funcionamento de escolas, revelando a preocupação com a localização destes edifícios e com as características de sua arquitetura, que deveria atentar para as práticas de leitura e escrita em seu interior e para os riscos que a má postura, a falta de iluminação e ventilação adequada poderia causar à saúde dos alunos (GONDRA, 2010).

Assim os saberes médicos estiveram presentes nas principais diretrizes da arquitetura escolar e da pedagogia naquele contexto, definindo o mobiliário escolar, as dimensões e o posicionamento das janelas das salas de aula —

⁵⁶ Uma versão alterada deste texto foi publicada como um capítulo do livro “Espacios y patrimonio histórico-educativo”, organizado por Paulí Davila e Luis Maria Naya em 2016. Trata-se dos anais das VII Jornadas Científicas da SHPHE e V Simpósio Iberoamericano: História, Educación, Patrimonio Educativo, evento realizado em Donostia San Sebastián, no País Basco, em 2016, onde o texto foi apresentado.

sempre à esquerda dos alunos de modo a proporcionar a iluminação adequada —, até mesmo o cálculo do consumo de ar por cada indivíduo por metro quadrado, definindo assim a dimensão das salas de aula e a quantidade de alunos (GONDRA, 2010).

É importante destacar que o triunfo da razão médica se deu num contexto em que diversas epidemias devastavam os grandes centros urbanos, tanto no Brasil quanto na Europa e nos Estados Unidos. Doenças como febre amarela, varíola, malária e peste bubônica eram responsáveis por dizimar parcelas consideráveis da população dos centros urbanos no final do século XIX e início do XX. Nesse sentido vários planos de reforma urbana foram realizados, como a reforma de Paris entre 1850 e 1870, inspiradora das reformas de outras cidades europeias como Viena, Roma e Berlim, assim como na América, nos casos de Chicago e Rio de Janeiro, por exemplo.

Entre as principais características dessas reformas urbanas estava a criação de amplos espaços públicos, como praças, largas e retílineas avenidas e parques arborizados, visando à livre circulação de ar puro como forma de combater a proliferação das epidemias. Neste contexto surgiram as primeiras escolas primárias ao “Ar Livre”.

4.3.1. O higienismo e as escolas ao ar livre

No ano de 1922 foi defendida na Faculdade de Medicina da cidade do Porto, em Portugal, a tese de doutoramento do médico Camilo Augusto de Figueiredo, com o título “Breves Considerações sobre as Escolas ao Ar Livre” (FIGUEIREDO, 1922).

O médico dedicou a primeira parte de sua tese aos estudos sobre a tuberculose infantil, confrontando os resultados da pesquisa realizada pelo professor Grancher nas escolas de Paris, que indicava a frequência da tuberculose na idade escolar, com os dados que mostravam serem menos frequentes os casos de morte por essa doença, nesta idade, considerando que a tuberculose se mantinha incubada durante a infância, manifestando-se com mais frequência na idade adulta.

Em sua tese, o Dr. Figueiredo defendia que o combate à tuberculose deveria ser feito através da promoção da “robustez orgânica”, aumentando a resistência individual. Alertava ainda para o fato de que o aumento da tuberculose se dava em decorrência do crescimento da população urbana, favorecendo o contágio familiar. Desta forma, indicava, assim como vários médicos higienistas seus contemporâneos, “a vida ao ar livre e no campo” (FIGUEIREDO, 1922, p. 48).

Figueiredo (1922) mostrou que no século XIX as colônias de férias foram o primeiro passo para as escolas ao ar livre. O avanço das escolas ao ar livre pela Europa foi tratado por Armand-Delille; Walper e Méry (1919), identificando que em 1907 a Comissão Escolar do London Council, na Inglaterra, havia criado uma escola nestes moldes, de tipo externato, e no ano

seguinte mais três novas escolas do mesmo modelo haviam sido criadas em Forest-Hill, Shooters Hill e Kentisch Town.

Em 1910, na Suíça era criada uma escola que utilizava a helioterapia, que incluía atividades ao ar livre e banhos de sol no programa escolar, idealizada pelo Dr. Rollier. Na França as escolas ao ar livre se expandiram após a Primeira Guerra Mundial, quando a tuberculose se espalhou pelo país. A primeira foi criada em Vérsinet, em 1910. No ano seguinte, a prefeitura de Lyon criava a escola ao ar livre de Vernay, e em 1918 era implantada outra perto de Chartres, adotando também a helioterapia (ARMAND-DELILLE; WALPER; MÉRY, 1919).

O Dr. Figueiredo destacou ainda a criação de escolas deste tipo na Itália e também na América, nas cidades de Boston, em regime de externato, e Chicago, do tipo internato. Ainda na América citou os casos da Argentina e do Uruguai, e lamentou que a única escola ao ar livre existente em Portugal até aquele momento tinha sido a escola de Tomar, no Porto, que funcionou apenas no ano de 1913, graças ao inspetor escolar Vidal Oudinot (FIGUEIREDO, 1922).

Ano	Cidade	País
1905	Berlim	Alemanha
1907	Londres	Inglaterra
1908	Londres	Inglaterra
1908	Buenos Aires	Argentina
1908	Providence	Estados Unidos
1908	Boston	Estados Unidos
1910	Chicago	Estados Unidos
1910	Cergnat	Suíça
1910	Vérsinet	França
1911	Vernay	França
1913	Porto	Portugal
1914	Montjuich	Espanha
1918	Chartres	França

Quadro 21 - Experiências de escolas ao ar livre entre 1900 – 1918

Fonte: Figueiredo (1922), Armand-Delille, Walper e Méry (1919), Martínez (2000) e Gutman (2004)

Essas escolas eram direcionadas às crianças débeis, fracas, mais propícias a desenvolver a tuberculose na idade adulta. Requeria a instalação em locais arborizados, com condições higiênicas, onde houvesse ar puro, “isento de poeiras, oxigenado” (ibid., p. 58). Os horários eram rígidos e intercalavam as atividades ao ar livre e as aulas. Era adotado um regime de superalimentação que contava com copos de leite, pão, carne, cereais e legumes.

Segundo Gutman (2004), em 1912 havia aulas e escolas ao ar livre em 44 cidades nos Estados Unidos. Por influência do que ocorria na Europa, através

de uma “troca transatlântica” (GUTMAN, 2004, p. 160) de ideias e métodos da qual participaram diversos médicos norte-americanos, as escolas ao ar livre se espalharam pelo país. A primeira delas foi instalada em janeiro de 1908, funcionando anexa a uma escola comum na cidade de Providence, em Rhode Island, por iniciativa de dois médicos que lideravam a Liga Para a Erradicação da Tuberculose.

Uma característica que diferia do caso mais comum na Europa, onde o Estado foi o principal agente da implantação de escolas ao ar livre, nos Estados Unidos essas escolas foram resultado da ação de instituições filantrópicas e demais instituições da sociedade civil, como no exemplo de Rhode Island, onde a Liga de combate à tuberculose custeava a alimentação e o transporte das crianças.

Ao contrário da experiência europeia, as escolas ao ar livre norte-americanas não funcionavam em áreas afastadas dos centros urbanos, como montanhas e florestas, mas sim em prédios escolares já existentes, porém com adaptações que, segundo Gutman (2004) impunha um grande desafio aos arquitetos, como a derrubada de paredes e a ampliação de portas e janelas. Outras, como a escola de Boston, funcionavam ao ar livre possuindo uma tenda para abrigo e refeitório, ou ainda, como em Nova Iorque, em balsas improvisadas.

Ao longo do século XX as escolas ao ar livre deixaram de ser exclusivamente voltadas para o combate à tuberculose, voltando-se também às crianças fracas, com deficiências físicas ou mentais, e para as crianças da classe trabalhadora, em bairros operários. (CHÂTELET; LERCH; LUC, 2003). Para Jean-Noël Luc (2003), essas medidas inovadoras com origem nos problemas de saúde pública influenciaram não apenas a pedagogia, mas também a arquitetura escolar (LUC, 2003, p. 10).

4.3.2. As escolas ao ar livre no Brasil

Em relação ao Brasil são quase inexistentes os estudos sobre as escolas ao ar livre. Uma pesquisa pioneira, da professora Ana Mignot (2010), apresenta a experiência da professora Armanda Álvaro Alberto que fundou em 1919, no município de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro, uma escola ao ar livre destinada aos filhos dos pescadores.

A professora Armanda passou sua infância na França, onde teve contato com as inovações pedagógicas que circulavam pela Europa naquele momento, e certamente com a experiência das escolas ao ar livre. De volta ao Brasil criou essa escola que logo em seguida teria sua experiência transplantada para a Baixada Fluminense, com a Escola Proletária de Meriti, mais tarde, Escola Regional de Meriti, próxima à capital da República.

Outra experiência ocorreu no estado de São Paulo, nos anos de 1930, quando um grupo de intelectuais modernistas, liderados por Mário de Andrade, compôs o Departamento de Cultura da prefeitura da capital, na gestão do prefeito Fábio Prado, criando o Parque Infantil Santo Amaro. O parque ocupava um quarteirão inteiro, arborizado, com abundância de água, sem salas de aula

e pouca área construída. O objetivo desses parques era, além de oferecer uma nova proposta de ensino primário, combater os “menores vadios” e nacionalizar os imigrantes (FARIA, 2010; DALBIEN; DANAILOF, 2009).

A pesquisa de Eliane Carvalho (2011) mostra a influência do discurso médico na organização do ensino estadual em Minas Gerais no ano de 1927, evidenciando como a polícia sanitária mineira detalhava, em seus relatórios de inspeção, as condições arquitetônicas dos prédios escolares, como a altura e o formato de portas e janelas, ventilação das salas, etc., aconselhando a adoção das escolas ao ar livre para as crianças débeis (CARVALHO, 2011).

Pesquisando a educação infantil no estado do Amazonas, Miki (2014) analisa a implantação da escola ao ar livre no bairro de Mocó, subúrbio de Manaus, em 1919. Segundo a autora, no Amazonas esta modalidade de ensino foi direcionada não somente às crianças de saúde debilitada, mas àquelas que habitavam a insalubre região suburbana da capital. De acordo com a mensagem do presidente estadual Pedro de Alcantara Bacellar, encaminhada ao poder legislativo amazonense, a modalidade de escola ao ar livre que tão bem servia às crianças doentes e fracas, não faria mal às crianças sadias das áreas suburbanas (AMAZONAS; MIKI, 2014, p. 279).

Ainda sobre a experiência manauense, Miki (2014) aponta que a defesa da escola ao ar livre era justificada pelo governo como uma solução econômica, que desonerava o Estado em relação ao pagamento de aluguéis e à construção de prédios escolares, ao adotar o “modelo de pavilhão”. De acordo com Miki (2014), a escola ao ar livre de Manaus se aproximava da experiência italiana “onde as crianças estudavam passeando nos jardins e praças (MIKI, 2014, p. 283).

Deste modo, as pesquisas até o momento apontam que a escola ao ar livre brasileira se desenvolveu a partir da década de 1910, estendendo-se pelo menos até a década de 1930 com a experiência do Parque Infantil Santo Amaro em São Paulo. No entanto, além dessas experiências está a criação, no ano de 1916, da Escola ao Ar Livre Presidente Wenceslau Bráz, na cidade de Campos dos Goytacazes, um centro urbano populoso localizado na região açucareira do norte do estado do Rio de Janeiro.

4.3.3. A Escola ao Ar Livre Presidente Wenceslau Bráz

A cidade de Campos, constantemente assolada por diversas epidemias na passagem do século XIX para o XX, foi cenário dos discursos higienistas e das campanhas em defesa das reformas sanitárias. Em 1911 a cidade sediou a 4ª Conferência Açucareira, reunindo agricultores e industriais de diversos Estados, com a presença do ministro da agricultura, Pedro de Toledo, e do presidente do estado do Rio de Janeiro, Oliveira Botelho. Nesta conferência foi decidida a criação de um imposto de 2,5% sobre o açúcar exportado, com o objetivo de compor um fundo a ser utilizado exclusivamente para o saneamento da cidade. O colunista Max, nas páginas do jornal *Monitor Campista*, saudava a iniciativa, prevendo que

realizadas as obras traçadas pelo distinto engenheiro Dr. Rodrigues de Brito, alargando ruas, construindo parques, demolindo velhos pardiéis, e cortadas as ruas por bonds electricos, a nossa Campos se tornará de facto a “Princesa do Parayba”, e ficará sendo como bem diz o illustre Sr. Dr. Oliveira Botelho, presidente do Estado “a sala de visita digna do faustoso jardim, que é a sua lavoura” (MAX, 1911, p.1).

As obras de saneamento de Campos contaram com o alargamento e calçamento de avenidas, ampliação e melhoramentos das redes de esgotos, com a construção de estações de bombeamento e tratamento, e expansão da rede de água encanada. Também foram criadas novas praças e um grande parque arborizado. Como comenta em sua Mensagem de 1916 o presidente Nilo Peçanha:

A cidade resentia-se da falta de um parque e por isso o Governo fez construir um na praça que se verificou ser a de maior área: a de S. Benedicto, que cobre uma superfície de cento e cincoenta metros por trezentos. Elle ficará dividido transversalmente, pela rua em frente á igreja que deu nome ou logradouro (...). Já foi iniciado na praça central do parque a construcção de um pavilhão de estylo grego, que se destina a uma escola ao ar livre (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1916, p. 31).

As obras de saneamento de Campos foram inauguradas num domingo, dia 5 de novembro de 1916, contando com a presença do Prefeito Luis Sobral, do Presidente do Estado do Rio de Janeiro Nilo Peçanha, e do Presidente da República Wenceslau Brás. O jornal carioca A Época fez a cobertura da visita presidencial a Campos. Foram visitadas duas usinas de açúcar, inaugurado o cais à margem do



Aspecto da avenida Quinze de Novembro, às margens do rio Paraíba do Sul, que fora duplicada sobre parte aterrada do rio. É possível notar os trilhos do bonde elétrico e, ao centro, o monumento às obras de saneamento da cidade, onde se lê: "Campos transforma a cidade com os fructos da exploração do seu solo".

Figura 19 - Obelisco em comemoração às obras de saneamento da cidade de Campos (1916)

Fonte: Álbum fotográfico Melhoramentos de Campos. Acervo do Museu de Campos. Biblioteca Municipal Nilo Peçanha

Paraíba do Sul, o obelisco comemorativo erguido à beira-rio, “o parque Nilo Peçanha, e a primeira escola ao ar livre” (OS MELHORAMENTOS..., 1916).

A instalação da escola ao ar livre como parte da reforma higienista do município de Campos, possivelmente se relaciona com a experiência de Nilo Peçanha em sua viagem à Europa no ano de 1911, ao fim de seu mandato como Presidente da República. Após a viagem Nilo publicou, em 1913, o livro “Impressões da Europa”, contendo suas observações a respeito dos países visitados. Sobre a Suíça, por exemplo, destacava entre outros fatores, o ensino profissional que, naquele país, aliando “a educação científica á educação manual (...) [possibilitava que] a educação integral de amanhã [pudesse] substituir a educação especializada dos nossos dias” (PEÇANHA, 1913, p. 40). Nilo Peçanha visitou vários países além da Suíça, como Itália, França, Inglaterra, Alemanha e Portugal, onde provavelmente tenha se deparado com os debates no âmbito pedagógico a respeito da arquitetura escolar, do ensino intuitivo e a experiência das escolas ao ar livre, que se disseminavam naquele momento.

O decreto de criação da escola, assinado pelo presidente Nilo Peçanha e pelo secretário geral do Estado, José Mattoso Maia Forte, destacava o dever do Estado em cuidar da melhoria do ensino, considerando a necessidade de se articular o desenvolvimento intelectual, moral e físico do aluno, “sendo que o physico reclama edifícios espaçosos, sãos e alegres, inundados de ar e de luz, dotados de mobiliário conveniente” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919).

Ainda segundo o decreto, a escola se direcionava às “crianças débeis e rachíticas, mas que não [padeciam] de moléstias contagiosas (...) [que muito tinham] a lucrar da freqüência de uma escola em que se [desse] o tratamento hygienico” (Idem, ibidem). Por fim, em seu artigo único o decreto definia:

Fica creada na cidade de Campos, uma escola do typo ao “AR LIVRE”, com a organização das escolas urbanas, porém, com um horário especial, que attenda ao ensino e jogos ao ar livre, conversações hygienicas e scientificas e trabalhos manuaes, de accôrdo com as instrucções que o Secretario Geral do Estado expedirá (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919, p. 36).

Diferente das experiências paulistana ou amazonense, implementadas posteriormente, a escola ao ar livre de Campos não seria um jardim de infância, mas sim uma escola primária elementar, seguindo o programa dividido em quatro séries, vigente nas escolas isoladas do perímetro urbano, o que é possível confirmar a partir da análise dos resultados dos exames anuais publicados pela imprensa nos anos seguintes.

As características do parque onde se instalou esta escola ao ar livre vão ao encontro das recomendações presentes na tese do Dr. Figueiredo (1922), defendida seis anos depois na Universidade do Porto. Segundo o médico português a escola não precisaria estar situada no meio da floresta, como ocorria em Charlottenbourg, na Alemanha. No entanto a presença de árvores que permitissem as atividades à sombra, protegendo as crianças nas

horas mais quentes do dia, era essencial, assim como a existência de água em abundância. O Dr. Figueiredo recomendava ainda que a região escolhida para a instalação dessas escolas fosse relativamente próxima aos centros urbanos, de fácil acesso por meio de bondes (FIGUEIREDO, 1922, p. 58).

A reforma do jardim de São Benedito, batizado como “Parque Nilo Peçanha”, local onde se construiu o prédio escolar, localizado a cerca de um quilômetro de distância do centro da cidade, implicou o plantio de diversas árvores frondosas, e a criação de jardins. Foram construídos dois lagos artificiais próximos ao pavilhão da escola, com ponte e chafariz. Foi construída ainda uma caixa d’água e um sistema de bombas destinados à irrigação do jardim.



Figura 20 – Aspecto geral da praça Nilo Peçanha, tendo no centro o pavilhão da escola ao ar livre Wenceslão Bráz

Fonte: Álbum fotográfico Melhoramentos de Campos. Acervo do Museu de Campos. Biblioteca Municipal Nilo Peçanha

Tanto as fotografias quanto a cobertura da imprensa demonstram a centralidade que o parque e o prédio da escola ao ar livre assumiram nos festejos de inauguração das obras de reforma urbana da cidade que representava o principal centro econômico do estado do Rio de Janeiro.



Figura 21 - Aspecto do Parque Nilo Peçanha, com a Escola Wenceslau Braz ao centro, 1916

Fonte: Álbum fotográfico Melhoramentos de Campos. Acervo do Museu de Campos. Biblioteca Municipal Nilo Peçanha.

O prédio construído em estilo neoclássico, era composto de um único pavilhão cuja fachada ostentava colunas gregas, e uma parede composta por três enormes vitrais. As laterais da construção não possuíam paredes nos vãos entre as suas colunas, possibilitando a iluminação adequada bem como a devida circulação de ar.

O mobiliário escolar era composto por bancos-carteira de madeira, singulares e soltos em relação ao piso, o que certamente facilitava o seu transporte para diversos pontos do parque, que possuía dois lagos artificiais com chafariz e água abundante, localizado num ponto consideravelmente afastado do Centro da cidade, mas não tão distante que impossibilitasse a frequência dos alunos, exatamente como preconizava a literatura da época.

Nas paredes do fundo ficavam expostos os quadros parietais de história natural produzidos pela empresa francesa Maison Deyrolle, introduzidos no Brasil pelo médico e educador Menezes Vieira, diretor do Pedagogium, e publicados pelo Museu Escolar Brasileiro. Segundo Vidal (2009), essas mesmas pranchas francesas, traduzidas para a língua portuguesa pelo Museu Escolar Brasileiro, eram vendidas para as escolas portuguesas, num movimento de circularidade dos materiais pedagógicos. Faria (2017) salienta que esses materiais representavam “aquilo que havia de mais moderno em educação nos países ditos civilizados” (FARIA, 2017, p. 82), e sua circulação estava relacionada à disseminação do método intuitivo e à disciplina das “lições de coisas”, aspectos bastante privilegiados na concepção das escolas ao ar livre.

Na parte da frente do pavilhão ficava a mesa da professora sobre um estrado, diante de um enorme vitral que tomava toda a dimensão da parede,

contribuindo para a iluminação adequada, tendo ao lado o quadro-negro. Na parede atrás da professora, ao lado do vitral, eram também afixados diversos quadros parietais de maior destaque. Entre as pranchas identificadas estão “O esqueleto humano”, “Músculos do corpo humano” e “Circulação do sangue” (Figura 25). No alto, um retrato do Presidente da República e patrono da escola, Wenceslau Brás. Nas fotografias também é possível identificar as pranchas “Ovos e aves”, e mais três sobre mamíferos, incluindo o quadro “Mamíferos: cetáceos”, afixadas nas colunas laterais do pavilhão.

A primeira diretora da Escola ao Ar Livre Presidente Wenceslau Brás foi a professora Cloris Coli Rangel, formada pela Escola Normal de Campos em 1902. Em 1905 a professora Cloris fundou junto com sua irmã Osiris, uma escola primária localizada à rua Tenente Coronel Cardoso, oferecendo o curso primário completo. O “Externato Normal” foi uma escola frequentada pelas “distintas famílias” da cidade, que funcionou até a nomeação de Cloris para dirigir a escola ao ar livre. Além da professora Cloris Rangel a escola tinha como adjunta a professora Delphina Vasconcellos Cruz, para auxiliar nas diferentes atividades que se realizavam em tempos alternados. A professora Coli permaneceu em seu cargo até o ano de 1923, sendo transferida para Petrópolis, e substituída pela professora Anna Soares de Freitas. Nesse período a escola possuiu três diferentes professoras adjuntas.



Figura 22 - Interior da Escola ao Ar Livre Wenceslau Braz, 1916

Fonte: Álbum fotográfico Melhoramentos de Campos. Acervo do Museu de Campos. Biblioteca Municipal Nilo Peçanha

No ano de 1919 houve uma contenda, que se arrastou por dias nos jornais, entre a irmã de um dos alunos da escola Wenceslau Braz e a professora adjunta

Delphina V. Cruz, que foi acusada pela primeira de aplicar castigos físicos em seu irmão. Os textos dos jornais fornecem indícios que possibilitaram observar detalhes do cotidiano da escola, como a circulação das crianças pela praça e nas ruas ao seu entorno, a origem social de alguns dos alunos e a forma como se organizavam os tempos das atividades escolares.

Segundo a senhora Alfredina Alves de Borges, esposa de um funcionário do Banco do Brasil, e ex-professora na cidade do Rio de Janeiro, ao escutar uma *algazarra* de crianças na rua, foi surpreendida quando viu pela janela o seu irmão, acompanhado de diversos meninos, correndo em direção à sua casa. Em carta enviada ao jornal a professora confirma ter mandado dois ou três alunos buscarem o menino que havia se ausentado da aula sem permissão, o que indica a proximidade entre a escola e a residência do aluno.

Naquele contexto a região ao entorno do jardim São Benedito era ocupada por diversos palacetes luxuosos que se multiplicaram após as obras de saneamento na região, habitados por famílias como a de um funcionário do Banco do Brasil.

Em sua carta a professora Delphina também informava que os colegas que foram por ela enviados ao encontro do aluno que se retirara da aula encontravam-se em recreio, mostrando haver uma certa divisão do tempo escolar permitindo que enquanto os alunos de uma série ou classe desenvolviam atividades no pavilhão escolar, outros praticavam atividades recreativas nas dependências do parque.



Figura 23 - Alunos da Escola ao Ar Livre Wenceslão Braz (1916)

Fonte: Álbum fotográfico Melhoramentos de Campos. Acervo do Museu de Campos. Biblioteca Municipal Nilo Peçanha

As fotografias da escola não apresentam indícios de que seus alunos fossem crianças de saúde debilitada, da mesma forma como ocorria na experiência de Manaus, citada anteriormente. No entanto, diferente do caso

manauense, não há tampouco indícios de que a escola fosse destinada exclusivamente a crianças pobres da periferia.



Nesta fotografia meninas brincam de pular corda na parte externa do pavilhão das aulas. É possível notar a presença do mesmo mobiliário que aparece na Figura 22 na parte interna do pavilhão, ao fundo das filas de carteiras. As carteiras sendo móveis, assim como estas estantes, facilitavam as atividades ao ar livre, podendo ser facilmente transportados.

Figura 24 - Crianças em atividade ao ar livre na Escola Wenceslão Braz

Fonte: Acervo particular de Antonio Ornellas Berriel

Em 30 de novembro de 1917 realizaram-se os primeiros exames finais da escola Presidente Wenceslão Braz. Foram avaliados 52 alunos, dos quais 20 ascenderam da classe atrasada para a adiantada na primeira série, e 13 foram aprovados para a segunda série. Na segunda série, 11 alunos tiveram acesso de classe e 6 foram promovidos para a terceira série. Apenas 2 alunas foram promovidas da terceira para a quarta série (EXAMES, 1917, p. 1). Considerando que faltaram 7 alunos da primeira série atrasada e 2 da classe atrasada da segunda série, constata-se que a escola possuía uma frequência superior a 60 alunos.

Ao final dos exames as alunas da terceira série apresentaram trabalhos de agulha, desenho, caligrafia e cartografia, enquanto os alunos da primeira e segunda séries apresentaram trabalhos de caligrafia. Após os exames realizaram-se exercícios de ginástica e foram cantados hinos patrióticos (EXAMES, 1917, p. 1).



Figura 25 - Interior da Escola Ao Ar Livre Wenceslau Braz, 1916

Fonte: Álbum fotográfico Melhoramentos de Campos. Acervo do Museu de Campos. Biblioteca Municipal Nilo Peçanha.

A escola ao ar livre era um exemplo de modernidade pedagógica que se disseminava naquele momento pelas cidades industriais da Europa e América, e era experimentada pela cidade de Campos. Por isso a professora de pedagogia da Escola Normal de Campos, Antônia de Castro Lopes, costumava levar as normalistas para aulas de aplicação também na escola ao ar livre (BOYNARD, 2006).

Ao longo da década de 1920 o parque Nilo Peçanha, que abrigava a escola, era constantemente utilizado nas festas cívicas do Sete de Setembro e do Quinze de Novembro, com a participação não só dos alunos da escola ao ar livre como também dos grupos escolares, como noticiavam os jornais. A partir de 1927 são recorrentes as queixas, pela imprensa, do abandono em que se encontrava o parque, com seus “canteiros quase completamente desfeitos, os arbustos mal aparados e seccos, que lhes afejavam e entristeciam o aspecto” (PARQUE..., 1927).

Também eram denunciados os abusos de motoristas que atravessavam com seus automóveis “pelo meio do jardim, assustando os bandos alegres de crianças, que saem correndo, aturdidas” (PARQUE..., 1927), e atos de vandalismo praticados por jovens e crianças que se utilizavam da praça aos domingos e danificavam o prédio escolar, como mostra o jornal *Folha do Commercio*, relatando o “abuso de certos rapazes que aos domingos cortam a corda de içar a bandeira da Escola Wenceslau Braz, no parque Nilo Peçanha” (UM ABUSO, 1928).

Com o advento da revolução de 1930, alteraram-se os destinos da escola primária fluminense. A política do governo federal, através da ação dos interventores estaduais, reforçava a criação a expansão dos grupos escolares, bem como a uniformização do seu ensino. Nesse contexto, as experiências inovadoras como a da escola ao ar livre de Campos foram extintas. A Escola ao Ar Livre Wenceslão Braz foi transformada no Grupo Escolar José do Patrocínio, assim como a Escola Modelo 6 de Março, instalada no mesmo ano da escola ao ar livre, foi convertida em Grupo Escolar João Pessoa, ambas pelo Dec. nº 2.676, publicado em 17 de novembro de 1931, criando ainda o Grupo Escolar Benta Pereira em Guarulhos (BOYNARD, 2006).

Apesar do decreto de novembro de 1931, no ano seguinte a escola continuava sendo chamada de Wenceslao Braz. Em fevereiro de 1932 o jornal *Monitor Campista* publicava uma nota da Coletoria Estadual convocando os professores dos “Grupos Escolares João Clapp e Wenceslau Braz” (2ª COLETORIA..., 1932) para receberem seus salários. No entanto, no mês seguinte o mesmo jornal publicava uma matéria sobre o início do ano letivo citando a professora Nininha Freitas, então diretora da “Escola Wenceslau Braz”, e o seu desejo em transformar a sua escola em grupo escolar, para o que seria necessário atingir a matrícula de 300 alunos. Segundo o jornal isso seria “facílimo, e, quanto á capacidade do prédio, não [haveria] dificuldade, pois o ensino [seria] distribuído por dois turnos durante o dia” (TERMINADAS..., 1932, p.1).

No primeiro semestre de 1934 a Escola Wenceslau Braz foi finalmente batizada de “Escola José do Patrocínio”, como previa o Dec. nº 2.676, publicado em 17 de novembro de 1931. Porém a permanência da escola neste prédio teve vida curta, uma vez que, em julho do mesmo ano o então inspetor do ensino Dr. Paschoal Lemme anunciava a criação de um jardim de infância na “Praça Nilo Peçanha, onde funcionou a Escola ‘José do Patrocínio’” (O NOVO..., 1934). Ao mesmo tempo era anunciada a criação de mais dois grupos escolares na cidade: um na região do Caju, com o nome de Grupo Escolar Saturnino de Brito, e outro no Turf, situado no “Passeio Municipal nº 9”, denominado Grupo Escolar José do Patrocínio (DOIS..., 1934).



Figura 26 - Escola José do Patrocínio

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Campos

As matrículas do “Jardim de Infância da Casa da Criança” tiveram início nos primeiros dias de agosto e as aulas iniciaram-se imediatamente. Para dirigir a instituição foi nomeada a professora Maria Geny Ferreira da Silva.

Em maio de 1937, sob calorosos protestos da imprensa periódica, foram levantadas paredes laterais entre as colunas do pavilhão. De acordo com o jornal *Monitor Campista*, foram erguidas paredes com a altura de pouco mais de um metro, sobre as quais se instalaram jardineiras. Também foram levantadas paredes no interior do prédio, aparentemente para a instalação de banheiros (A PROFANAÇÃO..., 1937).

No ano seguinte o “Jardim de Infância da Praça Nilo Peçanha” atravessava dificuldades. A matrícula decaía a cada ano desde a sua inauguração, fazendo com que a escola funcionasse apenas no turno da manhã, e não mais em horário integral (das 8h às 16h), como previsto originalmente. A insuficiência de recursos limitava a escola ao número de 9 professoras e 6 “guardiãs”, responsáveis pela disciplinarização das crianças. De acordo com a professora Geny Ferreira, diretora do jardim, para o funcionamento em tempo integral seriam necessárias mais 3 professoras e outras 6 “guardiãs” (O JARDIM..., 1938).

Em 1943 o jardim de infância não mais existia. Nesse ano o pavilhão grego da praça Nilo Peçanha abrigou o posto de distribuição de alimentos “às famílias pobres e dos convocados para a Segunda Guerra Mundial” (CARVALHO, 1991b, p. 231), da Liga Brasileira de Assistência - LBA. Em abril de 1948 o prédio sofreu intervenções em sua arquitetura, tendo os vãos entre as colunas em suas laterais totalmente preenchidos com paredes até o teto, para o funcionamento da Academia Campista de Letras (CARVALHO, 1991b, p. 352), perdendo definitivamente a característica de pavilhão onde outrora funcionara uma modalidade tão inovadora de educação primária.

As escolas ao ar livre foram inovações pedagógicas que surgiram e se espalharam pela Europa e Estados Unidos nas décadas de 1910 e 1920, como instrumento de combate à tuberculose, tornando-se com o passar do tempo uma proposta para a educação de outros segmentos da infância nos centros urbanos, desde crianças com deficiência física ou mental, até os filhos da classe trabalhadora.

Fotografia do antigo pavilhão da escola ao ar livre Wenceslão Braz, tirada em 23/02/2013. O prédio abriga, desde 1948, a Academia Campista de Letras, e o jardim ao seu entorno continua sendo uma das principais áreas de recreação destinada à infância da cidade.

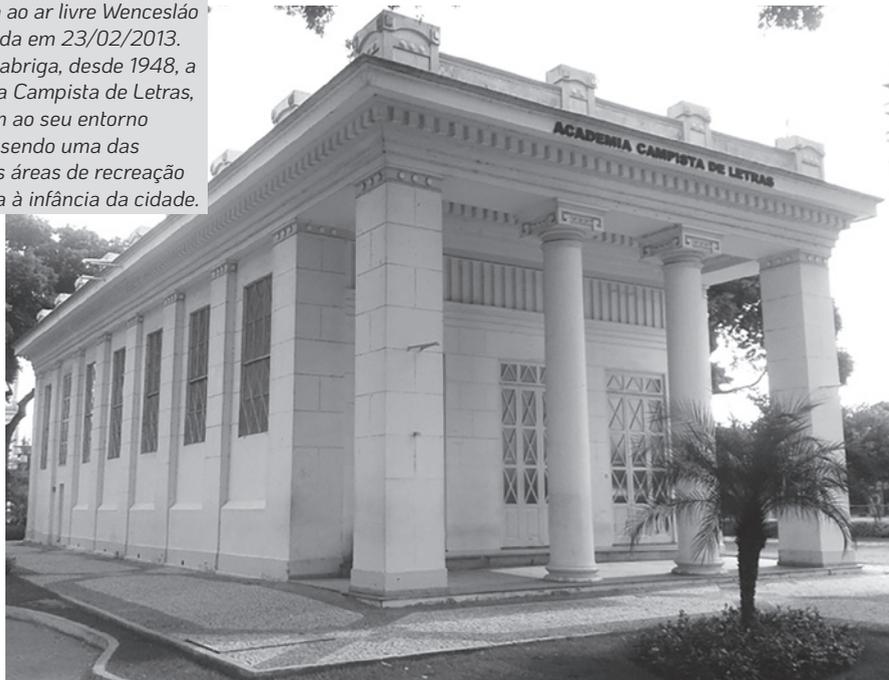


Figura 27 - Prédio da Academia Campista de Letras, 2013

Fonte: Acervo pessoal do autor

Em relação ao Brasil, as pesquisas apontam que a escola ao ar livre se desenvolveu a partir da década de 1910, como mostram os casos de Angra dos Reis – RJ e Manaus – AM, ambos datando de 1919, estendendo-se pelo menos até a década de 1930 com a experiência do Parque Infantil Santo Amaro em São Paulo. Esses trabalhos também mostram que as experiências de escolas ao ar livre ocorridas no Brasil não se voltavam exclusivamente para a ação de combate à tuberculose ou para crianças com deficiência.

A Escola ao Ar Livre Wenceslão Braz, em Campos dos Goytacazes, constitui a primeira do tipo no estado do Rio de Janeiro e provavelmente no Brasil, visto que sua inauguração data de 1916 e os documentos demonstram seu pleno funcionamento no ano seguinte, enquanto as demais experiências no país têm início a partir de 1919.

O seu prédio foi o primeiro concebido e construído especificamente para abrigar uma escola primária no estado do Rio de Janeiro após a implantação do regime republicano, num contexto de desenvolvimento econômico e urbano, funcionando como instrumento de afirmação do nilismo que liderava esse processo no Estado.

Capítulo 5

O retorno aos palácios

OS GRUPOS ESCOLARES NO GOVERNO
RAUL VEIGA

Indicado pelo próprio Nilo Peçanha para a sucessão presidencial foi eleito Raul de Moraes Veiga, que ao tomar posse no governo do Rio de Janeiro assumia também a tarefa de fortalecer o nilismo perante as oposições fluminenses, contribuindo para a projeção de Nilo Peçanha na política nacional, como a principal liderança de um eixo alternativo de poder.

No que diz respeito à instrução pública o presidente Raul Veiga ampliou a inspeção escolar, que deixaria de estar vinculada à Diretoria dos Negócios do Interior e Justiça para constituir um órgão próprio, a Superintendência Geral do Ensino, formada por “inspectores remunerados, escolhidos no corpo de professores do Estado, pelos Promotores Públicos e seus adjuntos” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919, p. 24).

Em sua primeira mensagem à ALERJ o presidente revelava a deficiência da inspeção escolar gratuita e a situação precária do mobiliário escolar, sobretudo no interior, onde muitas vezes eram “obrigados os professores á improvisação de moveis os mais extravagantes, quando não [eram] os pais dos alumnos que [concorriam] com bancos toscos para que seus filhos [tivessem] onde se assentar” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919, p. 24-25). Buscando solucionar este problema, foi aberta uma concorrência pública para a compra de 400 bancos-carteira, até que a Escola Profissional Visconde de Moraes tivesse condições de fornecer o mobiliário escolar.

Segundo Alessandra Schueler (2010), “foi no governo de Raul Veiga (...) que a política de construção dos grupos escolares se tornava *leitmotiv* da ação governamental” (SCHUELER, 2010, p. 543). Já em sua primeira mensagem, com poucos meses de governo, o presidente anunciava um grande projeto, de cunho mais econômico que propriamente pedagógico, envolvendo a construção de

casas especialmente destinadas a fins escolares, (...) reunindo nesses prédios as escolas isoladas (...) mais próximas, (...) [melhorando] sua instalação, (...) [tornando mais eficiente a fiscalização do] ensino e (...) [libertando] ao mesmo tempo o Estado do jugo intolerável e pezado dos senhorios, fazendo-se com isso, se não economia, ao menos uma equitativa distribuição dessa despesa (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919, p. 26).

Nesse sentido já haviam sido iniciadas as obras de adaptação do antigo prédio da Escola Normal de Niterói para abrigar um grupo escolar modelo, com a construção de um prédio especial para um jardim de infância ou escola maternal em anexo. Também na capital foram arrendados dois prédios, adaptados pelos proprietários, para abrigar os grupos escolares 13 de Maio, no bairro operário das Neves, e Aydano de Almeida, localizado na rua Marquez de Paraná. Ainda em Niterói, o Grupo Escolar Quintino Bocaiúva passaria por uma reforma ganhando mais duas salas de aula (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919).

O projeto de Raul Veiga também contemplava os municípios do interior, onde desde os primeiros meses do seu governo já haviam sido tomadas medidas para a instalação dos grupos escolares em prédios adequados. Em sua mensagem o presidente citava os casos de Valença, Rio Bonito e São Gonçalo, onde seriam concluídas as obras inacabadas no prédio do G. E. Nilo Peçanha.

Já em 1920 a Diretoria Geral de Obras havia apresentado as plantas dos prédios dos grupos escolares a serem reformados e construídos. Entre eles estava o projeto do G. E. Casimiro de Abreu, no município de Valença, como mostra a Figura 28.

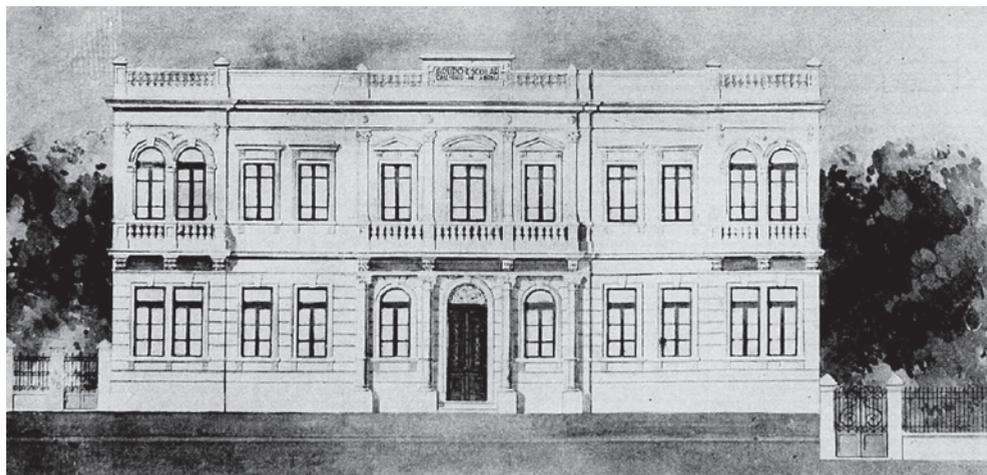


Figura 28 – Projeto da fachada do G. E. Casimiro de Abreu, em Valença

Fonte: Mensagem do presidente do Estado do Rio de Janeiro (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920)

O grupo escolar de Valença ocuparia o mesmo edifício que entre 1900 e 1901 abrigou o G. E. Alonso Adjuto, extinto após o incêndio que destruiu boa parte do segundo pavimento. Com o fim dos grupos escolares no governo Quintino Bocayuva o prédio ficou sem uso até 1911, quando passou a abrigar a Escola Complementar Casimiro de Abreu, carecendo, entretanto, de obras em seu segundo pavimento, a fim de criar mais salas de aula para naquele momento instalar o Grupo Escolar Casimiro de Abreu.

O prédio possuía um acesso principal, que levava ao corredor tendo à direita o gabinete do diretor e à esquerda uma sala para os professores. Ao final do corredor havia uma circulação possuindo duas portas em cada lateral,

dando acesso às quatro salas de aula do térreo, e à frente uma escadaria dupla no primeiro lance, unindo-se a uma escada única no segundo lance, conduzindo ao segundo pavimento. Atrás das escadas do pavimento térreo havia o acesso para uma varanda que separava a fachada posterior do prédio de uma grande área do terreno, destinada à ginástica. Na extremidade esquerda dessa varanda localizavam-se os sanitários, como ilustra a Figura 29.

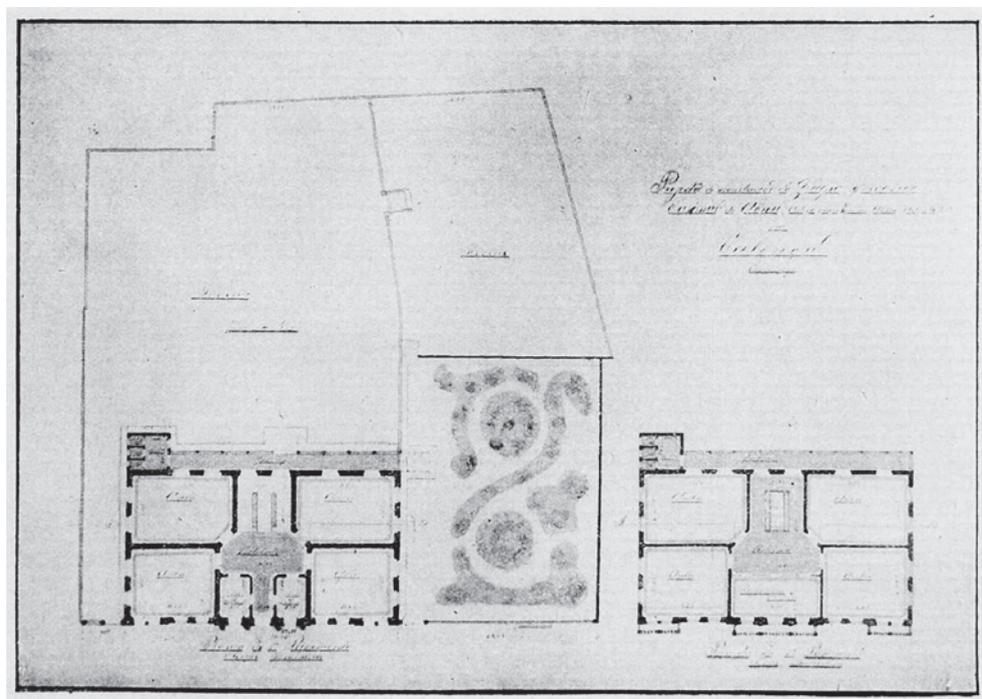


Figura 29 – Planta baixa dos 1º e 2º pavimentos do G. E. Casimiro de Abreu, em Valença
 Fonte: Mensagem do presidente do Estado do Rio de Janeiro (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920)

No segundo pavimento existiam mais quatro salas de aula, dispostas na mesma orientação do pavimento térreo, situando-se na parte frontal o espaço destinado ao laboratório. Na parte posterior uma varanda, do mesmo modo que no térreo, conduzia aos sanitários localizados também na extremidade esquerda.

A reforma do prédio adaptou a antiga construção aos preceitos de higiene, observando os princípios da ventilação e iluminação. A escola possuía ainda, no terreno à sua direita, um vasto jardim e, aos fundos deste, uma área destinada ao recreio dos alunos.

No município de Itaperuna foram construídos dois grupos escolares: um deles no distrito de Santo Antônio do Carangola (atualmente município de Porciúncula); o outro, no distrito de Natividade do Carangola (atual município de Natividade). O primeiro deles foi projetado em estilo neoclássico, ostentando quatro colunas gregas na fachada, que sustentavam um frontão triangular ornado com tema referente ao ensino, composto por um globo terrestre

cercado por livros, penas e instrumentos de precisão, em alto relevo, como mostra a Figura 30.

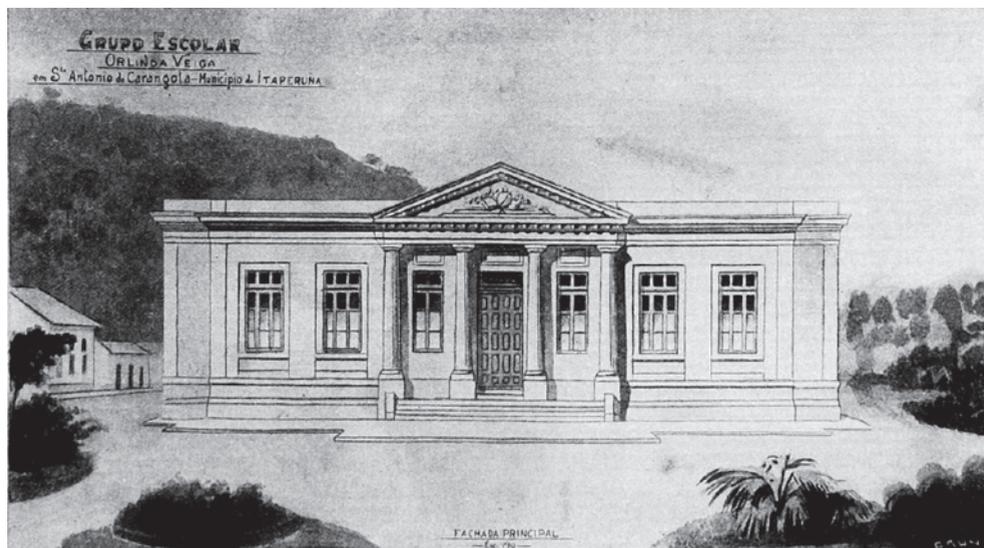


Figura 30 – Fachada do Grupo Escolar Orlinda Veiga, no distrito de Santo Antonio de Carangola, em Itaperuna

Fonte: Mensagem do presidente do Estado do Rio de Janeiro (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920)

O prédio possuía apenas o pavimento térreo, com único acesso frontal conduzindo a um corredor ladeado por duas pequenas salas, medindo 3 m de largura por 4 m de comprimento cada uma, sendo a da direita reservada ao gabinete da diretora e o da esquerda para a sala das professoras, ambas, assim como o corredor, dando acesso a um amplo vestíbulo que possuía, em cada uma de suas laterais, amplas salas de aula, medindo 6 m de largura por 9 m de comprimento, com duas amplas janelas à frente, compondo a fachada, e três lances de janelas laterais, possibilitando ampla ventilação e iluminação.

Atravessando o vestíbulo atingia-se o pátio aberto, contendo um jardim ao centro. Em suas laterais havia mais duas salas de aula medindo 7 m de largura por 9 m de comprimento cada uma, contendo janelas em três faces, sendo três nas laterais externas, uma na lateral com vista para o jardim e duas ao fundo.

Ao final do pátio localizavam-se os banheiros, divididos por um muro, ficando à esquerda o masculino e à direita o feminino, contendo três sanitários cada um. Após o pátio e pelas laterais dos banheiros, um pequeno lance com três degraus de escada levava à ampla área arborizada destinada às aulas de ginástica. A escola recebeu o nome de Grupo Escolar Orlinda Veiga, em homenagem à falecida esposa do presidente do Estado, cujo próprio nome foi dado à praça em frente ao prédio escolar, ambos inaugurados no ano seguinte, no dia 13 de maio de 1921 (MELHORAMENTOS..., 1921, p. 2).

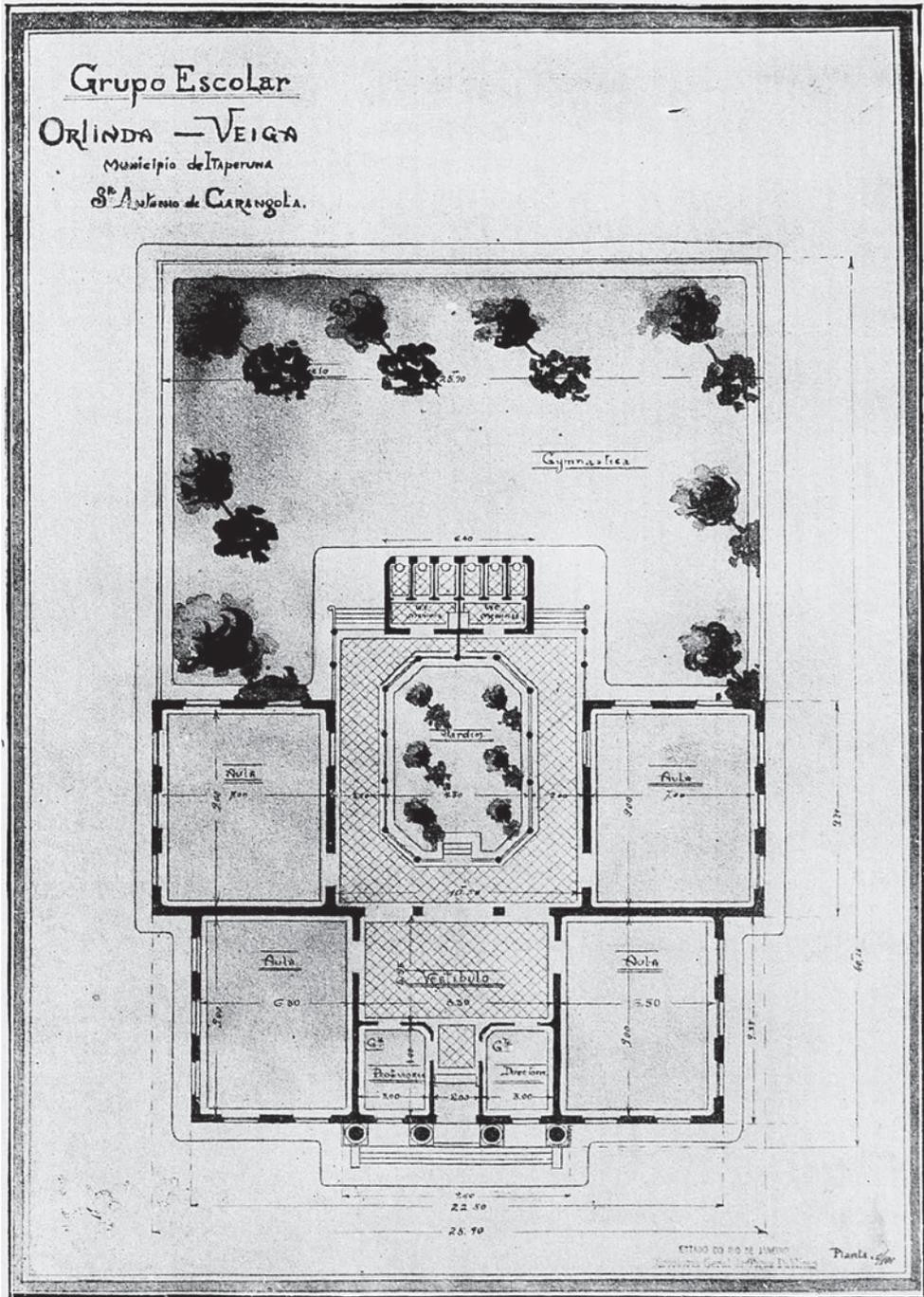


Figura 31 – Planta baixa do Grupo Escolar Orlinda Veiga, em Itaperuna

Fonte: Mensagem do presidente do Estado do Rio de Janeiro (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920)

Também em Itaperuna foram iniciadas as obras do grupo escolar do distrito de Natividade do Carangola. O prédio, instalado na região central do distrito,

em terreno de esquina próximo às margens do rio Carangola, apresentava uma tipologia em “L”, possuindo em seu vértice dois salões hexagonais conjugados, formando um grande vestíbulo. Na primeira sala hexagonal encontra-se o acesso principal com a porta voltada para a esquina, possuindo uma janela em cada face contígua à porta. As outras duas faces do hexágono dão acesso a sala da diretora, do lado direito, e à sala das professoras, no lado esquerdo, enquanto a sexta face, oposta ao acesso principal, faz a ligação com a segunda sala hexagonal do vestíbulo que leva à galeria coberta dando acesso às salas de aula.

Partiam do vértice dois pavilhões, cada um composto por duas salas de aula medindo 6 m de largura por 9 m de comprimento, com três lances de janelas na fachada, mais uma janela e porta de acesso na parede fronteira à galeria coberta. Ao final de cada uma das galerias, nas extremidades do “L”, encontravam-se os banheiros, um para cada sexo, compostos por 3 sanitários cada um. Entre a galeria e o vértice oposto do terreno estava o grande pátio destinado às aulas de ginástica e ao recreio dos alunos.

O prédio era cercado por um muro baixo, com aproximadamente 1 m de altura, onde se encontravam instalados três portões, tornando o acesso hierarquizado, de modo que o portão central, localizado na esquina, levava diretamente ao acesso principal através de três lances de escada, com quatro degraus cada um, o que parecia ser a entrada do corpo docente, famílias e demais visitantes, enquanto que a entrada dos alunos era realizada por dois portões laterais, um em cada rua que cercava o terreno, garantindo o acesso por rampas que conduziam ao mesmo acesso central (Figura 32).

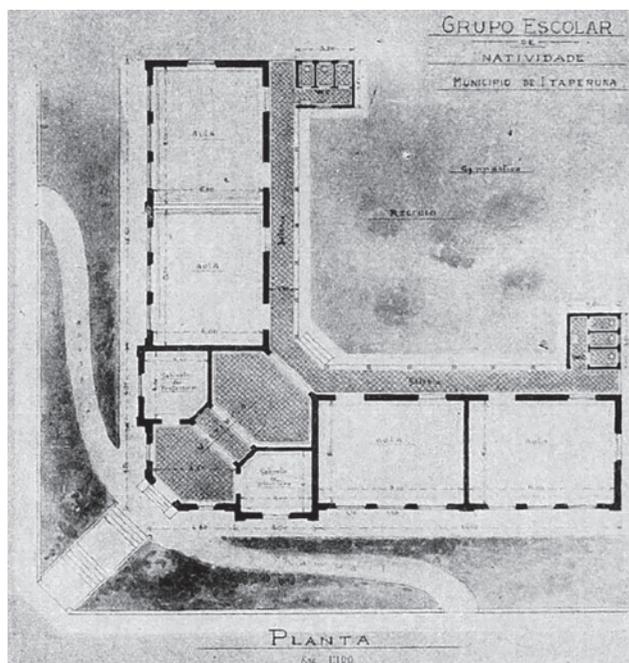


Figura 32 – Planta baixa do G. E. de Natividade, em Itaperuna

Fonte: Mensagem do presidente do Estado do Rio de Janeiro (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920)

A preocupação com a escolha do terreno para a implantação da escola, sua localização ao mesmo tempo no Centro do distrito e próxima a um rio caudaloso, numa área arborizada, indica as preocupações de base higienista dos agentes do governo. Outra característica que evidencia a interferência do higienismo na instalação de edifícios escolares é a localização do prédio em relação aos limites do terreno, com o devido afastamento, possibilitando a ventilação e iluminação adequadas (CASTRO, 2010).

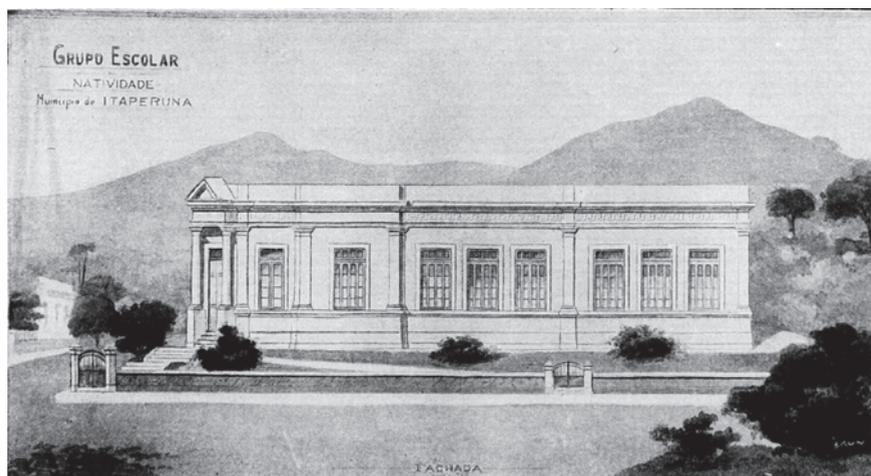


Figura 33 – Projeto da Fachada do grupo escolar de Natividade, em Itaperuna

Fonte: Mensagem do presidente do Estado do Rio de Janeiro (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920)

Assim como o G. E. Orlinda Veiga, a escola de Natividade apresentava uma composição simétrica, seguindo o modelo arquitetônico neoclássico, ostentando duas colunas gregas que sustentavam um frontão triangular no acesso principal. Na parte superior da fachada, uma frisa ornada com motivos gregos circundava todo o prédio, reforçando as características do estilo arquitetônico, como se nota no detalhe da Figura 34.



Figura 34 – Detalhe da fachada do grupo escolar de Natividade

Fonte: Mensagem do presidente do Estado do Rio de Janeiro (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920)

Além do G. E. Duque de Caxias, instalado durante o governo Nilo Peçanha em 1916, o município de São Francisco de Paula (atual Trajano de Moraes), cidade natal do presidente Raul de Moraes Veiga, contaria com um novo grupo escolar, construído no distrito de Villa Aurora, então sede do município. A fachada segue a mesma linha arquitetônica do grupo escolar de Nova Friburgo, projetado na mesma época, como veremos a seguir, sob influência da arquitetura suíça, em homenagem à colonização sofrida no século XIX por aquela região da Serra do Mar.

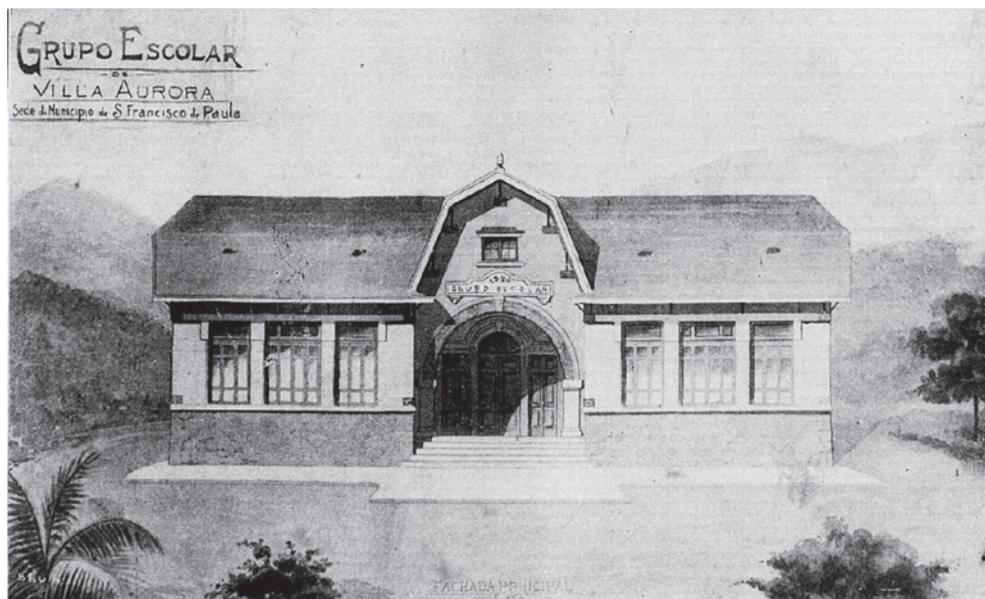


Figura 35 – Projeto da fachada do G. E. da Villa Aurora, em S. Francisco de Paula

Fonte: Mensagem do presidente do Estado do Rio de Janeiro (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920)

Composto de forma simétrica, o prédio possui um único acesso central, seguido de um pórtico medindo 6 m de largura e apenas 2 m de comprimento que conduz a um amplo vestíbulo, medindo 6 m de largura por 12,85 m de comprimento, dando acesso a todas as dependências do prédio. A escola possuía quatro salas de aula, medindo 6 m de largura por 8 m de comprimento, dispostas de forma simétrica nas extremidades do prédio, sendo duas delas localizadas nas laterais fronteiras, possuindo cada uma três lances de janelas amplas que compõem a fachada do prédio e duas janelas laterais. As outras duas salas localizavam-se nos fundos do prédio, com as mesmas janelas laterais e os três lances de janelas na fachada posterior.

Entre as duas salas de aula da frente e as duas dos fundos localizavam-se dois gabinetes medindo 6 m de comprimento e 3,60 m de largura, sendo o da direita destinado aos professores e o da esquerda à diretoria. É importante observar que os dois gabinetes possuíam três acessos: um principal, a partir do vestíbulo, e dois acessos laterais para as salas de aula, como se nota na Figura 36.

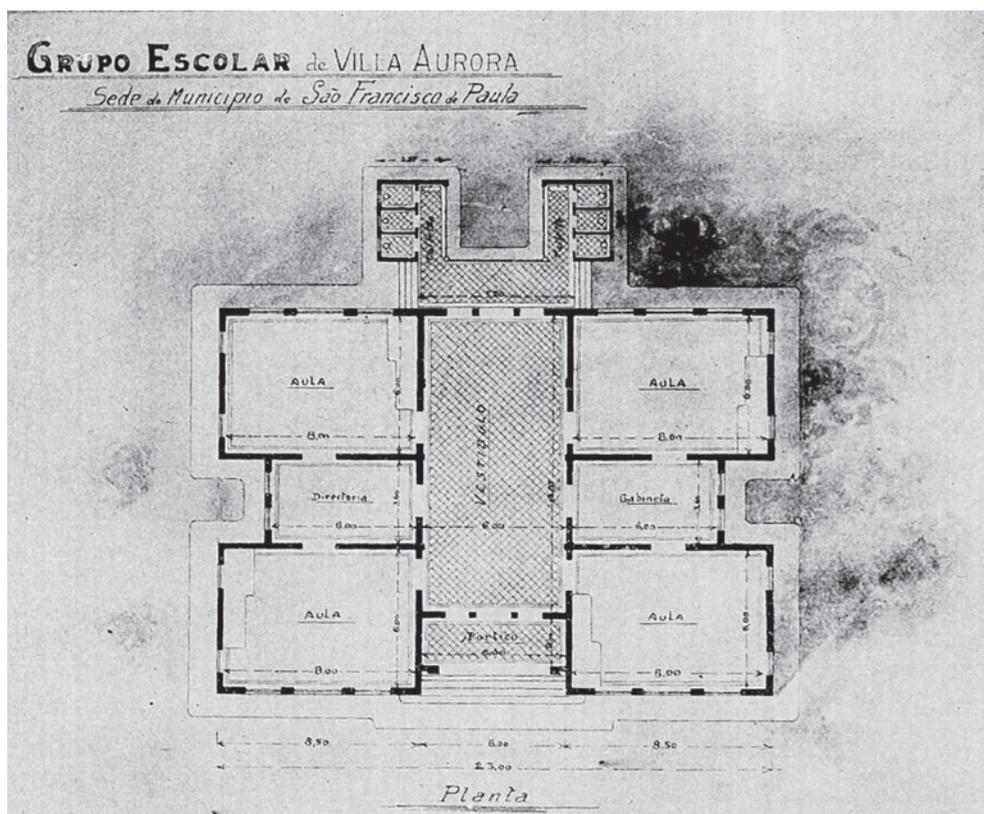


Figura 36 – Planta baixa do G. E. da Villa Aurora em S. Francisco de Paula

Fonte: Mensagem do presidente do Estado do Rio de Janeiro (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920)

A Mensagem de 1919 também anunciava a construção em Petrópolis e Nova Friburgo de “edifícios condignos ao elevado grão de cultura d’aquelles importantes centros fluminenses” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919, p. 27-28), para a instalação de grupos escolares.

Para essas duas construções especificamente, foi contratado o arquiteto Heitor de Melo, professor da Escola Nacional de Bellas Artes, o mesmo que projetou os monumentais edifícios das câmaras municipais de Niterói e do Rio de Janeiro, e naquele momento projetava também o prédio da Secretaria Geral do Estado do Rio de Janeiro, em Niterói.

Em Nova Friburgo Heitor de Melo buscou associar os princípios da arquitetura escolar neocolonial a elementos característicos da arquitetura suíça, sobretudo os telhados, como se nota na Figura 37, numa clara referência aos os colonizadores daquela região, na Serra dos Órgãos.

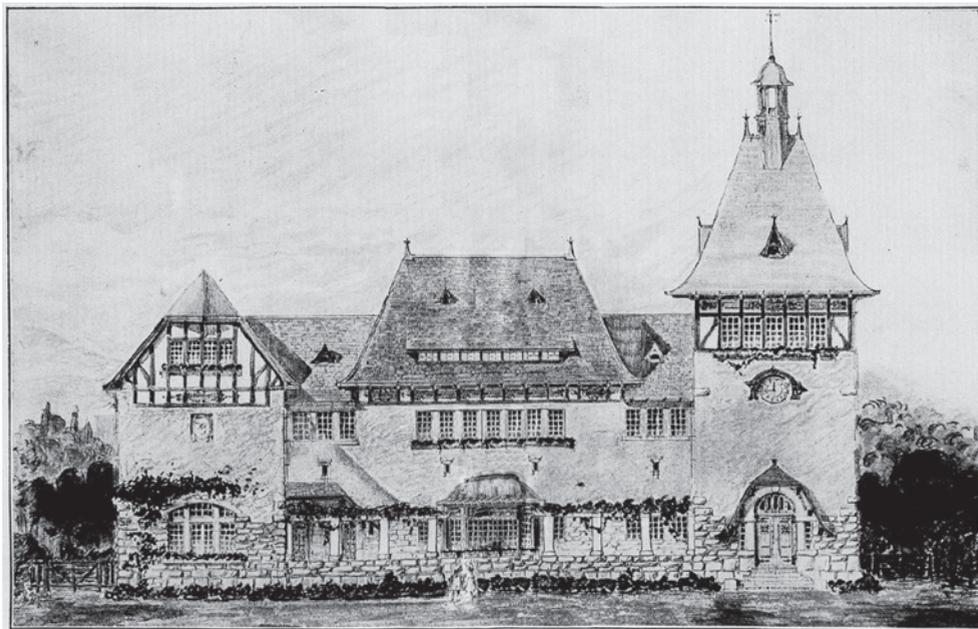


Figura 37 – Fachada do grupo escolar de Nova Friburgo

Fonte: Mensagem do presidente do Estado do Rio de Janeiro (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920)

Como se observa na Figura 37, uma das características marcantes do prédio é o destaque para a torre na composição assimétrica da fachada. Através da torre, que abrigava um grande relógio, tinha-se o acesso ao setor destinado aos meninos, uma vez que esse prédio, ao contrário do que ocorria nos casos de Itaperuna e Valença, descritos anteriormente, previa a divisão dos sexos. Outra característica que diferia a arquitetura dessa escola para as demais citadas, era a existência de dois pavimentos, contendo um total de 12 salas de aulas, revelando assim maior imponência e complexidade.

O acesso pela torre conduzia a um vestíbulo com saída, pela esquerda, para uma espaçosa galeria avarandada que permitia o acesso às duas salas de aula desta ala, localizadas à direita. À esquerda ficava o acesso ao corredor que conduzia à outra ala, passando obrigatoriamente pela sala da diretora, o acesso às escadas, os vãos que levavam ao pátio central e, ao fundo o espaçoso lavabo masculino, composto por 4 sanitários, 4 mictórios e uma enorme pia, para o uso simultâneo de 7 alunos.

A sala da diretora ocupava a parte central, contando com uma enorme janela cujas faces projetadas para fora da fachada permitiam a visão dos dois acessos ao prédio. Era um amplo espaço dividido entre a sala de espera e o gabinete, composto também por um vestiário e banheiro.

De acordo com Bencostta (2005), essas características conferem um aspecto de maior acessibilidade ao espaço destinado à função diretiva na sua relação com os demais espaços escolares, revelando uma concepção maximizadora da direção, “mais próxima e implicada na vida cotidiana”

(BENCOSTTA, 2005, p. 25) da escola, assim também como proporcionava as suas funções de vigilância, devido ao posicionamento da sala na composição arquitetônica, facilitando a visibilidade.

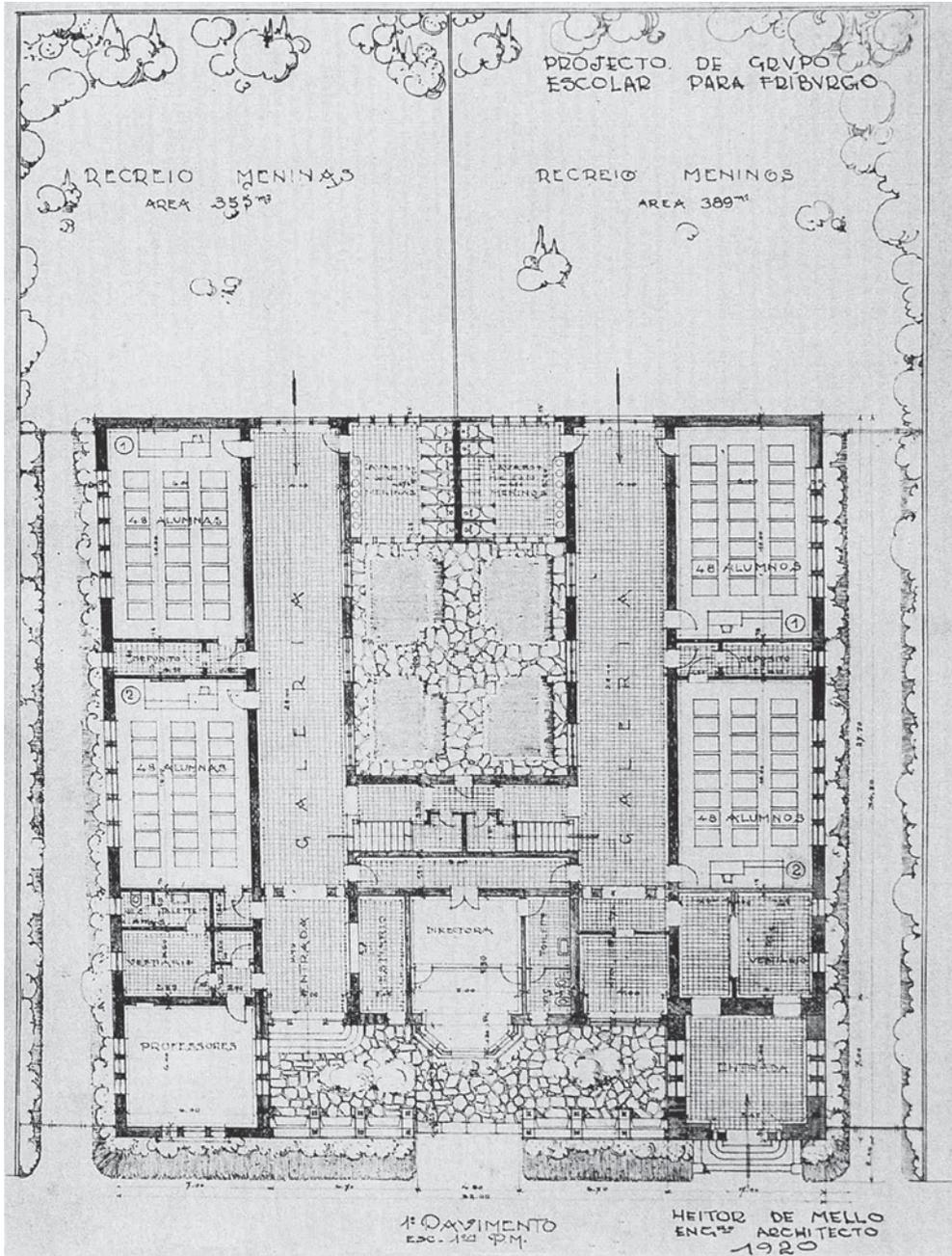


Figura 38 – Grupo Escolar de Nova Friburgo: Planta baixa do primeiro pavimento

Fonte: Mensagem do presidente do Estado do Rio de Janeiro (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920)

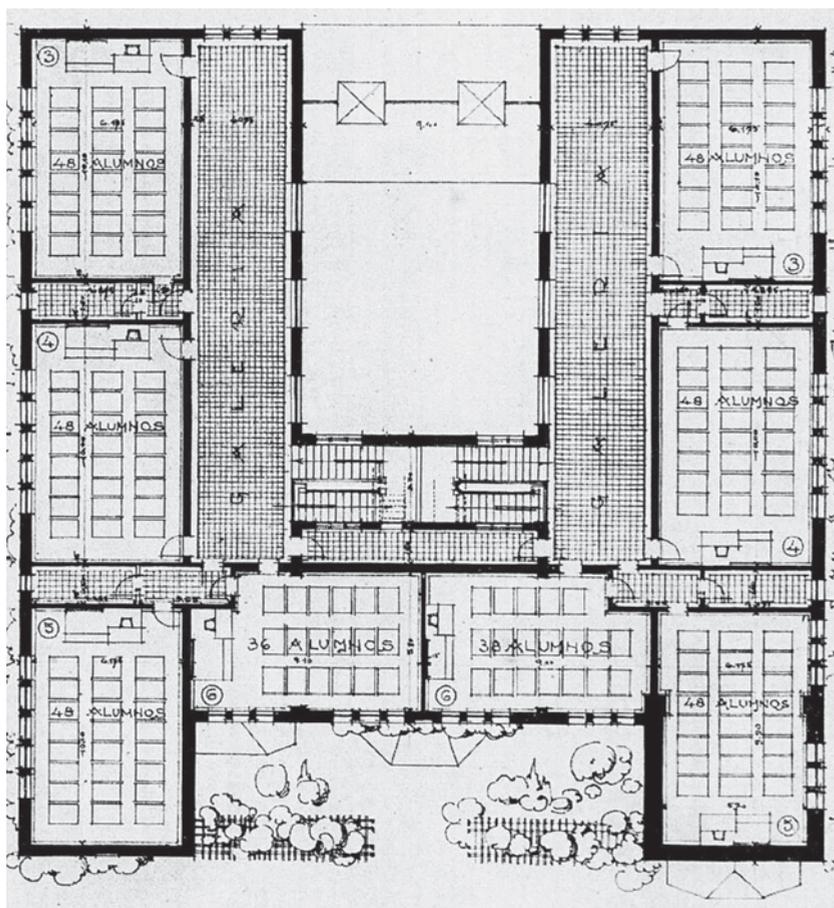


Figura 39 – Grupo Escolar de Nova Friburgo: Planta baixa do segundo pavimento

Fonte: Mensagem do presidente do Estado do Rio de Janeiro (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920)

O acesso à ala esquerda, projetada para as meninas, ocorria por um portão sob a varanda, levando a uma sala que possuía à direita um pequeno vestiário, e à esquerda o acesso à sala dos professores — iluminada pela ampla janela à esquerda da fachada e outra, do mesmo tamanho, na face lateral —, e ao vestiário e banheiro, também destinado aos mestres. Após a sala da entrada, seguia-se a galeria avarandada que, da mesma forma que na ala direita, em composição simétrica, permitia o acesso à sala da direção, às duas salas de aula, às escadas para o segundo pavimento, ao pátio central e ao banheiro feminino.

As salas de aula eram consideravelmente espaçosas e bem iluminadas, medindo 10 m de comprimento por 6 m de largura, com espaço para 48 alunos, possuindo um estrado para a mesa do professor e espaço para o quadro-negro. A parede à esquerda dos alunos abrigava cinco lances de janelas que ocupavam quase toda a sua extensão, garantindo iluminação adequada, de acordo com os preceitos higienistas. As salas de aula não eram contíguas, havendo sempre um espaço medindo 1,60 m entre as suas paredes, utilizados como depósito.

O pátio central possuía função arquitetônica visando à ventilação adequada das salas de aula. O recreio dos alunos seria realizado na parte dos fundos do terreno, após a área construída, cujo acesso se localizava ao final das galerias. O recreio poderia ser realizado no mesmo horário para todos os alunos, pois havia um muro dividindo o recreio das meninas, que contava com uma área total de 355 m², do recreio dos meninos que possuía uma área um pouco maior, medindo 389 m², devido às proporções do terreno.

O segundo pavimento era ocupado exclusivamente por salas de aula e suas galerias de acesso. Eram seis salas, sendo três em cada galeria lateral, com capacidade para 48 alunos, intercaladas pelas pequenas salas de depósito. Além destas, havia mais duas salas na parte frontal do pavimento, com capacidade para 36 e 38 alunos. Havia ainda, no último pavimento, sob o telhado da parte fronteira do prédio, duas amplas salas (na lateral esquerda e no centro), e mais uma na torre da direita.

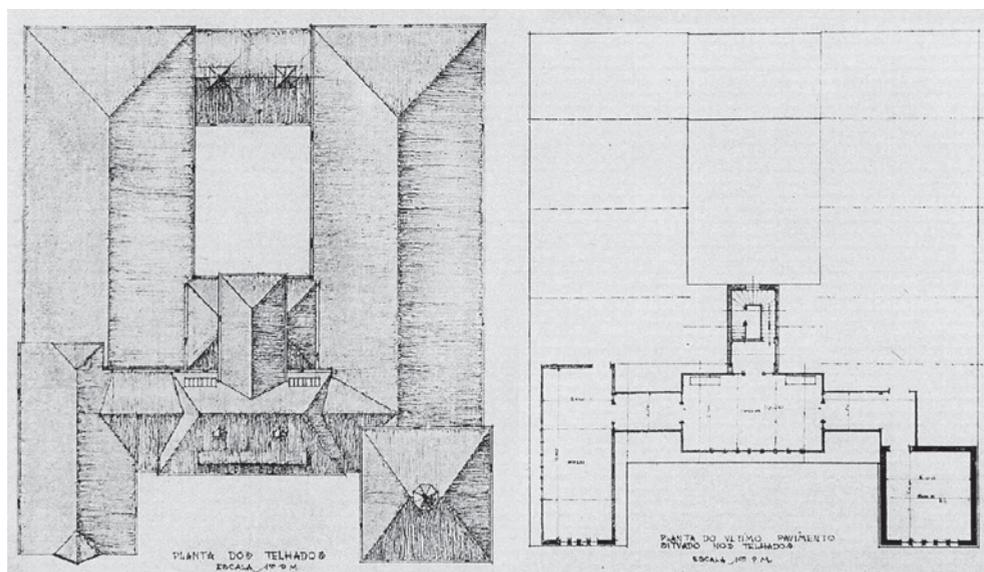


Figura 40 – Grupo Escolar de Nova Friburgo: Planta baixa do telhado

Fonte: Mensagem do presidente do Estado do Rio de Janeiro (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920)

O início da década de 1920 foi marcado por grandes agitações culturais e políticas em decorrência da Primeira Guerra Mundial, que fez acender os nacionalismos em todo o mundo ocidental. No Brasil eclodiram vários movimentos que traziam à tona “a questão da nacionalidade brasileira, o combate à estrangeirização do Brasil, a reforma política, a moralização dos costumes e a regeneração da nação” (SOUZA, 2000, p. 109-110). Na educação ganhava força um movimento conhecido por Escola Nova, pautado pelas concepções do filósofo e educador norte-americano John Dewey, que no Brasil influenciou diversos educadores, como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo.

Um dos elementos centrais nessa nova proposta de reestruturação da educação brasileira eram os prédios escolares e a sua arquitetura. O edifício-escola servia de suporte para a exibição dos símbolos nacionais, como brasões, bandeiras, retratos de homens ilustres, etc. (ESCOLANO, 1998), além de materializar no seu próprio estilo arquitetônico o sentido de nacionalidade que se buscava afirmar naquele momento. Assim foi ganhando força a defesa de uma arquitetura tradicional brasileira, que supostamente representasse as raízes de nossa civilização, e que deveria, portanto, figurar nos prédios escolares. Dessa forma se deu a aproximação entre os princípios da Escola Nova e a arquitetura neocolonial brasileira.

O educador Fernando Azevedo, que em 1927 assumiu a diretoria geral da instrução pública do Distrito Federal, era um grande defensor da arquitetura neocolonial como elemento nacionalizante. Entre 1927 e 1930 foram construídas, na cidade do Rio de Janeiro, nove escolas adotando este modelo arquitetônico, destacando-se entre elas a Escola Uruguai, a Escola Argentina, a Escola Estados Unidos, Escola Antônio Prado Jr. e escola normal. A arquitetura neocolonial, apesar de remeter ao passado colonial e tradicional, o que aparentemente se contrapunha a uma reforma modernizadora na educação, era justificada por Azevedo por ser capaz de “congregar, no ambiente da escola, todos os elementos tradicionais, capazes de vincular as novas gerações, num povo em formação, à sua terra, à sua gente e aos seus antepassados” (AZEVEDO *apud* VIDAL, 1994, p. 39).

Apesar da relevância incontestável da reforma azevediana, o diálogo entre a arquitetura neocolonial e a escola primária já estava presente no projeto do arquiteto Heitor de Mello para o Grupo Escolar Pedro II, de Petrópolis, o mais icônico dos prédios escolares construídos pelo governo Raul Veiga, figurando como um dos principais símbolos das comemorações pelo centenário da independência do Brasil no estado do Rio de Janeiro.

O prédio imponente apresentava uma fachada de composição assimétrica, possuindo um núcleo central onde se localiza a sala da diretora, avançado em relação ao restante da fachada, cujo acesso se dava de forma independente por um pórtico exclusivo em sua lateral esquerda, imprimindo um caráter hierárquico à construção. Esse núcleo central possui ainda um frontão curvilíneo, característico da arquitetura neocolonial. Atrás da sala da diretora encontra-se um enorme auditório medindo 106 m², contando com vestiário e um banheiro, cuja janela se observa na fachada, entre a sala da diretora e o portão de acesso pela lateral esquerda.

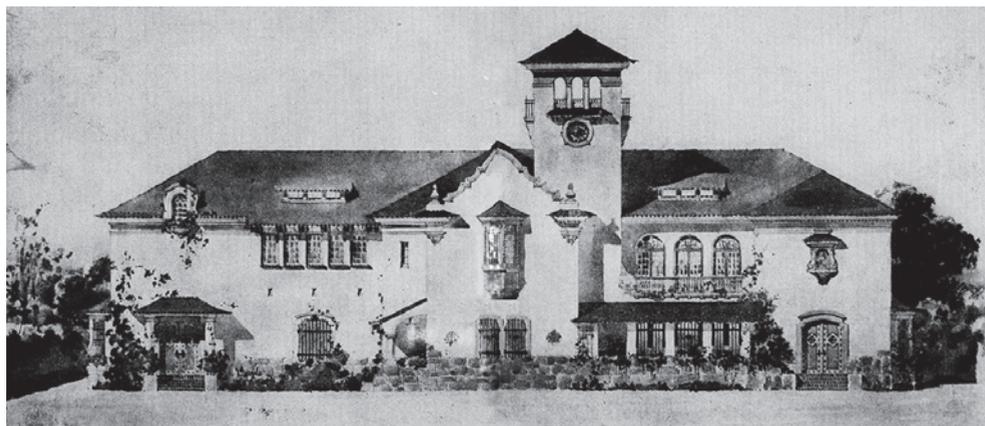


Figura 41 – Fachada do Grupo Escolar Pedro II, em Petrópolis

Fonte: Mensagem do presidente do Estado do Rio de Janeiro (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920)

Assim como na escola de Friburgo, destaca-se na fachada a presença da torre e do relógio. Escolano (1998) observa que a torre era um elemento bastante característico na arquitetura escolar do século XIX, representando um signo de poder e domínio, também presente nos demais edifícios emblemáticos das comunidades, como a igreja e a prefeitura, ostentando muitas vezes grandes relógios em destaque. Para este autor a presença do relógio vai além do papel de demarcar o tempo, tornando-se um

organizador da vida da comunidade e também da vida da infância. Ele marca as horas de entrada na escola e de saída dela, os tempos de recreio e todos os momentos da vida da instituição. A ordem temporal se une, assim, à do espaço para regular a organização acadêmica e para pautar as coordenadas básicas das primeiras aprendizagens (ESCOLANO, 1998, p. 44).

Ao lado direito da torre encontrava-se a sala dos professores, possuindo três janelas voltadas para a varanda onde havia uma porta de acesso permitindo a visita à torre e ao salão de exposições, no segundo pavimento, sem a necessidade de percorrer as dependências da escola. Ligando a sala da direção à sala dos professores havia um corredor, evidenciando a preocupação com a funcionalidade administrativa e a concepção maximizadora da direção (BENCOSTTA, 2005).

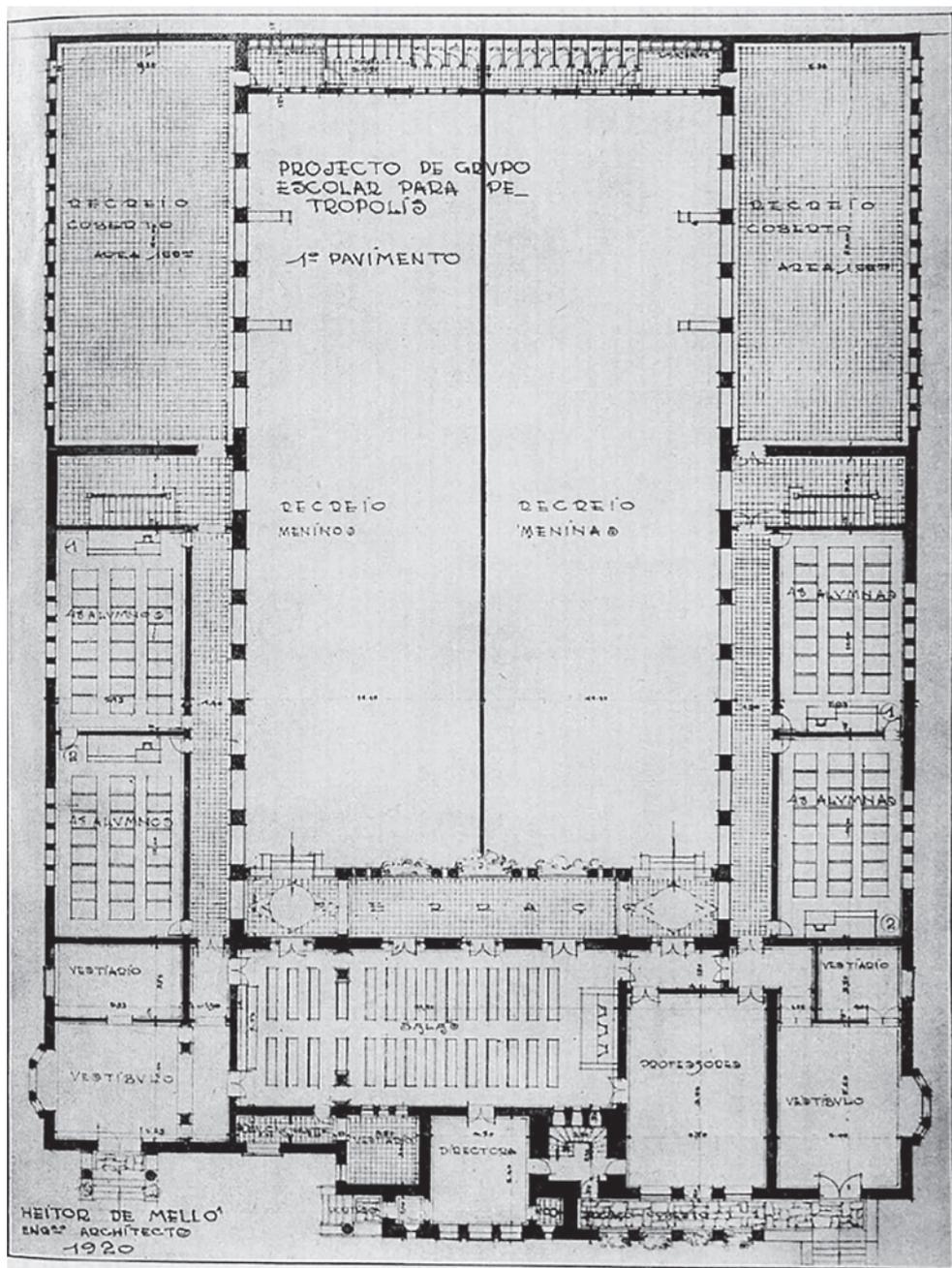


Figura 42 - Grupo Escolar Pedro II, em Petrópolis: Planta baixa do primeiro pavimento

Fonte: Mensagem do presidente do Estado do Rio de Janeiro (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920)

A arquitetura do prédio estabelece, além da composição hierárquica, a divisão sexual dos espaços, ficando a parte direita destinada às meninas e a parte esquerda aos meninos, dividida por um muro atravessando o interior do pátio, reservado ao recreio.

O prédio adotava o partido arquitetônico em quadra, como nas escolas jesuítas do período colonial (CASTRO, 2010), possuindo na parte fronteira o setor administrativo, com a sala da direção, a sala dos professores e o auditório, nas laterais as salas de aula e o recreio coberto, no pavimento térreo, tendo ao fundo os banheiros bastante espaçosos.

A Figura 42 apresenta o aspecto interno do edifício, onde é possível notar as duas portas de acesso direto ao pátio — a da esquerda partindo do acesso feminino, próximo à sala dos professores, e a da direita, saindo do interior do auditório —, e permite também ver, ao centro, o muro que dividia o pátio de recreio masculino e feminino.

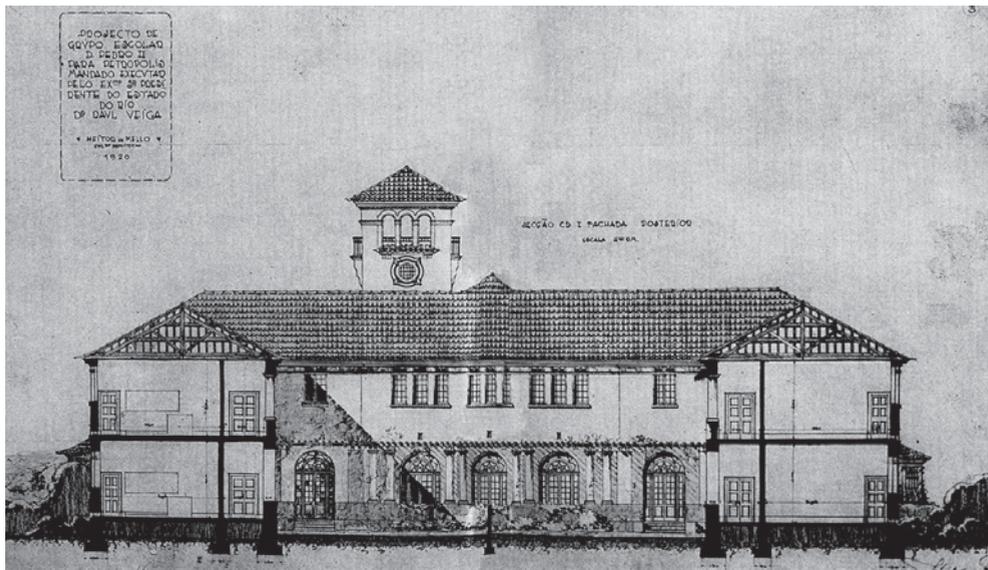


Figura 43 - Grupo Escolar Pedro II, em Petrópolis. Fachada posterior

Fonte: Mensagem do presidente do Estado do Rio de Janeiro (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920)

No térreo havia apenas quatro salas de aula, sendo duas na ala masculina e duas na ala feminina, medindo 5,93 m de largura por 10 m de comprimento cada uma, preparadas para comportar 48 alunos. Cada sala de aula possuía dois acessos a partir da galeria avarandada que circundava o pátio central, sendo um na direção da mesa do professor e outro ao fundo da sala, além de haver a comunicação entre as salas de aula contíguas, através de uma porta. Havia janelas apenas na lateral voltada para a parte externa do prédio evitando assim o contato visual dos alunos com o pátio de recreio durante as aulas.

Seguindo as galerias avarandadas do térreo, após as duas salas de aula encontravam-se as escadarias de acesso dos alunos ao segundo pavimento, e depois delas, os pátios cobertos, medindo 160m² cada um.

No segundo pavimento o núcleo central abrigava um enorme salão para exposição de modelos e trabalhos manuais, cujo acesso se dava pela

torre, de forma independente, ou pelas galerias laterais. Ao lado direito desse salão havia uma sala de aula feminina que comportava 40 alunas, possuindo três portas envidraçadas voltadas para um terraço na fachada. À esquerda do salão, mais uma sala de aula, para 40 meninos, cujas janelas também se voltavam para a fachada. Havia ainda mais duas salas de aula para 48 alunos, que ficavam por sobre os dois acessos (masculino e feminino) nas extremidades laterais da fachada.

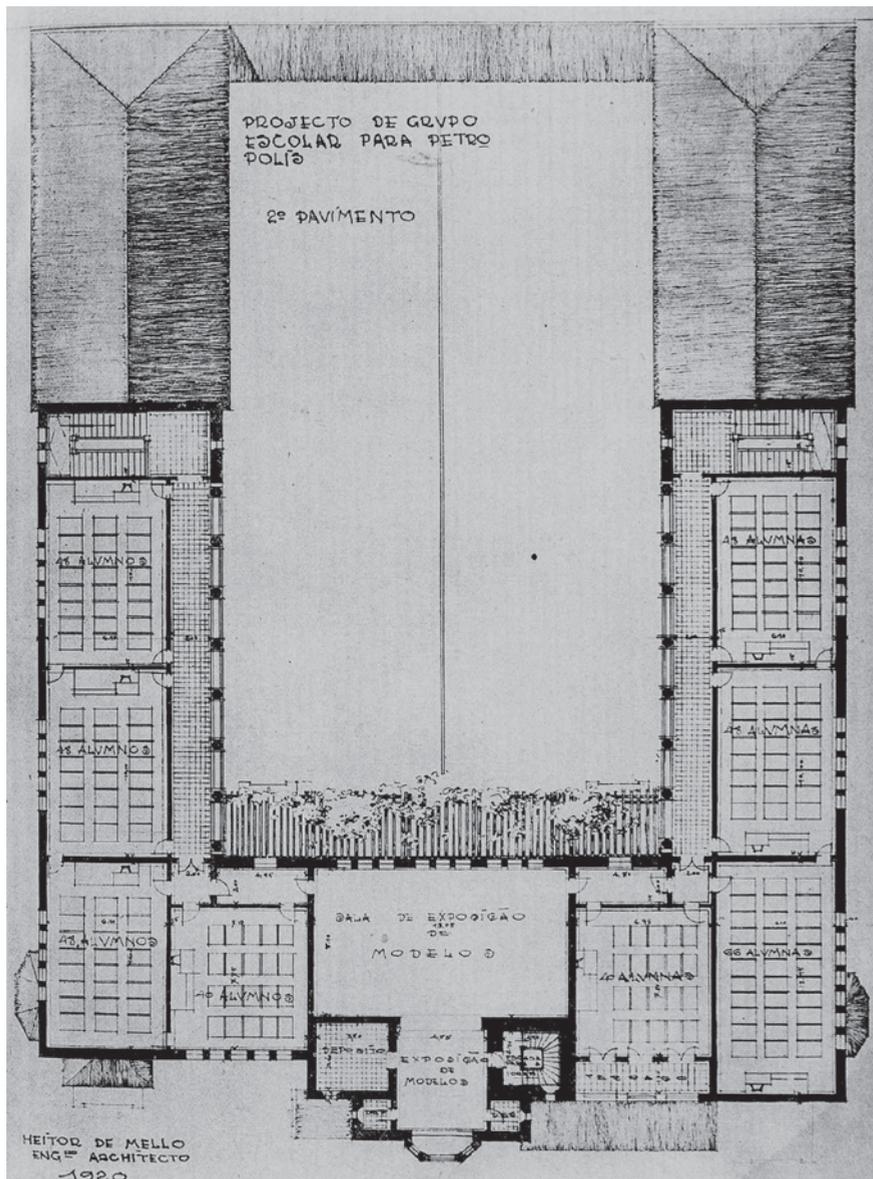


Figura 44 - Planta baixa do Grupo Escolar Pedro II, em Petrópolis, 2º pavimento
Fonte: Mensagem do presidente do Estado do Rio de Janeiro (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920)

O lugar ocupado pelos prédios escolares na cidade, com sua arquitetura própria distinguindo-os das demais instituições, aumentava, nas palavras de Escolano (1998), “o prestígio do professor e [elevava] a estima que os alunos têm para com a educação (ESCOLANO, 1998, p. 37), ou, como afirmou Vidal (1994), “diferenciava os saberes do educador e do arquiteto dos leigos que atuavam na política e da população em geral, constituindo-lhe um lugar autorizado para a emissão de discursos e práticas discursivas” (VIDAL, 1994, p. 51).

No caso do estado do Rio de Janeiro esses “discursos” e “práticas discursivas” a partir dos prédios escolares, tornaram-se uma prática bastante explorada a partir de 1916, quando o presidente estadual Nilo Peçanha inaugurou na cidade de Campos, com a presença do Presidente da República, a escola ao ar livre Wencesláo Braz. Desde então foram vários os eventos de inauguração de escolas com a presença do presidente do estado, como no caso do G. E. Ferreira da Luz, no distrito de Miracema em Santo Antônio de Pádua.



Figura 45 - Inauguração do Grupo Escolar Euclides da Cunha, no município de Teresópolis
 Fonte: Revista Fon-Fon (EXCURSÃO..., 1920). Acervo da Biblioteca Nacional Brasil

Os atos de inauguração eram anunciados e cobertos pela imprensa, podendo ser explorados politicamente. Em 1921 o jornal *Gazeta de Notícias* noticiava a “inauguração do Grupo Escolar Casimiro de Abreu e dos edifícios da cadeia e quartel da cidade de Valença”, que aconteceriam no dia 23 de abril, e a do “grupo escolar do distrito de Santo Antonio do Carangola, município de Itaperuna” (MELHORAMENTOS..., 1921). Em 1922 o mesmo jornal anunciava que

O Dr. Raul Veiga, presidente do Estado do Rio de Janeiro, designou o dia 4 de novembro próximo para inaugurar o edifício da Escola Profissional Feminina da cidade de Campos, a ponte de cimento armado sobre o rio Pomba, na cidade de Santo Antonio de Padua e bem assim o Grupo Escolar Dr. Francisco Portella, em Natividade, no município de Itaperuna, e o Grupo Escolar da cidade de S. João da Barra (MELHORAMENTOS..., 1922).

Entre 1919 e 1922 o presidente Raul de Moraes Veiga inaugurou 18 prédios escolares, numa média de 4,5 escolas por ano, o que representa, por exemplo, o dobro das escolas construídas por Fernando de Azevedo entre 1927 e 1930 no Distrito Federal (VIDAL, 1994). Entre os prédios inaugurados pelo presidente fluminense apenas quatro foram totalmente projetados e construídos para fins escolares (G. E. Orlanda Veiga e G. E. Francisco Portella em Itaperuna, G. E. Visconde de Itaborahy em São Francisco de Paula, e G. E. Pedro II em Petrópolis), sendo os demais adaptados pelo governo ou, como no caso dos grupos escolares Treze de Maio e Aydano de Almeida, em Niterói, arrendados pelo governo e adaptados pelos proprietários.

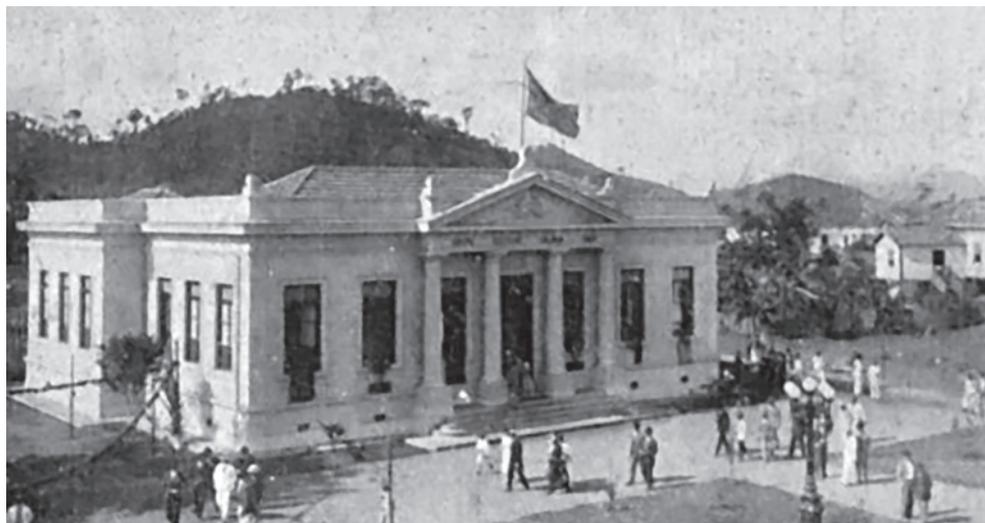


Figura 46 - Inauguração do Grupo Escolar Orlanda Veiga em Itaperuna, 1921

Fonte: Revista Careta (O SR. Presidente..., 1921). Acervo da Biblioteca Nacional Brasil



Figura 47 - Inauguração do Grupo Escolar Visconde do Itaborahy no município de São Francisco de Paula, 1921

Fonte: Revista Fon-Fon (A EXCURSÃO..., 1921). Acervo da Biblioteca Nacional Brasil

Das escolas apresentadas nas primeiras mensagens de Raul Veiga algumas não ficaram prontas a tempo de serem inauguradas em seu governo, como o Grupo Escolar Modelo com jardim de infância em anexo, na cidade de Niterói, e o grupo escolar de Santa Maria Madalena, inaugurados no governo de Feliciano Sodré. O grupo escolar de Nova Friburgo, um dos prédios planejados pelo arquiteto Heitor de Melo, também não foi concluído a tempo, ficando o seu prédio inacabado durante mais de uma década, inaugurado somente em 1933, após a revolução de 1930.

Escola	Município	Início	Inauguração	Adaptado / construído
Escola Ao Ar Livre Venceslau Bráz	Campos	1916	1916	Construído
G. E. Quintino Bocaiúva	Niterói	1915	1917	Adaptado
G. E. Ferreira da Luz	S. Antônio de Pádua	1915	1917	Construído por subscrição popular
G. E. Nilo Peçanha	São Gonçalo	1915	1917	Construído pela municipalidade
G. E. Duque de Caxias	S. Francisco de Paula	1916	1917	Construído

Quadro 22 – Prédios de escolas primárias inaugurados nos governos de Nilo Peçanha, Geraque Collet e Raul Veiga (1916 - 1922) (continua)

Escola	Município	Início	Inauguração	Adaptado / construído
G. E. Barão de Macaúbas	São Fidélis	1917	1919	Adaptado
G. E. Treze de Maio	Niterói	1919	1919	Arrendado, adaptado pelo proprietário
G. E. Aydano de Almeida	Niterói	1919	1919	Arrendado, adaptado pelo proprietário
G. E. Raul Veiga	Macaé	1919	1920	Adaptado
G. E. João Clapp	Campos	1919	1920	Arrendado, adaptado pelo Estado
G. E. XV de Novembro	Campos	1919	1920	Arrendado, adaptado pelo Estado
G. E. Euclides da Cunha	Terezópolis	1920	1920	Adaptado
G. E. Orlanda Veiga	Itaperuna	1919	1921	Construído
G. E. Casimiro de Abreu	Valença	1919	1921	Adaptado
G. E. Pinto Lima	Niterói	1919	1921	Adaptado
G. E. Nove de Abril	Niterói	1919	1921	Adaptado
G. E. Hilario Ribeiro	Niterói	1919	1921	Adaptado
G. E. Visconde de Itaborahy	S. Francisco de Paula	1919	1922	Construído
G. E. Pedro II	Petrópolis	1919	1922	Construído
G. E. Francisco Portella	Itaperuna	1919	1922	Construído
G. E. Alberto Torres	São João da Barra	s/inf	1922	Adaptado
G. E. Joaquim Macedo	Barra do Piraí	s/inf	1922	Adaptado

Quadro 22 – Prédios de escolas primárias inaugurados nos governos de Nilo Peçanha, Geraque Collet e Raul Veiga (1916 - 1922) (conclusão)

Fonte: Elaboração própria a partir das mensagens presidenciais de 1916 a 1930; dos jornais *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã*, *O Paiz*; e das revistas *Careta*, *Revista da Semana* e *Revista Fon-Fon*

As escolhas dos municípios onde se instalariam os grupos escolares e os nomes que teriam as escolas faziam parte da estratégia política de afirmação do nilismo, e do fortalecimento da figura de Nilo Peçanha, candidato da Reação Republicana nas eleições de 1922 para a Presidência da República.

Uma das primeiras escolas inauguradas foi Grupo Escolar Raul Veiga. Além de receber o próprio nome do presidente, a escola foi inaugurada em um

dos focos de oposição ao nilismo, o município de Macaé, base política do ex-presidente Alfredo Backer. Em Itaperuna — domínio do *portelismo* — foram instalados dois grupos escolares, em distritos bastante populosos. Para nomear o grupo escolar de São João da Barra foi resgatada a figura do ex-presidente Alberto Torres, defensor do “Estado pedagogo” formador da cidadania.

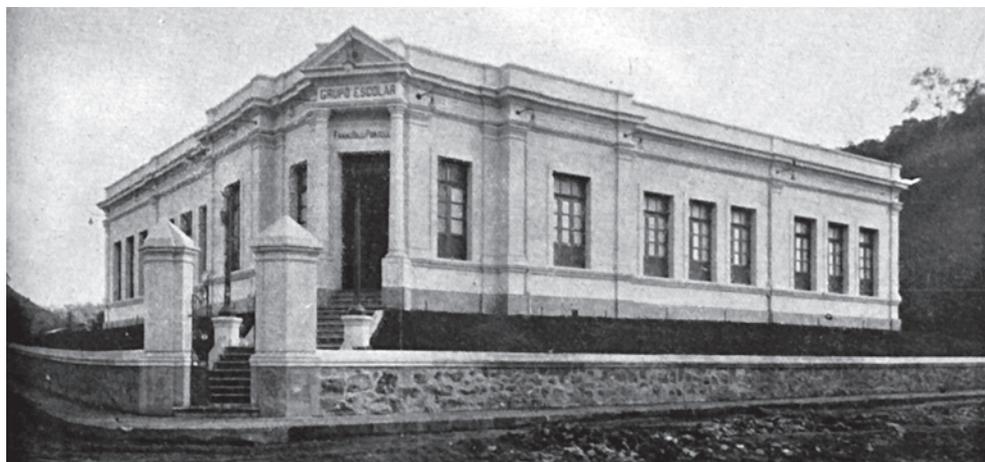


Figura 48 - Fachada do G. E. Francisco Portella em Natividade, município de Itaperuna
 Fonte: Revista Fon-Fon (A INSTRUÇÃO..., 1922). Acervo da Biblioteca Nacional Brasil

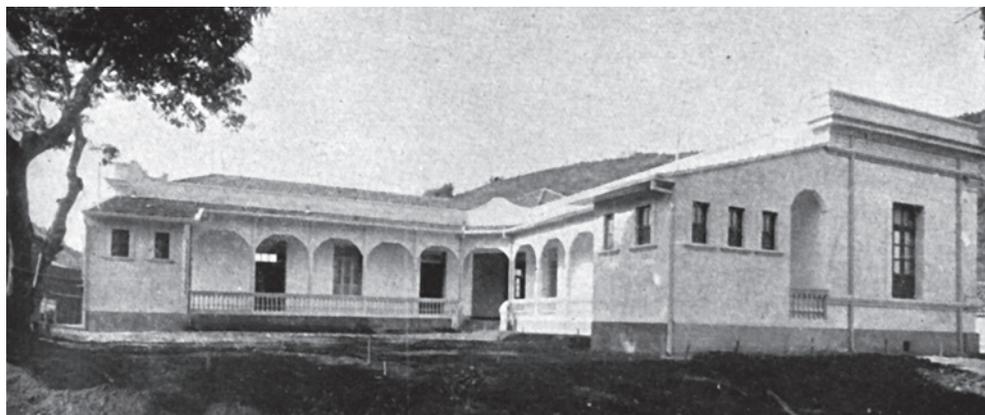


Figura 49 - Interior do G. E. Francisco Portella em Natividade, município de Itaperuna
 Fonte: Revista Fon-Fon (A INSTRUÇÃO..., 1922). Acervo da Biblioteca Nacional Brasil

Os municípios de Niterói, Petrópolis, Teresópolis e Friburgo formavam a área de influência de Feliciano Sodré, principal força de oposição a Raul Veiga e Nilo Peçanha naquele momento, por isso a importância de se instalar nessas cidades prédios escolares exemplares, que dessem visibilidade às ações do grupo político que buscava se afirmar no poder.



Figura 50 - Grupo Escolar Pedro II em Petrópolis

Fonte: Revista Fon-Fon (A INSTRUÇÃO..., 1922). Acervo da Biblioteca Nacional Brasil

A inauguração de escolas no ano de 1922 fez parte das comemorações do centenário da independência do Brasil no estado do Rio de Janeiro. De todas elas a que obteve mais destaque foi a do Grupo Escolar Pedro II em Petrópolis.

As presenças do presidente e de diversas autoridades locais e estaduais, assim como a da diretora, professoras, alunos e seus familiares, mereceram destaque na imprensa, que mencionou a vastidão do pátio interno e o caráter modelar do edifício (A INSTRUÇÃO..., 1922).

Na fotografia da Figura 51 se encontra ao centro e em primeiro plano, o presidente Raul Veiga tendo à sua esquerda a professora Angélica Martinho Lopes de Castro, diretora do Grupo Escolar Pedro II, acompanhada das professoras adjuntas. Atrás estão as diversas autoridades presentes, entre elas o Dr. Barros Franco, prefeito de Petrópolis, o Dr. Arthur Costa, presidente da ALERJ, o Dr. Jorge Lossio, diretor geral de obras públicas e o Dr. Guilherme Catramby, diretor geral da instrução.



Figura 51 - O presidente Raul Veiga e o corpo docente do G. E. Pedro II

Fonte: Revista Fon-Fon (A INSTRUÇÃO..., 1922). Acervo da Biblioteca Nacional Brasil

Nas fotografias da Figura 52 é possível observar a extensão do pátio interno, utilizado para demonstração de exercícios de ginástica das alunas, contando também com a presença dos meninos em trajes de escoteiro.

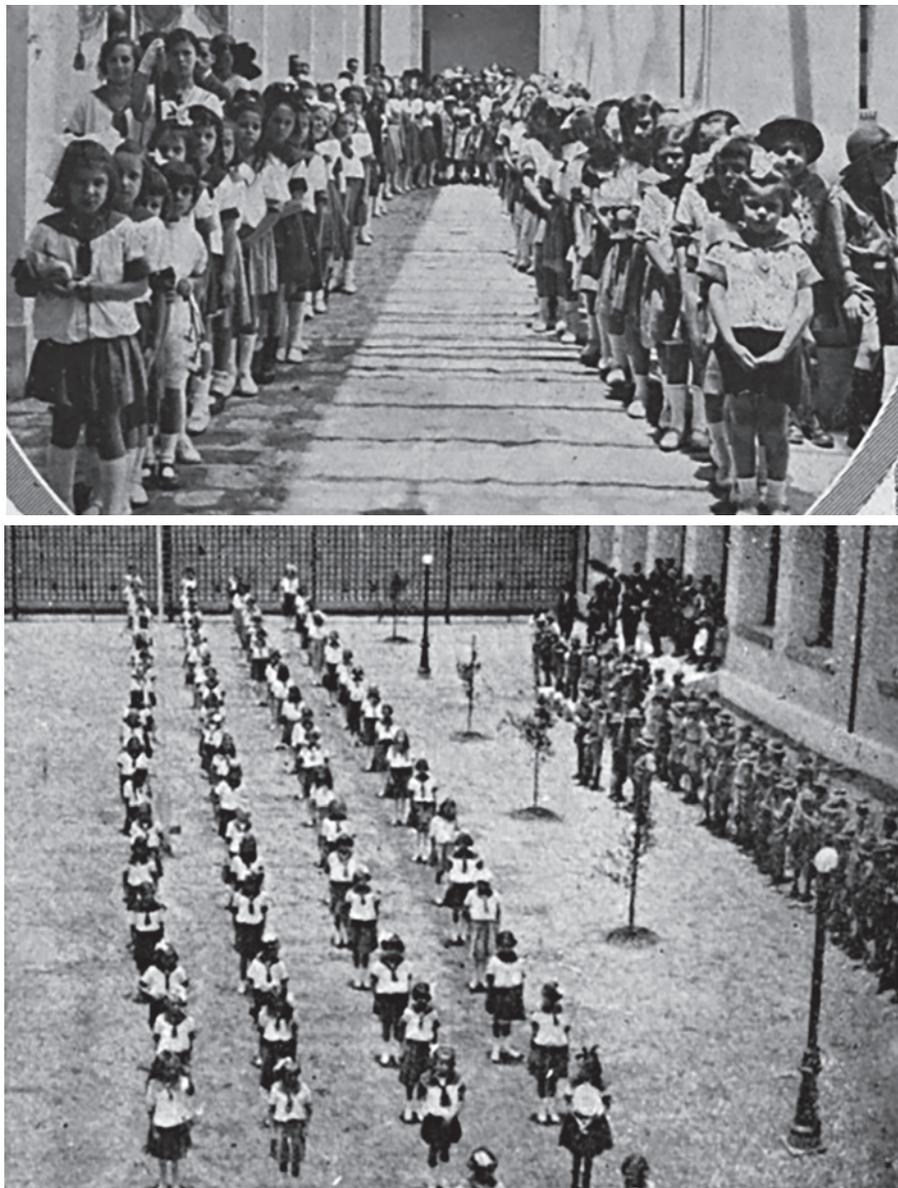


Figura 52 - Exercícios de ginástica na inauguração do G. E. Pedro II em Petrópolis
Fonte: Revista Fon-Fon (A INSTRUÇÃO..., 1922). Acervo da Biblioteca Nacional Brasil

A Figura 53 mostra o momento em que a comitiva do presidente do Estado entra pelo portão da escola, sendo saudada pelos alunos perfilados no jardim fronteiro ao prédio.

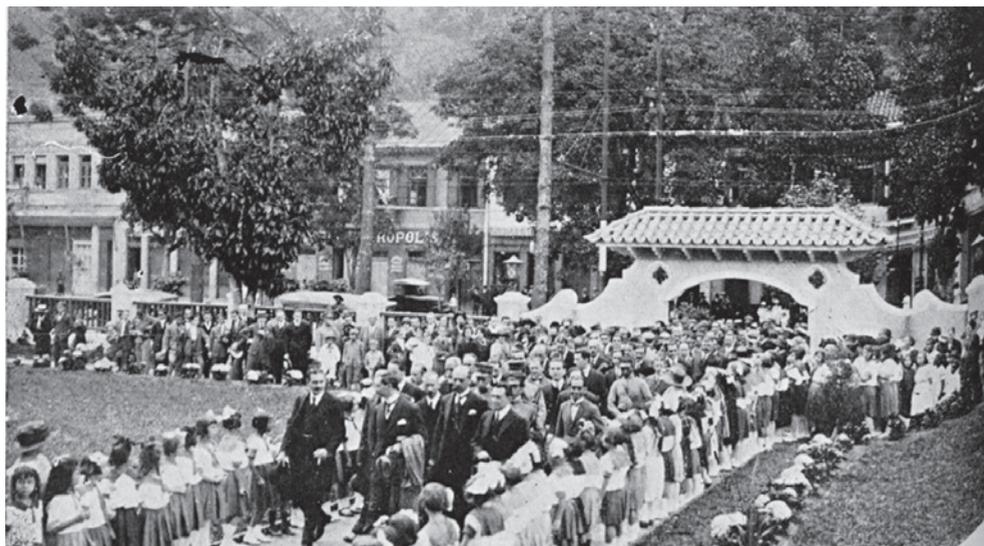


Figura 53 - Chegada da comitiva do presidente Raul Veiga ao prédio do G. E. Pedro II em Petrópolis

Fonte: Revista Fon-Fon (A INSTRUÇÃO..., 1922). Acervo da Biblioteca Nacional Brasil

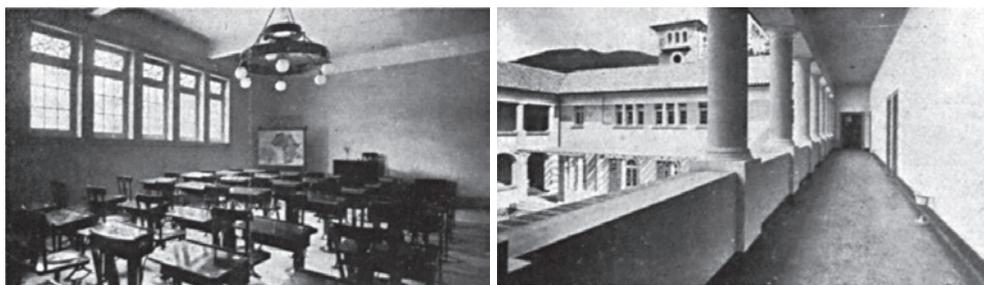


Figura 54 - Aspecto das dependências do Grupo Escolar Pedro II em Petrópolis

Fonte: Revista Fon-Fon (A INSTRUÇÃO..., 1922). Acervo da Biblioteca Nacional Brasil

A inauguração de escolas, como dito anteriormente, foi utilizada como símbolo comemorativo no Rio de Janeiro e como instrumento político buscando consolidar as forças nilistas no Estado. Desde 1920 o presidente Raul Veiga anunciava a definição dos limites estaduais com a elaboração da nova carta geográfica do Estado (pois a última datava de 1860), e os prédios escolares, como principais elementos a serem exaltados nas festividades da comemoração da independência do Brasil em 1922.

Entendo dotar cada cidade, villa ou povoação, si não for possível em todas, em sua grande maioria, de um prédio escolar, construído especialmente para esse fim, no qual possamos ministrar o ensino completo e eficiente.

Será preparando novas gerações de brasileiros que honraremos os nossos maiores; fundando escolas e combatendo o analfabetismo, teremos, penso, prestado um dos maiores serviços ao nosso Paiz (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920, p. 26-27).

O governo do estado do Rio de Janeiro publicou, na ocasião das comemorações do centenário da independência do Brasil, o *Álbum do Rio de Janeiro*, destacando as características socioeconômicas dos municípios fluminenses e suas riquezas naturais. Nesse álbum é dedicado um capítulo exclusivo à instrução pública onde se apresenta um retrospecto da educação fluminense desde o fim do Império, tecendo comentários sobre as primeiras reformas republicanas na instrução pública, com muitos elogios à reforma de 1900 e ao presidente Alberto Torres, lamentando o não cumprimento total dos seus princípios em decorrência da crise financeira. Em seguida destaca a reforma de 1911 e os seus pontos positivos, como o provimento de material e mobiliário escolar, e a criação das escolas complementares, apresentando dados de matrícula e frequência entre 1911 e 1915, falando em seguida sobre os grupos escolares.

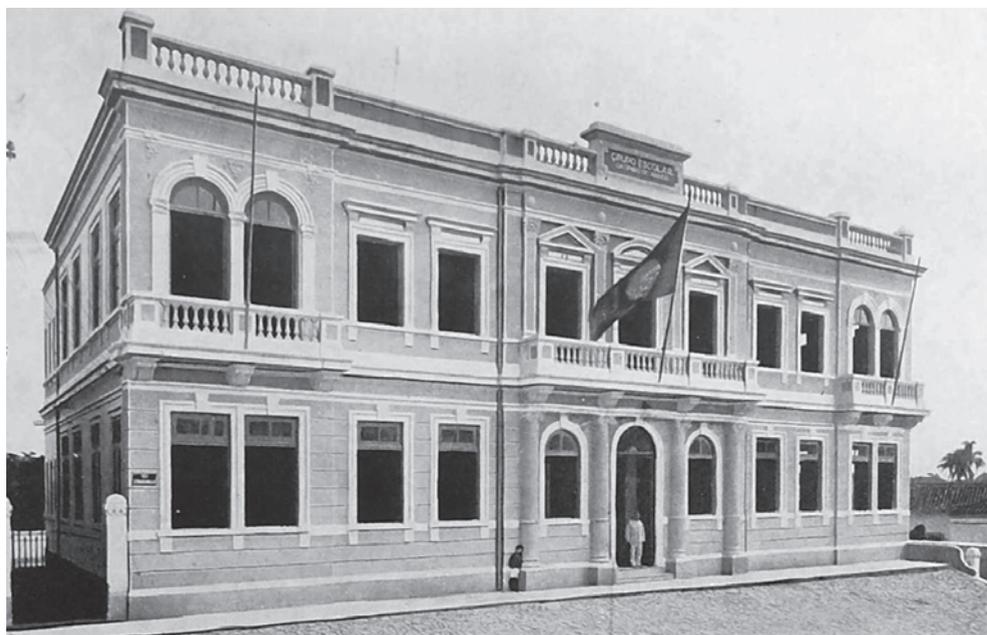


Figura 55 - Grupo Escolar Casimiro de Abreu, 1922

Fonte: *Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro, 1922* (VASCONCELOS, 1922). Acervo da Fundação Biblioteca Nacional Brasil

Entre as diversas fotografias de escolas primárias e secundárias, privadas e públicas nos diversos municípios do Estado, destacam-se as da Escola Normal de Niterói, da Escola Modelo de Niterói e Escola Maternal de Niterói, do Grupo Escolar Pedro II em Petrópolis, Grupo Escolar Euclides da Cunha em Teresópolis, G. E. Ferreira da Luz em Miracema, G. E. Casimiro de Abreu em Valença, G. E. Orlinda Veiga em Itaperuna, G. E. Joaquim Macedo em Barra do Piraí, G. E. Barão de Macahubas em São Fidélis, G. E. Raul Veiga em Macaé, G. E. Nilo Peçanha em São Gonçalo, entre outros institutos de ensino públicos e privados.

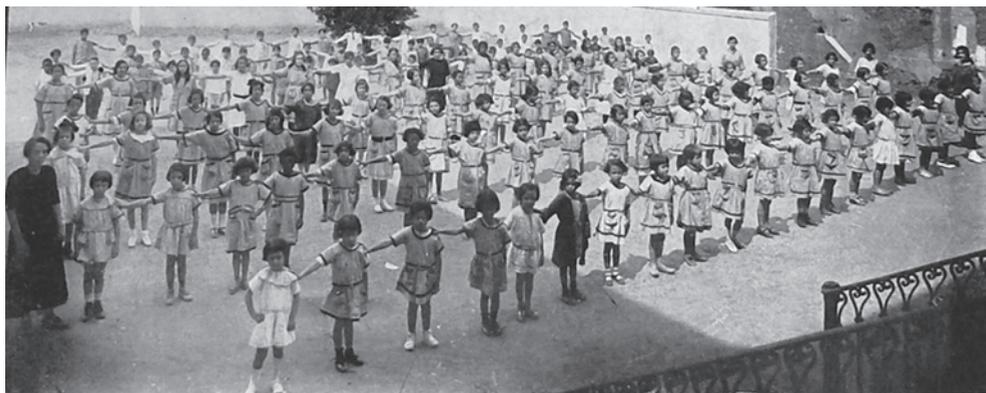


Figura 56 - Aula de Ginástica no G. E. Casimiro de Abreu em Valença, 1922

Fonte: Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro (VASCONCELOS, 1922). Acervo da Fundação Biblioteca Nacional Brasil



Figura 57 - Sala de aula do G. E. Casimiro de Abreu em Valença

Fonte: Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro 1922 (VASCONCELOS, 1922). Acervo da Biblioteca Nacional Brasil

Na Figura 57 é possível notar a influência do higienismo na organização da sala de aula, com pé-direito alto e a presença de amplas janelas. Nota-se a utilização de bancos-carteira duplos com a separação entre meninos e meninas por fila, e a presença de mapas afixados na parede.

Apesar de serem celebrados os grupos escolares, a maioria das escolas primárias do estado do Rio de Janeiro era composta por escolas isoladas, como esta do município de Cambuci.

A Figura 58 mostra uma escola mista com uma quantidade maior de meninos, de faixa etária variada, funcionando em prédio aparentemente inadequado, com limitações em seu pouco espaço físico.



Figura 58 - Escola isolada no município de Cambuci, 1922

Fonte: Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro 1922 (VASCONCELOS, 1922). Acervo da Biblioteca Nacional Brasil

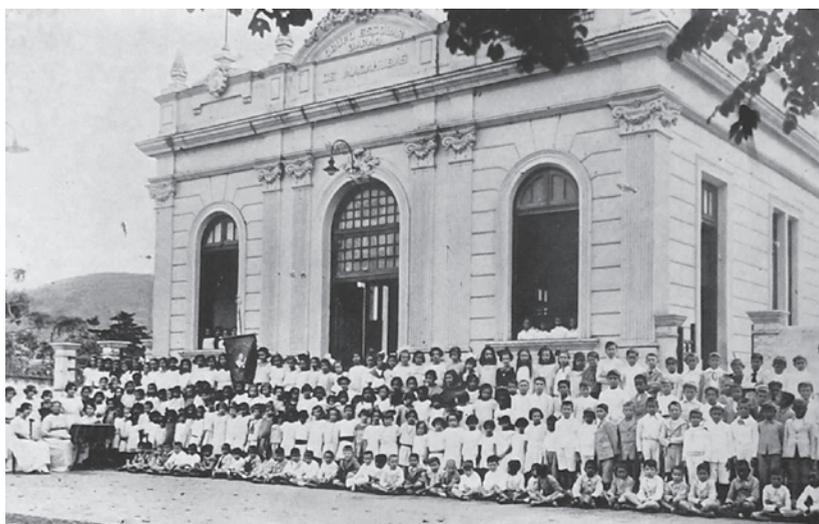


Figura 59 - Grupo Escolar Barão de Macahubas em São Fidélis, 1922

Fonte: Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro (VASCONCELOS, 1922). Acervo da Fundação Biblioteca Nacional Brasil

No município de São Fidélis, sob a liderança do ex-presidente nilista Agnelo Geraque Collet, foi inaugurado o imponente prédio do Grupo Escolar Barão de Macahubas, como mostra a Figura 59.



Figura 60 - G. E. Joaquim Macedo em Barra do Pirai, 1922

Fonte: Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro (VASCONCELOS, 1922)

Na fotografia (Figura 61) de uma sala de aula do Grupo Escolar Joaquim Macedo, em Barra do Pirai, é possível notar a presença das professoras adjuntas no fundo da sala e uma grande quantidade de alunos, notando-se três ou mais crianças em cada banco-carteira originalmente projetado para duas crianças. É possível notar também a presença do relógio na parede do fundo e de uma talha para água na direção da porta da sala de aula. Da mesma forma que na escola de Valença percebe-se a separação sexual por fila.



Figura 61 - Sala de aula do G. E. Joaquim Macedo em Barra do Pirai

Fonte: Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro (VASCONCELOS, 1922)

Ao mesmo tempo, em Macaé, região comandada pela oposição ao nilismo, liderada por Alfredo Backer, o governo do Estado adquiriu o prédio originalmente destinado à instalação da do hospital da Beneficência Portuguesa para a instalação de um grupo escolar. Tratava-se de uma construção inacabada em estado de abandono. As obras de conclusão e adaptação para fins escolares custaram 71:832\$925, um pouco mais do que o valor gasto na construção do Grupo Escolar Orlinda Veiga em Natividade (Itaperuna).

O grupo escolar de Macaé, instalado naquele imponente prédio (Figura 62), recebeu o nome do próprio presidente do Estado, Raul Veiga, como forma de imprimir a sua presença como representante do nilismo no território político comandado por um dos principais rivais no interior fluminense.

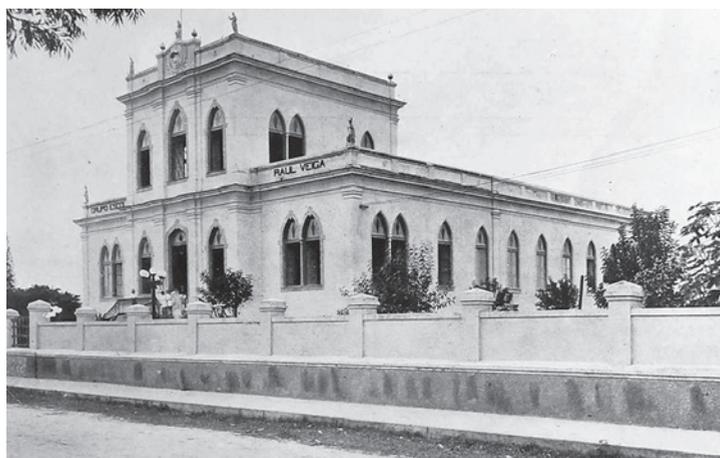


Figura 62 - G. E. Raul Veiga em Macaé, 1922

Fonte: Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro (VASCONCELOS, 1922). Acervo da Fundação Biblioteca Nacional Brasil

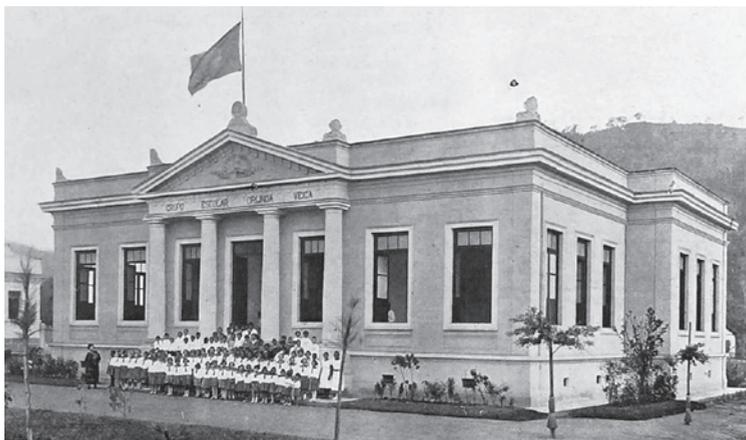


Figura 63 - G. E. Orlinda Veiga em Santo Antônio do Carangola, município de Itaperuna

Fonte: Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro (VASCONCELOS, 1922). Acervo da Fundação Biblioteca Nacional Brasil

Em meio às comemorações do centenário da independência e inaugurações das escolas fluminenses avançava, desde junho de 1921, a campanha da Reação Republicana, reunindo os estados do Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Distrito Federal, em defesa da candidatura de Nilo Peçanha tendo como vice J. J. Seabra, presidente da Bahia e ex-professor de Nilo nos tempos da faculdade de direito do Recife (PEÇANHA, 1969) para a Presidência da República nas eleições de 1922, formando um eixo alternativo de poder em oposição à candidatura oficial do mineiro Artur Bernardes, apoiado pelo presidente Epitácio Pessoa e pelas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais.

O programa da Reação Republicana se caracterizou pelo périplo do candidato Nilo Peçanha por todo o Brasil em campanha, prática pouco comum à época, sustentando um discurso que criticava a estrutura do federalismo brasileiro, defendendo um modelo em que “as decisões políticas nacionais [saíssem] do terreno das conveniências regionais para horizontes mais iluminados de crítica e liberdade” (PEÇANHA *apud* FERREIRA, 1993, p. 15). Em relação à política econômica mantinha a defesa do agrarismo, apostando na diversificação e na autossuficiência da produção de alimentos.

Além das críticas ao funcionamento do federalismo, Nilo Peçanha inovava no discurso voltado para as camadas urbanas e para os trabalhadores, chegando a declarar que

o mundo não pode ser mais o domínio egoístico dos ricos, e (...) só teremos paz de verdade, e uma paz de justiça, quando nas nossas propriedades (...) e nas nossas consciências, sobretudo, forem tão legítimos os direitos do trabalho como os do capital. Não é mais possível a nenhum governo brasileiro deixar de respeitar, dentro da ordem, a liberdade, a liberdade operária, o pensamento operário (PEÇANHA *apud* FERREIRA, 1993, p. 17),

revelando assim a sensibilidade da Reação Republicana para o avanço do movimento operário nos grandes centros brasileiros, desde a greve geral de 1917. Por fim, também era defendida a ênfase na expansão da instrução pública e no combate ao analfabetismo, como alternativa para ampliar a participação política.

Apesar do sucesso da campanha através dos *meetings*, da propaganda na imprensa *nilista*, da grande penetração de Nilo nos centros urbanos e entre os militares, além do apoio das diversas oligarquias dissidentes, “os resultados eleitorais, controlados pela máquina oficial, deram a vitória a Bernardes” (FERREIRA, 1993, p. 19).

A partir desse momento tinha início uma onda de protestos pela imprensa e manifestações nos grandes centros, denunciando a fraude eleitoral. Em 5 de julho de 1922 eclodiram as rebeliões do Forte de Copacabana e também nas guarnições militares de Campo Grande e Niterói, os nilistas passavam a reafirmar, pela imprensa, os princípios da Reação Republicana, aprofundando o discurso da moralização política, chegando o próprio Nilo a defender a reforma

constitucional e a instituição do voto secreto, que se tornou uma das principais bandeiras do *tenentismo* ao longo da década de 1920.

Desde o lançamento da Reação Republicana em 1921, aumentava a repressão do governo federal contra as dissidências. No Legislativo federal a Comissão de Verificação e Poderes, que antes estava subordinada ao deputado campista João Guimarães, foi entregue ao antinilista Norival de Freitas, impedindo assim a posse de elementos contrários a candidatura Bernardes, representando um obstáculo para as dissidências estaduais.

No estado do Rio de Janeiro foi aprovada a lei orgânica das municipalidades, tornando eletivo o cargo de prefeito, eliminando assim um dos principais instrumentos de controle nilista nas municipalidades. Além disso, a atuação do juiz federal *bernardista* Leon Roussoulières, presidente das juntas apuradoras, ampliando alistamento eleitoral a fim de angariar eleitores livres da influência dos nilistas e nomeando 20 novos juízes suplentes “alheios ao nilismo” (FERREIRA, 1989, p. 259), contribuíram para o enfraquecimento da oligarquia dominante no Estado, abrindo caminho para as forças de oposição, fiéis a Epitácio Pessoa e a Artur Bernardes.

Em 9 de julho de 1922, quatro dias após a revolta do Forte de Copacabana, realizaram-se as eleições para a sucessão de Raul Veiga na presidência do estado do Rio de Janeiro. O candidato nilista era o deputado Raul Fernandes, tendo como vice Artur Costa, político de Campos e presidente da ALERJ, enquanto a oposição lançava a candidatura de Feliciano Sodré, que já havia sido derrotado pelo próprio Nilo nas eleições de 1914. Ao mesmo tempo ocorreria o primeiro pleito para eleger os prefeitos municipais.

Apesar dos esforços do governo Raul Veiga na execução de diversas obras nos municípios do interior do Estado visando a cooptação das oposições, o resultado não foi tão positivo. Em Petrópolis, por exemplo, a construção do Grupo Escolar Pedro II, que exigiu grande atenção do presidente, constituindo um dos maiores feitos a serem celebrados nas comemorações do centenário da independência, não impediu a vitória do candidato da oposição, o deputado federal Joaquim Moreira, para prefeito do município.

Neste contexto conturbado encerrava-se o governo de Raul Veiga no estado do Rio de Janeiro. Em sua última Mensagem à Câmara o presidente afirmava que

Dos edifícios [escolares] construídos (...), todos se podem apresentar, sem exagero, como modelos no gênero, e que não de ficar como um attestado vivo, do grande interesse que dediquei á instrucção publica do meu Estado. Nas cidades onde estão construídos resaltam como os mais grandiosos edificios locais, pois com esse intuito mesmo, foram construídos, como monumentos (...)" (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1922b, p. 34).

Nas palavras do presidente é possível perceber não somente a intencionalidade na edificação de prédios escolares monumentais capazes de eternizar a sua imagem de político, mas também a concepção de que o Estado era o principal responsável pela construção da cidadania, característica que o

aproximava do ex-presidente Alberto Torres — criador dos primeiros grupos escolares fluminenses no ano de 1900⁵⁷ e defensor do “Estado pedagogo” construtor de uma “República social” —, e de Nilo Peçanha com sua ênfase numa escola primária capaz de construir uma “sociedade de trabalhadores”. A partir do governo de Raul Veiga estavam lançadas as bases para a expansão da escola primária que se verificou ao longo dos anos 1920.

Em julho de 1922 foram diplomados os deputados estaduais eleitos no ano anterior, sendo reconhecidos apenas os candidatos situacionistas, como de praxe, dando início ao conflito que resultou em duplicidade de câmaras, quando os oposicionistas reunidos no prédio da câmara municipal de Niterói também se proclamaram poder legislativo estadual. Neste momento cada câmara reconheceu a eleição do seu candidato à presidência do estado, abrindo o caminho para a intervenção federal que ocorreu em 10 de janeiro de 1923, sendo nomeado pelo presidente da República para governar o Rio de Janeiro o interventor Aurelino Leal. No mês de maio a ALERJ declarava nulas todas as eleições estaduais realizadas desde dezembro de 1921, convocando novas eleições para o final do ano, nas quais foram eleitos o presidente Feliciano Sodré e a bancada *sodrezista* para a ALERJ (KORNIS, 1989b), pondo fim ao domínio nilista no Rio de Janeiro.

Após a queda do nilismo, enraizava-se o *sodrezismo*, com os governos de Feliciano Sodré (1923 – 1927) e Manuel Duarte (1927 – 1930), que governaram até a chegada de Getúlio Vargas à presidência da República.

No contexto da criação da Associação Brasileira de Educação em 1924 foi realizada uma nova reforma do ensino fluminense. Extinguiu-se a Superintendência Geral do Ensino, restabelecendo-se a Diretoria de Instrução Pública, subordinada à Secretaria do Interior e Justiça, e composta por duas seções: uma responsável pelo ensino normal, secundário e profissional; e outra pelo ensino primário.

Sodré identificava que os prédios escolares continuavam sendo um problema, pois a grande maioria das escolas ainda funcionava em casas alugadas, sem condições higiênicas e pedagógicas. Dos 52 grupos escolares existentes em todo o Estado 27 funcionavam em prédios alugados. Em relação às escolas isoladas a situação era ainda mais grave, já que somente 24 das 509 existentes funcionavam em prédios próprios, ficando ainda 485 em prédios alugados, o que representava um custo de 600:000\$000 anuais em aluguéis. As caixas escolares também não tiveram o desempenho esperado, com exceção das caixas “Benjamin Constant e Quintino Bocayuva nos 1º e 4º districtos de Nictheroy e Pedro II em Pretropolis” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1924, p. 47).

Em 1925 uma nova reforma a partir do Dec. nº 2.105, de 2 de março, alterava a organização do ensino primário, que seria dividido em 3 graus: 1º grau com curso elementar de duas séries; 2º grau de nível médio com três séries; e o 3º grau com curso integral de cinco anos ministrado nos grupos escolares. A partir desse momento nota-se uma considerável expansão no

⁵⁷ Em 1921 o presidente Raul Veiga inaugurou, no município de São João da Barra, o Grupo Escolar Alberto Torres.

número de matrícula e frequência nas escolas primárias. De acordo com Schueler (2010), um dos fatores para esse crescimento se deve ao “fato de em algumas unidades escolares terem sido adotados dois turnos” (SCHUELER, 2010, p. 547). Os turnos escolares foram instituídos pela primeira vez em 1922, ainda no governo Raul Veiga, nos grupos escolares com número elevado de matrícula. As primeiras escolas a funcionar em dois turnos foram os grupos escolares Silva Pontes, 13 de Maio, Pinto Lima e Quintino Bocayuva, em Niterói; Ferreira da Luz em Miracema; e Orlinda Veiga em Santo Antônio do Carangola (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1922b), que de fato tiveram suas matrículas aumentadas, chegando alguma delas a ultrapassar a quantidade de mil alunos.

No entanto, há outro fator que provavelmente tenha contribuído ainda mais para o crescimento das matrículas e da frequência escolar nas estatísticas do governo, sobretudo a partir do ano de 1925, que é o retorno à subvenção de escolas privadas. Medida condenada por Nilo Peçanha como instrumento de aparelhamento político, a subvenção não apenas foi restabelecida por Sodré, como passaram a figurar essas escolas, seus professores e alunos nas estatísticas oficiais do Estado, produzindo números inflacionados no que se refere à quantidade de matrículas e frequência.

Analisando as mensagens presidenciais é importante destacar que, apesar da evolução das matrículas e da frequência, nenhum novo prédio foi construído pelo Estado para a instalação de grupos escolares a partir de 1922, ao passo que o número de escolas subvencionadas mais que triplicou entre 1925 e 1930, como mostra o Quadro 23.

1925	16
1926	37
1927	64
1928	93
1929	140
1930	135

Quadro 23 – Escolas subvencionadas no governo Feliciano Sodré e Manuel Duarte (1925 - 1930)

Fonte: Mensagens presidenciais de 1926 a 1930 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1926-1930)

O Gráfico 5 ilustra o considerável aumento nas matrículas e frequência das escolas primárias no estado do Rio de Janeiro a partir de 1925, incluindo as escolas privadas subvencionadas pelo Estado, uma vez que esses números não são apresentados discriminadamente.

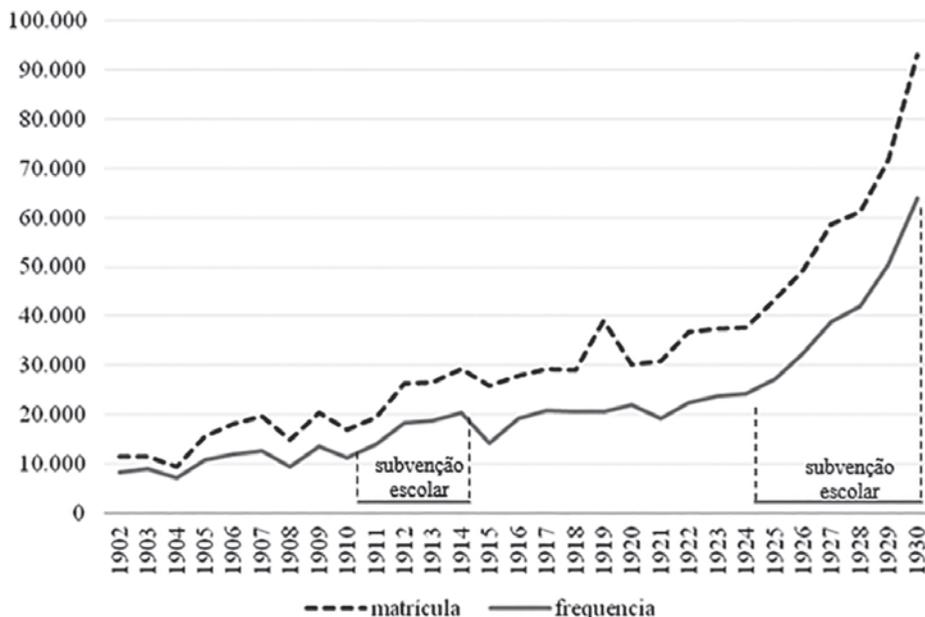


Gráfico 5 - Matrícula e frequência nas escolas públicas primárias do estado do Rio de Janeiro (1902 - 1930)

Fonte: elaboração própria a partir das mensagens presidenciais (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1902-1930)

O gráfico representa os baixos índices de matrícula e frequência escolar no período mais grave da crise econômica do Rio de Janeiro, quando foram extintos os primeiros grupos escolares e fechadas diversas escolas isoladas durante o governo Quintino Bocayuva (1900-1903), havendo um considerável crescimento a partir de 1905 com a recuperação financeira proveniente das políticas implementadas no primeiro governo de Nilo Peçanha (1903-1906).

Após os conflitos interoligárquicos do governo Backer (1906-1910), promovendo o fechamento de várias escolas e a remoção de diversos professores por motivos políticos, nota-se a elevação das matrículas e da frequência no governo Oliveira Botelho (1910-1914), como consequência da reforma de 1911 que restabeleceu as escolas graduadas através do modelo de escolas complementares, e implantou a subvenção a professores particulares.

Em 1915 nota-se uma queda sensível, sobretudo na frequência escolar, em decorrência da extinção da subvenção no segundo governo Nilo Peçanha (1915-1917). A partir desse momento temos a expansão da escola primária pública, através da criação de mais escolas isoladas e da conversão das escolas complementares em grupos escolares, além da reunião de várias escolas isoladas urbanas criando novos grupos escolares. É também nesse período que tem início a política nilista de construção e reforma de prédios escolares, chegando ao seu ponto máximo no governo Raul Veiga, que institui em seu último ano de governo o funcionamento de dois turnos em alguns grupos escolares.

A partir de 1924 nota-se uma alteração bastante sensível nos números de matrícula e frequência escolar, devido à expansão da implantação de dois turnos e, sobretudo pelo restabelecimento da subvenção.

A reforma de 1925 também reorganizou as regiões escolares visando tornar a inspeção mais eficiente. O estado foi dividido em 8 regiões escolares, além da Sede da Inspetoria Geral do Ensino, localizada em Niterói, como se pode notar no Quadro 24.

REGIÕES	MUNICÍPIOS	ESCOLAS			
		1º grau	2º grau	grupos	maternais
Sede da Inspetoria Geral do Ensino	Niterói	—	31	22	2
1ª Região	S. Gonçalo (sede), Maricá, Saquarema, Araruama, S. Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Itaboraí e Rio Bonito	48	68	4	—
2ª Região	2ª REGIÃO: Macaé (sede), Barra de São João, São Francisco de Paula, Santa Maria Madalena, S. Sebastião do Alto e Capivari	39	18	5	—
3ª Região	Campos (sede), Itaperuna e S. João da Barra	50	28	8	1
4ª Região	Itaocara (sede), Cantagalo, Cambuci, São Fidélis e Santo Antonio de Padua	35	16	4	—
5ª Região	Nova Friburgo (sede), Bom Jardim, Duas Barras, Carmo e Santana de Japuiba	18	25	1	—
6ª Região	Petropolis (sede), Terezópolis, Magé, Iguaçú, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati	39	72	4	1
7ª Região	Paraíba do Sul (sede) Sapucaia, Vassouras, Santa Tereza e Valença	33	28	3	—
8ª Região	Barra do Piraí (sede), São João Marcos, Rio Claro, Barra Mansa, Piraí e Resende	36	20	6	—
TOTAL		298	306	57	4

Quadro 24 - Distribuição de escolas de acordo com a reforma de 2 de março de 1925

Fonte: Mensagem Presidencial de 1925 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1925)

Em 1926 mais um decreto, o de nº 2.160 de 31 de janeiro, previa alterações no ensino profissional e a criação das escolas maternas e jardins de infância, ficando o ensino público classificado em preliminar, primário, normal, profissional e secundário. O preliminar seria ministrado na “Escola Maternal Julieta Botelho” e no jardim de infância anexo à Escola Modelo de Niterói, para crianças com idade entre 3 e 7 anos.

Sodré encerrou seu governo destacando a importância do combate ao analfabetismo, sobretudo nas zonas rurais onde “avulta a massa anonyma e alphabeta, (...) a quem se recusam educação sanitária e escolas primarias” (MENSAGEM, 1927, p. 88). Traçando um comparativo com o governo anterior, destaca que em 1922 eram 51 grupos escolares em todo o estado, e no ano seguinte havia 53. No entanto, é importante destacar também que esses dois grupos escolares a mais foram criados ainda no governo anterior, de Raul Veiga, findado em 1922.

Em 1926, após a reforma que alterou a classificação das escolas, as estatísticas oficiais registravam a existência de 59 grupos escolares, 6 a mais que em 1923. O presidente lamentava o fato de 4 deles ainda não funcionarem por falta de prédio, sendo instalados apenas 2: um em Cantagalo e outro em Teresópolis. No entanto o presidente afirmava ainda que o primeiro deles não havia sido instalado, pois seria necessária a adaptação do prédio onde funcionavam a 1ª e 2ª escolas do município. Ou seja, entre 1923 e 1926 só havia sido implementado, de fato, um grupo escolar, o de Teresópolis, em prédio doado pela prefeitura municipal e pela iniciativa particular. Seriam então 54 grupos escolares em 1926, efetivamente.

O mesmo cuidado se deve ter ao analisar os números referentes às escolas de 1º e 2º graus. Entre as 608 escolas que aparecem classificadas como primárias em 1926, 17 não funcionavam por falta de prédio.

A falta de prédios escolares era encarada por Sodré como “um problema insolúvel em varias administrações”, que só seria resolvido lentamente. Para o presidente era “preferível abrir e manter a escola ainda que mal installada, que recusar ao povo a instrução sob pretexto de que o predio não se presta ao funcionamento de uma escola” (MENSAGEM, 1927, p. 99).

Manuel Duarte (1927 – 1930) também reconhecia, em suas mensagens, a importância de se criar e instalar escolas e construir prédios escolares, sobretudo nas cidades onde os aluguéis eram mais caros. Podemos perceber que para ele, assim como para Sodré, pouco importava a monumentalidade da arquitetura escolar como materialização dos ideais republicanos, em oposição ao que nos mostra Rosa Fátima de Souza ao estudar os grupos escolares paulistas, onde o edifício escola era “um aspecto imprescindível para o seu funcionamento, dotada de uma identidade” (SOUZA, 1998, p. 16).

Para o sodrezismo importava, principalmente, a redução dos custos:

Considerarei desde o inicio de meu Governo quanto seria acertado adoptar a providencia altamente proveitosa de crear e installar escolas, de preferencia, nas localidades, em que se offerecessem gratuitamente e por praso dilatado, prédios para

o funcionamento daquelles institutos, com o que duas vantagens immediatas alcançaria o Governo: evitar que augmentasse a dotação orçamentária e encontrar uma formula para disseminar o ensino primário com razoável economia.

Esse alvitre tem produzido optimo resultado visto que já excedem de 50 os prédios oferecidos gratuitamente ao Estado para aquelle fim. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1928, p.57).

Ao mesmo tempo todas as subvenções às escolas privadas foram mantidas. Além das subvenções o Estado, em “seu dever de amparar a iniciativa privada e animar áquelles que, com louvável althruismo, se dedicam á obra educativa e assistência social”, forneceu mobiliário e demais materiais escolares para as escolas privadas.

Em 1929 foi realizada mais uma reforma, visando “tornar a escola fluminense partícipe das novas propostas pedagógicas postas em voga pelos movimentos reformistas chamados de Escola Nova, cujas reformas estavam em voga em vários Estados” (SCHUELER, 2010, p. 545). O presidente justificava a necessidade da reforma afirmando que “a escola não [poderia] ficar estacionaria (...), [devendo] acompanhar a evolução ambiente” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1929).

Com o argumento de aumentar a frequência escolar, sobretudo na educação popular, foi reestruturada a organização da escola primária, e a seriação dos cursos, na forma esquematizada na Figura 64.

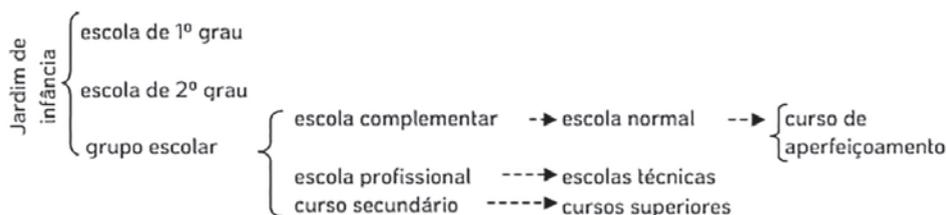


Figura 64 – Esquema da seriação dos cursos no estado do Rio de Janeiro – 1929

Fonte: Mensagem presidencial de 1929 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1929)

De acordo com o esquema, para ter acesso à escola profissional ou ao ensino secundário, era obrigatório cursar os grupos escolares. Foi criada também a escola complementar, que seria um intermediário obrigatório entre o grupo escolar e a escola normal, sendo criado apenas um curso na capital. Segundo o presidente, os estudantes “transferiam-se da escola primaria elementar para aquelle estabelecimento numa transição profundamente desfavoravel, sem um lastro conveniente e dahi encontrarem dificuldades insuperaveis durante os 4 annos do curso” Normal (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1929, p. 56).

Permaneciam o problema dos prédios escolares, do elevado valor dos aluguéis e das péssimas condições higiênicas. O número de prédios cedidos gratuitamente aumentou de 40 para 113 entre 1927 e 1928, mas 77,8% das escolas ainda funcionavam em prédios alugados, subindo para 86% no ano seguinte.

Tabela 13 – Propriedade dos prédios escolares em 1928

Próprios estaduais	47	6,4%
Prédios cedidos gratuitamente	113	15,3%
Prédios alugados pelo município	4	0,5%
Prédios alugados a particulares	575	77,8%
Total	739	

Fonte: Elaboração própria a partir da mensagem presidencial de 1928 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1928)

Alessandra Schueler (2010) sugere a hipótese de que “os grupos escolares, embora não tenham sido inexpressivos no estado do Rio de Janeiro, não tiveram sua rede tão estendida, como propagandeava a administração Raul Veiga (1918-1922)” (SCHUELER, 2010, p. 547), constatando que a escola elementar, ou isolada, foi predominante ao longo da Primeira República. Nesse sentido é importante acrescentar que a trajetória da escola primária graduada no estado do Rio de Janeiro é composta por descontinuidades.

A escola primária fluminense ao longo da primeira república (1889 – 1930)

**Figura 65 - A escola primária fluminense ao longo da Primeira República (1889 – 1930)**

Apesar da institucionalização jurídica dos primeiros grupos escolares no estado do Rio de Janeiro datar de 1897, como apontam os estudos mais recentes (SCHUELER, 2010; ARAÚJO; SOUZA; PINTO, 2012; SOUZA; SILVA; SÁ, 2013), essas escolas foram instaladas somente a partir de 1900, tendo

uma existência efêmera até sua extinção completa em 1903. A partir de então, inicia-se um lapso de 8 anos em que a escola primária fluminense retornou aos “pardieiros” das escolas isoladas, num momento de aguda crise.

Somente em 1911 é que se retoma a experiência da escola graduada no Rio de Janeiro, com as escolas complementares que, convertidas em grupos escolares no ano de 1915, inauguraram a história de muitos dos hoje centenários Colégios Estaduais espalhados pelos municípios fluminenses.

5.1. Os grupos escolares e a década de 1920

Pode-se dizer que aqueles anos que antecediam o início da década de 1920 foram marcados por um ambiente político-social que colocava o tema da educação em destaque, apontando para o que Nagle (2001) chamou de “entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico” (NAGLE, 2001, p. 135). Era um período de desilusão diante das dificuldades provocadas pela oligarquização da República, e amplificadas pelos reflexos da Primeira Guerra Mundial. Reforçavam-se os nacionalismos e as campanhas civilistas, através da atuação de intelectuais como Olavo Bilac, e da mobilização da sociedade civil que se organizava através da criação de entidades filantrópicas e das diversas Ligas, como a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, cuja seção fluminense fora fundada em Niterói no ano de 1916 (NOFUENTES, 2008).

Em maio daquele ano a *Folha do Commercio* trazia a notícia da fundação da Liga Campista Contra o Analfabetismo, por iniciativa do professor e jornalista Thiers Cardoso. Reunindo representantes da imprensa no prédio da Associação Comercial de Campos, a liga buscava “levar avante sua obra com o apoio capital a ser solicitado ao Concelho de Vereadores, pela decretação da lei do ensino obrigatório em todo o Município” (IDÉA..., 1916).

No mês seguinte o mesmo jornal publicava um regulamento contendo 17 artigos, expedido pela prefeitura, criando 32 escolas sob responsabilidade do município. O documento regulamentava a inspeção escolar, a questão dos prédios e mobiliário, os critérios de nomeação e demissão de professores, as normas de acompanhamento estatístico e também as disciplinas a serem lecionadas.

Em 1917 o número de escolas municipais havia subido para 42, e entre 1918 e 1930 eram 48 escolas municipais e 2 privadas subvencionadas pelo município. Esse período foi marcado pela mobilização da imprensa e de intelectuais campistas, animados pelos estímulos do governo estadual que clamava pelo apoio das municipalidades e da iniciativa privada, por meio de doações e criação de caixas escolares.

A primeira caixa escolar a se criar em Campos foi a do Grupo Escolar João Clapp, fundada no dia 7 de julho de 1918 pelas professoras do grupo e demais professoras públicas do 1º distrito da cidade. De acordo com a convocação publicada no jornal “os fins da Caixa Escolar [eram] altruísticos, filantrópicos e dignos de apoio [pois] ao mesmo tempo que [semearia] luzes pelos cérebros

da infância, tudo [faria] por que ella não se [afastasse] da instrucção sob qualquer pretexto” (CAIXA..., 1918a). O principal objetivo da caixa escolar era “dar combate positivo ao analfabetismo” (CAIXA..., 1918a).

Além dos próprios professores, participavam dessas caixas escolares jornalistas, políticos, e comerciantes. Na composição da direção da Caixa Escolar João Clapp estavam: Como presidente o Dr. Domingos de Azevedo; vice-presidente Maria Isabel Moura; secretária a diretora daquele grupo escolar, Carmen Amancio; tesoureira a professora de escola isolada Claudina Couto Reis; e como zeladora estava a professora adjunta Alzira Quitete.

A seleção dos presidentes honorários era uma homenagem às figuras de destaque no cenário político, certamente em busca do apadrinhamento da causa. Para a caixa João Clapp foram escolhidos o presidente do estado do Rio de Janeiro, Dr. Geraque Collet, os deputados federais João Guimarães e Raul Veiga, o prefeito de Campos Luiz Sobral, o presidente da câmara de vereadores César Tinoco, e o coronel Mattoso Maia Forte, secretário geral do Estado.

À ata de fundação assinaram 52 pessoas, todos considerados sócios da caixa escolar, que trazia em seu programa os seguintes princípios, entre outros:

- Custear a instituição do “Copo de leite” em beneficio dos alunos pobres;
- Distribuir vestuários e calçados aos alunos pobres;
- Promover a colocação dos alunos débeis e enfraquecidos nas colônias de férias, desde que estas existam em virtude da lei;
- Promover passeios instructivos nos parques, jardins e museus, etc., fornecendo a respectiva conducção aos alumnos;
- Promover a creação e educação da legião dos bandeirantes (boy scouts);
- Fornecer prêmios para serem distribuídos aos alunos das escolas que mais se distinguirem pelo seu bom comportamento e applicação aos estudos.
- Promover o culto da bandeira e a celebração das festas cívicas (COMBATE..., 1917, p.1).

Duas semanas depois tomava posse a direção da caixa escolar da Escola ao Ar Livre Wenceslão Braz, tendo os Drs. Godofredo Pinto e Adherbal de Oliveira como presidente e vice-presidente; Raul Castro como tesoureiro; Cloris Coli Rangel, diretora da escola, como secretária; e a professora de escola isolada Hercília Nogueira como zeladora. No mesmo dia era fundada a caixa escolar das escolas do distrito de Guarulhos, assim como mais tarde seriam formadas as caixas das localidades de Travessão e Três Irmãos, na área rural do município.

Combatidos os problemas de saneamento da cidade e estabilizada a situação econômica do Estado, o município de Campos iniciava um processo de crescimento demográfico responsável pelo aumento da população em 3,6 vezes entre 1920 e 1931, como mostra o Gráfico 6.

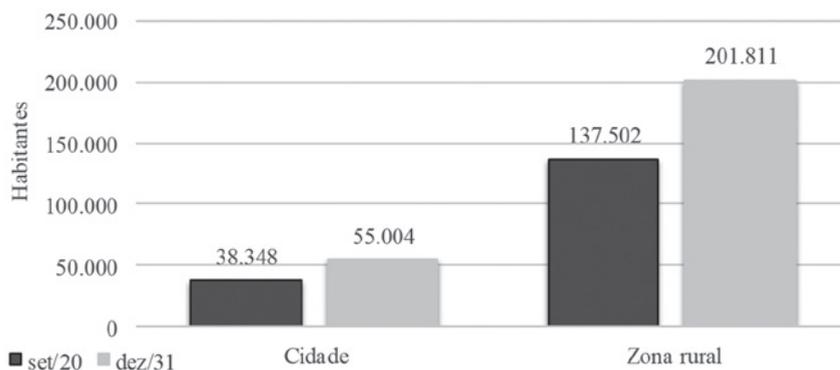


Gráfico 6 - População de Campos - 1920 e 1931

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados do Boletim Mensal de Estatística Demográfico-Sanitária da Cidade e do Município de Campos, 1932, publicados em *O Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 26 maio 1932

Esse crescimento demandava mais escolas, tanto no campo quanto na cidade. Ao longo da década de 1920 foi intenso o movimento de criação de escolas municipais nos distritos rurais, e eram constantes os editais de concurso para professores, que nem sempre atendiam às convocações, seja em virtude dos baixos salários, ou da distância e condições dessas escolas municipais.

Diante desse contexto foi criado em 1918 mais um grupo escolar em Campos, nos arredores da Usina do Queimado, no 1º distrito municipal. Segundo a nota no jornal a criação do grupo se devia à “matrícula elevada da escola mixta do ‘Queimado’ (...), e ao número de creanças por matricular” (PELA..., 1918).

A nova escola foi batizada de Grupo Escolar Balthazar Carneiro, cujo patrono foi um professor de destaque no magistério campista, sendo *mestre de meninos*, professor do G. E. Barão de Tautphœus, da Escola Normal de Campos e do Liceu de Humanidades de Campos, como apresentado no capítulo anterior. Para a direção do grupo foi designada a professora da extinta escola mista da região, Marianna de Vasconcellos Cruz (PELA..., 1918), formada pela Escola Normal de Campos em 1905.

Em 1919 tinha início o governo estadual de Raul Moraes Veiga, cujo programa, lido no prédio da Câmara Municipal de Campos meses antes pelo próprio candidato, previa a construção e a disseminação de grupos escolares pelo Estado, cuja inauguração faria parte das comemorações do primeiro centenário da independência do Brasil, em 1922.

Após os primeiros meses de governo o presidente apresentava em sua mensagem ao Legislativo o andamento dos serviços nos diversos municípios fluminenses. Em relação a Campos informava que o governo já havia conseguido “contratar dous dos melhores prédios da cidade, afim de serem para os mesmos mudados os grupos escolares centraes, da zona urbana, onde existe grande população escolar” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919, p. 26), livrando as escolas dos prédios “acanhados e inadaptados” para os fins escolares.

De fato, até aquele momento os grupos escolares de Campos funcionavam nos mesmos endereços de quando eram ainda escolas complementares, em 1911, porém com uma quantidade de alunos e professores muito superior após quase uma década.

O Grupo Escolar João Clapp localizava-se no palacete que havia sido a residência do Barão de Miracema, na Av. Alberto Torres, às margens do canal Campos-Macaé. Após a abertura da rua Visconde do Rio Branco margeando o mesmo canal, as referências à escola nos jornais ora traziam como endereço a rua Visconde do Rio Branco nº 1, ora Av. Alberto Torres nº 79 (ou rua da Constituição, seu antigo nome), por se tratar de um prédio de esquina.

Antes de ser nele instalada a 3ª escola complementar, dirigida pelo professor Mesquita, o prédio já tinha abrigado, entre 1900 e 1906, uma escola particular chamada Collegio Paraízo, dirigido pela professora Maria Ribeiro Paraizo, cujo anúncio citava o endereço “rua Visconde do Rio Branco, 01, Palacete Barão de Miracema”.

Antes da implantação da Escola Modelo Seis de Março em 1916, anexa à Escola Normal, a prática de ensino das normalistas era realizada na Escola Complementar e depois Grupo Escolar João Clapp, dirigido por Carmen Amancio. De acordo com Boynard (2006), a documentação oficial por vezes se referia a esta escola como “Escola Modelo João Clapp”, o que parecia, por vezes, ocasionar alguns conflitos entre o diretor da escola normal — responsável pela prática de ensino das normalistas, considerando-se portanto, autoridade sobre a “escola modelo” —, e a professora Carmen, que não aceitava a interferência externa sobre a sua escola (BOYNARD, 2006, p. 73-74).

Boynard (2006) mostra ainda que as condições higiênicas do prédio eram bastante precárias, como constatou a partir do relatório do diretor da Higiene e Assistência Pública que visitara a escola. Havia a necessidade de caiação das paredes, além da instalação de mais sanitários devidamente separados por sexo, e de talhas com torneiras para evitar a contaminação da água (BOYNARD, 2006, p. 75). Em sua mensagem de 1919 o presidente do Estado, Raul Veiga, anunciou o início das obras de reforma e adaptação do prédio do Grupo Escolar João Clapp.

Quanto ao Grupo Escolar Quinze de Novembro, este fora instalado como 2ª Escola Complementar, na rua 13 de Maio nº 142. Ao longo dos anos foi o que contraiu o maior número de matrículas, consequentemente possuindo o maior corpo docente, o que também tornava difíceis as suas condições de funcionamento.



Figura 66 - Prédio da Ordem Terceira de São Francisco (1879)

Fonte: Coleção D. Thereza Christina Maria. Acervo da Biblioteca Nacional Brasil

O prédio adquirido pelo governo para a instalação deste grupo foi o antigo edifício anexo à Igreja São Francisco, construído entre 1872 e 1879 para abrigar o hospital da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, que não chegou a funcionar.

Em 1906 o jornal *Monitor Campista* defendia a utilização do prédio para a instalação dos Correios, porém o mesmo estava ocupado pelo Colégio São Salvador (MAX, 1906a), que fora adquirido pelo professor Candido Mendes e no ano seguinte passava a se chamar Collegio Candido Mendes, funcionando em regime de externato e internato “no vasto palacete S. Francisco, á rua 13 de Maio, 164” (COLLEGIO CANDIDO MENDES, 1907).

Em 1921, de acordo com a mensagem do presidente Veiga, o grupo escolar já se encontrava devidamente instalado no novo prédio, totalmente adaptado, “com todo o mobiliário e material novo” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1921b, p. 48).

No ano seguinte, para os festejos do centenário da independência do Brasil, o governo do Rio de Janeiro publicou um álbum fotográfico, destacando as riquezas naturais do Estado, assim como as suas atividades econômicas e seus centros urbanos. Em destaque estavam os grupos escolares construídos nos governos Nilo Peçanha (1914 – 1917), Geraque Collet (1917 – 1918) e do próprio Raul Veiga (1918 – 1922). Relativo a Campos foram exibidos, além do prédio Liceu de Humanidades, do Asilo da Lapa e da Escola de Aprendizes Artífices, as obras de construção da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, e os novos grupos escolares Quinze de Novembro e João Clapp.



Figura 67 - Grupo Escolar Quinze de Novembro (1922)

Fonte: Álbum do estado do Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da independência do Brasil (VASCONCELOS, 1922). Acervo da Fundação Biblioteca Nacional Brasil

A mensagem presidencial de 1922 trazia a tabela com os custos das obras efetuadas pelo governo estadual em Campos. De acordo com os números, as despesas com a adaptação dos prédios para os dois grupos escolares foram inferiores ao que custou, por exemplo, o calçamento de um trecho da rua Formosa, sendo a maior parte dos recursos destinada a obras de águas e esgotos.

Tabela 14 - Despesas com as obras realizadas pelo governo estadual em Campos (1922)

Reforma do Grupo Escolar “João Clapp”	17:452\$390
Reforma do Grupo Escolar “15 de Novembro”	25:356\$650
Reconstrução da Escola Profissional Feminina de Campos	273:671\$753
Construção do Edifício do Forum	552:264\$738
Calçamento de um trecho da rua Formosa, em Campos	45:686\$783
Construção do Cães da Avenida “Beira-Rio”	3:000\$000
Construção da Torre de Santa Ephigenia	149:950\$735
Concertos do Lyceu e Escola Normal de Campos	39:819\$925
Aguas e Esgotos da Cidade de Campos:	
- custeio	1.210:340\$087
- obras novas	1.492:311\$467
	4.240:219\$217

Fonte: Mensagem presidencial de 1922 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1922b)

Av. Alberto Torres, atravessando o canal Campos-Macaé, tendo ao fundo as palmeiras da praça S. Salvador e a torre da Igreja da Boa Morte. Em destaque, às margens do canal, o G. E. João Clapp.



Figura 68 - Grupo Escolar João Clapp (1922)

Fonte: Álbum do estado do Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da independência do Brasil (VASCONCELOS, 1922). Acervo da Fundação Biblioteca Nacional Brasil

Os grupos escolares Visconde do Rio Branco e o recém-criado Balthazar Carneiro não foram contemplados com as reformas de 1922, permanecendo nos mesmos prédios alugados.

Em 1923 o prédio do G. E. Visconde do Rio Branco encontrava-se em péssimas condições de higiene, necessitando de “urgentes providências” (COM..., 1923), apontadas tanto pelo delegado escolar quanto pela diretoria de higiene municipal. A escola, que possuía mais de 300 alunos matriculados, carecia de mobília, e as suas 9 classes funcionavam

em cubículos sem luz, todas as paredes forradas a papel e este, por muito velho, desprendendo-se; a instalação sanitária em péssimas condições e alunos e professoras obrigados a respirar um ar sem duvida bastante contaminado pelas desagradáveis exalações vindas dessa defeituosíssima instalação (COM..., 1923).

O governo Raul Veiga se encerrou no ano de 1922, no mesmo instante em que Nilo Peçanha, candidato de oposição à presidência da República na chamada “reação republicana”, fora derrotado por Artur Bernardes.

A partir de então as forças oposicionistas tomavam o poder no estado do Rio de Janeiro, e muitas políticas e obras iniciadas nas administrações anteriores não foram concluídas, como a construção do fórum de Campos e do grupo escolar de Nova Friburgo, retomados apenas após a chegada de Getúlio Vargas ao poder, na década de 1930.

A situação da instrução pública em Campos se tornava cada vez mais difícil, visto que eram crescentes os apelos às autoridades reclamando por melhores condições higiênicas e por mobiliário escolar, que começava a faltar tanto nas escolas isoladas quanto nos grupos escolares.

Nesse momento tornava-se mais imperiosa a atuação da filantropia e das caixas escolares, a fim de garantir não só a manutenção das condições higiênicas das escolas, mas também o auxílio às crianças pobres, a fim de conter a evasão

e combater o analfabetismo. Pelos jornais eram constantemente convocados os membros das caixas escolares, para reunirem-se no intuito de organizar alguma festa cívica, como a das árvores e das crianças, ou as comemorações da independência e da proclamação da República.

No G. E. Quinze de Novembro foi fundada desde 1922 a “Liga da Bondade”, presidida pela diretora Alzira Collares Quitete Messina⁵⁸, da qual faziam parte as professoras e também alguns alunos. Através da organização de festas e chás dançantes, onde eram cobrados ingressos, e também por meio de doações, a liga conseguia implantar melhoramentos na escola, buscando suprir a ausência do Estado.

Em junho de 1924 foi inaugurado o “copo de leite” no G. E. Quinze de Novembro, cuja cerimônia aconteceu no salão principal, contando com a presença do corpo docente, representantes da imprensa e demais convidados. Ficou estabelecido que diariamente seria oferecido um copo de leite aos alunos pobres. Na mesma solenidade foram distribuídos 59 uniformes para os alunos que ainda não os possuíam⁵⁹.

A intensificação dessas campanhas possibilitou a inauguração de um refeitório para os alunos pobres do Grupo Escolar Quinze de Novembro em 1925, onde seria distribuída sopa diariamente aos alunos pobres (GRUPO ESCOLAR 15 DE NOVEMBRO, 1925). Segundo a diretora, a instalação do refeitório foi possível graças à atuação da Liga da Bondade, que angariou “no commercio desta praça (...) os pratos, copos, guardanapos e talheres que servem no refeitório e do mesmo modo a sopa que é servida às creanças” (GRUPO ESCOLAR 15 DE NOVEMBRO, 1925).

O Grupo Escolar Quinze de Novembro era o maior dos quatro existentes na cidade de Campos. Possuía em 1925 a frequência média de 402 alunos para os quais havia 14 professoras adjuntas e mais a diretora. Devido a sua localização e a disponibilidade do seu espaço físico, por diversos anos os exames das escolas isoladas urbanas eram realizados em seu prédio.

Em 1922, por exemplo, reuniram-se os alunos da escola Wenceslao Braz e os das escolas regidas por Maria Isabel de Moura, Hercília Nogueira e Cecília da Conceição Mangueira, para serem avaliados em um dos salões do pavimento superior do prédio, enquanto no térreo seriam examinados os alunos da professora Olivia Doralice Ribeiro, Claudina Alves do Couto Reis, Colina Mendes, Maria Amelia B. Tavares e Olympia Pereira Nunes. Em outra sala do mesmo prédio, seriam examinados os alunos da Escola Modelo Seis de Março (COMMISSÕES..., 1922).

Um aspecto interessante da cultura escolar desse período é a intensa circulação dos professores primários, frequentando as escolas dos colegas ou

⁵⁸ Quando foram criadas as escolas complementares em 1911, aquela que recebeu o nome de Quinze de Novembro era dirigida pela professora Córa de Alvarenga, que permaneceu na direção até 1916, quando a escola já era o Grupo Escolar Quinze de Novembro, dirigido pela professora Antônia Lopes que no mesmo ano comandou os trabalhos de instalação da Escola Modelo Seis de Março, sendo a direção do G. E. 15 de Novembro entregue a Alzira Quitete, adjunta do Grupo Escolar João Clapp até 1922.

⁵⁹ É importante ressaltar que esta é a primeira referência ao uniforme ou fardamento na cultura escolar de Campos. Até então, como se pode também observar nas fotografias, não havia a presença de nenhum tipo de uniforme escolar.

reunindo-se nos grupos escolares a fim de organizar os programas das festas cívicas, ou nos encontros das caixas escolares e demais entidades escolares filantrópicas, e sobretudo nos exames, quando avaliavam os alunos uns dos outros.

A organização de festas com o objetivo de angariar recursos para manter as escolas foi um exemplo seguido pelos demais grupos escolares. Em 28 de setembro de 1924 realizou-se a festa do Grupo Escolar Visconde do Rio Branco, em homenagem ao seu patrono, organizada pela sua segunda diretora, Adalgisa Rebel Figueiredo. A festa era composta pela encenação de comédias, diálogos, monólogos, apresentações de poesia, fado, canções e hinos, por parte de alunos e professores (FESTA..., 1924).

No ano seguinte a direção do grupo realizava, no mês de maio, sua festa escolar no Teatro Trianon, para a qual contava com a presença de todos aqueles que “com carinho e interesse, vêm acompanhando o movimento escolar em torno dessas festas infantis, [prestando] seu valioso auxílio” (FESTA INFANTIL, 1925).

Em agosto de 1925 era criada no G. E. Visconde do Rio Branco a Instituição Beneficente “Obertal Chaves”, em homenagem ao delegado escolar do município. Naquele ano a escola já não mais ocupava o acanhado prédio da rua 13 de maio⁶⁰, estando instalada à Avenida Quinze de Novembro, nº 533, entre a fábrica da Companhia Fiação e Tecidos Campista e o prédio da estação de *Força e Luz*⁶¹.

No mesmo mês, acontecia a festa do G. E. João Clapp, organizada por sua caixa escolar, “em benefício dos alunos pobres desta escola” (CAIXA..., 1925). O anúncio da festa destacava ainda que aquela caixa escolar, além de distribuir uniforme, calçados, livros e merendas, prestava assistência médica aos alunos pobres, que por seu intermédio, eram atendidos por alguns “clínicos humanitários” como os Drs. Pereira Nunes Filho, Renato Machado e Alcindor Bessa (CAIXA..., 1925).

Esses exemplos nos permitem perceber o quanto as políticas que se fizeram presentes nos grupos escolares fluminenses das décadas seguintes, como o fornecimento da merenda escolar e a existência dos consultórios médico-dentários, de certa forma foram um resultado das iniciativas dos próprios professores ao longo da década de 1920.

A influência da filantropia na organização das escolas primárias nesse período se deve à reforma da instrução pública implementada no governo de Feliciano Sodré com a publicação do Dec. nº 2.017, de 05 de abril de 1924, que estimulava a assistência via caixa escolar. Essa reforma também instituiu o ensino preliminar, através dos jardins de infância e das escolas maternas.

Em Campos foi criada uma escola maternal, modalidade que, ao contrário dos jardins de infância, era destinada às crianças pobres. Sua criação institucional data de 1925, inclusive constando na mensagem presidencial

⁶⁰ Através da relação do lançamento do “imposto predial e taxa sanitária” da prefeitura, publicada nos jornais, listando todos os imóveis do centro da cidade, por rua, foi possível encontrar, na Av. 15 de Novembro, próximo à ampla área onde se encontrava a fábrica de tecidos, que ocupava diversos números (do 487 ao 521), o imóvel de nº 533 pertencente a Eliza Tinoco Coelho trazendo na frente de seu nome a inscrição “grupo escolar”. Dois imóveis à frente ficava o prédio nº 539, pertencente à Prefeitura Municipal com a observação “Força e Luz” entre parêntesis (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS, 1925).

⁶¹ Atualmente é o prédio da Receita Federal, na esquina com a rua Marechal Floriano Peixoto.

daquele ano como sendo uma escola já criada, junto com mais uma em Petrópolis e duas em Niterói. No entanto, até o ano de 1927 a sua construção ainda não havia se iniciado, sabendo-se apenas que seria batizada com o nome de Hortência Sodré, em homenagem à esposa do presidente Feliciano Sodré.

Em junho de 1927 a professora de metodologia da escola normal, D. Antonia Lopes, organizava uma “festa em benefício das obras da Escola Maternal Hortencia Sodré, a serem iniciadas brevemente (ESCOLA MATERNAL..., 1927). *A Folha do Commercio* noticiava que

(...) na Escola Normal, sob o patrocínio da exma. Sra. D. Antonia de Castro Lopes, professora de Pedagogia, realizar-se-á um chá-dansante em beneficio da classe maternal, que brevemente será instituída naquele estabelecimento.

Essa festa está sendo organizada pelas alumnas do 4º anno da Escola Normal (UMA FESTA..., 1927).

De acordo com a informação do jornal, além das obras ainda não terem sido iniciadas, não se sabia ao certo a sua localização, uma vez que para a professora Antônia Lopes a escola maternal Hortencia Sodré seria uma classe anexa à Escola Modelo Seis de Março, o que acabou não se concretizando⁶². Somente no mês de julho era anunciado que “a escola Hortencia Sodré, cuja construção será feita na velha praça da Republica, vae ser iniciada (...)” (OBRAS..., 1927). A escola maternal Hortência Sodré foi instalada somente em 1929 na Praça da República, tendo o seu nome alterado em 1931 pelo governo revolucionário para Escola Maternal Mariana Barreto.

Em 1929 foi criado mais um grupo escolar em Campos, no populoso distrito de Guarulhos. A criação institucional da escola se dera ainda em 1925, no governo Feliciano Sodré, mas a sua instalação tardou devido às dificuldades em se encontrar um espaço adequado. Inicialmente a escola seria instalada no prédio pertencente ao governo federal onde funcionara entre 1911 e 1916 a Escola de Aprendizes Marinheiros⁶³. Porém, devido aos custos de sua adaptação, o governo optou por instalá-lo em um prédio “para tal fim construído pelo dr. Pache Faria” (O GRUPO..., 1929), ex-presidente da Câmara e presidente da Associação Comercial.

O prédio, com “mobiliário completamente novo e modernos acessórios pedagógicos” (O GRUPO..., 1929), inaugurou-se no dia 21 de abril de 1929, em solenidade que contou com a participação de diversas autoridades estaduais e do município. Foi escolhido o nome de Grupo Escolar “Benta Pereira”, tendo como primeira diretora a professora Josepha Valliengo, e adjuntas as professoras Carmelita Gomes de Moraes, Nair Soares Young, Maria José Soares, Nancy Rebel de Figueiredo, Zilah da Conceição Tavares, Izabel Martins e Francly Torres Barbosa (PELO..., 1929).

Em 1929 o inspetor escolar Jayme Memória foi substituído pelo Dr. Maurício Cunha, que no ano seguinte decidiu mudar de endereço o Grupo

⁶² Ver Boynard (2006a, p. 108).

⁶³ Era a escola de formação da Marinha, que no estado do Rio de Janeiro funcionava em Campos. Atualmente o prédio é a sede administrativa do 56º Batalhão de Infantaria do Exército.

Escolar Quinze de Novembro, o maior da cidade. A escola, que em 1930 possuía a frequência média de “597 crianças, de ambos os sexos, na sua maioria filhos de paes pobres” (A MUDANÇA..., 1930), foi transferida para o palacete Saturnino Braga, na Praça da República⁶⁴, funcionando apenas no turno da tarde (de 12h30min às 16h30min), pois na parte da manhã o prédio era ocupado pela Escola Complementar do Estado⁶⁵.

O Grupo Escolar Quinze de Novembro permaneceu neste prédio por décadas, sendo construído um prédio anexo para a sua expansão. Atualmente a escola ocupa apenas este prédio anexo, permanecendo fechado o solar, onde até recentemente funcionava a Coordenadoria Regional do Ensino Norte Fluminense I.

O Grupo Escolar João Clapp funcionou no mesmo endereço, à “Beira-Valão”, até a década de 1940, quando passou a funcionar no prédio do G. E. Quinze de Novembro como escola noturna.

Quanto ao Visconde do Branco, manteve-se às margens do rio Paraíba do Sul, no bairro da Lapa. No livro de termos de visita encontrado na escola a anotação mais antiga data de 1943, mostrando que o grupo funcionou até 1955 em prédios alugados, em péssimas condições pedagógicas e de higiene, tendo que ser instalada, já no início da década de 1950 no mesmo prédio do Quinze de Novembro.

Somente em 1952 o governo do Estado desapropriou os terrenos no bairro da Lapa para a construção do Grupo Escolar Visconde do Rio Branco e o Jardim de Infância Antônia Lopes, em anexo. As obras se iniciaram em 1953 e a escola foi inaugurada no ano de 1955, no mesmo prédio que ocupa atualmente.

Entre 1930 e 1935, após o processo que levou o presidente Getúlio Vargas ao poder, o estado do Rio de Janeiro foi governado por cinco diferentes interventores federais: Demócrito Barbosa (out./1930), Plínio Casado (out./1930 a maio/1931), João de Deus Mena Barreto (maio/1931 a Nov./1931), Pantaleão Pessoa (nov./1931 a dez./1931) e Ari Parreiras (dez./1931 a jul./1935). Neste período foi publicado, em 17 de novembro de 1931, o Dec. nº 2.676, que alterou a classificação das escolas primárias fluminenses.

Em Campos, a Escola ao Ar Livre Wenceslão Braz e a Escola Modelo Seis de Março, inovações pedagógicas implantadas em 1916, foram transformadas em grupos escolares, perdendo as suas especificidades. A primeira passou a se chamar Grupo Escolar José do Patrocínio, e a segunda Grupo Escolar João Pessoa (BOYNARD, 2006). Neste momento se encerrava um ciclo da escolarização primária fluminense, abrindo caminho para o processo que mais tarde tornaria os grupos escolares a modalidade de escola primária predominante na maioria dos estados brasileiros.

⁶⁴ Neste prédio havia funcionado, entre 1922 e 1926 o Colégio Bittencourt, que fora vendido para o Colégio Diocesano, mantido neste prédio até 1929, quando foi instalada a Escola Complementar. Em 1930 os irmãos Julio, José e Mario Bittencourt reabriram o Colégio Bittencourt na rua Gil de Góis, nº 299, onde funciona até os dias de hoje.

⁶⁵ Em 1929 o governo Manuel Duarte implementou nova reforma na instrução pública, tornando obrigatório o curso nos grupos escolares para o acesso às escolas profissionais, ao ensino secundário e à escola normal, sendo que para ingressar nesta última era necessário ainda cursar as escolas complementares, para as quais havia o exame de admissão. A escola complementar de Campos foi instalada em abril de 1929.

O recolhimento dessas “migalhas” de informação tornou possível recompor a trajetória da escola primária no estado do Rio de Janeiro, compondo-as sob um foco de análise ajustado para uma escala local que, ao mesmo tempo, permitiu uma visão ampla acerca dos diferentes tipos de ensino presentes na Primeira República fluminense, a partir de uma cidade que, apesar de estar localizada no interior do Estado, vivenciou uma diversidade de experiências que nos permitem melhor compreender as relações entre o proposto e o executado, entre o discurso dos documentos oficiais e da legislação e a implementação efetiva das políticas de educação da Primeira República.

Considerações finais

O processo de implantação da escola primária graduada no estado do Rio de Janeiro foi marcado pela descontinuidade e também por diferentes institucionalidades. Apesar da sua instituição jurídica datar de 1897, os primeiros grupos escolares fluminenses foram criados somente em 1900 e 1901, sendo seis deles extintos em 1902, permanecendo apenas o de Petrópolis, fechado em 1903, iniciando um período de 7 anos sem a existência de nenhum modelo de escola pública graduada no estado do Rio de Janeiro.

Apenas em 1911, com a criação das escolas complementares, o Estado vivenciou uma nova experiência de escola graduada. Dotadas de uma estrutura seriada, com uma professora adjunta para cada classe em que se dividiam as séries, cujos trabalhos seriam orientados por uma professora diretora, essas escolas passaram a adotar nomes homenageando figuras ilustres, que se destacaram no campo político e pedagógico brasileiro, sendo convertidas em 1915 em grupos escolares.

Deste modo, apesar de sua instituição jurídica em 1897, os grupos escolares fluminenses existiram, num primeiro momento (1900-1903), ressurgindo apenas em 1915 oriundos das escolas complementares criadas em 1911. Portanto ao observar este percurso, é importante chamar a atenção para o cuidado necessário, evitando a suposição de que a partir de 1897 foram instalados os grupos escolares fluminenses e que a sua existência se manteve ininterrupta ao longo da Primeira República, e além.

Também foi possível observar que as políticas de educação, ao privilegiar determinados modelos de escola primária (secundária ou primária; isolada ou graduada; estadual, municipal ou subvencionada; pragmática, profissional ou acadêmica), evidenciam características específicas dos diferentes grupos políticos, do mesmo modo que a criação de escolas era utilizada como instrumento de perpetuação ou esquecimento da memória desses grupos.

Tomando o município de Campos como exemplo, a criação do Liceu de Humanidades era considerada uma vitória, ainda nos tempos do Império, do Partido Liberal comandado por Francisco Portella contra o Partido Conservador do Barão de Miracema, assim como a implantação da escola normal no mesmo edifício do liceu poderia ser considerada um exercício de afirmação de poder dos republicanos históricos sobre o *portelismo*, já em outro contexto.

Do mesmo modo a contraditória extinção da escola normal e a sua substituição por um grupo escolar — justamente no momento em que eram

necessários professores mais qualificados, habilitados para o ensino das *lições de coisas* e demais disciplinas — pode ser vista como uma ação do governo Alberto Torres — apoiado pelos *miracemistas* de Campos, dentre os quais estava Nilo Peçanha —, visando enfraquecer o PRF e o grupo do ex-presidente Porciúncula, cuja imagem estava associada à Escola Normal de Campos.

Essa hipótese é sustentada a partir do estudo sobre os dois principais jornais em circulação na cidade de Campos naquele período: o *Monitor Campista*, ligado ao *portelismo* e ao PRF; e a *Gazeta do Povo*, jornal *miracemista* que apoiava o governo Torres. Enquanto na *Gazeta* era exaltada a criação do grupo escolar e justificava-se o fechamento da escola normal com o mesmo argumento utilizado pelo governo — o da redução dos gastos —, o *Monitor* tecia críticas à instalação do G. E., ao seu diretor, e ao fechamento da escola normal. Se por um lado a escola normal criada no governo Porciúncula era a bandeira do *Monitor*, por outro, o grupo escolar e as ações do Diretor da Instrução e do governo Alberto Torres eram exaltados pela *Gazeta*. A própria reabertura da Escola Normal de Campos, no ano seguinte, sendo atribuída ao deputado Nilo Peçanha, foi capitalizada politicamente pelos *miracemistas*, da mesma forma que a equiparação do Liceu de Campos ao Ginásio Nacional, ocorrida naquele mesmo ano.

Nessa mesma linha se deu a extinção das escolas profissionais fluminenses em 1907 pelo presidente Alfredo Backer, que buscava consolidar seu grupo político independente do domínio nilista. Conseqüentemente, ao assumir a presidência da república e retomar o projeto do ensino profissional, Nilo criou a Escola de Aprendizes Artífices na cidade de Campos, enquanto que nos outros Estados estes institutos foram instalados nas respectivas capitais.

Outro exemplo da exploração das políticas educacionais na disputa interoligárquicas foi a retomada dos grupos escolares em 1915, prática ampliada pelo presidente Raul Veiga como instrumento de afirmação do nilismo, que enfrentava forte oposição tanto em nível estadual quanto federal. A inauguração dos grupos escolares como símbolo do estado do Rio de Janeiro nas comemorações do centenário da independência do Brasil, em 1922, também funcionava como instrumento da “Reação Republicana”, campanha oposicionista de Nilo Peçanha à Presidência da República. Após a derrota do nilismo a política de construção de escolas foi substituída, nos governos de Feliciano Sodré e Manoel Duarte, pela subvenção a escolas particulares e o apelo às ações filantrópicas.

As obras iniciadas pelo governo anterior e ainda incompletas foram abandonadas, e mesmo as que haviam sido inauguradas nos governos nilistas, foram reformadas e reinauguradas, buscando imprimir a essas escolas uma nova identidade, dissociada dos grupos políticos derrotados.

A análise das reformas pelas quais passou o estado do Rio de Janeiro permitem notar as sutis especificidades dos diferentes grupos oligárquicos que as elaboraram. Os governos Torres (1897-1900), Nilo Peçanha (1903-1906; 1915-1917), Oliveira Botelho (1910-1914) — pelo menos até a sua ruptura com o nilismo —, Geraque Collet (1917-1919) e Raul Veiga (1919-1922), priorizaram a escolarização primária, criando grupos escolares e escolas profissionais,

escola modelo e escola ao ar livre, com a construção de prédios escolares e a contratação de professores públicos. Por outro lado os governos de José Tomás da Porciúncula e Joaquim Maurício de Abreu, entre 1889 e 1897, fase mais grave da crise econômica, e as administrações de Quintino Bocaiúva (1900-1903), Alfredo Backer (1910-1914), Oliveira Botelho (1910-1914) — após o rompimento com Nilo Peçanha —; Feliciano Sodré e Manoel Duarte, entre 1923 e 1930, caracterizaram-se por priorizar escola primária elementar, ou isolada, funcionando em casas alugadas, assim como a subvenção a escolas privadas e, apenas nesses dois últimos governos, a criação de jardins de infância e escolas maternais.

Através da aproximação do foco de análise à escala municipal, a pesquisa também permitiu conhecer os diversos aspectos da cultura escolar presentes no contexto fluminense da Primeira República. Os primeiros grupos escolares do estado do Rio de Janeiro, diferente das experiências de outros Estados, possuíam um programa por demais complexo, acusado muitas vezes de “bacharelesco”, e formador de “bacharéis em primeiras letras”. De fato, sua concepção parecia ter sido transplantada do ensino secundário, contendo um professor especialista para cada disciplina.

No Grupo Escolar Barão de Tautphœus, por exemplo, o professor de geografia e história do Brasil era o mesmo que lecionava português e literatura na escola normal, onde o professor de pedagogia e metodologia era o mesmo que ensinava física e química no grupo escolar. Esses dois professores — Balthazar Carneiro e Benedicto Hermógenes — antes de assumirem seus cargos no grupo escolar, compunham o corpo docente das duas principais escolas particulares da cidade, atuando no curso secundário. Essa circulação dos professores entre diferentes cursos, níveis e instituições, certamente carregava elementos que compunham uma certa especificidade daquela escola primária em relação as outras naquele contexto.

O caráter inovador do grupo escolar tornava-o objeto de prática de ensino das normalistas da Escola Normal Livre, que ali ministravam as suas aulas em horário específico e em salas destinadas a esse fim. Também chama a atenção o fato de essas aulas práticas também serem assistidas pelos professores das escolas isoladas, sobretudo aquelas localizadas na zona rural, mostrando que o grupo escolar também era utilizado como instrumento de formação para aqueles que já regiam as escolas públicas do Estado.

Outro aspecto da cultura escolar daquele período foi a ênfase na militarização como meio de disciplinar a infância e reforçar os ideais de civismo, fazendo dos alunos, além de cidadãos, verdadeiros *soldados* à serviço da pátria.

Também como instrumento de disciplinarização, sobretudo das crianças pobres, ocorreu a implantação do ensino profissional, criado em 1906, num contexto marcado por crescimento populacional, insalubridade e epidemias, que perduraram até a metade da década de 1910, demandando a ação de medidas higienistas, que incluíram a experiência da escola ao ar livre.

As questões envolvendo a infância pobre e o combate ao analfabetismo, que constituíam a tônica dos debates educacionais nos anos finais da Primeira República, refletiam-se no cotidiano das escolas primárias e sobretudo dos

grupos escolares que, retomados no estado do Rio de Janeiro desde 1915, assumiam uma configuração bem distinta daqueles do início do século.

Em vez de um professor especialista por disciplina, uma professora diretora auxiliada por diversas adjuntas, tantas quantas fossem o número de classes em que poderiam ser divididas as seis séries do curso primário completo, em escolas que contavam, no final dos anos 1920, com a frequência de mais de 500 alunos, muitas vezes desprovidas de condições materiais e higiênicas, dependendo de ações filantrópicas que envolviam a sociedade civil e demandavam bastante esforço por parte dos professores.

Por fim, cabe aqui destacar que o estudo dos segmentos de ensino e dos modelos de escola criados e defendidos pelos diferentes governos, articulando a história da educação e a história política, utilizando a variação entre as escalas micro e macroanalíticas e tomando o local como posição de análise, constitui uma importante perspectiva que possibilita a melhor compreensão de um determinado contexto histórico.



Documentos oficiais

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo. Departamento de Engenharia. **Mapa do Município de Campos, 2002**. Disponível em: http://www.campos.rj.gov.br/up/mapas.php?id_arquivo=3. Acesso em: 20 fev. 2014.

BITTENCOURT, Heitor. **Processo disciplinar contra professora Antonina Pessoa de Mello, em Campos Elyseos, Rezende, 1897**. Manuscrito disponível no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, APERJ, sob a notação PE⁷.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Estado). **Collecção de leis, lei não sancionada e decretos do governo do estado do Rio de Janeiro, 1893**. Rio de Janeiro, 1894a. v.l.

_____. **Coleção de Leis, Resolução não sancionada, Decretos e Deliberações e Portarias referentes ao ano de 1911**. Niterói, 1913.

_____. **Coleção de Leis, Resoluções não sancionadas, Decretos e Portarias referentes ao ano de 1906**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1912a.

_____. **Collecção de Leis, resoluções não sancionadas, decretos, deliberações e portarias do Governo em 1900**. Petropolis: Typographia da Papelaria Jeronymo Silva, 1901.

_____. **Indicador de Leis, Decretos, Deliberações e mais atos relativos ao período de 1 de janeiro de 1900 a 31 de dezembro de 1919**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1921a. v.1.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1915**. Rio de Janeiro: Tipographia do Jornal do Commercio, 1915.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1916**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1917**. Rio de Janeiro, 1917a.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1919**. Rio de Janeiro, 1919.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1920.** Rio de Janeiro, 1920.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1921.** Rio de Janeiro, 1921b.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1922.** Rio de Janeiro, 1922b.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1º de agosto de 1904.** Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1904.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1º de agosto de 1906.** Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1906.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1º de agosto de 1911.** Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1911.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1º de agosto de 1912.** Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1912b.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1º de agosto de 1913.** Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1913.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1º de agosto de 1914.** Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1914.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 10 de agosto de 1903.** Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1903.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 15 de julho de 1902.** Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1902.

_____. **Mensagem enviada à Assembléa Legislativa do estado do Rio de Janeiro pelo presidente Dr. Joaquim Mauricio de Abreu, na 1ª sessão ordinária da 1ª legislatura em 15 de setembro de 1895.** Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia de Carlos Gaspar da Silva, 1895.

_____. **Mensagem enviada à Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente Dr. Joaquim Mauricio de Abreu na 2ª sessão ordinária da 2ª legislatura, em 15 de setembro de 1896.** Petropolis: Papelaria e Typographia Dupin & C., 1896.

_____. **Mensagem enviada à Assembléa Legislativa do estado do Rio de Janeiro pelo presidente Dr. José Thomaz da Porciuncula na 3ª e ultima sessão ordinária da 1ª legislatura em 1º de agosto de 1894.** Petropolis: Typographia Werneck, 1894b.

_____. **Mensagem enviada à Assembléa Legislativa em 15 de setembro de 1898 pelo presidente do estado Alberto de Seixas Martins Torres.** Rio de Janeiro: Papelaria Jeronymo Silva, 1898a.

_____. **Relatorio apresentado ao Dr. Martinho Alvares da Silva, secretário dos negócios do interior e justiça pelo director de instrucção publica Luiz Alves Monteiro.** Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1898b.

_____. **Relatório apresentado ao presidente do estado do Rio de Janeiro, exmo. Dr. Nilo Peçanha, pelo secretário geral José Mattoso Maia Forte – 1915-1916.** Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1917b.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio de Janeiro. *In: A Constituição Federal e as Constituições dos Estados da República do Brasil.* Pelotas: Echenique & Irmão Editores; Porto Alegre: Livraria Universal, 1895.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio de Janeiro. *In: A Constituição Federal e as Constituições dos Estados da República do Brasil.* Pelotas: Echenique & Irmão Editores; Porto Alegre: Livraria Universal, 1896. v.II.

FALLA com que o presidente da província de Rio de Janeiro, o conselheiro Joaquim José Rodrigues Torres, abriu a 1ª sessão da 1ª legislatura da Assembléa Legislativa da mesma província, no dia 1º de fevereiro de 1835. Nictheroy: Typ. de Amaral & Irmão, 1850.

MARCH, Edmundo. **Relatório apresentado ao Sr. José Bernardino Paranhos da Silva, diretor da Instrução Pública do Estado do Rio de Janeiro, 1899.** Manuscrito disponível no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, APERJ, sob a notação PE⁷.

OLIVEIRA, Manoel Francisco de. **Relatório apresentado ao Sr. José Bernardino Paranhos da Silva, diretor da Instrução Pública do Estado do Rio de Janeiro, 1900.** Manuscrito disponível no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, APERJ, sob a notação PE⁷.

SILVA, José Bernardinho Paranhos da. **Inquérito disciplinar:** acusação de banca de jogo de bicho em escola de Ponta Negra, Maricá, RJ, 1896a. Manuscrito disponível no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, APERJ, sob a notação PE⁷.

_____. **Relatório encaminhado ao diretor da instrução pública, 1896b.** Manuscrito disponível no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, APERJ, sob a notação PE⁷.

SILVA, Paulo Fernandes Vianna da. **Relatório enviado ao secretário geral do Estado sobre a situação dos prédios públicos estaduais em diversos distritos, 1899.** Manuscrito disponível no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, APERJ, sob a notação PE⁷.

TRINDADE, Francisco Nogueira. **Relatório enviado ao diretor da instrução pública, 1899.** Manuscrito disponível no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, APERJ, sob a notação PE⁷.

VASCONCELOS, Clodomiro. **Relatório da Inspectoria Geral da 4ª circumscrição, 1899.** Manuscrito disponível no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, APERJ, sob a notação PE⁷.

_____. **Centenário da Independência do Brasil:** Álbum do Estado do Rio de Janeiro, 1922.

Fontes citadas dos jornais fluminenses e campistas

15 DE NOVEMBRO. **Gazeta do Povo: Diário Republicano,** Campos, domingo, 2 set. 1900.

1906. **A Aurora: Letras – Artes – Sciencias,** Campos, ano XIV, jan. 1906.

2ª Coletoria Estadual. **Monitor Campista**, Campos, quinta-feira, 11 fev. 1932.

ASSIS, Lindolpho de. Grupo Escolar. **Monitor Campista**, Campos, terça-feira, 15 jul. 1902.

BATALHÃO Escolar. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, 28 ago. 1900.

BIETE aberto. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, quinta-feira, 26 jul. 1900a.

BRITO, Francisco Saturnino de. Saneamento de Campos. **A Aurora: Letras – Artes – Ciências**, Ano XI, n. 18, Campos, 6 maio 1903.

CAIXA Escolar. **Folha do Commercio: Diário da Associação Commercial de Campos**, Campos, domingo, 7 jul. 1918a.

CAMARA Municipal. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sábado, 16 mar. 1901.

CAMPOS infecta. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sábado, 27 jul. 1901.

CAMPOS saneada. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sábado, 18 mar. 1911.

CASAS para escolas. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sexta-feira, 15 mar. 1901.

COLLEGIO Baptista Fluminense. **Folha do Commercio**, domingo, 1 ago. 1915.

COLLEGIO Boa Esperança. **Monitor Campista**, Campos, sexta-feira, 3 jan. 1879.

COLLEGIO Candido Mendes. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, quarta-feira, 04 dez. 1907.

COLLEGIO Cornelio. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, quarta-feira, 1900a.

COLLEGIO Cornelio. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, quarta-feira, 28 mar. 1900b.

COLLEGIO Cornelio. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sábado, 12 maio 1900c.

COLLEGIO São Salvador. **Monitor Campista**, Campos, quarta-feira, 4 jun. 1902.

COLLEGIO Victor Hugo. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, domingo, 11 mar. 1900a.

COLLEGIO Viveiros. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, quarta-feira, 11 abr. 1900b.

COLLEGIO Viveiros. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sábado, 10 mar. 1900a.

COM o governo do Estado. **Folha do Commercio: Diário da Associação Commercial de Campos**, Campos, sábado, 25 ago. 1923.

COMBATE ao analfabetismo e à miséria infantil. **Folha do Commercio: Diário da Associação Commercial de Campos**, Campos, terça-feira, 9 jul. 1918.

COMISSÕES examinadoras para exames finais. **Folha do Commercio: Diário da Associação Commercial de Campos**, Campos, sábado, 1 nov. 1922.

CONSELHO Escolar. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, quarta-feira, 23 maio 1900.

- A CRIANÇA. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, quarta-feira, 15 ago. 1900.
- A CRIANÇA. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sábado, 8 ago. 1903.
- CRIANÇAS que jogam. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sábado, 28 mar. 1908.
- CRIANÇAS vadias. **Gazeta do Povo: Dario Republicano**, Campos, sábado, 8 ago. 1903.
- CRIANÇAS vagabundas. **Monitor Campista**, Campos, sábado, 30 mar. 1901.
- DOIS campistas ilustres como patronos de dois grupos escolares da cidade. **Monitor Campista**, Campos, sábado, 27 out. 1934.
- EDUCAÇÃO cívica. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, quinta-feira, 30 ago. 1900.
- EM Nictheroy. **A Notícia**, Rio de Janeiro, 25-26 out. 1906.
- A ENCHENTE. **Monitor Campista**, Campos, terça-feira, 16 jan. 1906.
- ENTERRAMENTOS. **A Época**, Rio e Janeiro, terça-feira, 10 jun. 1913.
- ERA de Prever. **Folha do Commercio: Diário da Associação Commercial de Campos**, Campos, quinta-feira, 3 nov. 1910.
- ESCOLA e Lyceo. **Monitor Campista**, Campos, domingo, 17 mar. 1901.
- ESCOLA maternal Hortencia Sodré. **Folha do Commercio: Diário da Associação Commercial de Campos**, Campos, sábado, 11 jun. 1927.
- ESCOLA Modelo. **Folha do Commercio: Diário da Associação Commercial de Campos**, Campos, quinta-feira, 8 mar. 1917.
- ESCOLA Normal Livre. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sexta-feira, 16 fev. 1900a.
- ESCOLA Normal Livre. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sábado, 17 fev. 1900b.
- ESCOLA Normal Livre. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, terça-feira, 1 maio 1900c.
- ESCOLA Normal. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sábado, 7 abr. 1900a.
- ESCOLA Normal. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sexta-feira, 13 jul. 1900b.
- ESCOLA Normal. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sexta-feira, 15 mar. 1901a.
- ESCOLA Normal. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, terça-feira, 12 dez. 1905.
- ESCOLA Profissional. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sexta-feira, 8 mar. 1907a.
- ESCOLA Profissional. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sexta-feira, 15 nov. 1907b.
- ESCOLA Profissional. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sábado, 16 nov. 1907c.
- ESCOLA Profissional. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sexta-feira, 22 nov. 1907d.

- ESCOLA Profissional. **Monitor Campista**, Campos, sexta-feira, 12 out. 1906b
- ESCOLA Profissional. **Monitor Campista**, Campos, quarta-feira, 17 out. 1906c.
- ESCOLA Profissional. **Monitor Campista**, Campos, terça-feira, 23 out. 1906d.
- ESCOLA Profissional. **Monitor Campista**, Campos, terça-feira, 4 set. 1906a.
- ESCOLAS complementares. **Monitor Campista**, Campos, sábado, 9 dez. 1911.
- AS ESCOLAS... **Gazeta do Povo: Diário republicano**, Campos, sexta-feira, 28 jul. 1911.
- ESCOLAS Profissionaes. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, domingo, 3 out. 1909.
- ESCOLAS Publicas. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sexta-feira, 22 mar. 1901.
- ESTÁ aberta até o dia 15 de abril... **Monitor Campista**, Campos, sexta-feira, 31 mar. 1911.
- ESTADO do Rio. **A Noticia**, Rio de Janeiro, 10 fev. 1900.
- ESTADO do Rio. **Folha do Commercio: Diário da Associação Commercial de Campos**, Campos, quinta-feira, 1 maio 1913a.
- ESTADO do Rio. **Folha do Commercio: Diário da Associação Commercial de Campos**, Campos, quarta-feira, 24 set. 1913b.
- ESTADO do Rio. **Folha do Commercio: Diário da Associação Commercial de Campos**, Campos, quarta-feira, 7 jan. 1914a.
- ESTADO do Rio. **Folha do Commercio: Diário da Associação Commercial de Campos**, Campos, quinta-feira, 8 jan. 1914b.
- ESTADO do Rio. **Gazeta de Notícias**, Petrópolis, sexta-feira, 24 nov. 1899a.
- ESTADO do Rio. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, quinta-feira, 11 abr. 1901b.
- ESTADO do Rio. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sexta-feira, 8 mar. 1901a.
- ESTADO do Rio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 18 jul. 1899b.
- ESTADO do Rio. **Monitor Campista**, Campos, domingo, 13 ago. 1911.
- ESTADO do Rio. **Monitor Campista**, Campos, domingo, 17 mar. 1901c.
- ESTADO do Rio. **Monitor Campista**, Campos, domingo, 3 jun. 1906b.
- ESTADO do Rio. **Monitor Campista**, Campos, quinta-feira, 01 nov. 1906d.
- ESTADO do Rio. **Monitor Campista**, Campos, sábado, 28 set. 1912.
- ESTADO do Rio. **Monitor Campista**, Campos, sábado, 8 set. 1906c
- ESTADO do Rio. **Monitor Campista**, Campos, sexta-feira, 16 mar. 1906a.
- ESTADO do Rio. **Monitor Campista**, Campos, sexta-feira, 22 mar. 1901e.

- ESTADO do Rio. **Monitor Campista**, Campos, terça-feira, 19 mar. 1901d.
- ESTADO do Rio. **O Paiz**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 15 out. 1896.
- EXAMES Escolares. **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, terça-feira, 12 dez. 1905.
- EXAMES primários. **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, sexta-feira, 11 dez. 1903.
- EXAMES. **Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos**, Campos, sexta-feira, 8 dez. 1911a.
- EXAMES. **Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos**, Campos, sábado, 9 dez. 1911b.
- EXAMES. **Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos**, Campos, terça-feira, 17 dez. 1912.
- EXAMES. **Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos**, Campos, terça-feira, 11 dez. 1917.
- EXAMES. **Monitor Campista**, Campos, sábado, 16 dez. 1911c.
- A EXCURÇÃO do Dr. Nilo Peçanha a Miracema (Estado do Rio). **Revista Fon-fon**, Rio de Janeiro, sábado, 21 abr. 1917. Acervo da Biblioteca Nacional.
- A EXCURSÃO do Sr. Dr. Raul Veiga, presidente do estado do Rio. **Revista Fon-fon**, Rio de Janeiro, 10 set. 1921.
- EXCURSÃO do Presidente do Estado. **Revista Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 13, mar. 1920.
- EXTERNATO Carneiro. **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, quarta-feira, 28 mar. 1900.
- A FESTA da Escola. **Monitor Campista**, Campos, terça-feira, 27 mar. 1906.
- FESTA Escolar. **Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos**, Campos, terça-feira, 30 set. 1924.
- FOI declarada... **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, sexta-feira, 7 abr. 1911.
- FON-Fon! em Campos. **Revista Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, ano VIII, n.16, abr. 1914.
- FUORES de um maluco. **Gazeta do povo: Diario Republicano**, Campos, quarta-feira, 29 jan. 1908.
- G. L. Victor Hugo. **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, terça-feira, 20 de novembro de 1900.
- GAZETINHA. **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, quinta-feira, 1 fev. 1900.
- GREMIO Litterario José de Alencar. **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, 10 jul. 1900.
- GRUPO Escolar 15 de Novembro. **Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos**, Campos, domingo, 3 maio 1925.

- GRUPO Escolar. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, quarta-feira, 5 set. 1900f.
- GRUPO Escolar. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, quarta-feira, 20 mar. 1901a.
- GRUPO Escolar. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, quinta-feira, 29 mar. 1900a.
- GRUPO Escolar. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, quinta-feira, 5 jul. 1900b.
- GRUPO Escolar. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sábado, 18 ago. 1900c.
- GRUPO Escolar. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sábado, 22 set. 1900g.
- GRUPO Escolar. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, terça-feira, 28 ago. 1900e.
- GRUPO Escolar. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, quarta-feira, 22 ago. 1900d.
- GRUPO Escolar. **Monitor Campista**, Campos, domingo, 30 nov. 1902b.
- GRUPO Escolar. **Monitor Campista**, Campos, quarta-feira, 4 jun. 1902a.
- HOSPEDES illustres. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, terça-feira, 25 set. 1900.
- IDÉA Meritória: Uma grande reunião da imprensa campista em prol da educação nacional. **Folha do Commercio: Diário da Associação Commercial de Campos**, Campos, 14 maio 1916.
- INSPECÇÃO escolar. **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, sábado, 25 jan. 1902.
- A INSTRUÇÃO. **Gazeta do Povo: Diário republicano**, Campos, sábado, 3 jun. 1911.
- INSTRUÇÃO publica – o inspector Trindade. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, quarta-feira, 20 jun. 1900.
- INSTRUÇÃO publica. **Folha do Commercio: Diário da Associação Commercial de Campos**, Campos, terça-feira, 14 mar. 1911a.
- INSTRUÇÃO publica. **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, sábado, 6 nov. 1897a.
- INSTRUÇÃO publica. **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, terça-feira, 6 mar. 1900a.
- INSTRUÇÃO publica. **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, terça-feira, 9 nov. 1897b.
- INSTRUÇÃO publica. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, domingo, 17 jun. 1900e.
- INSTRUÇÃO publica. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, domingo, 23 set. 1900f.
- INSTRUÇÃO publica. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, quinta-feira, 25 jan. 1900b.
- INSTRUÇÃO publica. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, quinta-feira, 5 jun. 1902b.
- INSTRUÇÃO publica. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sábado, 9 mar. 1901a.

INSTRUÇÃO publica. **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, sexta-feira, 25 out. 1901b.

INSTRUÇÃO publica. **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, terça-feira, 13 fev. 1900c.

INSTRUÇÃO publica. **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, terça-feira, 8 maio 1900d.

INSTRUÇÃO publica. **Monitor Campista**, Campos, domingo, 26 mar. 1911d.

INSTRUÇÃO publica. **Monitor Campista**, Campos, quarta-feira, 8 mar. 1911c.

INSTRUÇÃO publica. **Monitor Campista**, Campos, quarta-feira, 12 abr. 1911e.

INSTRUÇÃO publica. **Monitor Campista**, Campos, quinta-feira, 17 abr. 1902a.

INSTRUÇÃO publica. **Monitor Campista**, Campos, quinta-feira, 20 jun. 1901c.

INSTRUÇÃO publica. **Monitor Campista**, Campos, terça-feira, 7 mar. 1911b.

A INSTRUÇÃO no Estado do Rio. Inaugurou-se o Grupo Escolar D. Pedro II, em Petropolis. **Revista Fon-fon**, Rio de Janeiro, 2 dez. 1922. Acervo da Biblioteca Nacional.

A INSTRUÇÃO pública no Estado do Rio de Janeiro. **Careta**, Rio de Janeiro, 2 dez. 1922. Acervo da Biblioteca Nacional.

INUNDAÇÕES em Campos. **Revista da Semana: Edição semanal ilustrada do Jornal do Brasil**, Ano VII, n. 298, Domingo, 28 jan. 1906. Acervo da Biblioteca Nacional.

MARTINS JÚNIOR, J. I. Estado do Rio. **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, quinta-feira, 11 abr. 1901.

MAX. Pela Rama. **Monitor Campista**, Campos, domingo, 10 mar. 1901a.

_____. Pela Rama. **Monitor Campista**, Campos, domingo, 16 set. 1906c.

_____. Pela Rama. **Monitor Campista**, Campos, quarta-feira, 13 ago. 1902a.

_____. Pela Rama. **Monitor Campista**, Campos, quarta-feira, 5 nov. 1902b.

_____. Pela Rama. **Monitor Campista**, Campos, quinta-feira, 21 jun. 1906a.

_____. Pela Rama. **Monitor Campista**, Campos, sábado, 22 dez. 1906c.

_____. Pela Rama. **Monitor Campista**, Campos, terça-feira, 19 mar. 1901b.

_____. Pela Rama. **Monitor Campista**, Campos, 1 set. 1906b.

MELHORAMENTOS no estado do Rio. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 14 abr. 1921.

MELHORAMENTOS, no estado do Rio. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 6 out. 1922.

MUDANÇA da capital. **Gazeta de Petropolis**, quinta-feira, 4 set. 1902.

NILO Peçanha. **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, terça-feira, 10 nov. 1903.

NOTA do dia. **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, sábado, 1 dez. 1900b.

NOTA do dia. **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, terça-feira, 10 jul. 1900a.

NOTAS. **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, 3 out. 1903.

NOTÍCIAS diversas. **Correio Mercantil**, sexta-feira, 1 jan. 1864.

O COLLEGIO Alvarenga... **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, terça-feira, 14 out. 1902.

O DIRECTOR da instrucção publica... **Gazeta de Petropolis**, quinta-feira, 5 abr. 1900.

O GOVERNO do Estado do Rio reorganisa o ensino nas escolas complementares. **A Época**, Rio de Janeiro, domingo, 1 ago. 1915.

O GRUPO escolar de Guarulhos. **Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos**, Campos, domingo, 21 abr. 1929

O JARDIM de infância da praça Nilo Peçanha. **Monitor Campista**, Campos, domingo, 28 ago. 1938.

O LYCEU. **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, quarta-feira, 30 jan. 1901.

O NOVO Jardim da Infância da Praça “Nilo Peçanha”. **Monitor Campista**, Campos, domingo, 29 jul. 1934.

O Sr. Presidente do Estado do Rio inaugura diversos melhoramentos no mesmo Estado. **Careta**, Rio de Janeiro, 4 jun. 1921.

O Sr. Presidente do Estado em Miracema. **Folha do Commercio**, Campos, sexta-feira, 20 abr. 1917.

OBRAS publicas. **Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos**, Campos, sábado, 2 jul. 1927.

OS ACTOS do governo. **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, domingo, 31 jan. 1904.

OS MELHORAMENTOS de Campos. **A Época**, segunda-feira, 6 nov. 1916.

AS NOSSAS gravuras. **Revista da Semana**: Edição semanal illustrada do Jornal do Brasil, Ano II, n. 61, domingo, 14 jul. 1901. Acervo da Biblioteca Nacional.

OS PRIMEIROS decretos. **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, domingo, 3 jan. 1904.

OS PROFESSORES. **Monitor Campista**, domingo, 6 out. 1901.

OS PROGRESSOS no estado do Rio. **Revista Fon-Fon**, Rio de Janeiro, Ano XVI, n. 52, dez. 1922.

- PALANQUIM. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, quinta-feira, 19 set. 1907.
- PELA Instrucção. **Folha do Commercio: Diário da Associação Commercial de Campos**, Campos, terça-feira, 10 set. 1918.
- PELA Instrucção. **Folha do Commercio: Diário da Associação Commercial de Campos**, Campos, sexta-feira, 17 abr. 1925.
- PELA Instrucção. **Monitor Campista**, Campos, sábado, 23 nov. 1901.
- PELA instrucção: Campos terá mais dois grupos escolares – o novo mobiliário do Lyceu de Humanidades. **Monitor Campista**, Campos, sexta-feira, 18 maio 1934.
- PELO ensino. **Folha do Commercio: Diário da Associação Commercial de Campos**, Campos, sábado, 3 maio 1929.
- PESTE bubônica. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sábado, 2 jun. 1900b.
- PESTE bubônica. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sexta-feira, 1 jun. 1900a.
- POR acto... **Gazeta de Petropolis**. Petropolis, sábado, 15 fev. 1896.
- POR portaria... **A Época**, Rio de Janeiro, sábado, 20 mar. 1915.
- PREFEITURA do município de Campos. **Folha do Commercio: Diário da Associação Commercial de Campos**, Campos, sexta-feira, 27 mar. 1925.
- A PROFANAÇÃO de uma obra de arte. **Monitor Campista**, Campos, domingo, 23 maio 1937.
- PROEZAS da criançada. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sábado, 18 ago. 1900.
- PROFESSORES provisórios. **Monitor Campista**, Campos, sábado, 28 out. 1882.
- REALIZA-SE hoje... **Liberdade**, Rio de Janeiro, quinta-feira, 18 dez. 1896.
- RECONDUCÇÃO de professores. **Monitor Campista**, Campos, segunda-feira, 31 out. 1887.
- A REFORMA. **Folha do Commercio: Diário da Associação Commercial de Campos**, Campos, domingo, 19 fev. 1911.
- REFORMA da instrucção. **Monitor Campista**, Campos, domingo, 17 mar. 1901a.
- REFORMA da instrucção. **Monitor Campista**, Campos, domingo, 24 mar. 1901b.
- REUNIÃO das professoras. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, sexta-feira, 3 jan. 1908.
- SANEAMENTO de Campos. **Gazeta do Povo: Diário Republicano**, Campos, terça-feira, 7 fev. 1911.
- TERMINADAS as férias, volta a alegria das escolas: Ligeiras impressões colhidas em dois estabelecimentos de ensino. **Monitor Campista**, Campos, quarta-feira, 2 mar. 1932.

UM PASSO ádeante. **Revista A Aurora – Letras – Artes – Ciencias**, Campos, Anno VIII, n. 21, 23 set. 1900.

UMA EXCURSÃO de “Fon-Fon” ao estado do Rio – São Fidelis. **Revista Fon-Fon**, Rio de Janeiro, ano XII, n. 28, 13 jul. 1918. Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 2017.

UMA FESTA. **Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos**, Campos, sexta-feira, 24 jun. 1927.

UMA PROFESSORA sem lar e sem pão. **Monitor Campista**, Campos, sexta-feira, 24 out. 1902.

UMA VISITA ao Lyceu. **Monitor Campista**, Campos, quinta-feira, 18 jul. 1901.

VACCINA. **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, quinta-feira, 22 ago. 1901.

A VADIAGEM. **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, sábado, 11 fev. 1905.

VASCONCELLOS, Viveiros de. Declaração necessária. **Gazeta do Povo: Diario Republicano**, Campos, sábado, 5 maio 1900.

VIDA dos Estudantes. **A Época**, Rio de Janeiro, domingo, 21 dez. 1913.

Obras consultadas

ALMANAK LAEMMERT. **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1882**. Rio de Janeiro, 39º ano, 1882.

ALVARENGA, João de (org.). **Almanak mercantil, industrial, administrativo e agrícola da cidade e município de Campos**, Campos: Tipographia do Monitor Campista, Ano segundo, 1884.

ALVES, Heloiza de Cacia Manhães. **Reformas urbanas e poder político**: Os empresários e o projeto de modernização da cidade de Campos dos Goytacazes, 1890/1930. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1995.

AMERICAN SEATING. **The history of Seating America**: Grand Rapids, MI. Grand Rapids Public Museum, 2011. Disponível em: http://americanseating.com/images/homepage/Seating_Americawv.pdf. Acesso em: 8 de dez. 2013.

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. **A instrução pública no Estado de São Paulo: A reforma de 1920**. São Paulo: Faculdade de Educação, USP, 1976. (Estudos e documentos).

APPLE, Michael W. **Trabalho Docente e textos**: Economia política das relações de classe e de gênero em Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Republicanismo e escola primária nas mensagens dos presidentes de estado de Minas Gerais (1891 – 1930). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; PINTO, Rubia-Mar; SOUZA, Rosa Fátima de (orgs). **Escola Primária na Primeira República (1889-1930)**: subsídios para uma história comparada. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012.

ARAÚJO, Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar (orgs). **Escola Primária na Primeira República (1889-1930)**: Subsídios para uma história comparada. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012.

ARMAND-DELILLE, P.; WALPER, P.; MÉRY, H. **L'école du plein air et lécole au soleil**. Paris, 1919. Ouvrage publié par le Comité National d'Éducation Physique et d'Hygiène scolaire, avec le concours du Comité Franco-Américain des Enfants rapatriés des régions envahies.

AZEVEDO, Fernando de. A arte como instrumento de educação popular na Reforma. *In*: VIDAL, Diana Gonçalves. Nacionalismo e tradição na prática discursiva de Fernando de Azevedo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 37, p. 35-51, 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/download/70733/73564>. Acesso em: 25 abr. 2014.

BARRETO, Dalmo. **Alberto Tórres**: Sociólogo e jornalista. Niterói: [s.n.], 1970.

BASTOS, Maria Helena Camara. O Ensino Mútuo no Brasil (1808-1827). *In*: BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). **A escola elementar no século XIX**: o método monitorial/mútuo. Passo Fundo: Edifup, 1999.

BENCOSTTA, Marcos. Levy. (org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História, ou, O ofício do historiador**. Prefácio de Jacques Le Goff. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOYNARD. Maria Amelia de Almeida Pinto. **A Escola Modelo anexa à Escola Normal de Campos**: a experiência da “Seis de Março” (1916 – 1932). 2006, 215 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, 2006.

BRANDI, Paulo. O segundo governo de Nilo Peçanha. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **A República na Velha Província**: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CARVALHO, Eliane Vianey de. **A presença do discurso médico-pedagógico na legislação da saúde pública de Minas Gerais em 1927**. *In*: CONGRESSO DE PÉQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 6., 2011, Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/copehe/trabalhos/ind/Eliane.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. A Utopia de Oliveira Viana. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 82-99, 1991a.

_____. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, n.1, 2000.

_____. Entre a autoridade e a liberdade. *In*: CARVALHO, José Murilo de (org). **Visconde do Uruguai**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

_____. Os três povos da República. **Revista USP**, São Paulo, n. 59, p. 96-115, set./nov. 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES; FARIA FILHO; VEIGA (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CARVALHO, Rosana Areal de; MÁRQUES, Elisângela F.; FARIA, Vinicius Leal. Grupo escolar de Mariana: educação pública em Mariana no início do século XX. **HISTEDBR**, Campinas, n.21, 2006.

CARVALHO, Waldir Pinto de. **Campos depois do centenário**. Damadá: Artes Gráficas e Editora Ltda., 1991b. v.1.

CARVALHO, Rosana Areal de; VIEIRA, Livia Carolina; PAULA Leandro Silva de. O cotidiano e a política no espaço escolar: o relatório de 1911 do grupo escolar de Mariana. **Cadernos de História da Educação**, n. 7, jan./dez. 2008.

CASTRO, Elizabeth Amorim de. **Arquitetura das escolas públicas do Paraná (1853-1955)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curitiba, 2010.

CASTRO, Sílvia Pantoja S.; FEIJÓ, Vera Lúcia. A desestabilização do nilismo. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **A República na Velha Província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CATALOGO participativo. Algumas perguntas que podemos hacerle al pupitre. **Blog Del Museo de las Escuelas**, 22 nov. 2013. Disponível em: <http://museodelasescuelas.blogspot.com.br/2013/11/catalogo-participativo-algunas.html>. Acesso em: 8 dez. 2013.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAMON, Magda Lucia. **Relações de gênero e a trajetória de feminização do magistério em Minas Gerais (1830-1930)**. 1996. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 1996.

CHÂTELET, Anne-Marie; LERCH, Dominique; LUC, Jean-Noël. **L'École de plein air: Une expérience pédagogique et architecturale dans l'Europe du XXe siècle**. Paris: Éditions Recherches, 2003. (Collection Focales).

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 7ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CUNHA, Marcus Vinicius da. A escola contra a família. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DALBIEN, Andre; DANAILOF, Kátia. Natureza Urbana: Parques infantis e escola ao ar livre em São Paulo (1930 – 1940). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.31, n.1, p. 163-177, setembro 2009. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/viewFile/641/398>. Acesso em: 24 mar. 2013.

DUTRA, Vivian Machado. **De Nilo Peçanha a Aurelino Leal**: Conflitos interligárquicos em torno da Escola Profissional Feminina de Niterói (Primeira República). 2013. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

ECAR, Ariadne Lopes. **Conhecimentos pedagógicos como orientação para a “missão docente”**: A formação na Escola Normal de Niterói na Primeira República (1893-1918). 2011. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

ESCOLANO, Agustijn. Arquitetura como programa. Espaço, escola e currículo. *In*: ESCOLANO, A.; VÍNAO Frago, A. **Currículo, espaço e subjetividade**: A arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.

ESCOLANO, A. El espacio escolar como escenario y como representación. **Teias, Revista da Faculdade de Educação UERJ**, Rio de Janeiro, 2000.

FARIA, Ana Lúcia Goulard de. Parque infantil. *In*: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <http://www.gestrado.org/pdf/309.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2013.

FARIA, Joana Borges de. **Os quadros parietais nas escolas do Sudeste brasileiro (1890-1970)**. 2017. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

FARIA, Teresa Peixoto (org.). **100 anos do Projeto Saneamento de Campos**: anais. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Editora Viena, 2005.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A escola no movimento da cidade: os grupos escolares em Belo Horizonte. **Educ. Rev.**, n.26, 1997.

_____. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

_____. História da educação e história regional: experiências, dúvidas e perspectivas. *In*: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo; ALVES, Claudia; GONDRA, José Gonçalves; XAVIER, Libânia Nacif; BONATO, Nailda Marinho da Costa. (orgs.). **História da educação**: desafios teóricos e empíricos. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.

_____. Instrução elementar no século XIX. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Rev. Fac. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 1, jan. 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de.; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, n.14, ago. 2000.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Alberto Torres e o conservadorismo fluminense. **Cadernos de Ciências Humanas – Especiaría**, v.10, n.17, jan./jun. 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Conflito regional e crise política: A Reação Republicana no rio de Janeiro. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **A República na Velha Província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

_____. A reação republicana e a crise política dos anos 20. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 9-23, 1993.

FIGUEIREDO, Camilo Augusto de. **Breves considerações sôbre as Escolas ao Ar Livre**. 1922. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina do Porto, Porto, 1922.

FRAGO, Antonio Viñao. **Innovación y racionalidad científica: la escuela graduada pública en España (1890-1936)**. Madrid: Akal Universitaria, 1990.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FREITAS, Marcos Cezar de. Pensamento social, ciência e imagens do Brasil: tradições revisitadas pelos educadores brasileiros. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 15, Dec. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 out. 2012.

FREITAS, Carlos Roberto Bastos. **O mercado municipal de Campos dos Goytacazes: A sedução persistente de uma instituição pública**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, UENF, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. **Escola de Aprendizes Artífices de Campos: História e imagens**. Campos dos Goytacazes: Essentia Editora, 2017.

GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GUIMARÃES, Rosângela Maria Castro; GATTI JÚNIOR, Décio. “Templo do bem”: o grupo escolar de Uberaba na escolarização republicana (1908 – 1918). **Cadernos de História da Educação**, n. 7, jan./dez. 2008.

GUTMAN, Marta. Entre moyens de fortune et constructions spécifiques: Les écoles de plein air aux États-unis à l'époque progressiste (1900-1920). In: CHÂTELET, Anne-Marie; LE CŒUR, Marc (org.). **L'architecture scolaire: Essai d'historiographie internationale**. Lyon: Institut national de recherche pédagogique, 2004.

HANSEM, Patricia. Infância como projeto: Nacionalismo, sensibilidades e etapas da vida em Olavo Bilac. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH, 26., julho de 2011, São Paulo.

ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. A configuração de um novo modelo escolar em Minas Gerais com a reforma educacional de 1906. In: CONGRESSO DE PESQUISA

E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 3., CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 3., 2005, São João del-Rei, MG.

JEANNENEY, Jean-Noël. A Mídia. *In*: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

JULIA D. A cultura escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação, SBHE**, Campinas: Autores Associados, n. 1, jan./jun. 2001.

KORNIS, Mônica Almeida. A nova situação fluminense. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **A República na Velha Província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989b.

KORNIS, Mônica Almeida. Enfrentamento e acordo. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **A República na Velha Província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989a.

LAMARÃO, Sérgio T. N. Crise e renovação. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **A República na Velha Província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e o brejo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. (Setores da evolução fluminense, v. 1).

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e. O republicanismo fluminense. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **A República na Velha Província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989a.

_____. A disputa de poder. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **A República na Velha Província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989b.

_____. A oligarquia no poder. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **A República na Velha Província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989c.

LESAGE, Pierre. A pedagogia nas escolas mútuas no século XIX. *In*: BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: Edifup, 1999.

LUC, Jean-Noël. L'École de plein air : une histoire à découvrir. *In*: CHÂTELET, Anne-Marie; LERCH, Dominique; LUC, Jean-Noël. **L'École de plein air: Une expérience pédagogique et architecturale dans l'Europe du XXe siècle**. Paris: Éditions Recherches, 2003. (Collection Focales).

LYRA, Ciro Corrêa. **Documenta histórica dos municípios do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Documenta histórica, 2006.

MARTÍNEZ, José Mariano Bernal. De las escuelas al aire libre a las escuelas de la naturaleza. **Revista de Ciencias Sociales (Monográfico "higienismo y educación - séc. XVIII – XIX")**, n. 20, p. 171-182, 2000. Disponível em: <http://revistas.um.es/areas/article/download/144721/129661>. Acesso em: 18 set. 2013.

MARTÍNEZ, S. A. Formando os professores no interior: A criação da Escola Normal de Campos no processo de implantação do sistema de instrução pública e de profissionalização do magistério no estado do Rio de Janeiro. **Historia de la Educación Anuario**, v. 10, p. 99-122, 2009b.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia. Saberes Normalistas e sua circulação e apropriação no contexto Portugal-Brasil: o caso do manual Elementos de Pedagogia, de Affreixo e Freire. In: BELLO, Donald; MARTÍNEZ, Silvia Alicia (orgs.). **Educação comparada: Rotas de além-mar**. São Paulo: Xamã, 2009a.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia; BOYNARD, Maria Amelia de A. Pinto. Atrás da Casa-Grande: Memória, gênero e espaço escolar da Escola Normal de Campos (1895-1955). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO ESCOLAR EM PERSPECTIVA HISTÓRICA, SBHE, 3., 2004, Curitiba. Curitiba: PUCPR, 2004.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia; BOYNARD, Maria Amelia de A. Pinto. O Ensino Secundário no Império e na Primeira República no Brasil: Entre as Ciências e as Humanidades. O caso do Liceu de Humanidades de Campos-RJ (1880-1930). **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, v. 14, n. 31 p. 121-153, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso em: 2014.

MARTINEZ, Silvia Alicia; FAGUNDES, Pedro Ernesto. As memórias liceístas: o arquivo do Liceu de Humanidades de Campos (Rio de Janeiro). **Cadernos de História da Educação**, UFU, Impresso, v. 9, p. 239-249, 2010.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia; GANTOS, Marcelo Carlos; BOYNARD, Maria Amelia de Almeida Pinto. Arquitetura, Escola e Memória: O edifício do Liceu de Humanidades de Campos. **Cadernos de História da Educação**, n. 5, jan./dez. 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**: a formação do Estado imperial. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MEDEIROS, Valéria Antonia. **Antonio de Sampaio Dória e a modernização do ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX**. 2005. 357 p. Tese (Doutorado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Decifrando o recado do nome: uma escola em busca de sua identidade pedagógica. **Revista Brasileira de Estudos de Pedagogia**, Brasília, v. 74, n. 178, p. 619-638, set./dez. 1993.

_____. Armanda Álvaro Alberto na Comissão de Intercâmbio Brasil-Uruguai (1931). **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 22, p. 43-64, jan./abr. 2010.

MIKI, Pérsida da Silva Ribeiro. **Aspectos da educação infantil no estado do Amazonas**: o curso infantil Froebel no Instituto Benjamin Constant e outros jardins de infância (1897 – 1933). 2014. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade São Francisco, 2014.

MONNERAT, Tanize do Couto Costa. Discurso e prática abolicionista em Campos dos Goytacazes (1884-1888). **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, v. 3, n. 5, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/reconcavo/article/view/1277>. Acesso em: 20 dez. 2013.

MOTTA, Diomar das Graças; NUNES, Iran de Maria Leitão; SILVA, Acildo Leite da.;

- AMORIM, Elisângela Santos de. O estado do Maranhão e a institucionalização da escola graduada na Primeira República. *In*: ARAÚJO, José Carlos Souza; PINTO, Rubia-Mar Nunes; SOUZA, Rosa Fátima de (orgs). **Escola primária na Primeira República (1889-1930)**: Subsídios para uma história comparada. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012.
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo. O historiador e os arquivos. *In*: MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). **Ler e escrever para contar**: documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access, 1998.
- NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.
- NOFUENTES, Vanessa Carvalho. **Um desafio do tamanho da Nação**: A campanha da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (1915-1922). 2008. 162p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.
- NÓVOA, A. A história do ensino primário em Portugal. *In*: FERNANDES, Rogerio (org.). *In*: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL, 1., 1988, Lisboa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. p. 23-29.
- _____. Apresentação. *In*: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008. v.1, p 9-14.
- PEÇANHA, Celso. **Nilo Peçanha e a revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- PEÇANHA, Nilo. **Impressões da Europa**: Suíça, Itália e Espanha. Nice: N. Chini & C^{le} Éditeurs, 1913.
- PERES, Tírsia Regazzini. Educação brasileira no Império. *In*: PALMA FILHO, J. C. **Pedagogia cidadã**. São Paulo: PROGRAD, UNESP: Santa Clara Editora, 2005. (Cadernos de formação: História da educação).
- PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Tempo de cidade, lugar de escola. **Cadernos de História da Educação**, n.5, jan./dez. 2006.
- PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. São Paulo: Autores Associados: Universidade São Francisco, 2002
- PINTO, Jorge Renato Pereira. **O Ciclo do Açúcar em Campos**. Campos dos Goytacazes: [s.n.], 1995.
- POHLMANN, Maria Alice Ribeiro de Oliveira. **O discurso higienista na construção da cidade moderna**: o papel da revista A Aurora – Letras – Artes – Sciencia. 2003. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, UENF, 2003.
- REIS, Fabiana de Arruda Resende. **O Ensino Profissionalizante (feminino) no Brasil**: uma análise da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha (Campos - RJ, 1922-1930).

2013. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2013.

RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da. A instrução pública primária no interior das Geraes: o grupo escolar de Villa Platina como conquista da re(s)pública. **Cadernos de História da Educação**, n. 2, jan./dez. 2003.

RIBEIRO, Rafaela Machado. **O negro e seu mundo**: Vida e trabalho no pós-abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893). 2012. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, UENF, 2012.

ROCHA, Justiniano José da. Ação; Reação; Transação. In: MAGALHÃES JÚNIOR, R. **Três panfletários do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. (Col. Afrânio Peixoto).

RODRIGUES, Hervé Salgado. **Campos**: Na Tabca dos Goytacazes. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1988.

SÁ, Elisabeth Figueiredo de. **De criança a adulto**: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910 – 1927). Cuiabá: EdUFMT, 2007.

_____. Grupos escolares e escolas reunidas: a implantação e expansão da escola graduada em Mato Grosso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O ENSINO E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Sociedade Brasileira de História da Educação, Universidade Federal de Sergipe, Universidade de Tiradentes, 2008.

SANTOS, Vera Mendes dos. Caderno Escolar: Um dispositivo feito peça por peça para a produção de saberes e subjetividades. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. HISTÓRIA É MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, 2., 3 a 6 de novembro de 2002, Rio Grande do Norte, RN. **Anais...**

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. “Escolas de verdade” para a República do Brasil: os grupos escolares na capital federal. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH, 13., 2008, UFRRJ, Rio de Janeiro.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. Grandeza da Pátria e riqueza do Estado: Expansão da escola primária no Estado do Rio de Janeiro (1893-1930). **Revista de Educação Pública**, v. 19, n. 41, Cuiabá, set./dez. 2010.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez; MAGALDI, Ana Maria. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. Tempo. **Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 32-55, 2009.

SILVA, Christiane Guimarães Pançardes da. **Colégio Sagrado Coração de Jesus**: Missão pedagógica, social e religiosa em Valença – RJ (década de 1950). 2012.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Euza de Souza. **Profissionalização da Mulher na Era Vargas**: A história da Escola Profissional Nilo Peçanha, Campos, RJ (1931 a 1946). 2013. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2013

SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Vitrines da República: os Grupos escolares em Santa Catarina (1889-1930). In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). 1. ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2006.

SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. Grupos escolares: criação mais feliz da república?: mapeamento da produção em Santa Catarina. **Linhas: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Florianópolis, v.10, n.1, jan./jun. 2009.

SODRÉ, A. A. de Azevedo. **O Problema da Educação Nacional**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1926. Conferência realizada na Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, no dia 1 de julho de 1926. Acervo Biblioteca Nacional.

SOUZA, Horácio. *Cyclo Áureo*. **História do primeiro centenário de Campos (1835-1935)**. 2ª ed. Campos: Damadá, 1935.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. A escola modelar da República e a escolarização da infância no Brasil: Reflexões sobre uma investigação comparada em âmbito nacional. In: SOUZA, Rosa Fátima de; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; SÁ, Elizabeth Figueiredo de (orgs.). **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil**: Investigações comparadas sobre a escola graduada (1870 – 1930). Cuiabá: EdUFMT, 2013.

_____. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. **Cadernos Cedex**, ano XX, n. 52, nov. 2000

_____. As escolas públicas paulistas na Primeira República: Subsídios para a história comparada da escola primária no Brasil. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; PINTO, Rubia-Mar Nunes; SOUZA, Rosa Fátima de (orgs.). **Escola primária na Primeira República (1889-1930)**: Subsídios para uma história comparada. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012.

_____. **Fontes para o estudo da história da escola primária no Brasil (1889-1930)**. Araraquara: CNPQ, 2011. DVD.

_____. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. Os Grupos escolares e a história do ensino na Primeira República: questões para um debate. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 17, n. 34, maio/ago. 2008b.

SOUZA, Rosa Fátima de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre Grupos Escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, D. G. (org.). **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e

escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 21-56.

SOUZA, Rosa Fátima de; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; SÁ, Elizabeth Figueiredo de (orgs.). **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil**: Investigações comparadas sobre a escola graduada (1870 – 1930). Cuiabá: EdUFMT, 2013.

TINOCO, Brígido. **A vida de Nilo Peçanha**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1962.

TORRES, Alberto. **A organização nacional**: primeira parte: a Constituição. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1914.

URUGUAI, Visconde do. Ensaio sobre o direito administrativo. In: CARVALHO, José Murilo de (org). **Visconde do Uruguai**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

VALDEZ, Diana. **A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio Cesar Borges**: o barão de Macahubas (1856-1891). 2006a. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2006a.

_____. A infância na pedagogia do Dr. Abílio Cesar Borges: O Barão de Macahubas (1856-1891). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006b. ISBN 85-8977-937-8. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautores/eixo03/Diane%20Valdez%20-%20Texto.pdf>. Acesso em: 2013.

VEIGA, Cynthia Greive. A escola e a República: O estadual e o nacional nas políticas educacionais. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 11, p. 143-178, 2011. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38510/20041>. Acesso em: 21 nov. 2013.

VINCENT, Guy. **L'ecole primaire française**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1980.

VIDAL, Diana Gonçalves. Nacionalismo e tradição na prática discursiva de Fernando de Azevedo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 37, p. 35-51, 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/download/70733/73564>. Acesso em: 25 abr. 2014.

_____. **Grupos Escolares**: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil "1893-1971". 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

_____. A invenção da modernidade educativa: circulação internacional de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos no Oitocentos. In: CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja Cordeiro (org). **Múltiplas visões**: cultura histórica no oitocentos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

_____. As viagens, os viajantes - tantas espécies deles! Os desafios da pesquisa em história comparada da educação. In: FLORES, Cláudia; ARRUDA, Joseane Pinto. (org.). **A Matemática Moderna nas escolas do Brasil e Portugal**: contribuição para a história da educação matemática. São Paulo: Annablume, 2010.

VILLELA, Heloisa de O. S. A primeira Escola Normal do Brasil. In: NUNES, Clarice (org). **O Passado sempre presente**. São Paulo: Cortez, 1992.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, FARIA FILHO; VEIGA (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Apêndice

REFORMAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1893 – 1929)			
Legislação / data	Reforma / governo		Modalidades de escola
Lei 41, 28/01/1893	Cada distrito uma escola para cada sexo, classificadas em rural e urbana	Porciúncula	Elementar
Dec. nº 27 20/03/1893	Regulamento da reforma		
Lei 376, 23/12/1897	Autorizava reforma no ensino, criou a modalidade de Grupo Escolar no Estado	J. M. de Abreu	Elementar / grupos
Dec. nº 588, 25/01/1900	Regulamento da reforma: Divisão da escola primária em elementar (rural, 1 hora a menos de aula), médio (urbanas – 3 anos), superior (grupos escolares)	A. Torres	Elementar (rural), Médio (urbana) Superior (grupos)
Dec. nº 591, 08/02/1900	Criou os primeiros G. E. do Rio de Janeiro (em Campos, Niterói e Barra Mansa).		
Dec. nº 676, 15/03/1901	Reformou o ensino primário; criou um Grupo Escolar em Resende e outro em Petrópolis; desvinculou as funções de diretor de G. E. e inspetor do ensino; reorganizou as circunscrições escolares	Q. Bocaiuva	Elementar (rural), Médio (urbana) Superior (grupos)
Dec. nº 678, 19/03/1901	Alterou o quadro de distribuição de escolas em todo o estado		
Lei 497, 29/11/1901	Considerou efetivos os professores provisórios habilitados em concurso		
Lei 555, 01/11/1902	Extingue todos os Grupos escolares, exceto o de Petrópolis		
Dec. nº 826, 31/12/1903	Fim da distinção entre escolas rurais e urbanas	Nilo Peçanha	Elementar
Dec. nº 827, 31/12/1903	Extingue o Grupo Escolar Silva Jardim, de Petrópolis		

REFORMAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1893 – 1929)		
Legislação / data	Reforma / governo	Modalidades de escola
Dec. nº 1.200, 07/02/1911	Criação do Conselho Superior de Instrução; divisão da escola primária em singular e complementar; defesa do ensino agrícola	Elementar Complementar Subvencionada G.E. Escola Modelo
Dec. nº 1.213, 15/06/1911	Regulamento da reforma: Elementares (rurais) – 3 séries; Elementares (cidade) – 4 séries; Complementares – 6 séries – 1 diretor, 1 adjunto por turma de 40 alunos; 1 professor por classe, para todas as disciplinas. Subvencionadas – 3 séries. Apresenta currículo por modalidade e por série.	
Lei 1.059, 01/12/1911	Aprova o Dec. nº 1.200 e acrescenta a obrigatoriedade do ensino de noções de agronomia nas escolas elementares e nas escolas complementares ficaria o governo autorizado a criar estações agrônômicas “para o ensino prático da agricultura e o manejo de instrumentos agrários, assim como pequenos postos zootécnicos”	
Dec. nº 1.404, 31/01/1915	Trata dos critérios para nomeação e remoção de professores; reorganização dos níveis de ensino: 1º grau: Elementar (zonas rurais) - 3 séries; Médio (zonas urbanas, isoladas ou agrupadas, economizando em aluguéis e professores adjuntos) – 4 séries; Complementar (zonas urbanas em escolas especiais ou em seções anexas às escolas médias) – 2 séries; 2º grau (Escolas Modelo) – 1 série.	1º grau: elementar (isoladas rurais) 2º grau: Médio (isoladas ou agrupadas urbanas) Complementar (exclusivamente as 2 séries complementares) Grupo Escolar (nível médio agrupadas, com mais de 100 alunos) “G. E. completo” (quando reúne médio e complementar) “Escola completa” (reúne isolada nível médio e complementar) Escola Modelo = G. E. completo
Dec. nº 1.406, 31/01/1915	Extinção da subvenção a escolas particulares.	
Dec. nº 1.229, 18/01/1915	Reorganização número de escolas, supressão do ensino subvencionado, exceto onde a “economia aconselhar a sua conservação”; e revisão dos contratos de aluguéis. Fim da inspeção remunerada	
Dec. nº 1.439, 28/07/1915	Mantém as categorias de ensino do Dec. 1.404, 31/01; regul. nomeação e efetivação de prof, calendário e tempos escolares, vencimentos e atuação dos prof. e dir. de E. C., G. E., e E. M. Criação dos cursos noturnos	
Deliberação. 28/07/1915	“Declara que as actuaes escolas complementares passam a chamar-se – Grupos escolares – conservando a denominação especial que teem”	

Oliveira Botelho

Nilo Peçanha

REFORMAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1893 – 1929)		
Legislação / data	Reforma / governo	Modalidades de escola
Dec. nº 2.017, 05/04/1924	Obrigatoriedade ensino primário (prevista para vigorar em 1926); assistência via caixa escolar; nomeação de professores via comprovação de mérito pedagógico e intelectual em concurso (sem necessidade de curso normal); exceto em Campos e Niterói, onde ocorreria “nomeação forçada” – ingresso automático. Instituição do escoteirismo nas escolas; criação da educação preliminar.	Singular (elementar – rurais e urbanas) Complementar (1 em Niterói) G.E. (incorporando complementares) Escola Modelo Subvencionada Jardim de Infância e Escola Maternal
Dec. nº 2.105, 02/03/1925	Restabelecimento da subvenção Divisão da escola primária em 3 graus: 1º grau – elementar: 2 séries 2º grau – médio: 3 séries 3º grau – integral (grupos escolares): 5 séries.	
Delib. nº 130, 14/04/1926	Regulamento interno das escolas públicas	
Delib. nº 139, 21/02/1927	Programas das escolas primárias “segundo métodos modernos e regras da pedagogia”.	
1929	Escola de 1º grau (rural) – 2 séries Escola de 2º grau (vilas e cidades) – 3 séries Grupos escolares – 6 séries De acordo com esta reforma, para se ter acesso à escola profissional, ao ensino secundário ou a escola normal era obrigatório cursar o grupo escolar, sendo que para o ingresso na escola normal, transformada em superior, tornava-se obrigatório ainda cursar a escola complementar, com a disciplina de “calliphasia”. Tornou os cursos noturnos oficiais; regulamentou o horário escolar atendendo às condições climáticas e às “exigências da vida rural”. Estabeleceu também a obrigatoriedade do curso de férias para os professores.	Jardim de Infância Escola de 1º grau Escola de 2º grau Grupo Escolar Escola Complementar Cursos Noturnos



Papel: Supremo 250 gm², com laminação fosca (Capa) |
Offset 90 gm² (Miolo)
Tipologia: Campanile (Títulos)
KoHo (Subtítulos e miolo)
Formato: 17 x 24 cm (com orelhas de 7 cm)
Tiragem: 500
Impressão: Editora e Papeis Nova Aliança Eireli
Tel.: (21) 3105-5087/ 3105-6262